

Tesis de Maestría. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo, Brasil.

# **DAS RUAS AO INTERNATO: experiências infantis: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1950-1972).**

Nunes, Eduardo Silveira Netto.

Cita:

Nunes, Eduardo Silveira Netto (2005). *DAS RUAS AO INTERNATO: experiências infantis: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1950-1972)* (Tesis de Maestría). PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo, Brasil.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/edunettonunes/2>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pOQa/4Tc>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.  
Para ver una copia de esta licencia, visite  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

**EDUARDO SILVEIRA NETTO NUNES**

**DAS RUAS AO INTERNATO:  
experiências infantis: Abrigo de Menores  
do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1950-1972)**

**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA**

**SÃO PAULO**

**2005**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS GRADUADOS EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**DAS RUAS AO INTERNATO:**  
**experiências infantis: Abrigo de Menores**  
**do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1950-1972)**

Dissertação apresentada à Banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olga Brites.

**EDUARDO SILVEIRA NETTO NUNES**

**São Paulo, agosto de 2005**

**EDUARDO SILVEIRA NETTO NUNES**

**Banca examinadora da Dissertação**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olga Brites**

**Orientadora- PUC-SP**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Yara Aun Khoury**

**PUC-SP**

---

**Prof. Dr. Moysés Kuhlmann**

**USF-SP/Fundação Carlos Chagas**

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>RESUMO .....</b>   | <b>05</b>  |
| <b>ABSTRACT.....</b>  | <b>06</b>  |
| <b>AGRADECIMENTOS.....</b>  | <b>07</b>  |
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>   | <b>10</b>  |
| <br>  |            |
| <b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>   | <b>11</b>  |
| <b>1. ABRIGO DE MENORES: uma instituição social em permanente construção.....</b>   | <b>30</b>  |
| <b>2. NO TEMPO DAQUELA ÉPOCA: filhos, sobrinhos, netos, órfãos, abandonados: infâncias vividas antes da internação.....</b> | <b>99</b>  |
| <b>3. VIVENDO O COTIDIANO NO ABRIGO: rumo à vida adulta.....</b>  | <b>145</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>216</b> |
| <b>FONTES.....</b>  | <b>221</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>226</b> |

## RESUMO

A internação de rapazes entre 7 e 18 anos, no período de 1950 a 1972, no Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, inaugurado em 1940, através de Sentenças de Abandono emitidas pelo Juiz de Menores, expressava uma forma como certos segmentos da sociedade (Juizes, Jornalistas, Políticos, Moradores) lidavam com algumas características do modo de vida da infância pobre (carência financeira, uso das ruas como espaços privilegiados de sociabilidade) e de suas famílias (pais separados, falecidos, filhos convivendo com parentes, mães trabalhadoras). Entendiam que os internados no Abrigo, instituição pública administrada pelos católicos Irmãos Maristas, seriam afastados daquelas condições e “transformados” em “pessoas úteis, disciplinadas, ordeiras, trabalhadoras”. Por vezes, as famílias recorriam à internação de seus meninos, pela falta de outros recursos assistenciais que garantissem condições melhores (alimentação, ensino, profissionalização) àqueles. O funcionamento do Abrigo se ligava à forma como os Maristas, Juiz e Governo do Estado se relacionaram ao longo do período, culminando com a saída dos Maristas em 1973 do Educandário 25 de Novembro (o Abrigo mudou de nome em 1969). Na análise desses temas, utilizei-me de sentenças, relatórios, ofícios trocados entre as autoridades e jornais. Busquei perceber como se deu a construção social de uma infância abandonada e as tensões envolvendo os projetos voltados aos internos no Abrigo. A experiência de ter sido criança pobre e interna do Abrigo constituía outra dimensão da história social que atribuí grande atenção. A partir de relatos orais de adultos, ex-Abrigados, apareceram-me questões de como essas pessoas lidaram e interpretaram as vivências infantis, antes e durante a internação, ao longo de suas trajetórias. Os internos assim foram aparecendo como protagonistas sociais, como sujeitos históricos que constituíram o processo social e se construíram nele. Eles tinham semelhanças e peculiaridades como filhos, pequenos trabalhadores, auxiliares da manutenção da casa, abandonados, como pessoas que brincaram, se divertiram, sofreram, tiveram afeto, tristezas, alegrias, se deslocaram nos espaços públicos, resistiram, desenvolveram estratégias de bem viver, e que dentro do internato não perderam a dimensão de sujeitos, mas reconfiguraram as formas de expressarem-se enquanto tal, em relação às rotinas, às regras impostas. A análise de prontuários, Sentenças de Abandono e dos relatos orais, sugeriram um campo plural de olhares sobre experiências sociais de uma infância empobrecida, tema central deste trabalho.

## ABSTRACT

The internment of 7 to 18 year-old boys in the period from 1950 to 1972 in the Children's Refuge of the State of Santa Catarina in Florianópolis, inaugurated in 1940, by the Juvenile Affairs Judge who emitted Sentences of Abandonment, expressed a way as certain segments of society (Judges, Journalists, Politicians, Inhabitants) dealt with some features of the way of life of the poor children (material need, the use of the streets as privileged spaces of sociability) and of their families (parents apart, dead, children living together with relatives, hard-working mothers). They understood that interning them in the Children's Refuge, a public institution administered by the Catholic Maristas Brothers, would move them away from those conditions and would transform them into "useful, disciplined, orderly, hard-working people." Sometimes, the families chose to intern their boys due to the lack of other resources that would grant them better conditions (food, teaching, profession). The operation of the Children's Refuge was attached to the way Maristas, Judge, and Government of the State related to each other along the period, culminating with the exit of Maristas in November 1973 of the Educandário 25 de Novembro (the Children's Refuge had its name changed in 1969). In the analysis of those themes I used sentences, reports, documents exchanged among authorities, and newspapers. I tried to realize how the social construction of an abandoned childhood took place and the tensions involving the projects about what to do with the interns in the Children's Refuge. The experience of having been a poor child and intern of the Children's Refuge constituted another dimension of the social history that I called great attention. Starting from adults' oral reports, former interns, I came across such questions as how those people dealt and interpreted their childhood experiences, before and during the internment, along their lives. This way, the boys can be seen as social protagonists, as historical subjects who constituted the social process and were built in it. They had likeness and peculiarities as children, small workers, auxiliaries for the maintenance of the house, abandoned, as people who played, had fun, suffered, had affection, sadness, happiness, moved in the public spaces, resisted, developed welfare strategies, and who inside of the internment didn't lose the dimension of subjects but reconfigured the forms of expressing themselves in relation to the routines, to the imposed rules. The analysis of handbooks, Sentences of Abandonment, and of the oral reports suggested a plural field of glances about social experiences of an impoverished childhood, who is the central theme of this work.

## AGRADECIMENTOS

A necessidade de compreender a realidade deste meu país, motivou-me a que fosse dar com os costados nas cadeiras do Curso de História, da Universidade de Passo Fundo, em 2001, depois de ter freqüentado quatro anos do curso de Ciências Jurídicas e Sociais, no qual acabei formando-me.

O “mundo” que me foi aberto pela História, entretanto, fez-me mudar não só de profissão, mas de postura frente às questões da minha vida, e da minha presença no social. Dentro disso, a participação no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, foi de inestimável valor, pois permitiu-me amadurecer intelectualmente; levar adiante as minhas inquietações sobre o tema infância, especificamente; e, casualmente, na porta de um banheiro de um “boteco”, conhecer minha querida namorada. Nessa trajetória devo render meus agradecimentos a um série de pessoas que conheci e tenho afeto:

À minha orientadora, Olga Brites, que desde o nosso primeiro contato mostrou-se interessada, aberta às minhas reflexões, e incentivou-me a desenvolver esta dissertação. Atenciosa e respeitando minhas “divagações”, chamou-me à terra em diversos momentos permitindo que assim concluísse o trabalho. Sou grato pela confiança, paciência, amizade e pelas críticas, sugestões.

Ao professor da UPF, Fernando Camargo pelo apoio, incentivo, críticas e leitura de meus escritos sobre as minhas primeiras reflexões daquilo que tornar-se-ia o projeto de mestrado. Também ao professor Luiz Felipe Falcão, da Udesc, em Florianópolis, que também leu a primeira versão do projeto que buscava estudar o Abrigo de Menores, e quando das minhas passagens pela capital catarinense mostrava-se interessado pelos encaminhamentos da minha pesquisa.

Aos professores do Programa de Estudos Pós Graduados em História da PUC-SP, Maurício, Estefânia, Maria Izilda, Maria Antonieta, Antônio Rago com quem cursei disciplinas que acabaram por contribuir no engrandecimento das minhas reflexões; a professora Yvone Dias Avelino, especialmente, pois oportunizou-me, junto com outros colegas, a viabilização da locação do apartamento em São Paulo, facilitando a parte da burocracia, papelada relativa ao contrato de tal apartamento, realmente sou grato pela confiança.

À professora Yara Aun Khoury, desse mesmo Programa da PUC-SP, que através das disciplinas e seminários temáticos cursados, mostrou-me os desafios envolvidos nas reflexões da História, e sobretudo, do importante papel da História Oral na compreensão da complexidade processo social, quando se tem por objetivo pensar as diferenças e a alteridade das experiências das pessoas, enquanto sujeitos que se fazem historicamente.

Agradeço ainda à professora Yara, pela leitura e “apropriação” crítica do meu texto de qualificação, apresentado à Banca da qual ela fez parte. Também ao professor Moysés Kuhlmann Júnior, que participou dessa Banca de Qualificação, que fez apontamentos e observações críticas. Ambos fizeram sugestões que enriqueceram minhas reflexões e em parte busquei incorporar no meu texto desta dissertação. A esses dois professores, mais a minha orientadora, as discussões que desenvolvi aqui, devem tributo, pelos aspectos positivos, pois responsabilidade por eventuais falhas e fragilidades são de minha única responsabilidade. Obrigado pela atenção.

Aos amigos da minha terra, João Pedro, Roberto, Cássio, Marcelo, agradeço o incentivo, o apoio, as conversas quando por estes pagos aportava para visita. Ao amigo de Florianópolis Eduardo(Duda) e sua família sou muito grato, pois acolheu-me com sua amizade e camaradagem. Aos amigos Rafael, Diego e Bolzan que receberam um “estanho barbudo” em suas casas, quando do nos momentos iniciais do levantamento de fontes para esta pesquisa , em Florianópolis. A esses quatro camaradas digo o seguinte: vocês me deram lições de solidariedade que, tenham certeza, carrego comigo.

À Silvia Arend, que facultou-me conversas sobre o tema da infância, transmitiu-me entusiasmo com a minha pesquisa, e incentivou-me nas discussões; à Karine que mediu a arrumação de um lugar para que eu ficasse no verão de 2004, em Florianópolis, continuando o levantamento de fontes. Ao promotor de justiça aposentado Nuno de Campos, pelas conversas e documentos fornecidos.

Aos amigos cearenses Felipe, Viviane, e ao pequeno paulistano Pedro, pela amizade. Aos colegas do mestrado, especialmente a Juliana. Ao amigo de Manaus, Paulo Marreiro (marretão), aquele abraço; ao Vitor, axé meu nego branco; à Elisabeth, pelo auxílio e cumplicidade; ao camarada Jânio; aos companheiros de moradia e amigos queridos Luana, Eduardo, Elias, e por um curto período, Karina e Renata. Beijo e abraço. Ao grande amigo de tantos caminhos, encontros e afastamentos, Guilherme Napp.

À Equipe técnica do Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara Gessiara, Maria, Teresa, Bianca, Cecília, Épison, Jucimar, Paulo, Pedro, Tatiani e Zilda, pela atenção, respeito e confiança; aos meninos e meninas “semi-internos” anônimos para mim, pela convivência no período da pesquisa; ao pessoal do Arquivo Histórico de Santa Catarina, especialmente à Dona Neusa; ao funcionários da Biblioteca do Estado, especialmente Dona Mercedes; aos Irmãos Maristas que permitiram meu acesso à sua documentação relativa ao Abrigo, principalmente Dona Clarice.

À sociedade brasileira que, através da Capes e do CNPQ, financiaram o meu curso no PUC-SP e minhas pesquisas, com uma bolsa de estudos.

Aos meus queridos e estimados tios Clara Maria e Nelson, meus primos Jean Marc (valeu a força), e Maria Clara que permitiram que minha permanência em São Paulo fosse mais amena e cercada de afeto. À minha vovó que nos telefonemas passava incentivo e alegria, nutrindo-me de força para seguir o trabalho.

À minha querida namorada (e à sua família), paulistana, Cristiane Batista Santana, a quem me autorizou entrar na sua vida, e entrou na minha vida com seu carinho, afeto, companhia, paciência, compreensão. Um exemplo de mulher batalhadora.

Aos meus familiares queridos. Meus pais Édison e Cléa, que deram-me a vida, e a de meus outros quatro irmãos, Alexandre, Maria Augusta, Luciana e Andréa, e que durante suas vidas sempre trabalharam e lutaram para oportunizar e oferecer condições, que em grande medida não tiveram, a todos os seus filhos para que cada um seguisse seu caminho com dignidade. Pessoas que abriram mão de bens, patrimônio, facilidades na vida, em favor de gerar pessoas, gente. Esse trabalho serviu-me para reconhecer ainda mais o valor de suas trajetórias e de suas opções. Digo, imerso em lágrimas que este texto não da conta de registrar, que eu amo vocês e meus irmãos. A estes agradeço as conversas, os incentivos, o acolhimento.

Agradeço por fim àquelas pessoas que um dia facultaram-me saber um pouco da suas experiências vividas através de seus relatos, e tornaram essa dissertação possível. Sou extremamente grato a Claudionor, Miguel, Irineu, Valmir, Moisés, Walter, Carlos, Arlindo Beckhauser, Adilson, Vadely, Arlindo Nelson, Vilmar.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.**

**AUCE - Acervo da União Catarinense de Educação.**

**ACEDOCAM - Acervo do Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara.**

**BPESC - Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.**

**ANUCA - Acervo Pessoal do Sr. Nuno de Campos.**

**FUCABEM - Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor.**

**FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.**

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Saía de meu último dia de pesquisa sobre os documentos relativos ao Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis, que estavam depositados no Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara<sup>1</sup>, localizado na cidade de Palhoça, arrabaldes da capital catarinense. Como de costume, me dirigi à parada de ônibus, meio de locomoção prioritariamente utilizado pelos setores sociais menos favorecidos para deslocarem-se por longas distâncias, e pus-me a aguardá-lo. Mal sabia o quão marcante seria essa última viagem entre Palhoça e Florianópolis.

Eram cerca de 16 horas. A parada estava vazia. Lá pelas tantas, saíram crianças à rua, umas correndo, outras caminhando, algumas pedalando suas bicicletas. Aparentemente, todas tomavam o rumo de suas casas, não perdendo a oportunidade para realizar a derradeira brincadeira e conversa entre os colegas, antes de cada qual se afastar dos demais. Duas dessas pararam ao meu lado e como eu ficavam esperando o transporte. Acertaram os últimos detalhes para o dia seguinte. Uma seguiu a pé, a outra permaneceu no ponto, fazendo-me companhia.

Nesse Centro Educacional, eu passei mais de mês desenvolvendo a anotação de fontes das 8 às 17 horas; portanto, neste período também fui um “semi-interno” e vivenciei ao meu modo o cotidiano da instituição. Em alguns momentos, pude estar mais próximo dos meninos e das meninas “atendidos” ali, situações nas quais tentava estabelecer diálogo com tais pessoas. Entre pequenos acenos de cumprimento, sorrisos e algumas palavras, sobretudo no refeitório, no horário do almoço, fui me “integrando” ao ambiente. De um estranho, passei a fazer parte da visão cotidiana das pessoas do lugar.

Com o passar do tempo, aproximei-me de algumas crianças e conversávamos a respeito de suas vidas. Nesses diálogos, fui percebendo que, se o presente não repetia o passado, a ele se assemelhava de maneira ainda dramática. Cada prontuário aberto na saleta de pesquisa, na mesa do almoço, ganhava voz através dessas pessoas que, entre uma garfada e outra, falavam-me de suas trajetórias de vida. Um foi abandonado pelos pais, morava com a avó; outra, em função da mãe ter de trabalhar durante o dia, não tinha onde ficar; outro o pai não o aceitava; um não conheceu os pais; uns irmãos, vivendo separados,

---

<sup>1</sup> Essa instituição foi inaugurada nos primeiros anos da década de 1980 e foi a sucessora do Abrigo de Menores do Estado, que na época já era chamado de Educandário 25 de Novembro. Por esta razão, depositária de parte da documentação do extinto Abrigo.

ali encontravam-se; todos pobres, e, apesar da pouca idade, com uma larga experiência de vida.

Isso foi o que a menina ao meu lado na parada de ônibus, anunciou após eu ter puxado assunto, perguntando-lhe o motivo pelo qual freqüentava o Centro. A resposta me deixou desconcertado, mais pela serenidade com que ela falou, do que propriamente pela justificativa articulada: *É que o meu pai tem Aids!*<sup>2</sup>

Se soubesse que essa seria a resposta, esperaria o silêncio, a dissimulação, o titubear, desvios, nunca uma fala direta, imediata, sobretudo quando direcionada a um estranho. A razão para ela estar ali foi-me dita num tom de grande serenidade<sup>3</sup>.

Pensativo, quase arrependido de ter puxado conversa com a menina, que aparentava cerca de 13 anos, já dentro do ônibus, questionei-me sobre a possibilidade de continuar a falar-lhe. Optei por continuar o diálogo. Sentei-me ao seu lado. Jamais poderia imaginar as experiências vividas pela pessoa que ali estava, de tão tenra idade. De maneira simplificada passo a narrar essas experiências.

Filha mais velha de um casal com três filhos, sendo que o último nasceu com o vírus HIV, resultado do fato de ambos pais, à época da concepção, portarem o HIV, viu sua mãe falecer e seu pequeno irmão lutar até hoje para combater o vírus que herdara. Este, porém, está conseguindo resultados, pois nos últimos meses, os exames de sangue não acusavam a presença do HIV, situação diante da qual ela manifestou alegria, contentamento.

Após a morte da mãe, seu pai se juntou a uma outra mulher, também portadora do HIV, e esta levou seus quatro filhos para a casa daquele, sendo que a mesma estava

---

<sup>2</sup> “População jovem é a mais atingida pela Aids”. *Brasil de Fato*, ano 2, n.93, de 09 a 15 de dez. 2004, p.12. A matéria fala de dois aspectos do impacto do HIV sobre a infância contemporânea. Um deles seria a emergência de gerações de pessoas “filhas do HIV”, pelo fato dos pais, portadores do vírus, falecerem, deixando as crianças órfãs. Portanto, um “tipo” de orfandade completamente diferente, quanto a sua origem, daquela até então conhecida; o outro seria o surgimento de contingente de crianças portadoras do HIV desde o nascimento.

<sup>3</sup> Sontag comenta a questão da construção de significados para doenças como a tuberculose, a sífilis, e depois ao longo do século XX, para o câncer. A tradução metafórica destes serviram para justificar ações públicas severas, além de estabelecer critérios morais para as causas de suas emergência, especialmente no caso do câncer, em que não se tem precisamente claras as razões pelas quais o problema físico surge nas pessoas. Isso acaba por afetar a forma como a própria pessoa portadora do problema lida com isso. Diz ela: *As pessoas que estão com a doença real também são desservidas ao ouvir o nome da sua doença constantemente insinuado como a síntese do mal*. Ver: SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. 3ªed. trad. Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p.105. Em grande medida, se o HIV ganha a dimensão pública, não como metáfora de uso político genérico, mas como uma questão ligada à moral sexual, em que seus portadores estariam sofrendo as conseqüências de “desvios morais”, sofrendo assim penalização social que os estigmatizaria. Diante do qual, “esconder” a doença seria uma forma de não ser associado a esse estigma, daí porque num primeiro momento a minha surpresa à resposta imediata da menina sobre a razão pela qual estaria no Centro.

grávida de mais uma criança resultado da união entre os dois. Na casa, moravam nove pessoas.

A moradia estava localizada num morro da parte continental de Florianópolis, onde a violência proveniente do tráfico de drogas, descrita por ela, obrigava muitas vezes a população a um retiro forçado em suas casas. Tráfico também que arregimentava crianças para seu funcionamento; mas, por outro lado, fornecia, às vezes, alguma assistência às pessoas solicitantes. Às vielas, homens ostensivamente armados passavam, ficavam, divisavam o espaço com moradores de todas as idades, compondo o ambiente e redefinindo as experiências sociais, estabelecendo novos critérios de sensibilidade, dentro dos quais o medo ou o temor se faziam cotidianos através dos tiroteios e do conflito entre bandos de morros diferentes.

Além destes “temores” ou dramas na vida da menina, havia mais um: o de ser internada no Centro Educacional São Lucas, destinado à infratores, caso não freqüentasse normalmente o Centro Educacional Dom Jayme. Ameaça realizada, segundo disse, pelo Juiz da Infância e da Juventude, que encaminhou-a ao Dom Jayme.

A firmeza, serenidade e aparente maturidade na fala inicial da moça, *meu pai tem Aids*, silenciava para as dificuldades que ela teve e ainda têm de encarar na sua vida, sendo que as mesmas repercutiram e repercutem diretamente nela. Expressão disso foi a dificuldade de permanência na escola após a morte da mãe. Repetiu 2 anos, e deixou de freqüentá-la, tendo sido essa uma das razões para o Dom Jayme.

O ponto de descida dela se aproximou. Levantou da poltrona e demo-nos adeus. Seguiu o seu caminho e eu, o meu.

Dirigiu-se ao morro e para a casa onde morava. Não sei se para ela teve algum significado nossa conversa. Talvez tenha rendido no máximo um comentário com as colegas no dia seguinte: *Um barbudo conversou comigo ontem no ônibus, disse que era historiador...*

Para mim, entretanto, esse contato reforçou a importância contemporânea da pesquisa, até então desenvolvida, sobre a constituição social da experiência infantil de meninos que estiveram internos no Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, entre o período de 1950 e 1972, pela existência de pelo menos um aspecto semelhante entre aquela menina e os Abridados: todos sofreram a interferência ou intervenção de um aparelho do poder do Estado – antes o Juízo de Menores, agora a Vara da Infância e da Juventude – sobre suas vidas, com significativos reflexos disso em suas trajetórias.

Nesse desiderato, este trabalho versa sobre a constituição da experiência social de pessoas do sexo masculino, hoje adultas, durante suas trajetórias infantis, que necessariamente compreende o período anterior ao que foram encaminhados à internação no Abrigo de Menores, bem como a fase em que viveram a condição de Abridados.

Para refletir a respeito disso dividi as discussões em três capítulos. No primeiro busco compreender as questões envolvidas na construção social de significados à infância advinda de famílias pobres e dos modos como essa infância era vivida pelas crianças – chamados de *garotos*, *menores*<sup>4</sup>, *rapazes*, *meninos*<sup>5</sup>, *crianças*, *moleques* – em Santa Catarina, especialmente no ambiente da cidade de Florianópolis, justamente porque dentro desse universo é que saíam os meninos internados no Abrigo de Menores e que a implementação do Juízo de Menores e do próprio Abrigo ganharia legitimidade.

Ao lado disso, estabeleço reflexões a respeito das relações desenvolvidas entre o Juízo de Menores (responsável pela Declaração de Abandono dos meninos encaminhados à internação no Abrigo), o Governo do Estado (responsável pela construção e “proprietário” do Abrigo) e a Congregação dos Irmãos Maristas (instituição religiosa

---

<sup>4</sup> O termo “menor” designava, em caráter geral, a idade de pessoas com menos de 18 anos “dependentes”, no aspecto civil, ou “irresponsável”, no aspecto penal. Neste caso quando um “menor de idade” cometesse atos considerados crime (furto, roubo, homicídio), ficaria submetido, não às regras do Código Penal no que toca ao cumprimento de penas, mas receberia alguma das medidas previstas no Código de Menores de 1927, como a internação em Escola de Preservação ou de Reforma. “Menor” podia designar também uma categoria social composta por crianças pobres que eram “abandonadas”, “órfãs”, “miseráveis”, para as quais algumas práticas Estatais eram dirigidas, como a internação em Patronatos Agrícolas, Internatos de Preservação. Esse termo ainda poderia ser utilizado, com um grau pejorativo e de “classificação social” preconceituosa maior, para referenciar “menores de idade” com modos de vida tidos por “problemáticos ou impertinentes”, como crianças que circulavam e brincavam pelas ruas, cometiam pequenos atos ilícitos, perambulavam, faziam algazarra invadindo terrenos, pegando frutas em pomares alheios, mendigavam. As fronteiras dos significados entre o “menor abandonado” e o “menor problemático”, e entre este e o “menor delinquente”, eram tênues. Em alguns lugares como São Paulo, conforme pesquisou Londoño, ou Rio de Janeiro, conforme Rizzini, a utilização social do termo “menor” já designava que tal criança pobre “necessitava receber a intervenção do Estado”, seja qual fosse essa atuação. Em Florianópolis, esse último significado atribuído ao termo “menor”, não era usado com a mesma intensidade observada por Londoño e Rizzini em São Paulo e Rio de Janeiro. Pelo contrário, tal designação foi sendo construída ao longo do tempo, e no final da década de 1960 foi possível observar essa categorização de maneira mais efetiva. Cf: LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In.: PRIORE, Mary Del. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p.129-145; RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever. In.IDEM & PILOTTI, Francisco(orgs). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Usu, Amais, IIN, 1995, p.99-168; LEITE, Ligia Costa. *A razão dos invencíveis: meninos de rua: o rompimento da ordem*. Rio de Janeiro: Ufrj, Ipub, 1998. Ackermann, na década de 1940, também comentou a respeito, reforçando a “inexistência” dessa classificação da infância pobre, presente em outros lugares. Cf.: ACKERMANN, Silvia Regina. *Um espaço e muitas vidas: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina na década de 1940*. Dissertação(Mestrado em História). UFSC, Florianópolis. 2002, p.34-40.

<sup>5</sup> Privilegiarei ao longo do trabalho, o uso de termos como criança, meninos, rapazes para designar os meninos internados no Abrigo de Menores. A designação criança, por vezes, compreender-se-á, quando não acompanhada de adolescentes, como uma menção genérica às pessoas pequenas até os 18 anos, ou então dos internos do Abrigo. Da mesma forma, vale para o termo infância. Em boa parte dos casos quando eles aparecerem, referir-se-ão à infância masculina, posto que as referências às meninas era mais rarefeita e muitas vezes não lhes dizia respeito, como a referência a crianças jogando bola na rua, por exemplo.

responsável pela administração direta do Abrigo), que acabavam por influenciar os procedimentos cotidianos do internato e os modos de se viver a condição de Abrigado.

No segundo capítulo, procuro perceber as experiências vividas na infância por pessoas que foram pobres, filhos, moradores de locais, como a cidade de Florianópolis, mas não apenas, e que acabaram por serem internados no Abrigo por familiares, parentes, responsáveis, ou retirados de suas famílias por iniciativa do Juízo de Menores.

Em direção semelhante, no terceiro capítulo, invisto no reconhecimento das experiências infantis constituídas no cotidiano do Abrigo de Menores pelos Abrigados, e relacionadas às finalidades que os Irmãos Maristas propunham dar às atividades rotineiras desenvolvidas na instituição.

Permeando esses dois últimos capítulos, tento identificar a forma como os ex-Abrigados com quem gravei entrevistas, em número de doze, lidam, interpretam e avaliam suas experiências na infância, relacionadas às suas trajetórias de vida, pois que hoje todos são adultos; e também como que a infância constituiu o social e nele também se constituiu enquanto uma categoria social de sujeitos ativos, de modo a ser considerada pelo mundo adulto ou nos projetos dos adultos para si, não como personagens abstratos apenas, mas sobretudo pelas formas variadas como ela vivia a sua condição infantil, especialmente aquelas advindas dos setores pobres.

Trabalhos na área da história<sup>6</sup> já privilegiaram questões envolvendo os projetos dos adultos para a infância, analisando representações construídas a respeito dela, como Brites, que discutiu a partir da revista *Sesinho*, projetos de educação dos filhos da família trabalhadora, na direção de lhes inculcar noções de higiene, de modos de vida na cidade, de relações sociais envolvendo o mundo do trabalho, buscando formar um futuro trabalhador ordeiro, e uma família trabalhadora com papéis delimitados à figura masculina (provedor) e à figura feminina (auxiliar do homem, companheira)<sup>7</sup>.

A pesquisa de Bernal<sup>8</sup> sobre processos e prontuários do Serviço Social dos Menores de São Paulo, de crianças e adolescentes internados em instituições como

---

<sup>6</sup> As citações não serão exaustivas, apenas exemplificativas sobre os temas.

<sup>7</sup> BRITES, Olga. *Infância, trabalho e educação*. A Revista *Sesinho* (1947-1960). Dissertação (Mestrado em História) PUC-SP, São Paulo, 1992. Na tese de doutoramento, Brites ampliou o leque de pesquisa dessa construção e difusão de imagens a respeito da infância (através das revistas *Cruzeiro*, *Manchete*, *Fon-fon*, *Vida Doméstica*), visualizando ainda como isso influenciava e se relacionava com a elaboração de projetos dirigidos à infância, a partir de iniciativas do *Departamento Nacional da Criança*, da construção de *parques infantis e creches* e da *Cruzada Pró-infância*. Ver: BRITES, Olga. *Imagens da infância: São Paulo e Rio de Janeiro, 1930/1950*. Tese (Doutorado em História). PUC-SP, São Paulo, 1999.

<sup>8</sup> BERNAL, Elaine Marina Bueno. *Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 2002.

Educandário, Instituto Disciplinar, Abrigo, em São Paulo, procurou visualizar a constituição da experiência infantil, na qual o próprio sujeito vivia aquilo pelo qual passava e deixou registros disso através de atos de resistência, anotações a respeito de sua conduta naqueles documentos.

Quanto ao caráter da infância que se constrói no processo histórico, Kuhlmann Júnior, foi enfático, para não deixar dúvida a respeito, ao dizer que

As crianças participam das relações sociais, e este não é exclusivamente um processo psicológico, mas social, cultural, histórico. As crianças buscam essa participação...a interação é o terreno em que a criança se desenvolve...apropriam-se de valores, comportamentos próprios de seu tempo e lugar, porque as relações sociais são parte integrante de suas vidas, de seu desenvolvimento...é preciso reconhecê-las como produtoras da história.<sup>9</sup>

Nesse sentido, as crianças e os adolescentes não vivem só o “seu mundo”, se apropriando do mundo dos adultos, mas influenciam esse mundo ao seu modo, ou pelo fato de viverem a infância e nessa condição serem considerados, constituindo, portanto, o processo social como sujeitos históricos.

Nos encaminhamentos das discussões desta dissertação, se observam as múltiplas temporalidades, experiências sociais, significados, memórias, sentimentos, tensões, conflitos, resistências, ambigüidades, estratégias de sobrevivência e de bem viver; mas também semelhanças, identificações, proximidades, questões em comum. Isso porque se busca considerar, espelhando-se em Williams<sup>10</sup>, a complexidade do processo social como constitutivo de modos de vida, no qual as experiências dos sujeitos são forjadas dentro disso, pois de acordo com Thompson, as pessoas

experimentam suas experiências, como sentimento e lidam...em sua consciência e sua cultura... como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.<sup>11</sup>

O ponto de partida é o Abrigo de Menores do Estado, porque sem ele não existiriam as experiências dos ex-Abrigados a respeito da instituição. O Abrigo foi construído na segunda metade da década de 1930, e inaugurado em 1940, como uma obra auxiliar aos trabalhos do Juízo de Menores da Comarca da Capital, criado em 1935, destinado inicialmente a receber os rapazes entre 7, 8 anos e 18 anos (idade limite para se

---

<sup>9</sup> KUHLMANN JÚNIOR. Moysés. Infância, história e educação. In: IDEM. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 3ªed. Porto Alegre: Mediação, 2004, p.31.

<sup>10</sup> WILLIAMS. Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (especialmente p.25-26).

<sup>11</sup> Cf. THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 (especialmente p.182 e 189). IDEM. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade – vol. I – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 1997* (os três volumes que compõe a obra vão construindo referências diversas e múltiplas que expressam experiências que foram forjando campos de possibilidades para que se emergisse uma consciência política extremamente significativa, que acabaria por forjar a classe operária inglesa).

ficar internado), que antes eram recolhidos à Penitenciária Estadual, por serem condenados pelo cometimento de atos considerados crime, e também aqueles reconhecidos como “abandonados”, que até então eram encaminhados para outras famílias ou adultos, que assumiam a tutela ou a guarda, sob termo de responsabilidade.

Situação que se manteve até 1944/45, quando se restringiu o ingresso no Abrigo àqueles rapazes considerados abandonados, sendo que o destino dos sentenciados por crime voltou a ser a Penitenciária. Isso por se considerar que estes traziam problemas ao funcionamento cotidiano do internato.

O significado atribuído ao abandono e à delinquência passava por construções e mediações sociais, do qual participavam diversos setores, como juristas, jornalistas, literatos, políticos, comerciantes, moradores em geral e também familiares de crianças.

O abandono representava a identificação de situações na qual estavam envolvidos as crianças, de dificuldades financeiras, afetivas (violência ou rejeição de pais ou responsáveis); de trato disciplinar (desobediência, pequenos atos ilícitos, como furto); de posturas relacionadas a modos de vida tidos como perniciosos ou viciosos (uso da rua para brincar, se sociabilizar, acessar recursos auxiliares à sobrevivência familiar). Tudo isso se traduzia para aqueles adultos como modos “impertinentes, problemáticos, incômodos” de se viver a infância e serviam de “indícios” de que os caminhos até então seguidos penderiam a empurrar seus protagonistas, os menores de dezoito anos, na suas vidas futuras, para a “senda do crime e do vício”, quando já não estivesse os empurrando enquanto pequenos ainda, e não para trajeto de transformarem-se em “trabalhadores ordeiros e disciplinados” para a “nação” .

A “delinquência” enquanto um “conceito social” relacionava-se muito mais ao reconhecimento de alguns modos como as vivências infantis se desenvolviam no espaço da rua, como correrias, subindo em árvores, jogando futebol em campos, circulando, “perambulando”, invadindo terrenos para pegar frutos, e também cometendo pequenos atos “ilícitos” (furto e roubo), que eram os “indícios” ou a própria materialidade do “descaminho”. Entretanto, para efeitos da decisão do Juiz de Menores encaminhar um rapaz para a penitenciária, este teria de ter sido condenado pelo cometimento de um ato considerado crime. Em alguns casos, o Juiz, apesar do rapaz ter realizado um ato crime, por não apresentar “um maior grau de perversão” (ter cometido pequenos furtos), ou não representar um possível problema ao funcionamento do Abrigo, para este era encaminhado.

O caráter comum aos considerados delinquentes ou abandonados era a origem social pobre. O Juízo de Menores e o Abrigo foram instituídos voltados prioritariamente a esse segmento da população, no sentido de disciplinar, controlar, interferir sobre seus modos de viver<sup>12</sup>. Essa é uma das facetas. Parte dessa população também recorria a esses instrumentos, como forma de assistir, proteger, e talvez buscar oferecer condições melhores de vida aos seus pequenos, o que, entretanto, não afastava aqueles primeiros sentidos. Outro segmento procurava um e outro como forma de afastar-se da responsabilidade pela criação e manutenção dos pequenos sob sua guarda, tutela, ou convivência.

Dentro disso, o Juiz de Menores “selecionava” os casos dos rapazes residentes na capital, em que via a necessidade de internação no Abrigo e declarava-os “abandonados”. No interior do Estado, essa competência era atribuída aos Juizes de Direito das respectivas Comarcas na qual moravam os rapazes.

O Abrigo de Menores foi o primeiro estabelecimento sob a responsabilidade do Governo Estadual edificado no Estado, e único até o início da década de 1970, destinado a internar os meninos declarados abandonados por procedimento judicial. O Governo mantinha a instituição com o pagamento do salário de todos os funcionários, com o custeio das demais despesas, e era o responsável por autorizar a internação de novos rapazes, quando assim o solicitava o Juiz de Menores ou o Juiz competente no interior.

Entretanto, outras iniciativas já haviam sido tomadas em Florianópolis, no século XIX, voltadas para os “enjeitados”, através do sistema da “roda dos enjeitados”, na Casa dos Expostos; dirigida às meninas abandonadas ou órfãs, existia o Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, conforme Oliveira<sup>13</sup>. No século XX, além da permanência do Asilo de Órfãs, existiam iniciativas como a tutela, a guarda sob termo de responsabilidade (que já

---

<sup>12</sup> O trabalho de Donzelot tratou da emergência da problematização social da família desde o século XIX, como um longo processo no qual a criança saiu da condição de problema político do adulto que viria a ser, para ser um “termômetro”, um indício da “doença” ou da “anormalidade funcional” do grupo familiar ao qual estaria ligada. Não mais só a criança poderia estar doente, mas a família estaria junto. Isso permitiu uma proliferação dos procedimentos de normalização e controle social, sobretudo em segmentos pobres. Primeiro privilegiando a internação em instituições de reeducação, abrigo, casa de correção. Depois, dando preferência ao atendimento na família da criança e na escola. Ver: DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. Ariès propôs um olhar a respeito da emergência do “sentimento moderno de família” e de “infância”, na França do século XVI e XIX, a partir de iconografia, livros de civilidade, roupas, objetos. Ver: ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ªed., trad. Dora Flaksman; São Paulo: Ltc, 1981. Para observações, com apontamentos críticos, sobre esse trabalho de Ariès conferir: KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Infância, história e educação. In: IDEM. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 3ªed. Porto Alegre: Mediação, 2004, p.15-42; BENZAQUÊN, Adriana S. Childhood, identity and human science in the enlightenment. *History workshop journal*, n.57, p.35-57, 2004.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 1990.

existiam no séc. XIX) de crianças, caixas de socorro, auxílio da própria família em receber uma criança necessitada, ou ainda a colocação em família substituta, conforme Arend<sup>14</sup>, ou ainda a internação no Bairro da Juventude (a partir da década de 1950) em Criciúma, segundo Miranda e Selau<sup>15</sup>. Parte dessas iniciativas tinham interferência estatal direta, como os casos de Tutela. Outros apenas recebiam subvenção pública, mas eram de propriedade de ordens religiosas ou civis.

O Abrigo, apesar de ser uma instituição pública, desde a inauguração teve transferida a sua administração direta, pelo Interventor Federal no Estado, Nereu Ramos, à Congregação dos Irmãos Maristas (primeiro União Sul Brasileira de Educação, com sede no Rio Grande do Sul; a partir de 1964, União Catarinense de Educação, com sede em Santa Catarina) através de Convênio ou Contrato, que sofria renovações de tempo em tempo, até 1973, quando por iniciativa do Governo Estadual, o acordo foi interrompido, forçando os Maristas a deixarem o, já à época chamado, Educandário 25 de Novembro (a mudança do nome ocorreu em 1969).

A Congregação dos Irmãos Maristas era uma instituição religiosa vinculada à Igreja Católica, fundada por Marcelino Champagnat na França no século XIX, comprometida com a educação juvenil. O Abrigo era a segunda “obra” que eles assumiam em Santa Catarina. A primeira foi uma escola na cidade de Caçador, em 1938. Isso ligava-se à intenção dos religiosos em expandirem sua presença para além do Rio Grande do Sul na região, além de poderem também, no caso do Abrigo, se aproximarem daquilo que seria a proposta inicial do fundador dos Maristas, conforme afirmou Martins, ao dizer que *Champagnat visava a educação dos mais pobres*<sup>16</sup>, obviamente numa tradução específica em Santa Catarina – pobres e declarados abandonados pelo poder judiciário. Manifestava também o reforço nas relações de compromisso entre Poder Estatal e a Igreja, característicos na época no Estado; a conveniência para o primeiro, pois identificava que

---

<sup>14</sup> AREND, Silvia. *Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2005.

<sup>15</sup> Instituição particular criada para receber crianças consideradas abandonadas, da região sul do Estado, especialmente da cidade de Criciúma. MIRANDA, Antônio Luiz & SELAU, Maurício da Silva. *Bairro da Juventude: 50 anos de história: a filantropia na poeira do carvão*. Criciúma, SC: Ed. Unesc, 2003. Em alguns documentos, se fez menção à existência de instituições organizadas pela sociedade civil ou por religiosos, que acolhiam ou assistiam órfãos abandonados, como a *Caixa de Socorro aos Menores Abandonados da Comarca de São Francisco do Sul*, a *Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Joinville*, a *Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Florianópolis*, o *Educandário Nossa Senhora de Fátima em Maravilha*, o *Lar de Meninas em Rio do Sul*. Cf.: *Ofícios diversos para Palácio do Governo em 1951 (p.23 e 24), em 1955 (p.147 e 148), em 1961 (p.132 e 171), em 1973 (p.43 e 47)*. APESC.

<sup>16</sup> MARTINS, Adelino da Costa. Da “ecole paroissiale” (1654) ao “guide des ecoles” (1853). *Veritas*, n.136, v.34, p.500, 1989.

com os religiosos à frente do internato, se teria economia de recursos e melhor encaminhamento teria sua administração.

A seleção por trabalhar o período do ano de 1950 a 1972 principalmente, tem relação com a circunstância de terem sido concluídas as obras do Abrigo em 1944/45, permitindo que a lotação de 240 internos fosse atingida; que os espaços para cada uma das quatro turmas (dormitório, campo de futebol, trabalhos) com 60 internos e divididas por faixa etária (1ª-7/8anos a 10; 2ª-10/11 a 13; 3ª-13/14 a 16;4ª-16 a 18), fossem delimitados; que as práticas envolvendo cada uma delas fossem paulatinamente definidas dentro da dinâmica interna (horário, uso das salas de aula, ocupação no refeitório, na capela) e ao longo da década de 40, estabilizadas, enquanto rotinas voltadas ao atendimento das finalidades preconizadas a si como “reformatar, reeducar, educar, recuperar, assistir” os rapazes, para que estes se transformassem em indivíduos “regenerados, disciplinados, laboriosos, católicos, ordeiros” e “úteis ao país”; além do fato de ter sido estabelecido, em 1944, que o internato destinava-se aos considerados abandonados e não mais aos condenados por ato crime pelo Juiz de Menores.

O ano de 1972 serve de referência final, pois em 31 de janeiro de 1973, os Irmãos Maristas deixaram o já Educandário 25 de Novembro, após o Estado ter interrompido o convênio existente entre ambos e assumido a administração com seu corpo funcional, o que por si só já representava uma mudança significativa no ambiente cotidiano. Por exemplo, até 1970, os Maristas usavam batina preta, crucifixo, os novos eram civis e usavam trajes civis, além de toda redefinição das rotinas e regras que antes já estavam subjacentes à vida no Educandário, posto que os religiosos estiveram 32 anos ali.

Essa troca de gestores esteve bastante influenciada pelas noções da área do Serviço Social (além da Psicologia, Direito, Medicina, Pedagogia, Psiquiatria) dirigidas ao trabalho com os “menores institucionalizados”, bem como pela política da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, que preconizava a ampliação do número de “menores” de dezoito anos recebendo atendimento do poder público, principalmente em suas famílias, ou em semi-internato, e excepcionalmente em internatos “fechados”. Para isso, condicionava adequação das práticas nos Estados às suas diretrizes, para que pudessem receber verba federal.

Quanto ao tema do Abrigo de Menores, ele foi objeto de um trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais<sup>17</sup> e um em História<sup>18</sup>. Uma dissertação de

---

<sup>17</sup> BRONCATO, Rita. *O nosso Abrigo de cada dia: representações dos ex-internos do Abrigo de Menores em Florianópolis*. Monografia (Conclusão de Curso em Ciências Sociais) UFSC, Florianópolis, 2003. Buscou,

mestrado em História foi elaborada por Ackermann, que tratou da década de 1940, abordando a questão das justificativas do Juízo de Menores e do Governo do Estado para a construção da instituição, relacionando isso ao processo de modernização e de disciplinarização social do período; a seleção do público para o Abrigo entre as camadas populares e os procedimentos dirigidos aos internos, que denominou de *cidadão em linhas de montagem*; as tensões entre Juiz de Menores e Maristas; além de tratar também da vida das famílias e dos internos antes da internação. Para isso, utilizou-se de prontuários, de certidões de sentença de abandono, ofícios trocados entre as autoridades, e também a fonte oral, o que para ela trouxe a dimensão da resistência dos internos ao cotidiano institucional. Fez um trabalho de crítica séria.

A respeito dos rapazes encaminhados à internação no Abrigo, eles provinham de setores sociais pobres. Isso, todavia, não determinava um único modo de como eles viviam essa condição, mas sinalizava dificuldades e restrições, em alguma medida, comuns. Os laços de convivência familiar desses meninos geralmente eram constantes com a mãe, essas solteiras ou separadas, quando o pai desaparecia, falecia ou saía de casa; às vezes, com o pai, quando a mãe desaparecia, falecia ou saía de casa; às vezes se dava com parentes (avós, tios), quando os pais abandonavam as crianças, ou faleciam; às vezes a criança morava com um pai, depois com o outro, depois com algum parente, depois voltava a viver com um pai ou outro, convivendo com várias pessoas ao longo da infância. Convergente é que todos acabavam por serem internados.<sup>19</sup>

Nessas idas e vindas, quando se tinha outros irmãos, freqüentemente se afastavam uns dos outros. Às vezes, tornavam a morar junto. Depois, separavam-se novamente. Enfim, tal situação atingia as crianças da casa. Isso tudo configurava

---

partindo do diálogo com as referências de Gofmann e de Foucault, pensar o tema da internação e da instituição em relação às falas de alguns ex-internos. Relativizou algumas conclusões daqueles autores. Por vezes, não problematizou os relatos, mas não chegou a fazer “proselitismo” do que lhe foi narrado.

<sup>18</sup> MELLO, Mabel de Souza. *Abrigo de Menores-1940-1972: a educação marista na sociedade catarinense*. Monografia (Conclusão de Curso em História).UFSC, Florianópolis, 1997. Utilizou-se de fontes orais, resultado da entrevista com Maristas (um ponto positivo), mas não conseguiu se distanciar do discurso emitido pelos mesmos para pensar o processo histórico que estava analisando. Se fosse um livro de memórias meramente, o problema seria menor, porque seria a exposição do relato a partir do ponto de vista específico de quem narrou, sem a mediação e reflexão crítica dos aspectos históricos envolvidos pelo autor, que reproduz o material, mas por se tratar de um “trabalho de História”, se esperaria uma análise, uma observação, um distanciamento mínimo das questões abordadas. Ao contrário disso, o trabalho parece fazer “proselitismo” aos religiosos, por incorporação dos juízos de valor destes no texto da autora.

<sup>19</sup> Isso não é extensível a todas as situações de todas as crianças que passaram por isso em Santa Catarina. Pelo contrário, apenas para exemplificar essas idas e vindas, estendia-se também às meninas, e dessas nenhuma foi para o Abrigo. Ou seja, essas práticas que envolviam as crianças, suas famílias e às vezes terceiros, era muito recorrente. Uma parte dos rapazes apenas é que foram parar no Abrigo.

experiências afetivas difíceis de lidar pelas crianças e maculava por vezes o sentimento em relação aos pais.

Filhos de lavadeiras, empregadas em casa de família, cozinheira, costureira, operário(a), agricultor(a), servidor(a) público, sapateiro, desempregado(a), mendicante. Meninos trabalhadores; ajudantes das tarefas de casa; mendigos; que brincavam; jogavam; banhava-se ao mar; corriam e andavam pelas ruas; subiam em árvores; atiravam pedras; se sociabilizavam; passavam por bons e maus momentos, mas viviam essa condição de classe de idade (infância)<sup>20</sup> enquanto experiências constitutivas de suas trajetórias e também do social.

A ida dos meninos para o Abrigo não representava virar uma página da vida infantil e começar a escrever uma nova página do zero. Significava sim se afastar de modos e relações vividas num certo cotidiano e ingressar num regime em que essas referências seriam reconfiguradas profundamente no ambiente, na rotina, nas regras em grande medida impostas pelos Maristas enquanto atividades destinadas a ocupar os dias, mas que eram tratadas, interpretadas, tencionadas, apropriadas pelos internos, que inventavam dentro das condições possíveis espaços de fuga, em que inscreviam, às vezes de forma sutil, às vezes mais abruptas, suas experiências; estas, ora na dimensão particular, pessoal, ora na dimensão coletiva, como Abrigado, pertencente a uma comunidade de semelhantes com sentimentos às vezes compartilhado<sup>21</sup>; faziam escolhas, tomavam decisões. Dentro disso, passavam também a ser os “analistas, avaliadores, críticos” daqueles que eram seus pais, seus educadores, seus julgadores, ou seja, estabeleciam o olhar pelo lado inverso, enxergando os adultos, como diria Benjamin, à contrapelo<sup>22</sup>, e nessa relação, estabeleciam a alteridade social, em muito silenciada, mas que existia e que pretendo sinalizar ao longo do trabalho, sobretudo pelos relatos dos ex-Abrigados, mas também pelos prontuários, comunicados de fuga, de punição, registros escolares, certidões de sentença de abandono, entre outros.

O olhar do próprio sujeito que viveu a infância em internatos, a respeito de suas trajetórias, foi objeto do livro de memórias coordenado por Portelli, que tratou dos meninos que passaram pelo *Borgo Ragazzi Don Bosco*, na cidade de Roma, Itália, como

---

<sup>20</sup> KUHLMANN JÚNIOR, Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.15 e 28.

<sup>21</sup> Ver: ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Unicamp, Imprensa Oficial, 2000 (especialmente pág.132).

<sup>22</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: IDEM. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura: obras escolhidas*. v.I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.225.

internados ou externos, a partir do pós-segunda guerra mundial, quando a instituição passou a funcionar, até a década de 1960. Ainda se observou a perspectiva dos próprios Irmãos Salesianos, que implementaram e ainda mantêm a instituição<sup>23</sup>.

O Borgo tinha uma forte inserção na comunidade onde estava localizado, numa região periférica de Roma, pois era uma instituição aberta aos meninos dos bairros da redondeza, no que se diferenciava do Abrigo, que destinava-se aos declarados abandonados pelo Juiz e recebia rapazes de todo o Estado. No primeiro, a rotina era mais flexível e as relações de sociabilidade com os moradores era mais ampliada do que no Abrigo, que tinha rígida rotina, pois se era obrigado a participar das atividades prescritas e nos horários determinados, sob a supervisão dos Maristas, e quanto às relações com o “mundo externo”, essas eram muito eventuais. As pobreza dos meninos de um e de outro, tinham graus de semelhança. Assim, o Borgo e o Abrigo emergiam às vezes como alternativa assistencial e educacional às famílias para seus filhos, onde se tinha alimentação, ensino, esporte, arte (banda de música, canto orfeônico) comum aos dois.

A forma como Portelli priorizou o acesso dos ex-meninos, hoje adultos, que passaram pelo *Borgo*, para gravar as entrevistas, foi a de selecionar nomes que lhes foram repassados pelos próprios Salesianos e que eram membros da organização de ex-Alunos e se *mantiveram com o Borgo ao longo dos anos*<sup>24</sup>. Diante dessa opção, Portelli comentou possíveis implicações que poderiam ter na imagem que se faria da instituição,

Evidentemente, elas (as entrevistas com tais pessoas) trazem na mente uma imagem do Borgo acrítica, mas positiva, de gratidão e de apreço, que poderia não ser compartilhada por alunos que se distanciaram

apesar dele ter encontrado nelas questões *problemáticas* que expressavam aspectos “contraditórios” dessas experiências, e por isso não achou necessário ir atrás daqueles que se afastaram do *Borgo*<sup>25</sup>.

Postura inicialmente diferente foi a minha<sup>26</sup>, por já ter lido as monografias sobre o Abrigo e a Dissertação, além de um livro de um ex-Abriado<sup>27</sup>. Percebia que as

---

<sup>23</sup> Cf.: PORTELLI, Alessandro (coord.). *República dos sciucià: a Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. Salesiana, 2004. Ver ainda o artigo de Montenegro, em que sinaliza olhares de crianças que viveram nas ruas sobre suas experiências, além de indicar publicações sobre o assunto: MONTENEGRO, Antonio Torres. Crianças de rua: literatura, história e memória oral. *Projeto história*, n.22, jun., p.239-258.

<sup>24</sup> PORTELLI. Idem. p.11.

<sup>25</sup> IDEM. Ibidem.

<sup>26</sup> Não gravei entrevista com os Maristas nem com ex-Juizes de Menores, isso se deveu a restrições no campo logístico e financeiro, pois a grande maioria daqueles se encontra espalhado pelo Estado de Santa Catarina. Até procurei conversar com alguns, outros se negaram a dar entrevista, outros estavam falecidos. Mas a principal razão foi diante das contingências, concentrar os esforços em busca de encontrar e entrevistar os ex-Abriados, pois foram os únicos que na documentação não tiveram oportunidade de registrar suas observações, interpretações, sensações. Oportunamente gostaria de poder gravar entrevistas com alguns

manifestações dos entrevistados, em grande parte enalteciam o caráter positivo do Abrigo, obscurecendo questões problemáticas que me interessavam discutir.

Apesar disso, acabei encontrando pessoas que eram membros das Associações de Ex-Abrigados. Com alguns, estabeleci contato prévio e conversei numa pré-entrevista. Entre eles, estavam Arlindo Beckhauser, Walter da Luz e um terceiro, que não quis gravar o depoimento. Os três mencionavam que a pessoa autorizada<sup>28</sup> a falar em nome dos Abrigados era Claudionor da Costa, com quem eu também já havia mantido contato.

O ponto comum entre eles era de que diziam só ter coisas boas para contar, apesar de ao longo desse contato emergirem questões bastante contraditórias e tensas, envolvendo a família, a condição de ter sido internado, mas não estendiam tais objeções às vivências dentro do internato; também atribuíam àquilo que eles se tornaram na vida adulta, trabalhadores, pais de família, como consequência única da passagem pelo Abrigo e ao tratamento dispensado pelos Irmãos Maristas. Acabei gravando entrevistas com os três.

Entrei em contato com outros depoentes a partir da seleção de nomes, junto à documentação pesquisada – prontuários, cartas – em que havia indicativos de que possivelmente suas passagens pelo Abrigo estivessem imersas em experiências “problemáticas”. Pois existiam anotações em suas “fichas disciplinares”, nos prontuários.

Relacionei outros ex-Abrigados, também através dos prontuários – ao total foram cerca de 160 nomes –, utilizando como critério o período em que os mesmos teriam ingressado no Abrigo – 1949, 1960, 1970 – independentemente de ter ou não anotação ou registro que me permitisse imaginar uma passagem mais complicada. Isso porque queria ter a oportunidade de conversar com pessoas que estiveram internas no período coincidente com o marco temporal inicial da pesquisa (1950), no período da metade (1960) e no período final (1970). A respeito deste último, tinha interesse especial, pois este foi o período de mudanças no Abrigo. Queria perceber ainda, como isso teve impactos ou não na vida dos internos, através de transformações e permanências das práticas rotineiras.

---

religiosos e também ex-Juizes.

<sup>27</sup> LACERDA, Valci. *O menino do Abrigo de Menores: história chocante do nascimento, desenvolvimento e desaparecimento do maior educandário para criança do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Valci Lacerda, 1998.

<sup>28</sup> Chauí trata do discurso competente num campo ampliado de relações de poder, em que determinados sujeitos ou instituições ou representantes dessas são legitimados e reconhecidos, ou se legitimam pelo poder que ocupam, a pronunciar a fala autorizada sobre certas questões, dentro das quais a ideologia estaria constituindo e modulando o discurso produzido. No caso em que eu referencio, tal acepção deve ser tomada no seu caráter analógico, poderíamos dizer que é um pequeno micro-discurso competente pelos efeitos de poder que ele gera. Ver. CHAUI, Marilena. O discurso competente. In. IDEM. *Cultura e democracia*. – 10ªed.–São Paulo: Cortez, 2003, p.03-13. Em sentido semelhante ver: BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In.: ORTIZ, Renato(org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água, 2003, p.145-146.

Ao total foram doze ex-Abrigados entrevistados, que entraram entre 1949 e 1968, sendo que um deles permaneceu na instituição até 1977, o que acabou envolvendo uma multiplicidade de versões, olhares, interpretações a respeito da experiência do Abrigo e também dos modos como viveram a infância. Alguns viveram sempre em Florianópolis, outros viveram na capital e depois foram residir em cidades do interior, quando então retornaram à capital para serem internados. Outros viveram sempre no interior e foram direto para o Abrigo. Hoje, todos com quem conversei, moram ou em Florianópolis ou em cidades das imediações, trabalhando ou tendo hábito de ir com frequência à capital e remeteram-se às mudanças e à destruição da região em que ficava o Abrigo, como também de suas instalações, inclusive às reivindicações para que a Associação de Ex-Abrigados tivesse um espaço para a sua sede, nos antigos terrenos, o que até o momento não aconteceu. Por outro lado, parte da área foi “loteada” para empreendimentos comerciais, como o “Sacolão” (lugar de venda de hortigranjeiros), a Sociedade de Tenistas; para instituições como a Promenor (Sociedade Promocional do Menor Trabalhador); para o trânsito urbano com o trecho da Avenida Beira-Mar Norte, passando naquilo que era a Beira-Mar do Abrigo.

Entre as profissões que os depoentes exercem aparecem a de funcionário público, taxista, desempregado, aposentado, médico, zelador de prédio, mestre de obras, gráfico, vendedor, administrador de empresa. Eles já foram carteiros, soldados militares, jogador de futebol, servente de pedreiro, porteiro de boate, pequeno empresário, caseiro, cozinheiro, monitor da Fundação Catarinense de Bem Estar do Menor, guarda particular, músico, ajudante de carga. São casados, solteiros, separados, com ou sem filhos.

Nessa medida, esses relatos foram representativos<sup>29</sup> de uma parte da diversidade das experiências vividas e compartilhadas<sup>30</sup> pelos ex-Abrigados antes, durante e depois da internação, isso porque os relatos provenientes das entrevistas me revelaram alegrias, sofrimentos, contradições, ambigüidades, tensões, conflitos, sentimentos, afetos, tristezas, luta, desafios, dificuldades e superações. Muitos mantiveram uma postura de defesa do Abrigo, sobretudo nos primeiros momentos das entrevistas, para depois de terem avaliado minhas intenções a respeito de suas vivências e de que eu não procurava indícios para desmerecer nem eles nem a instituição, teceram observações mais críticas, geralmente

---

<sup>29</sup> Cf. PORTELLI, \_\_\_\_\_. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, v.1, n.2, dez, p.69, 1996.

<sup>30</sup> A respeito de reflexões sobre a multiplicidade das experiências sociais compartilhadas, ver KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. in. IDEM; FENELON, Déa Ribeiro; ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004, p.116-138.

sucedidas por falas que buscavam reforçar aspectos positivos. Entre os temas mais problemáticos de falar estava o do exercício da sexualidade, que eu propus a alguns depoentes, mas percebendo que as respostas eram evasivas e desconfortáveis, optei por não ir adiante.

Algo que permeou e esteve subjacente à fala dos ex-Abrigados, e que inclusive os fez positivarem muitas vezes excessivamente as vivências no Abrigo e os procedimentos dos Maristas ali, foi a questão do estigma que é hegemônico sobre a origem social das crianças – “delinqüentes” ou abandonados – que acabaram por ser internados em instituições, como Abrigos, Educandários, Reformatórios, Escolas de Preservação, bem como aquele que se atribui às pessoas que passaram por esses locais como internos, que ou “viraram bandidos”, posto ser “escolas do crime” e “vestibular para cadeia”<sup>31</sup> ou então sofreram violências físicas, sexuais, privações excessivas, espancamentos, revoltas, quebra-quebras. Em alguns casos, os funcionários estariam envolvidos.

Parte do estigma é criado por quem quer estabelecer uma crítica justa ao sistema de intervenção e interferência sobre a infância pobre, que é encaminhada para tais instituições; às políticas sociais autoritárias; aos projetos políticos conservadores<sup>32</sup>. Partem muitas vezes de experiências concretas e expressivas em dados locais e constroem uma referência que não é compartilhada por todos aqueles que tiveram uma coisa em comum: foram internos em instituições para a infância. Nesse aspecto, a reflexão de Sarlo destaca-se como importante, quando ela escreve que

um olhar político aguça a percepção das diferenças... trata-se de atentar no menos visível... olhar politicamente... supõe descobrir as fissuras no consolidado<sup>33</sup>,

<sup>31</sup> Vestibular para cadeia: Febem Paulista. *Reportagem*, ano 5, n.69, jun.,p.7-8, 2005.

<sup>32</sup> O título do livro de Silva é muito sugestivo a respeito do assunto, fazendo uma associação imediata entre a passagem por instituições de internação, no caso a FEBEM de São Paulo, e a vida do crime. Embora o trabalho dele tenha como fator importante a própria vida dele como interno em tal sistema, e que trouxe-lhe dificuldades na vida, inclusive a alternativa à vida de delitos, que ele cometeu e acabou preso. Ver: SILVA, Roberto da. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ática, 1997; ALTOÉ, Sônia. *De “menor” a presidiário: trajetória inevitável?* Rio de Janeiro: Ed.Usu, 1993. Essa autora questiona exatamente esse tipo de relação imediata entre “egressos do sistema Febem” e a vida ligada ao crime, citando estudo da FUNABEM, em que cerca de 10% dos que saíram do sistema entre 1966-1974, foram presos por cometimento de crime. Mas ela critica as dificuldades enfrentadas por quem deixa o sistema para conseguir reestabelecer laços e conseguir estruturar um projeto de vida. Sobre esses assuntos, ver: PASSETI, Edson; IZIQUE, Maria Claudia; ARRUDA, Reinaldo; BORN, Tomiko; QUEIROZ, José J. (orgs.) *O Mundo do menor infrator*. São Paulo: Cortez, Autores associados, 1987 (especialmente cap.7). PASSETI, Edson (coord.). *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Ed. Imaginário, 1999 (especialmente o item “Encarcerado”). Referências ligadas à comunicação impressa: Eu acuso! Revelações sobre os horrores da FEBEM. *Caros Amigos*, ano VIII, n. 90, set. 2004, p.34-38; Jovens rebelados. E não é Brasil/Na Febem dos EUA, infratores na cela 23h por dia. *O Estado de São Paulo*, 27 de fev. 2005, p.C5. O livro de Medina, censurado pela ditadura brasileira em 1974, comenta a situação vivida por ele na Argentina, expressando os horrores do sistema de internação naquele país. Ver: MEDINA. Enrique. *As tumbas*. –trad. Glória Rodríguez do original “Las Tumbas” – São Paulo: Brasiliense, 1974.

<sup>33</sup> Cf. SARLO, Beatriz. Um olhar político. In. IDEM. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997, p.60.

sem perder a dimensão da crítica social ao poder, às relações autoritárias.

O estigma foi vivido por ex-Abrigados na própria pele, segundo Walter da Luz: *havia o estereótipo de que quem está no Abrigo de Menores não podia ser boa coisa.*

Todavia, ele, hoje como adulto, ajuda a reproduzir aquilo que lhe marcou quando jovem

na verdade nós não tínhamos gente saindo pra penitenciária, não tinha ninguém matando ninguém, ninguém roubando. Bem diferente da Fucabem (Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor) de hoje, ou de ante ontem...na minha visão, quero que fique registrado, é um caminho pra transgredir após os dezoito: penitenciária!

Nessa medida, os relatos orais são construídos no presente dos entrevistados, em relação às suas trajetórias de vida, onde a interpretação do passado não se afasta das ressignificações<sup>34</sup> permanentes sobre as suas experiências, ganhando importância os significados do narrado e a subjetividade do narrador. Dentro disso, trabalhar com *fontes orais* foi um desafio, não apartado de tensão e temor, quer pela minha inexperiência, quer pelas possíveis implicações e dificuldades atinentes ao meu diálogo com os ex-Abrigados e tradução das reflexões neste texto.

Utilizo-me ainda de jornais publicados na capital do Estado, para perceber, principalmente, como a infância pobre, sobretudo aquela que usava das ruas no seu cotidiano, era representada nesses veículos, em que artigos de colunistas, notícias, poemas, estabeleciam uma associação entre aqueles modos de viver e a “delinqüência”, que não se verificava como uma expressão dos índices de “delinqüência juvenil” registrados pelo Juízo de Menores no período.

Do Juízo de Menores analisei relatórios, cartas e certidões de sentença de abandono. Documentos nos quais as finalidades atribuídas ao Juízo e ao Abrigo ganhavam vazão e se “materializavam” na intervenção da sentença que afastava o poder dos pais sobre seus filhos encaminhados ao Abrigo. Também aparecem ali olhares sancionadores sobre os modos de viver de segmentos populares, em que a ação do Juiz de Menores propunha-se a substituir as supostas “deficiências” identificadas.

Os processos de abandono do Juízo (hoje Vara da Infância e da Juventude) receberam minha atenção no momento do levantamento de fontes para o projeto apresentado na seleção do Mestrado (1ºsem. 2003). Entretanto, no momento em que eu iria trabalhá-los mais detidamente, foram-me vetados pelo Juiz titular da Vara, sob a alegação de “segredo de Justiça”. Apesar de minha insistência, inclusive tive um a audiência com o Magistrado, não pude desenvolver a pesquisa em tal acervo.

---

<sup>34</sup> Cf. BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Taq, 1979.

Do Governo do Estado, acessei as Mensagens do Governador à Assembléia, cartas da Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde (o nome da Secretaria mudou ao longo do tempo), à qual o Abrigo de Menores estava subordinado, em que se verificava os encaminhamentos burocráticos relativos à gestão do Abrigo e à internação de rapazes; percepções a respeito das finalidades do Abrigo e a quem ele se destinava; práticas paternalistas em relação a pedidos de políticos para que fossem internados determinados rapazes, indicando que por vezes havia uma negociação social envolvendo os familiares, que buscavam internar os seus meninos como um recurso assistencial e educativo diante das carências vividas.

A respeito dos Irmãos Maristas, tive acesso aos Boletins da UCE (União Catarinense de Educação), publicações e cartas de circulação interna, mas que continham referências ou textos sobre o Abrigo; Relatórios e cartas relativas à administração do internato. Em todas iam aparecendo olhares dos religiosos sobre o internato, relacionados ao trabalho e ao papel deles ali: “entregar pessoas úteis à nação”; aos problemas identificados nas atividades cotidianas, como deficiência das oficinas, envio de rapazes considerados “inconvenientes” à disciplina, por exemplo; às atividades desenvolvidas na rotina com os Abridados, como os rendimentos escolares, a produção nas oficinas de “profissionalização”, a produção nas hortas ou na seção agrícola, o trato disciplinar “suave” (sob a interpretação deles); à solicitação de novos funcionários.

Nos documentos trocados entre os Maristas, Governo, e Juiz de Menores, apareciam as tensões existentes; as disputas pelo projeto de qual deveria ser o perfil do Abrigo; os conflitos relativos a certos procedimentos adotadas internamente pelos religiosos, como castigos, a falta de atenção do Governo às demandas dos Irmãos e também do Juiz.

Nos prontuários, além daquelas questões apresentadas como relativas aos Abridados (resistência, por exemplo) apareciam o lado de como os religiosos enxergavam os internos, quais atos consideravam faltas graves passíveis de registro, de que maneira avaliavam o aproveitamento escolar, nas oficinas, nas atividades cotidianas. Ao contrário da pesquisa de Bernal<sup>35</sup>, que se deparou com volumosos prontuários no Serviço Social de Menores de São Paulo, no caso do Abrigo, a regra era a exigüidades de informações, de registros, de anotações, mas ainda assim era possível identificar-se indicativos da vida cotidiana.

---

<sup>35</sup> BERNAL. Idem.

Isso passou a mudar significativamente no final da década de 1960, quando pessoas com formação na área do Serviço Social começaram a produzir documentos, a fim de averiguar e registrar mais dados a respeito dos internos. Os prontuários da década de 1970, têm uma conformação bem mais volumosa nesse sentido, inclusive a troca de documentos entre as autoridades existe em grande quantidade. Sendo que essa questão também serve como indício dos novos procedimentos que estavam atingindo as práticas do poder público dirigidas à infância pobre em geral.

No local onde estavam os prontuários (Centro Educacional Dom Jayme), estavam também as fontes iconográficas utilizadas ao longo deste texto. Estas não serão utilizadas em todo o seu potencial, nem em sua complexidade, pelo fato de que demandariam toda uma técnica e discussões que fogem da alçada deste trabalho.

Enfim, quero perceber as tensões, os conflitos, as disputas, as resistências, a subjetividade dos sujeitos, as ambigüidades, a densidade e a complexidade do processo social, que reafirmo, é constituído por e com as crianças e adolescentes, ou seja, estes são protagonistas de suas trajetórias, fazem escolhas, criam alternativas, resistem, exercitam-se enquanto pessoa, brincando, andando, falando, sofrendo, estabelecendo estratégias para a sobrevivência, vivenciam suas condições de filho, agregado, órfão, redefinem critérios de significação em relação à dinâmica social vivida por si. E nessa condição de protagonistas, são “vistos” e “percebidos” pelo social e interpretados pelos adultos, quando projetam ações voltadas à infância.

## CAPÍTULO 1

### ABRIGO DE MENORES: uma instituição social em permanente construção

#### ESTADO NOVO REALIZA OBRAS

Entre os dias 9 e 12 de março (1940), Getúlio realiza a primeira viagem à Santa Catarina na condição de chefe de governo. Inaugura uma leva de obras realizadas com a chegada do Estado Novo.//...A segunda feira, dia 11, é de muitas inaugurações pela região central da Capital. Entre elas a do Departamento de Saúde Pública e da Colônia Santa Tereza.//Ele também inaugura o abrigo de menores (sic), o novo pavilhão da Penitenciária de Pedra Grande e o Grupo Escolar Getúlio Vargas, no bairro Saco dos Limões.

#### A VISITA DO EXMO SR. DR. GETÚLIO VARGAS.

[...]15 1/2h. Inauguração do Abrigo de Menores, falando o Juiz de Menores da Capital, Dr. Hercílio J. da Silva Medeiros

<sup>36</sup>.

Não fosse a distância temporal de 64 anos existente entre a edição dessas duas notas publicadas em diferentes jornais da capital catarinense, a primeira no *Diário Catarinense* de 22/8/2004, e a segunda n' *O Estado* de 9/3/1940<sup>37</sup>, poderia se imaginar ambas difundindo numa mesma época a inauguração de “obras” no Estado, construídas articulada e convergentemente ao projeto nacional vigente no período, encabeçado por Getúlio Vargas, que pretendia formar uma sociedade com conformações urbanas, portadora de marcos de modernização, com pessoas ordeiras, laboriosas, disciplinadas, higienizadas, saudáveis e aptas ao trabalho.

Mesmo estando relacionadas às tendências mais gerais, em Santa Catarina, as práticas sociais ganhavam feições especiais diante das suas especificidades históricas. Uma das mais marcantes ações no período do Estado Novo foi aquela dirigida à nacionalização do ensino, sobretudo, nas áreas de forte colonização alemã, característica da composição étnica-cultural das regiões próximas ao litoral norte do Estado, como bem estudou Campos<sup>38</sup>, em que o viés autoritário do projeto ficou evidenciado<sup>39</sup> tanto pelas investidas

<sup>36</sup> Além do Abrigo de Menores foi comentada a inauguração das outras obras na ocasião.

<sup>37</sup> Cf: Estado Novo realiza obras. *Diário Catarinense*, p.9-12, 22/8/2004; A Visita do Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas. *O Estado*, p.01, 9/3/1940. BPESC.

<sup>38</sup> Ver: CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normalização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 1992.

<sup>39</sup> Tal viés não foi objeto de crítica por outra dissertação, na qual se destacou aquilo que se considerou como o “caráter civilizador” da nacionalização na sociedade catarinense, pois ela agiria na *aculturação destes elementos (imigrantes) à sociedade nacional*. Ver: MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino em Santa Catarina. 1930-1940*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis. 1979, p.103-104.

do Governo Vargas quanto do Interventor no Estado, Nereu Ramos.

Ao lado disso, uma série de ações foram sendo adotadas, no sentido de se estabelecer feições “aperfeiçoadas e modernas” ao controle social – visto pela ótica do poder – sobre a sociedade catarinense: a construção da Colônia Santa Teresa, do Departamento de Saúde, da Colônia Santana, do Abrigo de Menores e “modernização” da Penitenciária. Todas iniciaram funcionamento na década de 1940, expressando esse processo.

Cada qual se dirigiria a segmentos do social e incorporava finalidades diferentes, mas as práticas levadas a termo por elas convergiriam ao projeto de controle e formação de uma sociedade trabalhadora, disciplinada e ordeira.

Constituindo isso, o Abrigo de Menores se destinava a um público e assumia finalidades específicas expressas no seu *Regulamento*, que dizia:

Art. 1º – O Abrigo de Menores é destinado a internar, até que tenham conveniente destino, os menores de sexo masculino, de oito a dezoito anos, postos à disposição do Juízo de Menores nos termos da lei.

[...] Art. 50 – A educação ministrada no Abrigo deve ser, quando possível, integral: intelectual, física, manual, artística, cívica, moral e religiosa, e ser orientada para que o aluno, sem ser pelo temor de reprimendas ou pela preocupação de prêmios, desenvolva em si a noção de responsabilidade, o respeito aos seus superiores e o hábito de uma racionada disciplina voluntária.

Art. 51 – Aos menores pervertidos ou considerados infratores às leis penais, serão prestados cuidados especiais para a sua assistência educacional, de modo a regenerá-los sem os humilhar, ficando sujeitos ao regime ordinário dos demais internos.<sup>40</sup>

A disposição espacial da construção física de tais instituições pelo território como que expressava alguns de seus propósitos iniciais.

O Departamento de Saúde foi levantado na região central de Florianópolis, buscando facilitar o acesso aos seus “serviços”, potencializando o exercício do controle de epidemias; aproximando-se do trabalhador para que este, ao ficar doente, fosse curado com brevidade, e servindo de posto “avançado” para esquadrihar o público e selecionar os “pacientes” para instituições como a Colônia Santa Teresa (hansenianos), a Colônia Santana (“doentes mentais”), o Hospital Nereu Ramos (tuberculosos), intervindo assim na organização da cidade e na vida de seus moradores.

As Colônias Santa Teresa e Santana, diversamente, foram construídas afastadas de núcleos urbanos, ficando em cidades próximas da capital, sinalizando o interesse de passar uma borracha na existência socialmente compartilhada dos sujeitos “qualificados”

---

<sup>40</sup> Cf. Decreto Estadual n. 3.017 de 4/8/1944. Baixa o regulamento do Abrigo de Menores. APESC.

como doentes mentais e hansenianos<sup>41</sup>, segregando-os (corpos, existências) do ambiente social.

A Penitenciária do Estado estava situada na capital, mas ficava distante do centro, no atual bairro da Trindade e, em alguma medida pretendia deixar evidente a segregação social pela qual passaria aquele que cometesse crime, sem entretanto perturbar a sensibilidade visual da vida urbana cotidiana.

Nos arrabaldes do centro da capital, num bairro considerado por um cronista<sup>42</sup> o local *de mais vida* na *Ilha de raridades* – o Agrônômica –, o Abrigo de Menores foi construído. Sua localização como que falava de suas estratégias institucionais iniciais: nem estava próximo demais ao centro, para ser impertinente ao seu cotidiano; nem estava longe o bastante para ser percebido como um lugar meramente de segregação social de segmentos da infância pobre.

Se a presença geográfica dessas edificações expressava em parte os objetivos iniciais de cada instituição, esse fato não encerrava nem aprisionava a forma, o uso e os propósitos que seriam constituídos, cambiados e reconfigurados na trama sócio-histórica envolvendo elas.

Entretanto, além destes, outros projetos e construções foram encaminhados por sucessivos governos, autoridades, respaldados por diversos segmentos sociais como empresários, políticos, meios de comunicação (jornais, rádio)<sup>43</sup>, no sentido de compor uma sociedade catarinense trabalhadora, ordeira, hierárquica e economicamente dividida. Nisso, a grande massa da população não pode ser pensada num papel meramente passivo; pelo contrário, apropriava-se e usava ao seu modo os projetos, as instituições, os políticos. Por

---

<sup>41</sup> O público ampliado, não só os que poderiam ser, ainda de modo inadequado, considerados “doentes mentais”, mas outros considerados “disfuncionais”, incômodos à elite ou à política autoritária, também eram encaminhados a essas instituições. Portanto, produzia-se a “loucura” socialmente. Cunha indicou os “sujeitos internados” em diversas categorias como “ovelhas negras” das “famílias burguesas”, indivíduos “incapazes” de se adequarem ao mundo urbano e do trabalho, depósito de “vadios e prostitutas, loucos morais”, e a “tipologia” dos internos seria aberta, ficando ao domínio do médico a definição da existência da “doença”. Ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*: Juquery, a história de um asilo. São Paulo: Paz e terra, 1986, p.117, 141.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Moacyr de. Bilhetes de Florianópolis: Vida de Bairro. *A Resistência*, p.5, 12/12/1956. BPESC.

<sup>43</sup> O trabalho que é citado a seguir, dispõe sobre a ocupação de cargos-chaves na condução da política e da economia do Estado de Santa Catarina por setores empresariais e políticos, sinalizando o estabelecimento de redes, por vezes chegando ao nível familiar, estratégicas e de compromissos na condução das questões de Estado e na disputa pela assunção ao poder deste, apontado a influência e o poder de setores sociais elitizados economicamente; ver: MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 1998.

vezes, o “medo do povo”<sup>44</sup> fez com que iniciativas, que em alguma medida os beneficiassem, fossem adotadas.

Mas, neste momento, o meu interesse é o de refletir sobre o projeto de intervenção dirigido a uma certa infância, com um certo modo de vida, pertencente a uma segmentação social pobre, em Santa Catarina, na capital Florianópolis, pois ali foi construído o Abrigo de Menores e instalado o único Juízo de Menores do Estado no período, inaugurando-se uma nova experiência social.

Ainda antes da construção do Abrigo, em 1935 fora sancionado pelo Governador do Estado de Santa Catarina, Nereu Ramos, o decreto de criação do *Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinqüentes*<sup>45</sup>, que pretendia ser o instrumental adequado para a execução das determinações do *Código de Assistência ao Menor de 1927*<sup>46</sup>, e que atendia algumas das demandas sociais emergentes no Estado a respeito da infância.

O Código de Menores era em grande medida uma consolidação de leis anteriores produzidas sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX, que versavam sobre diversos aspectos da infância, como o trabalho infantil, formas de assistência à infância, regulamentos de instituições “correcionais, de reforma e de prevenção”, procedimentos judiciais envolvendo a infância<sup>47</sup>. Ele tinha como foco ampliar o poder de interferência e controle sobre a vida dos setores pobres.

Esse Código também dispunha a respeito dos encaminhamentos que deveriam ser dados àquelas situações em que a interferência do Juiz era indicada como necessária quando se identificasse, a condição de *menor abandonado* ou de *menor delinqüente*<sup>48</sup>, entre outras, havendo assim necessidade de interná-los em *escola de preservação ou de reforma*<sup>49</sup>.

O Código tinha abrangência nacional, com exceção da parte regulamentar do *Juízo de Menores da Capital Federal*. Em função disso, o Decreto Estadual n.78

---

<sup>44</sup> Rago trabalhou muito bem essa questão da pressão sofrida pelo patronato e pela elite política da possibilidade da perda da capacidade de conduzir os corpos à exploração capitalista, e do controle ideológico do país, o que teria lhes “obrigado” a ter que negociar benefícios nas disputas com os trabalhadores, a fim de diminuir resistências e conflitos, além de buscar sua docilização. Ver: RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 3ªed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

<sup>45</sup> Decreto estadual n.78, de 22/8/1935, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, p.01-2, 23/8/1935. Cria o Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinqüentes.

<sup>46</sup> Decreto federal n. 17.943-A, de 12/10/1927. Consolida as leis de Assistência e Proteção aos menores.

<sup>47</sup> Ver: RIZZINI, Irene. *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Usu, Amais, 1997. Essa autora discute e tenta perceber a forma como foi se delimitando as discussões e as legislações que acabariam por definir os objetivos do Código de Menores de 1927.

<sup>48</sup> Cf. Decreto n. 17.943-A, Art. 26 a 30; e, 68 e 69.

<sup>49</sup> Cf. Idem. Art. 55, 79 e 80.

regulamentou o tema em Santa Catarina e, tendo em vista o público potencial de sua ação, previu os destinos possíveis àqueles que seriam objeto de sua intervenção, apesar de ter seguido o modelo do Juízo da Capital Federal, Rio de Janeiro.

No primeiro momento da apreensão ou recolhimento das crianças, existiria um “Abrigo”, de caráter provisório, anexo à estrutura física do Juízo, que deveria ter duas seções, uma masculina e outra feminina, sendo destinado à classificação das crianças. Tal procedimento seria realizado por um médico<sup>50</sup>. Ato contínuo, elas seriam encaminhadas ou para *escolas de preservação ou reforma (art.19 e 21)* conforme o motivo do recolhimento, a idade e o grau de perversão (art.18,§1º), escolas essas que seriam destinadas a ambos os sexos, e onde então o projeto de *reforma e educação física, moral profissional e literária (art.19 e 20)* seria executado.

A idéia inicial e “ideológica” era de separar os corpos na intenção de à cada grande grupo, e à cada sexo, impingir práticas específicas. Por isso da divisão entre as duas “escolas”. Isso, entretanto, por questões de política econômica e do próprio baixíssimo índice de “criminalidade infantil”, fez com que o Abrigo, ao invés de ser uma casa de passagem, se transformasse no próprio local de internação permanente apenas de meninos considerados tanto abandonados, quanto delinquentes(pelo menos até 1945). Antes dessa definição do funcionamento do Abrigo, o Juiz de Menores nutria esperanças diferentes:

Cremos que até o fim do presente ano (1936), constituirá uma feliz realidade a instalação do Abrigo de Menores, complemento indispensável deste Juízo...com capacidade de alojar 200 menores, de ambos os sexos, inclusive os recolhidos às...Escolas de Preservação e Reforma (que) funcionarão anexas...o Abrigo satisfará por largo espaço de tempo às necessidades mais prementes do nosso Estado.<sup>51</sup>

A criação do Juízo trouxe consigo a necessidade de sua justificação enquanto instituição voltada à intervenção, proteção e assistência da família e da infância, sobretudo pobre. Assim, os primeiros relatórios (1936, 37, 38) apresentavam a atuação do Juiz de Menores como indispensável à “proteção do trabalho infantil”; à satisfação das necessidades das crianças consideradas abandonadas, colocando-as em famílias sob tutela ou guarda; ao controle da circulação infantil por espaços da cidade como a rua, o cinema; à prevenção da “corrupção” ou do ingresso numa vida *viciosa, desordeira, delinquente*; e, ao

<sup>50</sup> As referências a seguir, até outra nota, têm suporte nos artigos 5º,18,§1º,19 e 21 do Dec. n. 78/1935.

<sup>51</sup> ESTADO DE SANTA CATARINA. *Relatório do Juízo de Menores da Comarca da Capital*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1936, p.11. Relatório relativo ao exercício de 1935. BPESC.

investimento para construção de uma sociedade *ordeira e sensata*<sup>52</sup>.

Desse modo, Hercílio Medeiros, Juiz de Menores de 1935-42, no *Relatório de 1937*, baseando-se na Exposição de Motivos do Código de Menores do Uruguai de 1934, tratou como indispensável a existência do poder ao qual estava à frente ao escrever que

O delito cometido por uma criança ou por um adolescente é muito amiúdo de um episódio, um acidente em sua vida de liberdade, de vadiagem ou de abandono; outras vezes é o fruto inevitável do ambiente que se respira em um lar vicioso e desorganizado; de outras, é a conseqüência de estigmas congênitos ou adquiridos...interessa...é saber quaes foram os fatores que colocaram o menor no despenhadeiro do crime, para dele afastá-lo e impedir que no mesmo caiam outros...REQUER-SE UM MAGISTRADO ESPECIAL, DE CONDIÇÕES ESPECIAES E COM ATRIBUIÇÕES ESPECIAES(sic)...habilitado a averiguar si a causa do delito é a hereditariedade, o abandono moral, a mendicidade, a prostituição, a irregularidade escolar, as deficiências de higiene, os máos exemplos, os máos tratos...tomando com rapidez e energia as medidas que o caso exigir; que atue com os paes preenchendo as lacunas de sua autoridade...sem os paes quando não existam...contra os paes quando indignos de exercer o pátrio poder<sup>53</sup>.

O texto sinalizava as finalidades sócio-políticas da institucionalização do Juízo, primeiro, e depois dos seus aparelhos de ação como o Abrigo. O enfoque era o de, sob o argumento de prevenir a emergência da criminalidade juvenil, depois adulta, legitimar a interferência sobre modos de vida identificados pelo olhar “competente”, vigilante e sancionador do Juiz, como inadequados por diferentes razões: “decaimento genético-cultural” da “raça brasileira em formação” pela origem do sujeito; vida livre potencializadora do acesso à “viciosidade”; família “inapta” a oferecer higiene, moral e alimento de modo a produzir um adulto “ordeiro, disciplinado”. À “falta” daquilo identificado como necessário, o poder se apresentava como substituto. Cito fragmentos de Certidões de Abandono

A mãe do menor era mulher de vida irregular (ele estava na casa de uma tia)...se encontra em estado de abandono...lhe falta a necessária assistência material e moral, isto é, não há quem lhe possa dar o necessário alimento, roupas, remédios e, por outro lado, ministrar-lhe os necessários ensinamentos, que devem formar o seu caráter.(o menino acabou internado no Abrigo)

Orfão de pai, e não pode sua mãe prestar-lhe assistência, por isso que vive a mesma empregada, e o menor fica entregue a si mesmo, sendo desobediente e insubmisso, ao ponto de agredir a sua própria tia, atirando-lhe uma caneca, e vivendo pelas ruas e vizinhanças. (o menino acabou encaminhado ao Abrigo)

(Três jovens teriam praticado diversos furtos) estão a demonstrar a responsabilidade que cabe ao Governo do Brasil, por não haver tomado providências decisiva de amparar a infância e a juventude, que não podem ter assistência de suas famílias, deixando que a nossa raça caminhe para o ocaso da

<sup>52</sup> Todas as menções à documentação até nova indicação em nota provêm desta: ESTADO DE SANTA CATARINA. *Relatório dos trabalhos do Juízo de Menores da Comarca da Capital durante o ano de 1936, apresentado ao Exmo. Sr. Secretário d’Estado dos Negócios do Interior e Justiça pelo Dr. Hercílio João da Silva Medeiros*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1937, p.11-12. ANUCA.

<sup>53</sup> ESTADO DE SANTA CATARINA. *Relatório dos trabalhos do Juízo...1937*, p.11-12. ANUCA.

vida, quer dizer, para seu desaparecimento. Não há exagero nessa afirmação, si recordarmos a lição que nos dá a história, com o desaparecimento de diversas raças.<sup>54</sup> (dois foram sentenciados à penitenciária, um ficou com o pai sob liberdade vigiada).

Retornando-se à argumentação do Juiz no *Relatório de 1937*, ao lê-la poder-se-ia imaginar um quadro “caótico” ou pelo menos numericamente preocupante tangente à criminalidade infantil em Florianópolis, “justificando” por isso a existência do Juízo.

Se as crianças advindas de famílias pobres eram consideradas futuras candidatas à criminalidade, e ainda antes disso, na infância já praticassem atos considerados crimes na época dos relatórios, teriam deixado evidências consideráveis disso. O problema foi que não foram deixadas essas evidências.

Apresento a listagem de registros referentes ao internamento de pessoas menores de 18 anos à Penitenciária. Os dados foram compostos pela observação de diferentes materiais e indicam números da “delinqüência infantil” inexpressivos. Esse levantamento deve ser visto com cuidado, pois ele possivelmente informa números inferiores àquele que outra pesquisa dedicada especialmente a esse aspecto poderia encontrar. Mas foi o que consegui mapear, apresento-os a seguir:

De 1935 a 1943: 82 crimes de furto, 12 internados no Abrigo<sup>55</sup> (em 1935, 3 internados na penitenciária e 6 denunciados<sup>56</sup>; em 1936: 10 na Penitenciária e 5 em liberdade assistida;<sup>57</sup> em 1940: 30 menores na penitenciária)<sup>58</sup>; em 1949: 4 presos<sup>59</sup>; em 1950: 3 presos<sup>60</sup>; em 1951: 9 presos<sup>61</sup>; em 1952: 3 presos<sup>62</sup>; em 1953: 3 presos<sup>63</sup>; em 1955: 10 presos na Penitenciária à disposição do Juizado de Menores<sup>64</sup> (1 preso<sup>65</sup>); em 1957:

<sup>54</sup> *Of. n.70 de 24/01/1950 do Juiz de Menores à Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde*, acompanha a *Certidão de Abandono Proc. n. 2375 de 08/10/1949*; *Of.n. 317 de 25/4/1950 Idem*, acompanha a *Certidão de Abandono Proc. n. 2464 de 15/4/1950*. *Of.n. 304 de 05/4/1951 Idem*, acompanha a *Certidão de Abandono Proc. n. 2626 de 04/4/1951*. Todos em APESC.

<sup>55</sup> PEDROSA, Alves. Ação social do Juízo de Menores: palestra proferida no Rotary Club de Florianópolis. In IDEM. *Assistência a menores em Santa Catarina*. Florianópolis: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943, p.26. Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>56</sup> ESTADO DE SANTA CATARINA. *Relatório do Juízo de Menores...1936*, p.11. BPESC.

<sup>57</sup> ESTADO DE...*Relatório dos trabalhos do Juízo de Menores...1937*, p.12 e 16. ANUCA.

<sup>58</sup> PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Setembro de 1940. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1940. BPESC.

<sup>59</sup> *Of. n. 51 de 19/01/1949*; *Of. n. 751 de 03/10/1949*; e *Of. 824 de 19/12/1949*, todos do Juízo de Menores à Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde. Todos em APESC.

<sup>60</sup> *Of. n. 117 de 07/02/1950 e 221 de 15/5/1950*, Idem.

<sup>61</sup> *Of. n. 304 de 05/4/1951*, n.654 de 13/7/1951, Idem; e *Of. n. Gab/2863-27 de 28/8/1951*, e, *Gab/3099-29 de 10/9/1951*, da Secretaria do Int. e Just., Educ. e Saúde, para Juízo de Menores, 1951. Acervo APESC. Ainda o Relatório do Juízo de Menores da Comarca da Capital, de 1952, relativo ao exercício 1951. APESC.

<sup>62</sup> *Of. n. 979 de 21/7/1952 e 1457 de 24/12/1952*, do Juízo de Men. para Sec. do Int. e Just., Educ. e Saúde. APESC.

<sup>63</sup> *Of. n. 199 de 23/02/1953 e 581 de 29/5/1953*, Idem, Ibidem. APESC.

<sup>64</sup> *Mensagem à assembléia do Governador Jorge Lacerda de 1956 em 15/4/1956*, p.41. BPESC.

<sup>65</sup> Relatório do Juízo de Men...de 1956, relativo ao exercício 1955. APESC.

1<sup>66</sup>; em 1958: 1<sup>67</sup>; em 1959: 2 ou 16 presos<sup>68</sup>; em 1960: 5 presos, 1 dos quais transferido do Abrigo<sup>69</sup>; em 1961: 2 presos<sup>70</sup>; em 1965: 1 “preso”: em 1966: 7 “presos”<sup>71</sup>; e em 1973: 12 presos, com 37 crimes atribuídos à adolescentes, no 1º sem. de 1973<sup>72</sup>.

Se a “delinquência juvenil” por si só não existia enquanto demanda a ser reprimida e “reformada” na dimensão de justificar a instalação do Juízo e do seu aparato, a invenção de uma potencial “juventude delinqüente” por viver de um modo reconhecido como incômodo, impertinente, vicioso e inconveniente por jornalistas, políticos, aparato do Juízo de Menores (comissários, Advogado e curador de menores), associação de moradores, poetas, proprietários, e até mesmo familiares ou responsáveis pelas crianças, passava a autorizar um processo de intervenção sobre setores infantis da sociedade.

Ao lado disso, o Juízo também assumia funções de, em muitas situações, servir como um dispositivo procurado por famílias carentes para acessarem recursos assistenciais disponíveis no período, como famílias substitutas, tutelas, ou o próprio Abrigo, indicando que elas se apropriavam e usavam em alguma medida dos instrumentos de Poder e também de outros “recursos” que vinham através de parentes, vizinhos, caixa de esmolas.

Estas situações podem ser visualizadas a partir de Arend que mapeou inclusive o recurso da participação dos setores médios e elitizados nessas redes de assistência<sup>73</sup>. Apresento agora trechos de uma *Certidão de Abandono* que também expressa parte disso:

(a mãe, viúva) vive em extrema pobreza, não podendo manter seus oito filhos apenas com o produto de lavação de roupas...as meninas, colocadas em casas de pessoas idôneas, por não possuir o Estado estabelecimento para as mesmas; aos

<sup>66</sup> *Of. n. s/n* de 18/12/1957, do Juízo de Men. para Sec. da Educ., Saúde e Assistência Social. APESC.

<sup>67</sup> *Of. n. 392* de 24/7/1958, Idem, Ibidem. APESC.

<sup>68</sup> *Of. n. 202* de 17/3/1959 e 724 de 11/12/1959, Idem. E, *Of. n. s/n*, com o Texto "O furto na delinquência Juvenil" encaminhado ao Governador Heriberto Hülse, por "Dr." Sanataella, Psiquiatra do Serviço Nacional de Doenças Mentais, do Conselho Penitenciário do Estado de S.C. s/d, *Of. n.s* da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência para Gabinete do Governador. APESC.

<sup>69</sup> *Of. n. 218* de 13/4/1960, 272 de 16/5/1960, 267 de 13/5/1960, e 393 de 25/7/1960 do Juízo de Menores à Sec. da Educ., Saúde e Assistência Social. APESC.

<sup>70</sup> *Of. n. 49* de 24/01/1961 e 103 de 16/02/1961, do Juízo de Menores à Secretaria do Interior e Justiça. APESC.

<sup>71</sup> Relatório do Juízo de Men. de 1966, exercício 1965, e, de 1967, exercício. 1966. Esses dados referem-se aos menores encaminhados à polícia civil para instauração de processo. APESC.

<sup>72</sup> CAMPOS, Nuno de. Considerações sobre o problema do menor em Santa Catarina. Florianópolis: Mimeo, 1973, p.18 e 23.

<sup>73</sup> Cf. AREND, Silvia Maria Fávero. *Filhos de criação*: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre. 2005. Especialmente capítulo 3. Azevedo descortinou também, mas em São Paulo, inúmeras práticas de encaminhamento e assistência à infância, uma das quais, ressaltada por ela foi a *soldada* que envolvia em muitos casos exploração do trabalho infantil, sob a capa da proteção à criança abandonada. Ver: AZEVEDO, Gislane Campos. “*De Sebastianas e Giovannis*”: universo do menor nos processos dos Juizes de Órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917). Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 2002. Sobre o mesmo tema ver: MARIANO, Hélio Alexandre. *O cotidiano de crianças pobres e abandonadas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX e suas experiências com a tutela e o Abrigo*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 2001.

filhos o Abrigo; o mais novo, por ter apenas 4 anos e algumas meninas permanecerão com a mãe até que aquele complete 8 anos e estas sejam colocadas em casas de família.<sup>74</sup>

Isso não afastava a necessidade do Juízo “inventar” a sua importância no trato dessas questões, nutrindo-se inclusive do recurso retórico de expor argumento e “experiência de autoridade”, atribuída a alguns países.

Desnecessário se nos afigura encarecermos...as vantagens obtidas com a criação de uma jurisdição especial, preventiva e repressiva, para a infância e adolescência, quando elas já se acham, de sobejo, proclamadas pela experiência, em seu país de origem, a grande democracia do Norte e na totalidade dos países da Europa e da América que seguiram de perto o salutar exemplo.

É que, convencidos de ser o “capital humano”, de que nos falam Jacqueline Hebrard e Alexis Carrel, a principal riqueza de um país, aquelas nações compreenderam perfeitamente que não poderiam permanecer indiferentes à sorte das crianças e dos jovens, vítimas do abandono, da miséria, da hereditariedade e de outros fatores biológicos e sociais, desde que é a juventude a fonte daquela riqueza.<sup>75</sup>

As “vítimas” nessa relação passariam a ser as “beneficiárias” do poder que não buscava simplesmente as proteger, mas também realizar investimentos de economia política na gestão e produção de corpos mais aptos a certos projetos sócio-históricos previamente estabelecidos e em alguma medida levado a termo.

Atribuindo significações para a pobreza e utilizando-se de “clássicos da literatura” e da “ciência jurídica”, o Juiz criminalizou-a:

CERVANTES...“A pobreza menospreza a honra, e a uns leva ao carcere e a outros ao hospital”[...] Essa verdade proclamada há mais de três séculos, conserva até hoje, seu viço e verdor primitivos, e dela nos servimos ainda mais para estigmatizar a maior, senão a única causadora dos grandes males que, em todos os tempos, tem afligido a humanidade [...] a miséria...tem como consequência imediata o abandono moral e material a que CARLOS DE ARENAZA denomina...de primeira etapa da delinquência infantil [...] “FERRI afirma que a miséria é uma grande causa de degeneração física e moral”...(J.BUGALLO SANCHEZ, obra citada, p. 59-60) [...] E assim é, a criminalidade infantil, não passando de um aspecto da miséria, deve, por esse motivo, ser prevenida por uma ação energética diretamente dirigida contra suas causas, uma vez que estas já nos são perfeitamente conhecidas.<sup>76</sup>

Persuasiva, a justificativa, dirigia-se aos setores elitizados. Certo, o poder atingia a infância de setores empobrecidos.

Ao lado da definição do “público alvo”, pensava-se na necessidade de se dispor dos principais instrumentos para tornar efetiva a atuação do Juízo sobre as crianças: os locais destinados a recolhê-las e interná-las, que eram o Abrigo de Menores e as Escolas de

<sup>74</sup> Of. n. 356 de 20/4/1951 do Juízo de Menores à Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde, acompanha *Certidão de Abandono Proc. n. 2499*. APESC.

<sup>75</sup> ESTADO DE...Relatório dos trabalhos do Juízo de Menores ... 1937, p.03. ANUCA.

<sup>76</sup> IDEM. Ibidem.p. 26, 27.

Preservação e de Reforma; no entanto, manifestamente expressava-se a primazia pela construção do primeiro:

Tudo estando por se fazer em nosso Estado, no que se refere á assistencia social da infancia, a solução para o problema só podia ser aquela mesma que, após maduro exame, se lhe deu: construção do estabelecimento central – Abrigo de Menores – na Capital, uma vez que as finanças não suportam...a construção de vários estabelecimentos a um só tempo.<sup>77</sup>

Ao reconhecer a restrição financeira, o investimento do Estado levou em conta a economia do poder: controlar e interferir o mais possível na direção desejada, com o menor custo. Nesse sentido o Juiz, em 1937, sugeriu ao Governador quem ele acreditava poder administrar o Abrigo por possuir condições técnicas (*um médico especialista*), ao tempo em que traria *sensível economia para os cofres públicos*, pois poderia acumular com aquela função (*psiquiatra e clínico do Abrigo*) também a de *Medico do Juizo*<sup>78</sup>.

Apesar de ter claro as contingências financeiras, o Juiz nutria “esperanças” de que a totalidade das construções pudessem ser implementadas. Quando isso acontecesse, a cidade deveria reconhecer o espaço destinado a cada instituição.

Abrigo...que é a casa central destinada á observação e classificação dos menores processados, ensina CARLOS DE ARENAZA, “deve ficar situado necessariamente na cidade...porque é nela que vai recrutar os seus pensionistas...nela se domiciliam suas familias...nela estão as escolas, hospitaes e logares de trabalho, de onde deverão recolher-se antecedentes e referencias que permitam um conhecimento mais completo do menor”. De futuro, quando a execução do programa de proteção e assistencia á infancia comportar...poderá...receber os menores sentenciados a recolhimento em escola de preservação, construindo-se, em outro local, afastado do centro...a escola de reforma em pavilhões separados<sup>79</sup>.

Cabe-me dizer que até os primeiros anos da década de 1970, esse projeto de expandir a estrutura de intervenção do Estado sobre a infância não seria atendido, e durante esse tempo, outros Juizes de Menores fizeram coro a tal reivindicação<sup>80</sup>. Mas já em 1938, o Juiz Hercílio Medeiros expressava consciência sobre as restrições dos “investimentos” limitados à construção das instalações do Juízo e do Abrigo. Assim, essa instituição, que ainda estava sendo levantada, passou a incorporar uma nova orientação pedagógica pela dificuldade que teria de separar as crianças consideradas delinquentes ou abandonadas. Ambas teriam que conviver numa mesma estrutura, fundando uma instituição que dentre os modelos existentes no campo doutrinário, seria híbrida.

<sup>77</sup> ESTADO DE...Relatório...Juízo de Men...1937, p.31 e 32. ANUCA.

<sup>78</sup> IDEM, p.36. ANUCA.

<sup>79</sup> Idem. p.31 e 32. ANUCA.

<sup>80</sup> Cf. *Of. do Juízo de Menores à Sec. do Int., Just., Educ. e Saúde*, n.440, de 14/5/1951; *Of. do Juízo de Men...à Sec. do Int. e Just.*, n.116, de 13/2/1957; *Minuta da Sec. do Int. e Just. ao Juiz de Men.*, n.Gab/301-9, de 28/2/1961; Relatório do Juízo de Menores exercício 1951, de 14/02/1952. Todos em APESC.

Inaugurado o Abrigo, serão para o mesmo removidos não só os menores, que já estão colocados em casas de família, como também aqueles que forem sendo julgados abandonados, de então por diante, e os delinqüentes não perigosos, porque hoje já se entende que a delinquência dos menores constitui, comumente, apenas um aspecto, uma modalidade, do seu estado de abandono.[...] (os menores delinqüentes não perigosos)ficarão em comum com os menores abandonados, aqueles que nesta ocasião estiverem recolhidos na Penitenciária, podendo, dependendo do caso, se for um elemento perigoso...ficar...sujeito ao regimen de prisão celular.<sup>81</sup>

Esse aspecto da idéia de efetivamente “separar” as crianças por condição de origem, “delinqüente ou abandonado”, encontra-se em estudos sobre o tema das práticas estatais dirigidas à infância. A pesquisa de Faria com nove instituições divididas entre *Abrigo, Escolas de Reforma e de Preservação* no Estado de Minas Gerais, destinada cada qual a um segmento infantil, delinqüentes, abandonados (*orfão desvalidos* e crianças *desassistidas*) e pervertidos (*vadios, mendigos ou libertinos*)<sup>82</sup> caracteriza essa situação.

O clássico trabalho de Foucault *Vigiar e punir*, estudou a França do século XVII ao XIX, descortinando o processo de alterações das instituições “gerais” de recolhimento de sujeitos os mais diversos (“doentes, criminosos, loucos, menores”), para a especialização delas para “grupos” e finalidades “específicas”; assim as penitenciárias, os hospitais, os manicômios, os internatos, vão sendo estabelecidos<sup>83</sup> na perspectiva de disciplinamento e normalização do social.

Dentro disso, a separação por sexo também era preconizada e o Abrigo com algum grau de semelhança com essas perspectivas, serviu exclusivamente à internação de meninos, apesar de sua proposta inicial abranger também meninas.

Antes mesmo de existir Juízo de Menores e o Abrigo, em Florianópolis existia a Irmandade Divino Espírito Santo, mantenedora desde 1910<sup>84</sup> do Asilo de Órfãos São Vicente de Paula. Este recebia meninas órfãs ou abandonadas. Parte dessa estrutura seria solicitada ao uso do Juízo de Menores para internar meninas, durante todo o período. Por não ser uma “obra oficial”, os pedidos nem sempre eram atendidos, provocando

---

<sup>81</sup> JUÍZO DE MENORES. *A proteção jurídica dos menores em Santa Catarina*: portarias mais importantes dispendo sobre a organização e execução dos serviços do Juízo: despachos, sentenças e acordams proferidos em processos instaurados, pelo Juízo, por infração dos dispositivos legais relativos à vigilância sobre menores. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938, p.9-10. ANUCA.

<sup>82</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de & VEIGA, Cynthia Greive. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.49,68 (p.ex.). Estes autores reconhecem também haver por vezes a freqüência numa ou noutra instituição de indivíduos que não necessariamente se enquadrariam na classificação a quem ela se destinava.

<sup>83</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. 25ª ed., trad. Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 2002. Especialmente o capítulo II da terceira parte.

<sup>84</sup> OLIVEIRA, Henrique Pereira. *Os filhos da falha*: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo. 1990. p.300.

reclamação ao Governo do Estado, que dava subvenções à instituição, sendo às vezes cobrado a exigir da Irmandade que aceitasse as meninas enviadas pelo Juiz:

...lembramos a V.Excia. a conveniência de se condicionar, em lei, a subvenção, que lhe (à Irmandade) concede anualmente o Estado, ao recebimento...dentro das vagas existentes, de todas as meninas...que fossem julgadas abandonadas por este Juízo.<sup>85</sup>

Outro aspecto a ser enfatizado se trata da monumentalidade do Abrigo, destacada com um certo jubilo pelo Juiz de Menores e pelo Governo. Isso foi manifesto numa publicação deste:

...O problema da infância entre nós estava ainda para ser enfrentado e as medidas postas em prática, aliás com êxito, pela atual administração, foram as primeiras que se tomaram em Santa Catarina [...] determinou-se a imediata construção de amplo e confortável edifício onde se instalaram o Juízo e o Abrigo de Menores<sup>86</sup>.

e nos relatórios daquele:

...em construção nesta Capital, afirmol-o sem receio de sermos contestados, não encontrará em nosso Paiz, em seu genero, nenhum outro que com ele se emparelhe, quer pela tecnica a que obedece a sua construção, quer pelo bom gosto que preside a disposição de suas instalações<sup>87</sup> [...] o passo inicial daquele problema...complexo...terá com a inauguração dos monumentais edificios destinados ao Juízo e Abrigo de Menores...um remate grandioso e que colocará o Estado...entre as unidades mais adeantadas da Federação<sup>88</sup>.

A arquitetura do Abrigo evidenciava o aspecto ostentoso para quem o via de fora; e informava ao Abrigado a potência do poder a qual estava submetido, que se confirmava no cotidiano vivido (conferir o capítulo 3), até porque as atividades dos internos em muito se restringiam às delimitações territoriais da instituição. Essa estava construída em diversos prédios. No bloco principal o mais ostentoso anexo ao Juízo de Menores havia o refeitório, cozinha, capela, as salas de aula e dois dormitórios para 60 internos. Em outro prédio havia o teatro com 300 lugares e com material de projeção de filmes, e outros dois dormitórios para 60 internos. Havia ainda campos de futebol, pátios para recreio, oficinas profissionais, enfermaria com leitos para doentes, hortas, criação de animais, além de uma outra secção de trabalho agrícola para onde diariamente um grupo de internos iam produzir.

Se utilizadas as noções de Goffman, o Abrigo seria visto como uma instituição total onde a disposição das suas instalações confirmaria isso, justo porque, diz ele, numa

<sup>85</sup> ESTADO DE...Relatório do Juízo de Men...1937, p. 36(ANUCA). *Of. n.440*, do Juiz de Men...à Sec. do Int., Just., Educ. e Saúde; Relat. do Juízo de Men. de 1952, exercício 1951. Todos em APESC.

<sup>86</sup> ESTADO DE SANTA CATARIANA. *Flagrantes Administrativos (1935-1942)*. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1942, p.50-52. BPESC.

<sup>87</sup> EST. DE SANT...Relat. Juízo de Men...1937, p.33-34. ANUCA.

<sup>88</sup> JUÍZO DE MENORES. *op. cit.* 1938, p.12. ANUCA.

“instituição total”, *todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade*.<sup>89</sup>

Entretanto, tento pensar a experiência do Abrigo desvinculada das noções funcionalistas, procurando perceber como que ela se constituiu no processo social e nas relações de poder envolvidas.

O aspecto “pedagógico” da arquitetura foi comentado por Monarcha a respeito da Escola Normal de São Paulo, inaugurada em 1894, que expressava através da sua

escala monumental, a elegância severa e a sobriedade na decoração do edifício sugerem reciprocidade entre grandeza dimensional e grandeza moral: a arquitetura transforma-se em pedagogia eloqüente que ensina aos indivíduos os princípios da sociedade perfeita<sup>90</sup>

Ou seja, o como construir também continha finalidades que se articulavam com aquilo que se esperava realizar pedagogicamente depois de pronta a obra.

Noutro aspecto, sob pena de se perder a perspectiva histórica na questão da infância em Florianópolis, é preciso dizer que o estabelecimento do Abrigo e a criação do Juízo de Menores, vem circundada por iniciativas de atenção à infância que datam pelo menos de meados do início do século XIX, período em que inclusive já se levantava a possibilidade de se instalar uma instituição destinada a recolher para criar e ensinar *um ofício ou profissão honesta aos infelizes órfãos pobres e desamparados; às órfãs ensinar-se-iam as prendas domésticas e casariam-nas com homens honestos, dando-lhes um pequeno dote*<sup>91</sup>. Em 1828 a 1898 foi registrada a existência da *Casa de Expostos* com uma “roda de expostos”, ladeada por um sistema de acolhimento de *órfãs ou expostas* desde 1856, que depois parece ter sucedido ao Asilo São Vicente já citado, e do Juiz de Órfãos<sup>92</sup>. Obviamente que a “roda dos expostos” e o Abrigo de Menores não expressam o mesmo significado quanto às finalidades, uso, e justificativas para suas existências. A

<sup>89</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ªed. 1ª.reimp. São Paulo: Perspectiva, 2003, p.17.

<sup>90</sup> MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem da criança. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, Usf-Ifan, 1997, p.97.

<sup>91</sup> CARVALHOS, Franc de Paulicéia de. Um óbulo pelo amor de Deus, 1850 apud OLIVEIRA, Henrique. *op. cit.* p.267.

<sup>92</sup> OLIVEIRA, Henrique. *Op cit.* p.172, 269. Ackermann também comenta a existência desse Asilo e fala que o seu nome inicialmente era *Asilo Santa Catarina*. A mudança do nome teria ocorrido pela anexação de outro Asilo de Órfãs dirigido pela Congregação Divina Providência. Ver: ACKERMANN, Silvia Regina. *Um espaço e muitas vidas: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina na década de 1940*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis. 2002. p.20 nota 23. Gondra também identificou o médico Catarinense *Luiz Delfino dos Santos* como um sujeito que propunha encaminhamentos ao trato dos enjeitados, no qual a higiene e a moral se entrelaçariam profundamente. Interessa perceber a problematização da questão naquela época, 1850/60. Ver: GONDRA, José Gonçalves. Filhos da sombra: os “enjeitados” como problema da “Higiene” no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.125-142.

roda carregava muito mais uma função caritativa baseada na religião; o Abrigo tinha por fundamento muito mais uma prática estatal de intervenção sobre crianças pobres.

Em 1916, o *Juiz de Direito e de Órfãos de Palhoça, Pedro Estellita Carneio Lins*, apresentou um trabalho ao Governador do Estado, depois de ter lido sido encomendado, *sobre a criação de Escolas Industriaes, Professionaes ou Colônias Agrícolas e Colônias Correccionais para Orphãos, Menores Abandonados e Menores Delinqüentes no Estado de Santa Catarina*, entre outras reflexões em diálogo com trabalhos na área do Direito sobretudo. Isso indicava existir discussões sobre o tema em Santa Catarina, em relação ao qual *Pedro* posicionou o Estado nessa questão, dizendo que:

nesta Comarca o numero de pequenos criminosos é diminutissimo, talvez suceda o mesmo nas outras; ao passo que é espantosamente admirável a multidão de órfãos e desvalidos de toda a espécie, encontrados nas ruas, estradas e em qualquer recanto, produzindo má estética e implorando compaixão, e que cresce dia a dia, como que reclamando uma medida preventiva da Administração Pública.[...]Assim, não é preciso o Governo crear já e definitivamente Colonias Correccionais ou Asylos Disciplinares Industriais, porque não ha no Estado tão grande número de pequenos criminosos que exija essa medida, podendo se recolher os poucos que aparecerem, nas Escolas Industriaes...basta agora a criação de Orphanato Agrícola ou Escolas Industrial para órfãos e menores desvalidos<sup>93</sup>.

Deve se ter atenção no estabelecimento dessas ligações para não se pensar que tudo se tratava de um único pensamento, e que as propostas diziam a mesma coisa, sob pena de se cometer anacronismos. Tudo indica que o tema era objeto de atenção antes do Juízo e do Abrigo.

E nisso se identificavam, como ficou explícito no texto acima, as peculiaridades do Estado e também de Florianópolis. Essa cidade, apesar de ser capital do Estado, tinha baixa dinâmica econômica quando comparada com outras cidades do Estado, como Blumenau, Joinville, sendo marcadamente uma cidade de assalariados burocratas e militares. Tinha uma população reconhecidamente pequena e com crescimento demográfico lento quando comparada a outras regiões do país. Como exemplo, indico os dados populacionais das cidades de São Paulo em 1900, de Recife em 1920 e de Florianópolis em 1990: 239.820, 238.843 e 255.390<sup>94</sup> respectivamente.

<sup>93</sup> LINS, Pedro Estellita Carneio. *Sobre a criação de Escolas Industriaes, Professionaes ou Colônias Agrícolas e Colônias Correccionais para Orphãos, Menores Abandonados e Menores Delinqüentes no Estado de Santa Catharina*. Collecção de opiniões desenvolvidas a guisa de memorial, apresentada ao Exmo. Governador Hercílio Pedro da Luz. Florianópolis: Imprensa oficial, 1919, p.25.

<sup>94</sup> Sobre os dois primeiros ver: RIZZINI. *Op. cit.* p.39. Quanto ao terceiro ver: IBGE. *Censo demográfico 1991*. Número 23. Santa Catarina. Rio de Janeiro: Ibge, 1991, p.39.

Em 1940, ano da inauguração do Abrigo, a capital catarinense registrava uma população de 46.771 pessoas<sup>95</sup>, e a *grandiosidade do monumento* (Abrigo), *patenteado nos olhos de todos*<sup>96</sup>, contribuía para a construção da sensação de mudanças e de aproximação das *civilizações*<sup>97</sup>. A instalação do Juízo de Menores ia na mesma direção, posto que era um equipamento de gestão social sobre a infância comum nos grandes centros do país<sup>98</sup>.

E isso, junto com outras iniciativas, compôs a segunda onda de projetos modernizadores pelo qual o Estado<sup>99</sup> passou e que buscavam criar referências locais que atenderiam demandas relativas a uma modernidade que tardava a chegar<sup>100</sup>. A mão do cronista Moacyr Oliveira apresentou marcas mais cotidianas do “progresso”, ao reconhecer o *movimento* das ruas pela circulação de carros, a existência do *Iate Clube*, o ônibus urbano, que contrastavam com o lado “provinciano” que persistia com as *carroças lerdas* que “arrancavam” *rumor dos diabos rumo ao mercado, os pescadores, criaturas que amam o sossêgo, o alheamento com seus barcos humildes*<sup>101</sup>.

Mas em Florianópolis, a existência de “problemas” mais crônicos possíveis de serem relacionados ao “crescimento/desenvolvimento urbano”, como a emergência dos “indesejados”, dos “problemas à ordem” como grandes quantidades de crianças em

<sup>95</sup> Cf: IBGE. *Censo demográfico*. Série regional volume XXVII, tomo 1 Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Ibge, Serviço nacional de recenseamento, 1955, p.64.

<sup>96</sup> ABRIGO DE MENORES. *Discurso de inauguração do Abrigo de Menores do Dr. Hercílio Medeiros, Juiz de Menores*. Florianópolis: Imprensa oficial, 1940, p.31-36. BPESC.

<sup>97</sup> A construção do Abrigo e o estabelecimento do Juízo de Menores foi relacionado como um investimento de “aproximação” dos países mais civilizados, ou até mesmo de locais mais desenvolvidos. Cf. ESTADO...Relatório do Juízo de Menores...1937. ANUCA.

<sup>98</sup> Em Rio de Janeiro foi estabelecido em 1924. Cf: RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao patrio dever. In.IDEM & PILOTTI, Francisco (orgs). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Usu, Amais, IIN, 1995, p.129. Em São Paulo também foi em 1924. Cf: CAVALLIERI, Alyrio. *O direito do menor*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978, p.261. Em Porto Alegre foi em 1933. Cf: MUCCILLO, Jorge. *O menor e o direito*. Doutrina, legislação, jurisprudência. Porto Alegre: Idrgs, 1961, p.103.

<sup>99</sup> Os dois ciclos de modernização em Santa Catarina, expressaram-se através de realizações na capital Florianópolis. No primeiro ciclo caracterizado pelos processos de saneamento do centro da cidade, construção da ponte Hercílio Luz e finalizando, a construção da Penitenciária da Pedra Grande. O segundo teria como marca a assunção à hegemonia política de Nereu Ramos e do PSD, após a Revolução de 1930, os projetos de nacionalização do ensino, as construções do Abrigo, das Colônia Santana e Santa Tereza, e reforma da Penitenciária. Sobre o primeiro período, ver: MIRANDA, Antônio Luiz. *A penitenciária de Florianópolis: de um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 1997; PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2ªed. Florianópolis: Ufsc, 1998; ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, 1989; GERBER, Diana. O saneamento em Florianópolis: projeto de modernização e estratégias de poder. *Esboços*, n.06, p.31-36, 1998. A respeito do segundo, ver: POYER, Viviani. *Penitenciária estadual da Pedra Grande: um estudo da instituição penal entre 1935-1945*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2000; SOUZA, Rogério Luiz de. *Catolicismo e projeto de higienização em Santa Catarina (1945-1960)*. *Fronteiras*, n.06, p.41-78, 1998.

<sup>100</sup> Ver: LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana: Florianópolis, 1950-1970*. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2002, p.28-32.

<sup>101</sup> OLIVEIRA, Moacyr. Idem.

circulação ou moradoras das ruas, ou então consideradas delinquentes, observadas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e que por isso constituíam um suporte material “consistente” à população, ou seja, havia “crimes” ou “crianças delinquindo”, possivelmente em número e gravidade menor do que o difundido, mas acabava por legitimar e justificar ações de repressão violenta à pobreza e à infância.

Nesse aspecto, Santos estabeleceu comentário a respeito das ações em São Paulo tendentes à criminalizar a infância, vinculou-as a república que instalava-se:

A república que se instaurava tinha inúmeros problemas de ordem social a combater, resultado daquela repentina expansão urbano-industrial... As medidas tomadas pelas autoridades caminhavam no sentido de reprimir a vadiagem, a embriagues, a mendicância e a prostituição, ou seja, combater tudo que não se enquadrava na lógica da produção e do trabalho, por meio do arrefecimento do controle social...Os menores não escaparam daquelas políticas de repressão e contenção.<sup>102</sup>

Chamou-me atenção a inexistência de qualquer notícia sobre a infância considerada “problemática” e que seria o “público alvo” principal do Abrigo, no jornal *O Estado*, entre os meses de janeiro e março de 1940, justamente no período que circundou a inauguração da instituição. O “grave problema” em Florianópolis parecia que era mais “ameno”, e para falar de algum crime infantil, o periódico teve de lançar mão de notícia do Chile, senão vejamos:

MENOR E JÁ CRIMINOSO (Santiago do Chile)...A criança criminoso (teria matado uma outra criança de 6 anos) foi por fim (depois de julgada pelo Juízo de Menores) encaminhada ao lugar reservado aos detidos.

Mesmo no período em que me detive em pesquisar de modo sistemático (1950-1970) alguns jornais<sup>103</sup>, foi possível observar a exiguidade de notícias referente à temática da infância pobre e identificada como “problemática”.

Encontrei raros casos nos jornais sobre notícias de crimes cometidos em Florianópolis, por pessoas com idade inferior à 18 anos, na década de 50 a 70, dentro dos

<sup>102</sup> SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2000. p.228, 229.

<sup>103</sup> Apenas acessado *O Estado* nesse intervalo, pois o enfoque era nas décadas de 1950-1970. Neste período, dedicou-se atenção mais intensa às fontes jornalística/impressas. No ano de 1940, minha intenção era de ver se havia tido algum tipo de repercussão sobre o tema da infância que “prenunciasse” a justificação à inauguração do Abrigo. Pelo que observei, não houve, além de se ter dado pouca atenção à visita do Presidente. Cabe dizer que tal jornal na época era governista, ligado à família do Interventor Federal no Estado, Nereu Ramos (Cf: CORRÊA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas repúblicas: a revolução de 1930 e a política em Santa Catarina*. Florianópolis: Ufsc, Alesc, 1984; e, MAY. *Op. cit.* p.46.

intervalos pesquisados<sup>104</sup>. A respeito, encontrei novamente referências às ocorrências de outras cidades como do Rio de Janeiro, conforme a origem dessas duas notícias:

SAÍDO DO SAM (Serviço de Assistência ao Menor do Governo Federal no Rio de Janeiro, nota do pesquisador) procurou Hospital e terminou preso...conhecido punhuista e ladrão.

MENOR de dez anos furtou Cr\$300mil: preso o menor e apreendida parte do dinheiro.<sup>105</sup>

Porém, se não havia atos expressivos da infância florianopolitana que violassem objetivamente as leis penais, conforme preceituava o *Código de Menores de 1927*<sup>106</sup>, ou *Código Penal*<sup>107</sup>, existia a construção social do significado de delinqüência, ou do risco de se tornar delinqüente, muito mais ligados aos valores, costumes e hábitos desenvolvidos e compartilhados naquele contexto.

Nisso, a posição social dos sujeitos no aspecto da “geração” (adulto, criança) estabelecia uma referência em que a distância entre o “eu” (adulto) e o “outro” (criança, adolescente) era marcante e configurava relações de força e poder em que se potencializavam posturas e atitudes de uns em direção aos outros, sobretudo no sentido de estabelecer parâmetros de controle, limite e punição das condutas e dos modos de se fazer infantil no território da cidade.

Ao se apropriar de espaços para brincar, trabalhar, sociabilizar-se, pessoas vivendo sua infância constituíam a experiência urbana, resistindo, transigindo, confrontando os projetos que se lhes eram pensados, às vezes à revelia do controle, em outros momentos, sendo constrangidos a submeter-se às determinações dos adultos.

Assim, a região central, sobretudo na área compreendida pelo Mercado Público e a Praça XV de Novembro, era local privilegiado que recebia grande fluxo de pessoas adultas e crianças, homens e mulheres, atrás dos serviços públicos como o oferecido pelo Departamento de Saúde; em busca de mercadorias para a compra; à procura de trabalho e formas de garantir a sobrevivência como a comercialização de pequenos produtos, a

<sup>104</sup> Cf. Menor recolhido à penitenciária. *O Estado*, p.8, 04/8/1961 – *munido de uma lanterna, empurrou com um fósforo a chave de uma das portas, fazendo-a cair sobre uma folha de jornal*, episódio acontecido em Florianópolis; Sangue entre jovens delinqüentes. *O Estado*, p.5, 19/4/1961 – notícia a respeito de Nova York; Jovens viciados depõem na Polícia Federal. *O Estado*, p.2, 6/9/1970 – Em Florianópolis nesse período começa a se problematizar o assunto das drogas, do seu consumo; Justiça de São Paulo processa pais de Menor terrorista. *O Estado*, p.7, 30/9/1970; Delinqüência Juvenil é Grande em São Paulo. *O Estado*, s/p, 13/11/1972; Polícia prende menor que fugia com jóias roubadas. *O Estado*, p.7, 06/12/1972 – notícia da cidade catarinense de Blumenau. Todos em BPESC.

<sup>105</sup> *A Verdade*, p.04, 22/12/1956; *A Verdade*, p.8, 15/01/1957. BPESC.

<sup>106</sup> Op.cit. Art.68, 69.

<sup>107</sup> Decreto-Lei Federal n.2.848, de 7/12/1940, art.23; Decreto-lei Federal n.3.914, de 09/12/1941; Decreto-Lei Federal 6.026 de 24/12/1943; Lei Federal n. 5.258 de 10/04/1967; Lei Federal n.5.439 de 22/05/1968. Essas as regulamentações até o Código de Menores de 1979 que foi regulando a questão das pessoas com menos de 18 anos que cometessem infração às leis penais e contravenções.

prestação de serviços como engraxate, ou ainda a mendicância; recebia ainda os próprios trabalhadores que ali laboravam; os políticos que despachavam no Palácio do Governo do Estado, na Câmara Municipal, na Prefeitura, na Assembléia Legislativa; os jornalistas que preparavam seus textos nas redações dos Jornais; os proprietários das casas comerciais; Juizes do Tribunal de Justiça; pessoas que iam para simplesmente se relacionar, conviver com conhecidos, brincar, folgar, passear.

Dentro dessas relações, as fronteiras entre as atividades, os espaços, os sujeitos, eram tênues e flexíveis, apesar de existentes em certa medida, e se emaranhavam de tal modo dinâmico, forjando uma sociabilidade coletiva que constituía historicamente a experiência social, provida de tensões, conflitos, disputas, resistências, sancionamentos mútuos, tolerâncias, acordos, concessões.

Entretanto as forças nessas relações não eram simétricas. Alguns tinham poder maior de submeter os outros às suas prescrições. Isso em parte pode ser pensado no condicionamento das crianças à internação, depois da intervenção do Juiz de Menores, na Colônia Santana, como no caso abaixo em que o Juiz justificou ao Secretário do Interior, Justiça, Educação e Saúde, a necessidade disso ao escrever que

O menor Amarildo sofre de um desequilíbrio mental, estado esse que é confirmado pelos atos que vem praticando, tal como apedrejamento de casas, pessoas, estragos em automóveis, cigarro acessos nos bolsos de pessoas, que transitam pelas ruas Felipe Schimdt (central) e Praça XV de Novembro e em roupas e sombrinhas de senhoras, e roubo que pratica nas casas comerciais<sup>108</sup>

ou então ao solicitar o encaminhamento de um outro “menor” ao Abrigo de Menores

pois é desobediente e insubmisso, pouco freqüentando o Grupo Escolar...e é dado ao hábito de perambular pelas ruas, regressando à casa altas horas da noite.<sup>109</sup>

As decisões do Juiz expressavam significados atribuídos a modos de se viver a infância, que eram construídos socialmente e ficaram em alguma medida registrados nos jornais do período. Estes, antes de servirem como mera “caixa de ressonância”, participavam da difusão e criação de representações, da formação e reprodução de sensibilidades, conceitos e preconceitos, legitimavam e questionavam posições políticas,

<sup>108</sup> *Of. n.322 de 28/4/1950 do Juízo de Menores à Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde. APESC.*

<sup>109</sup> *Of. n.946 de 10/11/1950 do Juízo de Menores à Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde, em anexo Certidão de Sentença de Abandono do Proc .n.2496 de 10/11//1950. APESC.*

enfim, constituíam o processo social<sup>110</sup>, observando, reprovando a presença da infância pobre no centro da capital<sup>111</sup>.

No jornal *O Estado*, especialmente na coluna *Nossa Capital*, escrita por *Oswaldo Melo*, recorrentes foram os artigos que dispunham sobre aspectos da “presença incômoda” de *menores* no centro da capital, por práticas levada à termo em momentos de não trabalho, de “entre-trabalho”, ou então no exercício de algumas das formas de garantir a sobrevivência trabalhando ou pedindo. O articulista, em dado momento, inaugurou uma espécie de “cruzada contra a mendicância” e a presença de “indesejados” na região. Apresento trechos de seus textos:

MENDICÂNCIA NA ILHA E NO ESTREITO//O Problema que vai dia a dia agravando-se [...] crescente número de pedintes enxameiam a cidade, dia e noite.(*O Estado*,16/02/60, p.02).

MENDICIDADE OU MENDICÂNCIA// Leva de menores enxameia a cidade, pedindo para o pai ou a mãe que está doente, quando isso não passa de simples exploração [...] Guris existem que fingem chorar, contando histórias que engenhosamente inventam no momento [...] Afirmam uns que perderam dinheiro para as compras e que vão apanhar chegados à casa [...] Só aceitam dinheiro [...] Aos poderes públicos [...] acabar com o abuso com o nome de mendicidade, nulo.(*O Estado*,21/5/60, p.02).<sup>112</sup>

É possível que houvesse considerável número de crianças pedindo dinheiro de forma a ajudar na sobrevivência familiar, mas tal “enxame” provavelmente se constituísse também por outras crianças pobres que circulavam pelo centro com finalidades variadas. O estranhamento dele aos estratagemas utilizados por alguns *guris*, desvela a engenhosidade e “recursos” narrativos desenvolvidos na prática do mendigar a fim de sensibilizar a caridade alheia.

Formas de trabalho não escaparam ao olhar intolerante vertido às crianças, sob a alegação de que causariam impacto no ambiente, apesar de serem causados pelos consumidores. Esse olhar também identificava a “apropriação” de espaços “públicos” pela infância como causadora de incômodo e degradação, afastando o público considerado “legítimo” de usá-los.

<sup>110</sup> Esse aspecto foi trabalhado por Cruz que buscou identificar a dinâmica do processo social em São Paulo, pelo viés da constituição de uma cultura letrada na qual jornais e impressos compunham e participavam do processo histórico como personagens, sujeitos históricos. Cf. CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana. 1890-1915*. São Paulo: Educ, Fapesp, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial SP, 2000.

<sup>111</sup> Tratando do tema da infância, Souza discutiu a participação da imprensa na emergência da identificação de infâncias, uma problemática ligada à delinqüência, outra ligada à orfandade e abandono.Ver. SOUZA, Josinete Lopes de. *Da infância “desvalidada” à infância “delinqüente”*: Fortaleza (1956-1928). Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 1999, p.101-2.

<sup>112</sup> Os jornais, quando citados no corpo do texto, não constarão nas referências em rodapé. Todos estão em BPESC.

PROBLEMAS DE FÁCIL SOLUÇÃO [...] Inimigos da cidade e da limpeza pública [...] proíba terminantemente a venda de laranjas, pinhões e amendoim na praça Quinze de Novembro, jardim Oliveira Belo, imediações do Miramar e ruas Conselheiro Mafra, Trajano, Felipe Schimdt, enfim no centro da cidade. (*O Estado*, 14/6/61, p.02).

A MOLECAGEM DO OLIVEIRA BELO CONTINUA...com cenas deprimentes...desenfreados guris trepavam a linda árvore e ainda usam palavrões. Menores e engraxates [...] Providências? (*O Estado*, 27/7/60, p.02)

OPERAÇÃO DE AJUDA À CAPITAL [...] proibição de paradas de ambulantes...vendendo laranjas, pinhões, amendoim com casca, etc. e que só servem para sujar ruas e praças [...] Retirada dos guris (engraxates) do jardim Oliveira Belo, que vivem trepados nas árvores e promovendo distúrbios [...] À polícia caberá...grande parte...evitando a depredação de árvores ornamentais nas avenidas e ruas, onde os menores e até mesmo maiores caçam inocentes passarinhos com fundas é com estas, que quebram lâmpadas de iluminação pública [...] Feito tudo isso, teremos Florianópolis limpa e capaz de se tornar mais simpática e querida aos nossos olhos e aos outros dos que nos visitam ou que por aqui passam em trânsito [...] saiamos da inércia...ajuda à nossa capital. (*O Estado*, 31/7/60, p.02).

A cidade comum a todos, porém para alguns. Esses textos sugeriram isso.

Buscando disciplinar as condutas infantis, investiu-se no reconhecimento daquilo que estaria em desacordo com o desejado. Assim, as crianças foram relacionadas à sujeira, ao distúrbio, ao desalinho, ao inconveniente. A intenção era repercutir e provocar a ação de setores da sociedade na direção de “solucionar” o “problema”, expulsando do centro, reprimindo e controlando a vida daquelas pessoas.

Apesar disso, parece que a infância inscrevia no plano urbano seus territórios e neles resistia. Afirmando isso, pois as reclamações apresentadas em 1960 já haviam sido publicadas em termos semelhantes pelo jornal *A Verdade* em 1953.

A Vagabundagem Tomou Conta Da Praça 15 De Novembro: A garotada joga baralho na calçada e a turma dos maconheiros cada vez aumenta mais [...] O Sr. Juiz de Menores tem que olhar com mais carinho para este abismo em que se encontram as crianças, verdadeiros delinquentes: os homens de amanhã, poderão tornar-se os piores contraventores da lei! (*A Verdade*, 16/01/56, p.01)

Associando “ócio” ao “vício”, conectando-os a pretensos caminhos que levariam ao crime, o jornalista prenunciava um futuro possível às crianças observadas, mostrando sua preocupação com os adultos que elas seriam. Ao chamar à ação o *Juiz de Menores*, reconheceu nele a competência de ser uma espécie de polícia-preventiva-assistencial sobre a infância, cabendo-lhe redirecionar tais destinos, sob o risco de...

POEMA DE PROVÍNCIA (por Aníbal Nunes Pires)

Os moleques brincam na rua enquanto a polícia não vem:

G-Men, Foot-Ball...Brinquedos novos.

O “já é” não é mais

O “acusado” foi condenado e a “bandeira” relegada,

Brinquedos abandonados

No Museu Folclórico

Na província as alternativas:

Rotina e imitação. Imitação e rotina<sup>113</sup>

<sup>113</sup> PIRES, Aníbal Nunes. Poema de província. *A Verdade*, p.02, 09/9/56. Nesse jornal, dia 18/02/1955, p.05, reproduziu-se comentários de um jornalista gaúcho a respeito do romance “*O órfão*” de Italino Peruffo, escritor da cidade gaúcha de Caxias do Sul, no qual estabelecia-se a identificação entre a infância pobre e a criminalidade ao dizer que o livro *focaliza o problema dos moços desamparados, que lutam contra as adversidades da vida, para conseguir um lugar ao sol, ao mesmo tempo que mostra as conseqüências de uma educação defeituosa...Mas o livro é otimista. Termina premiando os que persistem no trabalho honesto, e condenando os que dêle desdenham*. Ambos em BPESC.

Ilustrando o poema, havia uma charge apresentando três jovens jogando bola, observados por um quarto, sentado numa cerca de madeira, portando um revólver à cintura e movimentando a cabeça à direita como que percebendo a chegada de alguém (no caso, a polícia, também representada na imagem).

Texto e imagem se fundiam numa simbiose discursiva, sobrepondo linguagens com algumas finalidades: sancionar práticas infantis; difundir a associação entre *moleques* no presente e *condenados* no futuro; reproduzir a identificação da rua como o local nocivo. No mesmo sentido, o jornal *O Estado*, em 1961, publicou isto:

SOCIEDADE PRÓ-ESTREITO [...] Foi deliberado se pedir a presença de um policial as imediações do SAPS (supermercado), afim de velar pela segurança dos escolares, e coibir abusos de menores delinquentes que perturbam a ordem e desrespeitam famílias durante as compras naquele armazém público.<sup>114</sup> (*O Estado*, 06/4/61, p.05).

A identificação da inconveniência de vivências infantis nas ruas era associada a outras ações também.

NO MORRO DO TICO TICO A CORRERIA É GRANDE, por falta de um comissário de menores// [...] O abuso praticado pelos menores, que possuem cerca de 40 carrinhos de 4 rodas e vivem a lograr corridas na Avenida Tico Tico, causando por várias vezes ferimentos...é preciso que um polícia ou um Comissário de Menores tomem providências porque do contrário não será de estranhar se acontecer desastre de maiores proporções. (*A Verdade*, 16/11/1953, p.06)

MENORES QUE SE PORTAM INCONVENIENTEMENTE: Delegacia vai apurar responsabilidades.//Em vista das inúmeras queixas apresentadas contra menores que soltam ‘pandorgas’ ou ‘papagaios’ em plena via pública e em lugares onde causam prejuízos às instalações elétricas e antenas de televisão, bem como os que portam ‘fundas ou estiradeiras’, responsáveis por grande número de vidraças partidas e outros prejuízos. O titular da Delegacia de Costumes e Menores Coronel Theseu Domingos Muniz, faz um apelo aos Sr’s pais ou responsáveis por esses menores no sentido de adverti-los dos males que causam e corrigi-los da melhor forma possível. (*O Estado*, 21/07/65. p.08 últ. pag.)

A dificuldade de “executar” esse preceito era comumente atribuído as mães solteiras, acabando por isso seus filhos “insubordinados” irem parar no Abrigo. Essa foi a justificativa dada pelo *Juiz de Menores Mário Carvalho Rocha* ao dizer que *pelo facto de não poder a mãe do menor dominá-lo, vivendo este em constante vadiagem pela vizinhança e ruas*<sup>115</sup>, quando determinou a internação do rapaz na instituição.

Esse mesmo Juiz, ao ter sido provocado pelo Secretário do Interior, Justiça, Educação e Saúde, a lhe informar o *nº de menores desvalidos e infratores das leis penais*, pois o Ministro da Justiça houvera solicitado, respondeu além do pedido:

<sup>114</sup> Essa *Sociedade* era uma espécie de associação de bairro, que se reconhecia o direito de “falar” em nome do “território” continental de Florianópolis. Frequentemente se publicava suas “atas de reunião” nesse diário.

<sup>115</sup> *Prontuário n.527, na Certidão de Sentença de Abandono Proc. n.2.408, de 02/4/1951. ACEDOCAM.*

Há grupo de uns 400 e poucos menores, que vivem em situação paupérrima e de miséria, atendendo aos pequenos grupos de menores que praticam a mendicância, vindos de cidades como Tijucas, Biguaçu, São José e Palhoça. // Outro problema que não tenho podido solucionar, é a vadiagem, praticada pelos menores abandonados material e moralmente pelos pais, que em número de 54 grupos vivem pelos pastos, jogando futebol, de manhã à noite, invadindo os quintais e praticando pequenos danos nos edifícios particulares. // Quanto às infrações penais, devo dizer que, diariamente, recebo queixas de menores que praticam furtos no mercado municipal, nas casas comerciais que expõem os seus produtos à porta, nos caminhões que transportam mercadorias para o mercado, nos dias de feira. // Não exagero, se afirmar a Vossa Excia. que menores de ambos os sexos atingem, só na capital e seus arredores mais de hum mil.<sup>116</sup>

O significado atribuído pelos sucessivos Juízes de Menores ao abandono, que em larga medida os provocava a tomar a decisão de declarar uma criança abandonada, ligava-se diretamente a possibilidade desta vir no seu futuro, tornar-se um “delinqüente”, um “problema social”, pelas condições vividas na infância de pobreza ou miséria, pelas práticas mais expansivas de estar na cidade, por vezes cometendo-se pequenos atos ilícitos, pelas circunstâncias familiares, na grande maioria dos casos tendo-se apenas mãe, que trabalhava fora de casa.

Portanto, se por um lado as situações muitas vezes aflitivas dessas pessoas solicitaria uma prática assistencial, naquela época essa assistência estava relacionada, na interpretação do Juiz pelo menos, diretamente à necessidade de se afastar o indivíduo das condições que “formariam” um “criminoso”, e se possível, interná-lo numa instituição que, além de suprir as necessidades materiais, redirecionasse, reeducasse, reformasse o caminho que estaria sendo seguido e que era visto como problemático à “nação”, à “raça”, à Florianópolis, e também às próprias crianças, futuros adultos. Isso foi sugerido pelas Sentenças de Abandono, analisadas ao longo da pesquisa.

Assim, a internação no Abrigo pelo Juízo de Menores, atendia a conjunção de finalidades assistenciais, preventivas, reeducacionais e de reforma, sendo que o significado da assistência estava imbricado, implícito às demais, e da mesma forma as demais com esta. E isso, como foi visto, tinha também chancela em parte da sociedade. Portanto, ao se pensar a ação social do Juízo não se pode pensar essas questões em separado.

Um estudo do psiquiatra “Dr” Santaella do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina, a respeito dos “menores” recolhidos à Penitenciária do Estado, firmou um diagnóstico das razões possíveis que teriam levado aqueles a cometerem atos considerados crime, ou seja, ele identificou aquilo que deveria ser evitado para que isso não acontecesse.

---

<sup>116</sup> *Ofício n.440, de 14/05/1950 do Juízo de Menores à Sec. Interior, Just, Educ. e Saúde. APESC.*

O que se tem concluído (referia-se a outros estudos) até o presente é que não há propriamente relação entre a inteligência e a delinqüência; também, entre dificuldade constitucional ou personalidade e delinqüência [...] Assim como o problema de conduta da criança é, muitas vezes, um sintoma da situação de toda a família, a delinqüência juvenil seria um sintoma de um problema da comunidade e que portanto, deve ser devidamente compreendido e tratado de acordo [...] O problema da recuperação deste tipo de delinqüente adquire um aspecto de maior amplitude em nosso país, onde as dificuldades da comunidade são grandes em todos os sentidos, econômicos, sociais, racial, etc [...] São muitas as causas residindo as principais na desigualdade econômica, deficiência alimentar e escolar, habitação inadequada, ignorância, falta de hospitais, imprensa e cinema pernicioso, etc. [...] A socialização do indivíduo nada mais é que a sua adaptação ao ambiente. Para a compreensão do fenômeno da adaptação o mais adequado é o estudo da conduta da criança (para isso, disse ele) [...] observarmos as causas da delinqüência juvenil analisamos a vida pregressa de 16 delinqüentes da seção de menores da Penitenciária do Estado de Santa Catarina [...] ressaltando sempre os fatores econômicos, embora não se possa admitir o exclusivismo rígido no desencadeamento do ato anti-social... Como consequência desastrosa ocorre o abandono social, ficando o menor à mercê da ignorância, nasce daí a debilidade do caráter, a labilidade afetiva e a instabilidade, suprimindo os freios morais e abrindo caminho para a criminalidade... caminhos tortuosos a que são levados os menores, vítimas de um ambiente moral claudicante e órfãos do necessário amparo racional da sociedade.<sup>117</sup>

Importa perceber, contudo, que a relação entre determinados modos de se viver a infância pobremente e seus possíveis resultados, o crime e o vício, em Florianópolis, como algo a realmente trazer grandes preocupações, era muito mais resultado de uma experiência construída e sedimentada no campo das práticas discursivas que influía nas sensibilidades a respeito da vida na cidade, mobilizando ações em direção à essa infância, do que efetivamente a prática de atos delituosos por crianças<sup>118</sup>. O “universo” de estudo do psiquiatra não foi nada mais do que dezesseis pessoas. A conclusão dele, entretanto, projetou-se ao “universo infantil”.

Por outro lado, uma observação deve ser feita, apesar do diagnóstico convergir com as preocupações dos Juizes de Menores, o psiquiatra preconizava que deveriam ser tomadas medidas voltadas ao cotidiano das famílias e das crianças através da *assistência*

<sup>117</sup> *Of. n. s/n*, com o Texto "O furto na delinqüência Juvenil" encaminhado ao Governador Heriberto Hülse, por "Dr" da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência para Gabinete do Governador. APESC.

<sup>118</sup> Cita-se apenas mais algumas ocasiões em que o tema chegou ao social através de palestras. VII Semana de Estudos Jurídicos, organizado pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Direito. *A Verdade*, p.05, 29/08/1957- noticiou a ocorrência dentro da *VII Semana de Estudos* a defesa de *teses*, uma das quais abordaria a *delinqüência juvenil*, por *Henrique Miranda Sá Neto do Distrito Federal (Rio)*. Em APESC. Essa mesma Faculdade recebeu o desembargador Urbano Sales para palestra sobre tema semelhante na Semana da Criança de 1943 (Cf. SEMANA DA CRIANÇA EM SANTA CATARINA. O conceito moderno da delinqüência juvenil e seu tratamento. Conferência feita na noite de 16 de outubro de 1943, pelo professor desembargador Urbano Müller Sales, no salão nobre da Faculdade de Direito. s.l.: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943. Em ANUCA). O Rotary Club de Florianópolis, por sua vez, recebeu o então Juiz de Menores da capital, Alves Pedrosa para palestra sobre a *Ação social do Juízo de Menores*, em 14 de outubro de 1943 (PEDROSA, Alves. *Ação social do Juízo de Menores: palestra proferida no Rotary Club de Florianópolis*. In IDEM. *Assistência a menores em Santa Catarina*. Florianópolis: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943, p.17-32).

*social direta, melhoria da escola como elemento técnico e científico na direção da coletividade.* Essas noções que, na perspectiva do Dr Santaella, deveriam ser adotadas para prevenirem o surgimento de “delinqüentes”, na qual a internação ou afastamento da criança de sua família não era a medida principal, vieram a ser discutidas publicamente no Estado de Santa Catarina como políticas sociais mais concretas no final da década de 1960, com a criação da Secretaria dos Serviços Sociais, e mais tarde, em 1975, com a criação da Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor.

Essas idéias do psiquiatra publicadas em 1959, e o início das discussões para se alterar o modelo das iniciativas voltadas à infância pobre em 1968/69, se articulariam com transformações das noções que pautavam cientificamente tais práticas, para as quais a centralidade da família e da criança emergiam como o *locus* privilegiado para as intervenções e tratamento de assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, e também do Juiz.

Donzelot trabalhou esse deslocamento das práticas voltadas à infância na França, no seu livro *A polícia das famílias*, em que a temporalidade dessas transformações teriam um certo descompasso com aquelas observadas em Florianópolis. Para ele, já antes da década de 1950, seriam observadas o entrelaçamento mais profundo dessas áreas do conhecimento, e que a atuação do *Tribunal de menores* já teria como fundamento de suas decisões o *coorte de especialistas na avaliação do menor e de seu meio* de forma a levantarem *a patologia social* sobre a qual, mais tarde iriam intervir no “tratamento”. A respeito da amplificação da interferência sobre a infância e a família, visivelmente menos violenta ou brusca quando comparada ao sistema fundamentado na internação que não deixa de existir, mas não é a principal iniciativa, esse pesquisador apresentou os seguinte números sobre seu país:

O Tribunal de Menores não é uma jurisdição menor para menores, mas sim a viga mestra de um gigantesco complexo tutelar, englobando além da pré-delinqüência (cerca de 150.000 crianças), a Assistência Social à Infância (650.000 crianças) e uma boa parte da psiquiatria infantil (incalculável, mas certamente ainda maior do que o da Assistência à Infância).<sup>119</sup>

Um equívoco que Donzelot teria cometido, ao abordar as transformações que teriam ocorrido do modelo caritativo para o filantrópico, seria o fato de ter afirmado que isso teria se dado como confronto dessas orientações, que seriam antagônicas, em que a *filantropia* seria a *organização racional da assistência* e a *caridade prática dominada pela emoção, por sentimentos de simpatia e piedade*<sup>120</sup>, e que uma teria sucedido a outra. Foi

<sup>119</sup> DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.104-105.

<sup>120</sup> KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. A proteção à infância e a “assistência científica”. In. IDEM. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 3ªed. Porto Alegre: Mediação, 2004, p.61.

lembrado ainda por Kuhlmann Júnior, que afirmou que, se efetivamente existia conflito entre essas duas orientações, elas não necessariamente se sobrepuseram na trajetória histórica, ao contrário, a *caridade*, por *Ataulpho de Paiva* deveria se *submeter às normas científicas e jurídicas para atingir uma organização metódica da assistência, e não substituir caridade por filantropia*<sup>121</sup>.

Ou seja, ao se pensar em transformações ou modificações sociais, não é possível enxergá-las como mera sobreposição, superação, sucessão de práticas, de iniciativas e de modelos. Em suma, na trajetória histórica, essas transformações vão se amalgamando ao ponto de não ser possível se dizer que uma coisa foi resultado meramente de outra que sobrepôs a uma terceira.

Manifestações desse “deslocamento” em Florianópolis podem ser exemplificadas nas seguintes situações. Um dos procedimentos do Juízo de Menores que geralmente precedia ao processo de abandono, era um levantamento, um inquérito da situação social do “menor” por Comissário de menores servidor do Juízo, que era sucinto e escrito como um relato das condições observadas. Para o exercício dessa função, não se exigia qualificações especiais<sup>122</sup>. Depois disso, se o processo iniciava seu curso, sendo ouvido o Curador de Menores, o Advogado do Menor, que em regra era nomeado pelo Juiz, fazia-se audiência para a oitiva de testemunhas, fazia-se exame sumário médico, o curador e Advogado teciam pareceres, o Juiz sentenciava. A sentença já determinava o encaminhamento da criança: Penitenciária, Abrigo de Menores, Colônia Santana, Educandário Santa Catarina (para filhos de hansenianos internados na Colônia Santa Tereza), indicação de Tutor ou de alguém para ficar sob termo de Guarda e Responsabilidade com a criança. Em alguns casos, as crianças podiam permanecer com a família.

Em 1979, quando a estrutura do Estado de intervenção/assistência sobre a infância estava instalada com uma série de departamentos, instituições, seções, coordenações, a fim de atender às crianças “necessitadas”, *Juelmir*<sup>123</sup>, antes de ser encaminhado ao já Educandário 25 de Novembro, foi internado primeiro no *Centro de Recepção e Triagem da Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor*, onde então foi

---

<sup>121</sup> IDEM.

<sup>122</sup> Isso foi observado na documentação acessada na Vara da Infância e da Juventude. Entretanto, a pesquisa não pode ser aprofundada, como já explicado. Arend, na sua Tese de Doutorado, trabalhou com profundidade determinados processos do antigo Juízo, relacionando tais inquéritos no conteúdo daqueles. Cf. AREND. Ibidem.

<sup>123</sup> *Prontuário n.1773*. ACEDOCAM. Todos os nomes das crianças e familiares são pseudônimos.

verificada a sua *situação bio-psico-pedagógico-social*. Após, passou sucessivamente pelos seguintes locais:

I- Setor Clínico: pareceres de um médico e de um psicólogo;

II- Setor Pedagógico: exames: Letras, Educação Física; Educação Artística; Sociabilidade; Disciplina: parecer de uma orientadora pedagógica;

III- Setor de Serviço Social: parecer de uma Assistente Social;

IV- Sumário Conclusivo: Coordenação Técnica.

Nos prontuários analisados do Abrigo de Menores até o ano de 1969, verificase um tipo de documentação que os compunha, mas nunca volumoso. Pelo contrário, a exigüidade de informações e documentos era a regra: Guia de Internação; Recibo da Entrega do Abandonado à Direção do Abrigo; Ficha Individual com sucintas informações sobre o rendimento escolar, em regra incompleto e contendo, quando muito, “notas finais”, indicações do nome do interno, seus pais, se vivos ou mortos, data de nascimento e de internamento, naturalidade e procedência, nº na instituição, motivo da internação, oficina, observações disciplinares, local para uma foto que dificilmente foi encontrada, isso apenas numa folha frente e verso; Ficha disciplinar com registros esporádicos, geralmente quando existia alguma resposta disciplinar mais forte como pedido de transferência à Penitenciária, ou internação num “quartinho disciplinar”; Certidão da Sentença de Abandono. Em muito poucos documentos encontravam-se: Termo de Inspeção de Saúde, quase todos espaços em branco, com exceção da identificação, filiação; Ficha disciplinar da Banda de Música Santa Cecília; ofícios trocados entre Direção do Abrigo e Juiz de Menores a respeito do interno, como solicitação de autorização para viagem, de informação de fuga.

Depois de 1969, além de repetir-se em grande medida esse tipo de documentação, passou a constar documentos como esses: Estudo Social do Menor, simplesmente, ou para semi-internato, ou para desligamento com Antecedentes, Dados Sobre o Menor, Situação Social da Família, Parecer do Serviço Social; Ficha de Identificação com nome do interno; data e local de nascimento, procedência, data do ingresso e processo, foto, Constituição Familiar e Aspectos Sócio-econômicos com endereço, nome de parentes ou responsáveis, indicação da relação de parentesco com estes, idade, sexo, instrução, religião, estado civil, ocupação, local de trabalho, renda mensal, endereço de trabalho dos pais e se tinham previdência social, Habitação própria, alugada, coletiva, madeira, tijolos, Condições Sanitárias, nº de cômodos, quarto de banho, terreno, água encanada, poço, fossa; Ficha de Anotações; Ficha de Acompanhamento; Estudo da Situação das Famílias do Educandário com vistas ao período de Férias Escolares ou Semi-

Internato; Ficha Médica; Ficha de Identificação escolar; Questionário Aplicado aos Educandos após a saída dos Irmãos Maristas da Administração da instituição; Ficha Cumulativa do Serviço Social com Antecedentes, Conservação da Saúde, Vida Social, Vida Escolar, Aspectos Relativos ao Entrosamento Família-Educando-Instituição, Observações Gerais e Complementares, Parecer do Assistente Social, Providências; Registro de Ocorrências; Sumário de Entrevista; Ficha de Educação Física; Controle da numeração de peças de vestuário; muitos ofícios trocados entre autoridades e departamentos.

Um outro indicativo disso e que se chegasse àquele Juiz que afirmara haver em Florianópolis cerca de “hum mil de abandonados”, possivelmente o deixaria de “cabelo em pé”, foi a publicação em 1977 pela FUCABEM da *Pesquisa sobre o Menor Carente* no Estado, que buscava trazer informações para que se “projetassem” *respostas ao problema em pauta*<sup>124</sup>. As carências no plano da saúde, da educação, da segurança social, da segurança afetiva, da recreação, serviram para se identificar a *situação de abandono*, a partir da qual o Estado seria chamado à ação em direção de solucioná-la. Ainda assim, tal pesquisa achou por bem explicitar o que entendia por *menor carente*, ao dizer que foi *aplicada para designar menores em situação de abandono de fato ou total, vítima de exploração ou de conduta anti-social*<sup>125</sup>.

Depois de realizada a pesquisa, chegou-se a números que foram anunciados, assim: em 1977, *quantitativamente, 437.777 menores, no Estado, encontram-se em situação de carência*<sup>126</sup>. A população do Estado e de Florianópolis, como se verá, não aumentou tanto assim. O que fica evidente é uma espécie de “quase invenção” de abandonados.

Esse é um aspecto da questão.

A ação efetiva do Juízo sobre a vida de determinadas crianças tem que ser pensada de maneira ampliada, não restrita à justificação que ele próprio emitia para suas práticas, até porque o significado atribuído à condição de abandonado era construído socialmente. A fim de deixar mais explícito como se dava a “seleção” das pessoas a serem internadas no Abrigo, depois de declaradas abandonadas pelo Juiz de Menores, no caso da capital, e no caso do interior do Estado, pelo Juiz de Direito responsável na Comarca

---

<sup>124</sup> FUCABEM. Órgão vinculado à Secretaria da Saúde e Promoção Social. *Pesquisa sobre o menor carente*. Florianópolis: Fucabem, 1977, p.47. BPESC.

<sup>125</sup> IDEM. p.18.

<sup>126</sup> IDEM. p.47.

respectiva, passa-se à indicação de situações em que ficam evidenciados variados usos dados ao dispositivo judicial, onde a participação da família muitas vezes se dava.

Uma dessas situações se trata daquelas pessoas que foram objeto de identificação pelo Juízo de Menores, através principalmente dos Comissários de Menores ou do Delegado de Costumes e Menores, ou nas comarcas do interior, pelo Juízo de Direito local, como necessitados de receber a intervenção do Estado em suas vidas, ou seja, em situações que o aparelho do Estado “buscava” reconhecer os sujeitos que deveriam ser internados, entre os quais aqueles com condições de vida extremamente precárias, ou considerados “delinqüentes”. Cita-se duas certidões de abandono, onde isto está mais do que caracterizado.

[...] Consta no presente processo que o menor Godofredo, de 13 anos...em dia do mês de agosto do corrente penetrou, por meio de arrombamento, no Grupo Escolar José “Boiteux”, situado no distrito do Estreito, e após cometer subtração de dinheiro e vários objetos, provocou um princípio de incêndio no edifício. O fato e suas circunstâncias revelam alguma periculosidade. O menor, sem dúvida, ingressou na senda do crime. Seu pai, operário com 5 filhos menores queixa-se que Godofredo continua a incomodá-lo. O indiciado, mal sabendo assina o nome, não freqüentando escola. Assim, muito embora o pai declare em condições de tê-lo na sua companhia e corrigi-lo, necessário se torna a adoção de medida eficiente que assegure a reeducação de Godofredo. Determino o internamento no Abrigo de Menores, desta capital, até a idade de 18 anos.<sup>127</sup>

[...] Tendo chegado ao conhecimento deste Juízo (da comarca de Palhoça, cidade que fica nos arredores de Florianópolis continental) que os menores Anaclécio e Romualdo, respectivamente com 9 e 8 anos de idade...residentes na localidade de Cova Funda distrito deste município, viviam em completo estado de abandono...Os menores além de há pouco tempo terem o infortúnio de perderem a mãe, se viram na dolorosa situação de também ficarem sem a proteção paterna, uma vez que o mesmo foi internado no Colégio das Irmãs em Angelina, face o seu precário estado de saúde...Considerando que os menores quando em companhia de seus pais, já passavam privações, morando de favor numa das dependências de um velho engenho em Cova Funda, vêm-se agora em pior situação, em verdadeiro estado desesperador, sem recursos e sem os pais, socorridos apenas pela caridade pública e alguns vizinhos...Considerando não só esse lado material, mas também o perigo, a que estão sujeitos os ditos menores em sua formação moral, no estado em que se acham; declaram abandonados os menores, determinando o seu recolhimento ao Abrigo de Menores.<sup>128</sup>

Uma segunda situação proviria daqueles processos em que a criança, por uma razão ou outra (órfã, abandono ou afastamento dos pais) ficara convivendo com familiares ou outras pessoas por algum tempo, em que a falta de afeto, o caráter “impertinente” da sua presença junto daquelas, ou sentimento de não responsabilidade pelo filho de outros, teria sido um dos principais motivos para se procurar e provocar a ação do Juízo, aliada também

<sup>127</sup> *Pront. n.739, conforme a Certidão da Sentença de Abandono de 08/10/1956, Proc. n.º.3453. ACEDOCAM.*

<sup>128</sup> *Prontuário n.736, conforme a Certidão da Sentença de Abandono de 17/9/1956, Proc. n.º.3472 Comarca de Palhoça. ACEDOCAM. Quando não houver menção à cidade de origem, trata-se de Florianópolis.*

às dificuldades materiais. Como no caso abaixo, em que Maurílio, residente em Blumenau, foi posto sob guarda de duas mulheres *ambas solteiras e operárias* que

Ignoram o paradeiro da mãe do menor...e estão impossibilitadas de prestar a devida assistência a seu protegido o que decorre da necessidade que têm de trabalhar o dia inteiro na fábrica da sociedade Sul Fabril Ltda. Vivendo solto, sem vigilância dos encarregados de sua guarda, o menor vem se tornando rebelde e aos poucos se encaminha para a vadiagem...abandonado...recolhimento ao Abrigo.<sup>129</sup>

Por vezes a dificuldade econômica também levava a se solicitar a internação como aconteceu com a Dona Angelina de Paula que acolheu um *menor*, pois os *pais tomaram rumo incerto, deixando o menor em completo abandono*. A mesma teria ficado

penalizada com a situação do menor que era então muito pequeno...mas como a referida senhora é edosa (sic) e não dispõem de recursos para prestar ao menor que consta 15 anos...Abrigo.<sup>130</sup>

Havia situações em que a morte de um dos pais, seu desaparecimento, ou seu afastamento da família, aliada ao fato de que aquele que ficou em casa com os filhos estabeleceu novo relacionamento com outro ou outra parceira, levava a que a criança fosse entregue a um terceiro ou diretamente ao Juízo depois do processo de Abandono. Vejamos um processo:

[...] Antenor e Alice, de mãe falecida, foram entregues a sua avó materna (depois de um tempo), o pai dos menores passou a viver com uma senhora, da qual houveram quatro filhos...os dois menores (do primeiro relacionamento)se encontram em estado de abandono, por isso que não só sua avó, mas também seu pae, não dispõem dos necessários recursos para lhe prestar a assistência...em face do Código de Menores, se encontram abandonados, porque o Estado de Abandono se caracteriza pela ausência de assistência higienica, alimentar, econômica, espiritual e dos cuidados necessários à formação moral...O menor...internamento no Abrigo; permanecendo a menor em companhia de sua avó, por ser pessoa idônea, enquanto não encontrar quem a queira.<sup>131</sup>

Em certas circunstâncias, o Abrigo apareciam no horizonte familiar como uma forma de resguardar e proteger a criança das privações ou violências vividas em casa, como sugere o processo da cidade de Tijucas, no qual o Juiz afirmou

[...] O menor não recebe a devida educação em virtude da extrema pobreza de seus progenitores...Atendendo a que sua progenitora luta com sérias dificuldades para se manter, vivendo de lavação de roupa, sendo de notar que o amásio com quem vive é dado ao alcoolismo nada auxiliando a mesma; Atendendo ainda que o ambiente que cerca o menor dadas as condições expostas, não é propício à sua formação moral...Declaro em situação de abandono...Abrigo.<sup>132</sup>

<sup>129</sup> *Prontuário n.617, Cópia de Sentença de Abandono de 18/12/1953, Proc. s.n, Comarca de Blumenau, por Ary Pereira Oliveira. ACEDOCAM. Chama-se a atenção de que este Juiz seria em 1956 o Juiz de Menores da Capital.*

<sup>130</sup> *Prontuário n.490, Sentença de Abandono de 30/3/1950, Proc. n.2504. ACEDOCAM.*

<sup>131</sup> *Of. n.844 de 16/11/1949,do Juízo de Menores à Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde, solicitando internamento no Abrigo, segue Sentença de Abandono Proc. n.2412, 07/11/1949. APESC.*

<sup>132</sup> *Pront. n.520, Sentença de Abandono de 20/12/1950, Proc. n.2652 da Comarca de Tijucas .ACEDOCAM.*

Em sentido semelhante, dificuldades materiais rigorosas poderiam movimentar a família a buscar alternativa de internação, de forma a oportunizar condições melhores às demais pessoas da casa, pois teriam um indivíduo a menos para suprir necessidades, como na ocasião em que

os menores Paulo, Lúcio e João...filhos de Carolina, viúva, que possui mais quatro filhos menores de seis anos, do sexo feminino...os quais sustenta com o produto da lavagem de roupas e o auxílio que recebe da “caixa de esmolas”. Nesta conformidade determino(Juiz de Menores) que os três menores sejam amparados pelo Estado devendo...serem internados no Abrigo de Menores.<sup>133</sup>

E até mesmo a família podia movimentar-se no sentido de solicitar a interferência do Juízo sobre a vida de um filho, ao perceber que ele talvez estivesse se encaminhado para destinos indesejáveis, com a possibilidade de se tornar um “delinqüente” no futuro ou ainda quando criança. Nisso importa a percepção de que aquelas referências sobre a infância que vinculavam a criança ao risco de se tornar “criminosa” por determinadas práticas levadas a termo ainda pequeno, circulava não apenas nos jornais e pela elite, mas também nos setores populares, que também compartilhavam do ambiente social e de algumas noções, interpretando suas vidas e tomando iniciativas no sentido de tentar evitar desencadeamentos que pudessem ser tortuosos e indesejados. A *Certidão de Abandono* de Florianópolis, sugere um pouco isso.

[...] Maria Antônia é mãe de quinze filhos, dos quais sete ainda são menores de treze anos e vivem em sua companhia. Seu marido...falecido...deixou-lhe pequena pensão que é paga por um dos Institutos de Previdência Social...Sem meios de vida, sem recursos e sem poder trabalhar, Maria...vai assistindo o drama a que seus filhos se envolvem, sem nada poder fazer. Três desses menores...assaltam carros de padeiros, invadem chácaras e quintais e até galinhas começaram a furtar. A mãe recebe as queixas, mas como nenhuma força moral têm sobre eles corre para este Juízo...Em situação de Abandono...internação no Abrigo.<sup>134</sup>

Já em outro caso, semelhante no aspecto do grande número de filhos e do falecimento do pai, o Juízo de Menores de Florianópolis agiu *ex-officio*, ou seja, iniciou o processo de abandono por conta própria dirigido a *10 menores*,

pelo facto de não poder a mãe com seu trabalho e uma pensão mensal de Cr\$ 260,00, manter-se e a seus filhos...Determino sejam os menores do sexo masculino (4) amparados pelo Estado em caracter definitivo, até completarem 18 anos...às menores (6) serão colocadas por um comissário deste Juízo em casas de pessoas idôneas, ouvindo-se a mãe das mesmas.<sup>135</sup>

<sup>133</sup> *Certidão de Sentença de Abandono de 07/01/1949 Proc. n.2245, em Ofícios do Juízo de Menores para Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde de 1949. APESC.*

<sup>134</sup> *Pront. n.482, Sentença de Abandono de 07/3/1949, Proc. n.2330. ACEDOCAM. No seu Prontuário ainda consta a anotação na Ficha disciplinar do Abrigo de Menores qual a sua inclinação principal: furto era o seu fraco; provas o desvio de 10 porta flores, 3 patinetes, 5 porta retratos, sem contar óleos e tintas da marcenaria.*

<sup>135</sup> *Pront. n.876, Sentença de Abandono de 30/6/1951, Proc. n.2634. ACEDOCAM.*

Para muitas famílias, o Juízo e o poder de encaminhamento ao Abrigo de Menores que este tinha, emergia como um instrumento com funções de prover assistência, de assumir a responsabilidade por crianças “rejeitadas” ou abandonadas por pais, parentes ou por quem as acolhia, de prevenir que as crianças seguissem caminhos interpretados como “problemáticos” ao seu futuro, de forçosamente intervir sobre os filhos de uma família contra a vontade desta.

Se, para internar uma criança, em diversas oportunidades, a família buscava o Juízo, ou então quando este propunha interferir em suas crianças, ela o via como um parceiro assistencial. A sentença dele colocava os pais na condição de tutelados também, pois estes não poderiam retirar os seus filhos do Abrigo por mera vontade. Necessitavam da mediação e da autorização do Juízo, ou seja, os pais enfraqueciam-se na capacidade de coordenar a vida familiar. Assim, acessar esse “serviço” do Estado tinha seus custos, que muitas das vezes era aceito pela carência extrema vivida na família.

E ao se pensar nele como alternativa de sobrevivência às famílias pobres e trabalhadoras, há que se pensar nas limitadas possibilidades disponíveis na cidade de Florianópolis especialmente, mas também no Estado, de ações de assistência pública ou até mesmo privada, filantrópica ou caridosa, dirigidas à infância na idade de 8 a 18 anos (idade regulamentar para se ingressar e permanecer no Abrigo de Menores).

Além disso as finalidades e os procedimentos que seriam adotados no funcionamento do Abrigo de Menores, que foi construído para instrumentalizar em larga medida a ação do Juízo de Menores, passavam pela mediação do Governo, dos Irmãos Maristas e do Juiz de Menores. Ou seja, a relação com as famílias era desproporcional e o projeto tinha um viés autoritário que não pode ser jamais esquecido nessa experiência.

As sentenças também falam de relações familiares, relações de solidariedade comunitária e entre parentes; apresentam modos de vida popular, formas de exploração do trabalho, relações de gênero (até no encaminhamento das meninas consideradas abandonadas, que muitas vezes permaneciam com a mãe, ou eram postas em casas de “pessoas idôneas” sob o termo de guarda e responsabilidade<sup>136</sup>); expõem práticas de intolerância; enfim, falam sobre o social, partindo de um ponto de vista registrado na

---

<sup>136</sup> Cita-se alguns documentos que mencionam isso: *Certidão de Sentença de Abandono de 29/7/1948 Proc. n. 2676; Of. n.356, de 20/4/1951 com Sentença de Abandono (ex-officio) de 20/4/1951, Proc. n.2498; Sentença de Abandono Proc. n.2555 de 1952 Idem; Of. n.1016 de 21/9/1953 Idem. Todos em Ofícios do Juízo de Menores para Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde de 1949, 1951, 1952 respectivamente. Todos no APESC.*

documentação institucional, produzida em sua maioria pelo Juízo de Menores. Parte dessas questões serão mencionadas ao longo do trabalho, sobretudo no capítulo 2.

Ao se pensar que o Abrigo surgiu em 1940, deve ter-se em mente que até então outras formas de “gerenciar” as dificuldades sociais pelas famílias eram utilizadas, como já foi indicado acima. Dentro disso, a criação do Juízo de Menores em 1935, sinalizava a essa população o surgimento de um novo instrumento de auxílio.

Essa instituição mencionava já em 1937 a crescente procura da população carente pelos seus “serviços” e que diante disso, *enquanto não se achar instalado o Abrigo*, que portanto deveria vir a atender essa demanda, o Juiz daquele momento, Hercílio Medeiros, expôs como selecionava os casos que não poderiam ficar sem atendimento e indicou o que se fazia com eles:

[...] para atender aos casos de abandono mais gritantes, isto é aqueles que pelo seu estado não podiam sem grave dano para a integridade física e moral dos menores aguardar a conclusão das obras...este Juízo solicitou e obteve do Governo do Estado, um pequeno auxílio pecuniário, afim de indenizar as famílias, de reconhecida idoneidade, que se prontificassem a encarregar-se da guarda daqueles entezinhos.<sup>137</sup>

Após dizer isso, reconheceu que aqueles casos nos quais não se passavam por *situações mais aflitivas*, poderiam aguardar a inauguração do Abrigo, sugerindo que o mais importante era a existência da instituição Abrigo, do que formas de assistência diferentes da internação, até porque ele tinha consciência de que suas habilidades profissionais de Magistrado dos “menores” iriam aumentar depois do internato estar construído:

Atualmente ha mais de 50 processos em andamento, e a perspectiva de um aumento ainda mais acentuado quando instalados os estabelecimentos complementares. [...] Muitas e muitas vezes somos procurados por senhoras com filhos menores, que, se dizendo abandonadas por seus maridos ou companheiros, solicitam deste Juízo uma providência que venha por cobro a situação de miséria, a que se encontram reduzidos elas e os filhos<sup>138</sup>

No tocante aos declarados abandonados, o número sempre foi superior à capacidade de internação do Abrigo, o que provocava muitas vezes uma espera de alguns anos, desde a data da sentença e o ingresso na instituição. Em algumas ocasiões, a internação nem acontecia. Indica-se o número de sentenciados abandonados que aguardavam vaga para ingresso:

| “Menores” que aguardavam vaga no Abrigo de Menores |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| ano  | 1950 | 1951 | 1952 | 1953 | 1955 | 1956 | 1957 | 1958 | 1959 | 1960 | 1962 | 1963 | 1964 | 1965 | 1966 |
| Florianópolis                                      | 105  | 102  | 149  | 129  | 148  | 129  | 79   | 69   | 104  | 128  | 170  | 126  | 141  | 149  | 144  |
| Interior   | -    | 42   | 59   | 50   | 34   | 38   | 21   | 29   | 43   | 32   | 47   | 56   | 72   | 76   | 86   |

Fontes: Of.440, 14/5/1950 do Juiz de Menores ao Sec. do Int. Just. Educ. e Saúde; Relatório do Juízo de Menores de 1952, exercício 1951, dirigido ao Sec. do Int. e Just.; Of.256, 27/2/1952 do Juiz de Men. ao Sec. do Int. Just. Educ e Saú.; Mensagem do Gov. à Assembléia Legislativa em 15/4/1954; Rel. do Juízo de Men. 1956 exercício 1955, em Ofícios do Juiz de Men. à Sec. Int e Jus.; Rel. Juízo de Men. 1957 exercício 1956; Rel. Juízo de Men. 1958 exercício 1957; Rel. Juízo de Men. 1959 exercício 1958, em Of. Juiz de Men à Sec. do Int e Jus.; Rel. Juízo de Men. 1960 exercício 1959; Rel. Juízo de Men. 1961 exercício 1960; Rel. Juízo de Men. 1962 exercício 1961; Mens. do Gov. à Assemb. em 14/4/1964; Rel. Juízo de Men. 1965 exercício 1964, em Of. do Abrigo de Menores à Se. Int. Just.; Rel. Juízo de Men. 1965 exercício 1966; Rel. Juízo de Men. 1966 exercício 1967.

<sup>137</sup> ESTADO...Relatório dos trabalhos do Juízo de Menores...1937, p.09. ANUCA.

<sup>138</sup> IDEM, p.10 e 37.

Já foi sinalizado antes que parte dos meninos internados provinham do interior de todo o Estado de Santa Catarina. A leitura das *Certidões de Abandono* advindas de processos judiciais desses locais, indicaram que havia um critério na seleção dos meninos a serem encaminhados ao Abrigo, que levava em consideração aquelas situações em que as necessidades eram mais “gritantes e aflitivas”, ou então em caso de cometimento de atos criminosos pelos rapazes. O número comparativo acima deixa evidente que havia “menos” casos em toda Santa Catarina do que na capital. Isso foi reforçado pela tabulação dos dados referentes à internação no Abrigo, em que o número reduzido de “abandonados” do interior, em termos comparativos, contrastam com o da capital. Vamos aos dados:

| Internações por cidade de origem |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| cidade / ano                     | 1951 | 1955 | 1956 | 1957 | 1958 | 1959 | 1960 | 1962 | 1963 | 1964 | 1965 | 1966 |
| Florianópolis                    | 13   | 26   | 32   | 48   | 41   | 23   | 21   | 38   | 40   | 28   | 26   | 37   |
| Araranguá                        |      | 01   |      |      |      |      |      |      |      | 01   |      |      |
| Biguaçu                          | 01   | 01   |      | 05   | 03   |      |      | 01   |      | 01   |      |      |
| Blumenau                         |      | 03   | 05   | 04   | 02   |      | 04   | 01   | 01   |      | 02   |      |
| Brusque                          |      | 01   | 01   |      |      | 01   |      | 01   |      |      |      |      |
| Itajaí                           |      | 03   |      | 02   |      |      | 02   | 03   | 01   |      |      |      |
| Joinville                        |      |      | 01   | 05   |      | 01   |      | 01   |      | 02   |      | 01   |
| Lages                            |      | 01   | 01   |      | 03   |      |      | 01   | 02   |      | 01   | 01   |
| Criciúma                         |      |      |      | 01   | 03   |      |      |      |      |      |      | 02   |
| Palhoça                          | 01   |      |      | 03   | 02   |      | 02   | 02   | 01   |      |      | 03   |
| Rio do Sul                       |      | 02   |      | 01   | 01   |      |      |      |      |      |      |      |
| São José                         | 01   | 02   | 02   | 01   |      |      |      | 01   | 01   |      | 01   | 01   |
| Tijucas                          | 02   | 01   |      |      |      | 01   | 02   | 01   | 01   | 02   |      |      |
| Laguna                           |      | 01   |      | 01   | 02   | 04   | 02   |      |      |      | 01   | 01   |
| São Francisco do Sul             |      | 02   | 01   | 02   |      |      |      |      |      |      |      | 01   |
| Joaçaba                          |      |      |      | 01   |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Jaraguá do Sul                   |      |      |      | 01   |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Tubarão                          | 01   | 01   | 02   | 01   | 03   | 01   |      |      | 01   | 03   |      |      |
| Porto União                      | 01   |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      | 01   |
| Curitibanos                      |      |      | 06   |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Mafra                            |      |      |      | 02   |      |      | 01   |      |      | 01   |      |      |
| Itápolis                         |      |      |      |      |      |      |      |      |      | 01   |      |      |
| Gaspar                           |      |      |      | 01   |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Caçador                          |      |      |      |      |      |      | 01   |      |      |      |      |      |
| São Joaquim                      |      |      |      |      |      |      | 01   |      |      |      |      |      |
| Timbó                            |      |      |      |      |      |      |      | 01   |      |      |      |      |
| Campos Novos                     |      |      |      |      |      |      |      | 01   |      |      |      |      |
| Canoinhas                        |      |      |      | 02   |      | 01   |      |      |      |      |      |      |

Fontes: Relatório do Juízo de Menores de 1952, exercício 1951, dirigido ao Sec. do Int. e Just.; Rel. do Juízo de Men. 1956 exercício 1955, em Ofícios do Juiz de Men. à Sec. Int e Jus.; Rel. Juízo de Men. 1957 exercício 1956; Rel. Juízo de Men. 1958 exercício 1957; Rel. Juízo de Men. 1959 exercício 1958, em Of. Juiz de Men à Sec. do Int e Jus.; Rel. Juízo de Men. 1960 exercício 1959; Rel. Juízo de Men. 1961 exercício 1960; Rel. Juízo de Men. 1962 exercício 1961; Rel. Juízo de Men. 1964, exercício 1963; Rel. Juízo de Men. 1965 exercício 1964, em Of. do Abrigo de Menores à Se. Int. Just.; Rel. Juízo de Men. 1965 exercício 1966; Rel. Juízo de Men. 1966 exercício 1967.

Que não se pense Florianópolis, por ser capital, como se fosse uma cidade muito populosa, ou que fosse cidade muito maior, em termos de habitantes, que algumas das cidades listadas acima, a justificar essa grande diferença de declarados abandonados. Apresento a listagem da população de algumas cidades nas décadas de 1950, 60, 70.

| população/ano | 1950      | 1960      | 1970      | 1980      |
|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Florianópolis | 67.630    | 97.827    | 138.337   | 187.871   |
| Palhoça       | 38.346    | 17.789    | 20.652    | 38.031    |
| São José      | 22.798    | 31.192    | 42.535    | 87.817    |
| Blumenau      | 48.108    | 66.778    | 100.275   | 157.258   |
| Joinville     | 43.334    | 69.677    | 106.945   | 235.812   |
| Tubarão       | 67.047    | 62.440    | 66.876    | 75.237    |
| Lages         | 77.234    | 120.821   | 128.728   | 155.293   |
| Itajaí        | 52.050    | 54.984    | 63.139    | 86.460    |
| Estado Geral  | 1.560.502 | 2.129.252 | 2.901.734 | 3.627.933 |

IBGE. *Censo demográfico. Série Regional Vol. XXVII. Tomo I, Estado de Santa Catarina.* Rio de Janeiro: Ibge/Serviço nacional de recenseamento, 1955; IBGE. *Censo demográfico de 1960.* VII Recenseamento geral do Brasil Série Regional Vol. I. Tomo XV 1ª Parte. Santa Catarina. s.l.: Ibge/Serviço nacional de recenseamento, 1960; IBGE. *Censo demográfico Santa Catarina.* VIII Recenseamento geral 1970 Série Regional Vol. I. Tomo XX. s.l.: Ibge, 1970; IBGE. *Censo demográfico. Dados distritais Santa Catarina Vol. I. Tomo III, n. 19.* Recenseamento geral do Brasil 1980. Rio de Janeiro: Ibge, 1982.

Isso indica que havia uma espécie de produção judicial de abandonados, na qual a própria “demanda reprimida” à internação no Abrigo, nunca é demais repetir, a única instituição do Governo de Santa Catarina destinada a tal público no período, assim o foi até a década de 1970, “pressionava” para o surgimento de mediações políticas, ou práticas de paternalismo para que se acessassem as vagas disponíveis.

Assim, familiares buscavam políticos, pessoas “conhecidas” ou com circulação no poder, para que através destes potencializassem as “chances” de ver as suas situações aflitivas atendidas pela prática estatal dirigida à infância. A documentação deixou poucos registros dessas relações, mas nem por isso se deve pensar como algo incomum, ao contrário, possivelmente isso era marcado pela informalidade. Quando existe a menção na documentação, quem aparece no texto geralmente era algum “doutor”, “deputado”, político, não as famílias, que ficavam reduzidas a uma “ausência” na fonte, a uma voz que não ficou diretamente anotada, a uma condição de dependente.

Mas, nesse processo de negociação social em busca de vagas do Abrigo, tais famílias deixaram subjacente que de uma forma ou de outra tentavam viabilizar, com os instrumentos disponíveis, aquilo que às vezes lhes podia parecer como uma condição melhor aos seus pequenos. Cita-se um caso onde o paternalismo ficou evidenciado, pois o Secretário do Interior e Justiça do momento, Laerte Ramos Vieira, encaminhou para internamento o nome de cinco *menores*, todos precedidos do nome das pessoas a quem estava atendendo os pedidos:

- 1) Dep. Würtour - nome da criança seguido do n. do processo.
- 2) UDN- Wallace - Idem.
- 3) Dep. Gluizi- Idem.
- 4) Vilela- Idem.
- 5) Drº Gaião - Idem.<sup>139</sup>

Numa das *Certidões de Sentença de Abandono* desses meninos que foram internados, consta que a sua *genitora* era *paupérrima* e que ele vivia *se criando na vadiagem, pelas ruas e logradouros públicos, sem freqüentar escola e sem receber instrução de qualquer espécie*<sup>140</sup>, neste caso eram moradores da cidade de Tubarão/SC.

Se a atuação do Juízo de Menores transigia entre os vieses autoritário e assistencial, o que ganhava destaque era este último. Na inauguração do Abrigo em 1940,

<sup>139</sup> *Of. n.190, de 18/6/1960*; informa-se outros casos. *Of. Gab. 1389-12, de 18/4/1951, respondendo Of. n.440 de 11/1/1951, da Prefeitura Municipal de Blumenau*; *Of. Gab/376-10 de 18/3/1960* há um documento avulso, uma anotação em bloco timbrado do “Gabinete do Secretário do Interior e Justiça” com os seguintes dizeres: *Deputado Brezola. Internamento do Menor no Abrigo. 31/06/61*; *Of. Gab/s.nº, SJ 717-22 de 08/2/1962. Todos em Minutas da Sec. do Int. e Just. para Juiz de Menores, anos 1951, 1960, 1961 e 1962. APESC.*

<sup>140</sup> *Pront. n.935, Certidão de Abandono de 17/3/1960, Proc. n.2041/4160, de Tubarão. ACEDOCAM.*

com a presença do Presidente Getúlio Vargas e do Interventor no Estado Nereu Ramos, o Juiz de Menores Hercílio Medeiros entoou sua fala nessa direção, ao discursar que:

...tudo o que constitui remate feliz de iniciativas que trazem indelével o cunho da solidariedade humana...o marco comemorativo desta esplêndida realização encontrará sua concretização mais perfeita na sobriedade arquitetônica desta obra acolhedora (o Abrigo), que não constitui...senão uma...dentre essas muitas catedrais que a visão realizadora do nosso preclaro interventor vem, serenamente, erigindo ao culto, profundamente humano da assistência social...destinado a receber, para conduzir às suas mais legítimas finalidades as pequeninas vítimas de um destino cruel, aquelas mesmas que na expressão cadente do nosso nunca assaz lembrado Tobias Barreto, “mamam lágrimas”...irá formar para a vida, gerações e gerações de desamparados<sup>141</sup>.

Pode-se perceber através desse pronunciamento que as questões sociais eram tratadas como destino, caminho “necessário”, e não como desigualdade social. Ali o Estado apareceu como provedor, acolhedor, benfeitor.

Sentido semelhante à internação no Abrigo de crianças consideradas abandonadas foi repetidamente atribuído nas sucessivas *Mensagens Anuais do Governador do Estado à Assembléia Legislativa* de 1948-1975, em que se falava nessas práticas como de *assistência social*<sup>142</sup>.

Na *Mensagem* de 1955, fez-se menção ao Abrigo como *estabelecimento de assistência à infância desamparada*<sup>143</sup>, além de, ao se ter tecido comentário a respeito da *Secretaria da Educação, da Saúde e da Assistência Social*, a qual ele estava vinculado no sub-item *Estabelecimentos Hospitalares e de Assistência Social*, falou-se que estes

...tiveram trabalhos de **benemerência** (grifo meu), dentro das suas finalidades, cumprindo o plano do Estado, no amparo às populações, quer na campanha contra as moléstias infecto-contagiosas-agudas, quer ainda na assistência à infância desamparada<sup>144</sup>.

Ao se qualificar a assistência como atos de benemerência, considerando as práticas de paternalismo envoltas nessa questão, suavizava-se a finalidade interventora sobre a infância desfavorecida, e às vezes sobre suas famílias, finalidades essas que estavam subjacentes às práticas do Abrigo, do Juízo e do Estado.

Outras *Mensagens*, entretanto, deixaram mais evidentes o que se esperava dessa *assistência*, e também como que ela se estabelecia. Em 1960 falou-se que

o Abrigo de Menores, embora tendo objetivo assistencial, não possui auto-deliberação quanto ao internamento de menores, que é feito mediante declaração judicial de abandono.<sup>145</sup>

<sup>141</sup> ABRIGO DE MENORES. *Discurso de inauguração do Abrigo de Menores do Dr. Hercílio Medeiros, Juiz de Menores*. Florianópolis: Imprensa oficial, 1940, p.31-36. BPESC.

<sup>142</sup> P.ex.: *Mens. à Assembléia Legislativa do Governador Irineu Bornhausen ano 1951, enviada 15/4/1951, p.23; Mens. à Assem.Legis. do Gov.Jorge Lacerda ano 1957, enviada 15/4/1957, p.33*. Ambas em BPESC.

<sup>143</sup> *Mens. à Assem.Legis. do Gov. Irineu Bornhausen ano 1955, enviada 15/4/1955, p.67*. BPESC.

<sup>144</sup> *Mens. à Assem.Legis. do Gov. Irineu Bornhausen ano 1955, enviada 15/4/1955, p.56*. BPESC.

<sup>145</sup> *Mens. à Assem.Legis. do Gov. Heriberto Hülse ano 1960, enviada 15/4/1960, p.11*. BPESC.

Ao avaliar o trabalho do Abrigo em 1959, o Governo afirmou que ele

preencheria...sua função específica: recolher menores abandonados, prover-lhes as necessidades materiais e providenciar sua formação intelectual, moral e cívica.<sup>146</sup>

Em 1956, falou-se que a instituição continuou *exercendo a função recuperadora de menores-problema e na educação de menores desprovidos de recursos*.<sup>147</sup>

O sentido comum atribuído a essa “recuperação”, “educação”, “formação”, “assistência”, “benemerência”, foram sendo indicadas em outras *Mensagens*. Em 1967, se disse que o Abrigo continuou

prestando relevantes serviços à comunidade catarinense, ali, 240 menores recebem educação e são preparados para se tornarem cidadãos úteis à sociedade.<sup>148</sup>

Em 1963 se falou que a *finalidade precípua do estabelecimento era a adaptação de Menores à sociedade, tornando-os úteis à coletividade*<sup>149</sup>.

Tal significado também se encontrava nas *Certidões de Abandono* e em *Ofícios* do Juiz de Menores, como este em que *Mário Carvalho Rocha*, em 1952, ao encaminhar o *Relatório do Juízo das atividades do exercício de 1951*, comentou que as *oficinas* do Abrigo necessitavam passar por ampliação, para atender a todos os internos em idade de aprender uma profissão:

Se os menores devem ser readquiridos para se reajustarem a sociedade, porque eles são abandonados, vivendo ao léu, é necessário, que se lhes de uma profissão, para que, ao atingirem os 18 anos...possam encontrar uma colocação, que lhes assegure a subsistência, para evitar que se incorporem à classe dos desocupados e viciados.<sup>150</sup>

Os administradores diretos do Abrigo de Menores, a Congregação dos Irmãos Maristas, também compartilhavam desses objetivos ao pensarem no como conduzir o internato. Expressavam isso nos seus relatórios, como este de 1962 ao dizerem que

Concatenando o ensino escolar e profissional com a educação esportiva e religiosa procuramos dar aos menores a formação mais completa possível. Preparados desta forma e correspondendo com os esforços dos mestres tornam-se os menores capazes de enfrentar a vida e vencê-la...Assim, **restaurados** (grifo meu) tornar-se-ão cidadãos úteis para a nossa grande pátria Brasileira.<sup>151</sup>

<sup>146</sup> *Mens. à Assem.Legis. do Gov. Heriberto Hülse ano 1959, enviada 15/4/1959, p.63. BPESC.*

<sup>147</sup> *Mens. à Assem.Legis. do Gov. Irineu Bornhausen ano 1956, enviada 15/4/1956, p.77. BPESC.*

<sup>148</sup> *Mensagem do Gov. Ivo Silveira à Assembléia Legislativa de 1967, enviada em 15/03/67, p.142-3. BPESC.*

<sup>149</sup> *Mensagem do Gov. Celso Ramos à Assem. Legislativa de 1963, enviada em 15/04/63, p.179-80. BPESC.*

<sup>150</sup> *Of. n.241 de 16/02/1952, do Juízo de Menores à Secretaria do Interior e Justiça. APESC.*

<sup>151</sup> *Mens. à Assem.Legis. do Gov. Irineu Bornhausen ano 1952, enviada 15/4/1952. BPESC.*

Falaram ainda, em 1950, que mobilizavam suas energias para que *o fim da assistência aos menores* fosse assegurada com o *máximo de resultados na educação e reeducação dos abrigados*.<sup>152</sup>

Ou seja, havia um compartilhamento a respeito das finalidades das ações do Juízo de Menores, do Abrigo sobre a coordenação dos Maristas, e do Governo nessa questão, que se verá ao longo do trabalho que não era desprovida de tensões na maioria das vezes pontuais. Assim ponderou Kuhlmann Júnior, quando analisava as discussões propostas por brasileiros e as idéias que os influenciaram, ao exporem seus trabalhos no Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e 3º Congresso Americano da Criança, ocorrido no Rio de Janeiro em 1922. Percebeu o mesmo a multiplicidade de áreas (medicina, pedagogia, direito, principalmente), que comungavam de pontos em comum, apesar de *tensões e conflitos*, configurando, porém, linhas hegemônicas das diretrizes propostas ao tema da infância. Afirmou: *Não há um pensamento homogêneo, mas sim hegemônico*.<sup>153</sup>

O Governo do Estado de Santa Catarina, a respeito do Abrigo de Menores, tinha a responsabilidade de mantê-lo financeiramente – pois desde seu início já havia entregue a administração direta da instituição aos Irmãos Maristas – e de autorizar as internações depois que a criança tivesse recebido a sentença de abandono. A sua participação mais marcante na trajetória do Abrigo se deu na definição do projeto de sua construção, pois foi quem a realizou, e no estabelecimento do seu Regulamento baixado em 1944; nas proposições de aperfeiçoamento do ensino profissional, com reformas nas oficinas do Abrigo a partir de 1963, mas sobretudo nas transformações do Abrigo em Educandário no início da década de 1970, e no cancelamento do Convênio com os Maristas em 1973.

As avaliações das atividades dos Maristas à frente do Abrigo, pelos sucessivos Governos, pelo menos publicamente, expresso nas *Mensagens do Governo à Assembléia*, eram positivas, apesar de nos ofícios trocados entre o dois emergirem inúmeras tensões. O próprio convite aos religiosos para conduzirem a obra, esteve ligado à “virtudes” que eram reconhecidas ao trabalho deles como educadores. Assim justificou-se o Interventor Nereu

---

<sup>152</sup> FRANCISCO, Irmão Artur. Abrigo de Menores. In. Histórico da Província Meridional. Porto Alegre: Tipografia Champagnat, 1950, p.552 e 554. AUCE.

<sup>153</sup> KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. A circulação das idéias sobre a educação das crianças, início do século XX. In: IDEM & FREITAS, Marcos Cezar de (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 474.

Ramos, dizendo que preferia *entregar a administração à uma Congregação religiosa*, pois confiava *mais na eficácia dos seus ensinamentos que na de simples educadores-leigos*<sup>154</sup>.

Além dessa pretensa eficácia, o Interventor possivelmente estivesse objetivando economias de gastos na manutenção da instituição. Infere-se isso pela justificativa articulada ao Prefeito da cidade de Caçador, Santa Catarina, quando o Interventor expôs a razão da entrega do Grupo Escolar dessa cidade aos Maristas, em 1938. Disse que havia *nisto, vantagens pedagógicas e financeiras*<sup>155</sup>.

Pondo em movimento a instituição, a *Mensagem do Governador Irineu Bornhausen* comentava em 1951 que *é uma das mais bem organizadas entre as congêneres de todo o país*<sup>156</sup>. Em 1967, o Governador Ivo Silveira considerou que o Abrigo

desenvolvendo suas atividades há mais de 25 anos (1940-1967), sempre sob a esclarecida e competente direção dos Rvmos. Irmãos Maristas o Abrigo de Menores é realmente uma instituição modelar, que se destaca entre as congêneres do país e faz honra, por isso à Santa Catarina.<sup>157</sup>

Essas Mensagens<sup>158</sup> eram elaboradas pelo Governo do Estado para serem entregues à Assembléia Legislativa do Estado, sob a forma de “relatório anual de atividades do Governo”. Eu analisei as Mensagens relativas ao período 1948-1975. Na parte relativa ao Abrigo de Menores, a composição delas se fundamentava principalmente nos *Relatórios do Abrigo de Menores*, que a sua Direção tinha o dever de entregar anualmente, apesar de serem suprimidas ou resumidas suas informações pelo Governo, que por sua vez acrescentava suas avaliações sobre o funcionamento do Abrigo.

Chama a atenção a vinculação administrativa do Abrigo às Secretarias de Estado durante o período estudado (1950-1972), objeto de freqüentes alterações. Em 1944<sup>159</sup>, esteve vinculado à Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Em 1949, ainda permanecia registrado a essa Secretaria<sup>160</sup>. De 1951 a 1953, esteve ligado à Secretaria de Negócios do Interior e Justiça, Educação e Saúde<sup>161</sup>. De 1954 a 1955 apareceu junto à Secretaria dos Negócios da Educação, Saúde e Assistência Social<sup>162</sup>. De 1956 até 1959,

<sup>154</sup> *Carta do Palácio do Governo em Florianópolis para Irmão Afonso em 13/9/1938*. AUCE.

<sup>155</sup> Apud ACKERMANN, Silvia Regina. *Op. cit.* p.21 (citando Carta do Palácio do Governo para o Prefeito Carlos Sperança em 07/7/1938).

<sup>156</sup> *Mens. à Assem.Legis. do Gov. Irineu Bornhausen ano 1951, enviada 15/4/1951*, p.51. BPESC.

<sup>157</sup> *Mensagem do Gov. Ivo Silveira à Assembléia Legislativa de 1967, enviada em 15/03/67*, p.142. BPESC.

<sup>158</sup> Escrevi sobre isso no seguinte trabalho: NUNES, Eduardo Silveira Netto. O Abrigo de Menores do Estado (SC) através das Mensagens dos Governadores (1949-1975). In. SOUZA, Rogério Luiz & KLANOVICS, Jô (orgs.). *História: trabalho cultura e poder*. Florianópolis: Anpuh-SC, Proextensão-UFSC, 2004, p.250-254.

<sup>159</sup> Cf. Decreto n.3.017/44.

<sup>160</sup> *Mens. do Gov. José Boabaid à Assem. de 1949 em 19/4/1949*, p.12. APESC.

<sup>161</sup> *Mens. do Gov. Irineu Bornhausen à Assem. de 1951, 1952 e 1953 em 15/4 de 1951, 1952 e 1953*. BPESC.

<sup>162</sup> *Mens. do Gov. Irineu Bornhausen à Assem. de 1954, 1955 em 15/4/1954, e 15/4/1955*. BPESC.

relacionou-se com a Secretaria de Saúde e Assistência Social<sup>163</sup>. De 1960 a 1970, ficou atrelada à Secretaria do Interior e Justiça<sup>164</sup>.

No período posterior, as Mensagens começaram a ser compostas mais como um plano de governo, ou seja, projetos a serem levados a termo mesclados ao relato do que se tinha feito. O já Educandário 25 de Novembro apareceu ligado de 1971 a 1975 à Secretaria dos Serviços Sociais<sup>165</sup>.

Essa circulação na divisão administrativa do Estado poderia sugerir que, de tempo em tempo a orientação quanto ao funcionamento e a finalidade do Abrigo poderia ter mudado profundamente, repercutindo na forma cotidiana de como ele se desenvolvia. Essa hipótese, entretanto, tem que ser vista com cuidado, sob pena de equívocos.

A documentação indicou que, pela circunstância dos Irmãos Maristas terem assumido a instituição desde sua inauguração e terem administrado o seu cotidiano, tendo como referência o *Regulamento do Abrigo* editado pelo Estado em 1944, que estabelecia os parâmetros organizacionais do internato (atividades obrigatórias, divisão dos espaços, funcionamento da rotina, regras disciplinares), e que foram apropriadas e interpretadas pelos Maristas ao longo da presença deles ali. Acabaram por constituir modos de se conduzir o internato, que traduziam-se num saber-fazer próprio (isso será melhor visto ao longo do trabalho). A presença dos religiosos ao longo do tempo, um tanto “imune” às mudanças desse ou daquele governo, dessa ou daquela Secretaria, desse ou daquele Secretário, e até mesmo em relação às trocas de Juizes de Menores, conferiu em grande medida uma estabilidade nos procedimentos rotineiros, não desfeito de tensões, disputas e também de alterações, mas não na dimensão que a circulação pelas Secretarias poderia sugerir.

Mudanças mais profundas nas orientações do Abrigo aconteceram e serão abordadas mais abaixo. E mesmo mudando de Secretarias, a tendência geral projetada pelos Governos era a de uma Assistência especial à infância pobre, às vezes “problemática”.

Quanto ao aspecto do forte caráter religioso no qual o cotidiano do Abrigo estava envolvido (educação coordenada por religioso, práticas rotineiras permeadas pela

<sup>163</sup> *Mens. do Gov. Jorge Lacerda à Assem. de 1956, 1957, 1958 em 15/4 de 1956, 1957 e 1958. Mens. do Gov. Heriberto Hülse à Assem. de 1959 em 15/4/1959. Todos em BPESC e APESC.*

<sup>164</sup> *Mens. do Gov. Heriberto Hülse à Assem. de 1960 em 15/4/1960. Mens. do Gov. Celso Ramos à Assem. de 1961, 1962, 1963, 1964 em 14/4/1961, 15/4 de 1962 e 1963, 14/4/1964. Mens. do Gov. Ivo Silveira à Assem. de 1966, 1967, 1969 e 1970 em 15/3 de 1966, 1967, 01/3/1969 e 10/4/1970. Todos em BPESC e APESC.*

<sup>165</sup> *Estudo do Educandário XXV de Novembro, dez-1971. APESC. Mens. do Gov. Colombo Machado Salles à Assem. de 1972, 1973 e 1974 em 10/4/1972, 17/4/1973, 23/4/1973. Mens. do Gov. Antônio Carlos Konder Reis à Assem. de 1975 em 29/4/1975. Todos em BPESC e APESC.*

oração, reza, vestimenta do hábito pelos Maristas) a documentação indicou que não havia estranhamento a respeito até o início de 1970. Por vezes existia um verdadeiro ufanismo a respeito. Veja-se o que foi falado em 1949

A educação religiosa é, sem dúvida, a base de toda a educação, e desempenha papel primordial não só como preventivo contra o vício senão também como força reeducadora e reformadora, capaz de inculcar sólidos princípios no caráter dos educandos,

o arremate foi escrito para não deixar dúvida do que se falava:

onde fracassam todos os meios científicos, muitas vezes a religião triunfa. E quando ela não triunfa, nada fica feito de sólido no caráter dêsse que deve ser um dia um cidadão útil à sociedade<sup>166</sup>

Essa relação Estado-Religiosos deve ser vista dentro do longo processo histórico de consolidação da hegemonia da Igreja Católica Apostólica Romana, no país, e em Santa Catarina, que datam, como referência, do processo de redefinição da posição da Igreja dentro de sua Romanização no período da estruturação da República no Brasil. Isso foi trabalhado por Serpa, que documentou e analisou as várias frentes da Igreja contra o “catolicismo popular”, com a implementação da Diocese de Florianópolis em 1908, e disseminação de congregações religiosas católicas estrangeiras pelo Estado, articuladas também às propostas de  *europeização da sociedade*, com a  *reformulação das condutas e construção de novas formas de sociabilidade* desenvolvidas nas  *camadas médias da sociedade e elites dirigentes*<sup>167</sup>.

Na *Primeira República*, como pesquisou Dallabrida, essa articulação da Igreja Católica com a elite política, fechou o único Ginásio Público do Estado nos primeiros anos do século XX e criou o  *Ginásio Catarinense* privado, assumido pelos Padres Jesuítas, que destinava-se a acolher os filhos dessa elite. Esses, até então, viam-se forçados a continuarem os estudos em cidades como  *Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Leopoldo/RS*<sup>168</sup>. Dallabrida deixou evidente a convergência dos propósitos religiosos e dos setores elitizados na perspectiva de formação de uma sociedade catarinense segmentada, disciplinada, com padrões e hábitos “europeizados”, modernos, e o que é impactante, da formação e reprodução de uma elite educada para ser elite em detrimento da alternativa pública até então existente no ensino Ginásial.

<sup>166</sup> *Mens. do Gov. José Boabaid à Assem. de 1949 em 19/4/1949, p.12-3. APESC.*

<sup>167</sup> SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Edufsc, 1997, p.129. Ver ainda: ALVES, Márcia. A folia proibida: imposição de disciplina e ordem na festa do Divino. *Esboços*, v.6, p.67-74, 1998.

<sup>168</sup> DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade futura, p.41 (página expressamente citada).

A associação de interesses ainda foi comentada por Souza no período de 1945-1960, mais na perspectiva de ligação de medidas da Igreja no campo de constituir uma sociedade ordenada no aspecto da

higiene e da moral com o fim explícito de fazer desenvolver a pátria e reestabelecer o espírito cristão, numa sociedade ameaçada pelo processo de urbanização desordenado e pela falta de uma política social de base;

Disse ele ainda que uma das frentes de atuação da Igreja foi a

crescente iniciativa em tomar a si um número considerável de instituições assistenciais. No início da década de 1950 a Igreja Arquidiocesana de Florianópolis já contava com a administração de 31 obras assistenciais–hospitais, abrigos de menores, asilos, hospícios, leprosário, farmácias ambulantes, casas de saúde e 39 estabelecimentos de ensino.<sup>169</sup>

Contudo, a entrega do Abrigo pelo Governo do Estado aos Irmãos Maristas, talvez não possa ser relacionado mecanicamente à relação descrita existente no período, mas dela também não se pode afastar simplesmente.

Ainda antes dos Maristas aceitarem assumir o internato, nas negociações com o Governo, eles teriam informado que seria necessário a autorização/aprovação da *autoridade metropolitana*, ou seja, da Arquidiocese de Florianópolis, sugerindo que o Estado fizesse esses encaminhamentos. Diante disso, o Interventor Nereu Ramos afirmou que *o Estado não pode submeter seus atos à aprovação prévia de autoridade eclesiástica, por mais que ela mereça ao atual governante* e sugeriu que os próprios Maristas tomassem tal iniciativa, se fosse o caso<sup>170</sup>.

Cabe dizer que a Arquidiocese, na Igreja Católica, funciona como um Departamento competente por administrar uma determinada região, e que as Congregações Religiosas, além de seu próprio estatuto e regulamentação, estão subordinadas à Arquidiocese.

A própria chegada dos Maristas ao Rio Grande do Sul no final do século XIX, 1897 aproximadamente, segundo Azzi<sup>171</sup>, supostamente a convite dos jesuítas para que

<sup>169</sup> SOUZA, Rogério. *op. cit.* p.48.

<sup>170</sup> *Carta do Palácio do Governo em Florianópolis para Irmão Afonso em 12/9/1938.* AUCE.

<sup>171</sup> As informações a respeito dos Irmãos Maristas provêm sobretudo dos três volumes que tratam da presença dessa Congregação no Brasil de 1897 a 1997, elaborada por Azzi. Será feita a citação genérica para evitar-se o enfado de notas e mais notas. Portanto, até nova indicação entenda-se que quando fala-se dos Maristas, refere-se a esses trabalhos. Cabe dizer que, no total, são cerca de 1200 páginas de texto construídos como uma “grande história” dos religiosos no país, mencionando suas obras, relatando acontecimentos em algumas delas, ao modo de um “relato objetivo da história”, um viés historiográfico um pouco positivista. Alguns apontamentos críticos são feitos na introdução de cada volume. Esse estudioso é conhecido como historiador da religião. Ver: AZZI, Riolando. *História da educação católica no Brasil: contribuição dos Irmãos Maristas.* Vol.1. Os primórdios da obra de Champagnat no Brasil (1897-1922). São Paulo: Simar, 1996; IDEM. Idem. Vol. 2. A consolidação da obra de Champagnat no Brasil (1922-1947). São Paulo: Simar, 1996; IDEM. Idem. Vol. 3. A expansão da obra de Champagnat no Brasil (1947-1972). São Paulo: Simar, 1996.

administrassem uma escola nesse Estado, era uma manifestação desse processo de reestruturação da Igreja Católica após o estabelecimento do Regime Republicano no país.

A Congregação dos Irmãos Maristas, instituição católica e masculina, fundada por Marcelino Champagnat na França, no século XVIII, teria como finalidade a promoção da educação de setores populares. A versão brasileira, especialmente sulina, entretanto, indicou que a Educação Marista esteve bastante ligada à escolarização de setores médios da população.

As atividades dos religiosos, desde sua chegada ao Rio Grande do Sul, desenvolveram-se principalmente nestas direções: a busca de pessoas identificadas e portadoras de vocação religiosa, especialmente em áreas de colonização, objetivando arregimentá-las para a formação de Irmãos para a Congregação nos seminários destinados a isso que também foram sendo estabelecidos; a assunção à administração de escolas em diferentes localidades, muitas adquiridas pela Congregação, outras assumidas por acordos com Prefeituras Municipais ou ainda com o Estado Gaúcho, sendo que em boa parte das ocasiões, a educação era custeada através de mensalidades; o funcionamento de suas instituições era em regime de internato e também de externato; a presença de professores Irmãos mesclada com professores leigos.

Uma das conseqüências dessas iniciativas foi a formação nos anos 1920-1930, em tal Estado, de um verdadeiro “exército de novos Irmãos Maristas”, permitindo-lhes assumir plenamente algumas “obras”, bem como diminuir a presença de professores leigos em outras. Ao lado disso, buscaram estender os limites da Congregação da Província Meridional<sup>172</sup> sulina, assumindo aproximadamente<sup>173</sup> 30 “obras” no Rio Grande do Sul e um enclave em Curitiba, no Estado do Paraná, através do Colégio Paranaense. O Paraná já tinha obras da Província Central (esta seria desmembrada em 1958, formando a Província de São Paulo); no Estado de Santa Catarina ingressaram em fins da década de 1930 (1938-

---

<sup>172</sup> A divisão administrativa da Congregação se dá através de Províncias. Nesse período, na região sul apenas o Rio Grande do Sul tinha uma sede de província. A mais próxima a esta era a do Brasil Central, em São Paulo.

<sup>173</sup> Ao comentar a expansão da congregação religiosa dos Salesianos no Estado de Mato Grosso, no final do século XIX e início do XX, Francisco reconheceu uma espécie de “estratégia” institucional a procura pela formação de “quadros” da Congregação a fim de atender aquele objetivo e disse que *uma das razões inegáveis da rápida implantação e organização dos colégios é que estes constituíam uma garantia de formação dos próprios quadros necessários para o prosseguimento da obra de expansão, além da própria estratégia de contraposição ao ensino laico e seus desdobramentos no que concerne à orientação religiosa*. Nesse aspecto, a expansão Marista não foi resultado de nenhuma “novidade” estratégica. Ver: FRANCISCO, Adilson José. *Apóstolos do progresso: a prática educativa salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1894-1919)*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMT, Cuiabá, 1998, p.99.

9) na cidade de Caçador, onde assumiram o Colégio Aurora, e em Florianópolis, em 1940, o Abrigo de Menores.

Essa expansão, portanto, parece sugerir que a intenção dos Maristas ia ao encontro da postura da Igreja Católica à época, dentro da qual a formação católica de segmentos da elite traduzia-se numa estratégia de fortalecer a Igreja, e por outro lado, a ação desta em direção a participar de projetos de disciplinarização dos segmentos sociais desfavorecidos, no qual o Abrigo se incluía, em acordo com as forças sociais hegemônicas.

Tomando por consideração o que caracterizaria a presença Marista no Brasil, Azzi teceu comentários a respeito da relação social desses educadores e de indicativos das diretrizes de sua pedagogia:

Ao final da década de 40, os maristas já tinham formado uma sólida e ampla rede de escolas que se estendia do norte ao sul do país.

Diversos colégios podiam ser designados como “tradicionalis”...eram prestigiados nas respectivas localidades...Em muitas cidades as autoridades públicas e as elites locais continuavam solicitando a abertura de novos colégios ou a expansão dos já existentes.

Essa expansão progressiva da rede escolar demonstra que o modelo educacional Marista vinha ao encontro das expectativas das famílias da classe média urbana ascendente.

Ao confiar seus filhos aos discípulos de Champagnat, a maioria dos pais tinha em mente uma adequada preparação intelectual dos filhos. Essa instrução devia garantir-lhes o acesso a uma profissão que possibilitasse manter ou melhorar o padrão econômico e o prestígio social. Medicina, Direito e Engenharia eram carreiras mais procuradas e ambicionadas.

A educação Marista apresentava características especiais: os colégios primavam pela ordem, disciplina e respeito à autoridade. Os alunos, em geral, eram preparados de forma competente em termos de estudo. A educação religiosa e moral era conduzida dentro dos padrões típicos.

Em termos políticos, inoculava-se nos alunos a resistência a qualquer projeto de mudança social. Os jovens eram formados para inserir-se na sociedade burguesa em formação, pautando-se pelos ideais positivistas de ordem e progresso.<sup>174</sup>

Bem veremos que algumas dessas frases, sobretudo aquelas ligadas à disciplina, à ordem, ao respeito à autoridade, a educação religiosa e moral, o absentismo político, ao preparo no ensino, ao cultivo do civismo, e um elemento que não foi mencionado por Azzi, à persecução da higiene através de corpos saudáveis, receberam uma tonalidade toda especial dos Maristas ao implementá-las no Abrigo. Dessa maneira, naturalizar aquilo que era feito no Abrigo como “pedagogia da época”, por vezes pode ser uma simplificação apressada e equivocada daquilo que ali se realizava, apesar de poder existir linhas e tendências convergentes nisso.

Mas, antes de assumir o Abrigo, os Maristas e o Estado estabeleceram negociações a fim de determinar os parâmetros convenientes a cada parte naquilo que seria firmado como contrato. De um lado, os religiosos manifestavam interesse em ter

<sup>174</sup> AZZI. *Op. cit.*. Vol.3. p.35.

autonomia completa de gestão, compreendendo aspectos administrativo-burocráticos (indicação para contratações, realização de despesas) e relativos ao *tratamento, instrução e educação dos abrigados*, convergentes com as *normas, methodos, regras, e costumes em uso e admitidos nos outros estabelecimentos* Maristas, dentro disso haveria de ser disponibilizada a estrutura para o *exercício* pelos Irmãos, *de sua vida religiosa particular*, além da garantia de suporte financeiro dado pelo Estado à manutenção do estabelecimento<sup>175</sup>.

O Governo, por seu turno, propunha que o convênio garantisse a si e ao Juízo de Menores as decisões finais nas questões administrativas, além da autonomia do Juízo quanto ao encaminhamento à internação<sup>176</sup>, situação que causaria desacordo aos religiosos desde antes do início do funcionamento do Abrigo, conforme carta do Superior Provincial Marista, em que disse ser

de toda a conveniência para a disciplina, que dêem ingresso no Abrigo, somente os meninos já classificados e não os delinquentes em observação que devem ser separados<sup>177</sup>

Se os Maristas identificaram como problemático o ingresso de internos considerados delinquentes pelo Juiz de Menores no Abrigo, este e o Governo, ao contrário, projetaram a instituição justamente para receber tais pessoas, que até então eram postas numa Seção da Penitenciária Estadual, situação reconhecida inadequada<sup>178</sup>, além das crianças abandonadas.

Os religiosos aceitaram os termos do contrato apesar de contrariados nesse ponto, o que daria margem a um forte tensão, anos mais tarde, entre eles e o Governo, provavelmente como forma de levar adiante seu projeto expansionista, criando um “enclave” na capital do Estado, aproximando-os da elite política, o que poderia facilitar relações futuras, além de colocar em “execução” de modo mais claro o projeto de educação dos pobres. Essa foi considerada *uma atividade completamente nova em que os*

---

<sup>175</sup> *Projecto de Contracto (n.1), 1939 e Projecto de Contracto (n.2), 1939.* AUCE.

<sup>176</sup> Decreto n.894, de 26/02/1940, aprova o Contrato entre Governo do Estado de Santa Catarina e a União Sul Brasileira de Educação e Ensino para que assuma a administração do Abrigo de Menores. Este nome, União Sul Brasileira de Educação e Ensino era o nome de pessoa jurídica da Província Meridional dos Maristas, que era indispensável para que eles pudessem firmar qualquer contrato civil. Mais tarde os religiosos teriam registro em Santa Catarina com o nome de União Catarinense de Educação, além de estabelecerem a Província de Santa Catarina.

<sup>177</sup> Apud ACKERMANN. *Op. cit.* p.22., citando Carta de Porto Alegre do Superior Provincial dos Irmãos Maristas, Irmão Afonso para Nereu Ramos em 02/02/1940. A respeito desse período, ver ACKERMANN (p.21-25) que desenvolveu pesquisa documental mais extensa, por pesquisar o tema na década de 1940.

<sup>178</sup> PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Setembro de 1940. Florianópolis: Imprensa oficial do estado, 1940. APESC; ESTADO. *Relatório do Juízo de Menores... 1937.* ANUCA.

*Educadores Maristas se lançavam*<sup>179</sup>, ou ainda teria representado *a primeira experiência na educação de jovens desamparados e até mesmo delinqüentes*<sup>180</sup>, agregando assim valor simbólico à instituição, que se dizia “comprometida” socialmente com os desfavorecidos.

Cada década parece ter aglutinado um campo de tensões entre Governo-Juízo-Maristas e que tiveram como resultado algum tipo de alteração no cotidiano do Abrigo. Dessas disputas, de tempo em tempo, um ou outro exercia preponderância sobre os demais.

A década de 1940 foi marcada sobretudo pelo início do funcionamento do Abrigo e por sua lotação com 240 internos após a conclusão de suas obras em 1944-45. Por outro lado, também se buscou definir e estabelecer o seu perfil institucional. Um deles, foi lembrado em pleno alinhamento do Governo brasileiro aos aliados no contexto da Segunda Guerra Mundial, isso porque foi vedada a presença na instituição de Maristas com nacionalidade estrangeira. Essa determinação foi exigida pelo Interventor da época:

a urgência de colocar à frente do estabelecimento um brasileiro...(uma vez) já ter atingido o inconveniente de manter à frente um Irmão que não seja brasileiro nato...isso porque (notas do pesquisador), a situação que o Brasil atravessa e os acontecimentos que o mundo vêm presenciando, aconselham, desde já, essa providência, no interesse do Estado, do seu govêrno e do próprio estabelecimento<sup>181</sup> [...] É de evidência que o Estado não pode manter contrato com os súditos das Nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas e econômicas...está na lei federal...Transigi até agora com a transgressão da lei, mas o momento exige que se ponha termo.<sup>182</sup>

Finalizou a carta de forma peremptória: *Caso não lhe seja possível, preferível é a imediata rescisão do contrato*<sup>183</sup>.

A pendenga que tinha começado em 1941 durou até 19 de março de 1942, quando o Interventor, diante da inércia dos Maristas, não deixou dúvida da atitude que iria tomar

Uma vez que lhe é de todo impossível atender ao apelo do Govêrno catarinense...só vejo a solução de declarar definitivamente extinto o contrato.// Aguardo sua palavra definitiva para tomar as providências que o caso reclama.<sup>184</sup>

antes disso, ele já havia deixado explícito aos religiosos o caráter deles no Abrigo, pois

A situação dos diversos colégios que a Congregação mantem não é a mesma do Abrigo. Este é um estabelecimento do Estado, não da Ordem. Os Irmãos são remunerados pelos cofres públicos<sup>185</sup>.

Ao cabo, os religiosos cumpriram a ordem.

<sup>179</sup> UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO. *Sesquicentenário da Congregação dos Irmãos Maristas: Brasil, sector de Santa Catarina*. [S.l.]:1967,p. 54.

<sup>180</sup> Cf. AZZI. *Op. cit.* Vol 2. p.431.

<sup>181</sup> *Carta do Palácio do Governo em Florianópolis para Irmão Afonso em 11/02/1942*.AUCE.

<sup>182</sup> *Carta do Palácio do Governo em Florianópolis para Irmão Afonso em 20/02/1942*.AUCE.

<sup>183</sup> *Carta idem...11/02/1942*.

<sup>184</sup> *Carta do Palácio do Governo em Florianópolis para Irmão Afonso em 19/03/1942*.AUCE.

<sup>185</sup> *Carta idem...20/02/1942*.

Essa situação evidenciou a circunstância que dava ao Abrigo toda uma condição específica dentro do quadro das instituições destinadas às práticas de assistência e intervenção sobre a infância, isso porque ele era uma instituição do Estado, mantida por verbas deste, submetido ao Juízo de Menores, órgão competente pelo encaminhamento dos internos, mas administrado diretamente por uma instituição, para efeitos jurídicos, privada, que recebia remuneração fixa por cada Irmão Marista que ali laborava e não pelo número de internos, que era estabelecido no máximo em 240, sendo rejeitados os excedentes a esse número.

Segundo Marcílio, o perfil das instituições destinadas à infância no Brasil, seria fundamentado a partir do início em dois pilares: de um lado as públicas, com seu *aparato* funcional e sistema de gerenciamento; de outro, as privadas, submetidas ao controle do Estado e que receberiam subvenção deste a partir de convênios, mas também sobreviveriam da caridade ou da filantropia<sup>186</sup>.

Assim, o Abrigo balizava-se por toda uma regulamentação e controle do Estado e do Juiz de Menores, que fazia com que os Maristas não pudessem desenvolver na instituição tudo aquilo que pretendessem simplesmente. Da mesma maneira, a interferência sobre ela pelo Estado e Juiz também sofria limitações, e dentro desse campo de relações entre essas instituições, o Abrigo foi sendo construído. Nisso não se pode esquecer a participação dos Abrigados.

Justamente a “conduta” de resistência de certos internos às regras disciplinares impingida pelos Maristas em direção daqueles, foi objeto de tencionamento das relações entre Juiz e Direção do Abrigo em 1942, quando o Juiz Hercílio Medeiros abriu processo contra um Irmão, provavelmente – o documento não deixa claro –, pelo excesso de violência cometida à título de *corretivo*, contra um *menor delinqüente e avesso à disciplina*, e segundo a desculpa de que não havia os *necessários cubículos*, para o *corretivo autorizado*<sup>187</sup>.

---

<sup>186</sup> Cf. MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.222-223. Abreu e Martinez, entre outros, reforçam essa análise, ao dizerem que *a ação dos particulares, através da fundação de associações filantrópicas e assistenciais, bem como a ação do Estado, por intermédio de instituições oficiais e subvenções concedidas à iniciativa privada, marcava a política de proteção à criança nos primeiros trinta anos do século atual* e que seriam depois bastante pautadas pela legislação sobre o tema, bem como pela criação do Serviço de Assistência ao Menor em 1941, que já era uma iniciativa de *racionalização das formas de tratamento*, e mais tarde pelas propostas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor de *uniformização e centralização da política* voltada à infância. Cf. ABREU, Martha & MARTINEZ, Alessandra Frota. Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. In: RIZZINI, Irene (org.). *Olhares sobre a criança no Brasil - séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Edusu, Amais, p.27, 28, 30 e 31.

<sup>187</sup> *Carta do Diretor do Abrigo de Menores ao Interventor Federal Nerêu Ramos em 30/11/1942*.AUCE.

Os “cubículos” existentes e que eram considerados inadequados para contenção dos internos mais resistentes, tratava-se de dois *quartinhos* e que eram dispositivos disciplinares de uso habitual, pois era *praxe prender nos porões do Abrigo*<sup>188</sup>. Justamente a utilização desse instrumento causou nova contrariedade entre os religiosos e o Juiz, isso porque o Diretor do Abrigo comentou com o Secretário da Justiça, Educação e Saúde, as razões pelas quais estavam acontecendo problemas com fugas de internos, relacionando-as à interrupção da colocação de Abridados nos *quartinhos* depois da atitude sancionatória que o Juiz tinha adotado contra tal prática, quando teria ordenado *se largasse um grandalhão*, que teria sido recolhido ao mesmo por *haver afrontado o prefeito de disciplina*. A partir disso *esta diretoria não prendeu mais ninguém*. E comentando o assunto, o Diretor afirmou que o próprio Juiz teria usado os *malsinados quartinhos*<sup>189</sup>.

O assunto das fugas na década de 1940 foi trabalhado por Ackermann<sup>190</sup> de modo bem documentado no item n. 2 e 3 do Capítulo II de sua dissertação, deixando evidente a emergência das tensões entre Juiz e Direção do Abrigo na condução da disciplina interna da instituição, que aos olhos daquele seria muito rigorosa e “violenta”. Diante das oposições levantadas, os Maristas teriam relaxado o controle sobre os internos considerados indisciplinados, o que teria aumentado o número de fugas e provocado a interferência do Interventor, através de carta, chamando a atenção dos religiosos para as obrigações acordadas no convênio, além de ter aproveitado a oportunidade para reafirmar as finalidades que motivaram o Estado a criar o Abrigo:

Quando o Govêrno apelou para essa Congregaçãõ, fê-lo no pressuposto de que mandaria para aquí elementos especializados, capaz de darem a orientaçaõ profissional desejada. Os elementos que para aquí vieram...eram especializados apenas em ensino secundário (sic).

...O ex-diretor do Abrigo chegou a queixar-se de... um jornal que aludira ao Abrigo como escola de reforma (sic)!

Não podia haver demonstraçaõ mais palpável de que êle não tinha noçaõ exata das finalidades do estabelecimento que dirigia.

O Abrigo não pode e não deve ser orientado como um colégio comum...É um estabelecimento para abandonados (sic) que devem ser educados por processos algo diferentes. A transformaçaõ do Abrigo em simples colégio desvirtua-lhe as finalidades e prepara inadaptados sociais.

...os professores devem ser escolhidos...entre os que melhor conheçam o ensino artesanal e profissional.

...Noto...e com mágoa, que a Congregaçaõ não tem muito empenho em que o Abrigo tome rumo mais consentâneo com a sua finalidade verdadeira.

Se não fôr possível a essa ilustre Congregaçaõ mandar elementos especializados...terá o Govêrno, muito a seu pezar, de dar por finda no Abrigo a missãõ dos Irmãos Maristas.<sup>191</sup>

<sup>188</sup> Carta da Direção do Abrigo à Secretaria da Justiça, Educação e Saúde em 01/6/1944. AUCE

<sup>189</sup> IDEM.

<sup>190</sup> *Op. cit.* p.71-99.

<sup>191</sup> Carta do Palácio do Governo em Florianópolis para Irmão Vendelino em 13/9/1944. AUCE.

Ao reconhecer que o “público alvo” do Abrigo era de *abandonados*, o Governo incorporou, de certo modo, a demanda dos Maristas de restringir as internações àqueles, afastando assim o “problema” representado pelos jovens considerados “delinqüentes” e provenientes da penitenciária, que após a inauguração do Abrigo foram imediatamente transferidos para este e assim repetiu-se nos primeiros anos de funcionamento, como indicam os registros no *Livro de Matrícula* relativo à motivação da internação.

| Movimento de ingresso de “delinqüentes” no período 1940-74, e de “abandonados” década de 1940 |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |      |    |    |
|---|------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|------|------|----|----|
|   | 1940 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 1957 | 1962 | 64 | 67 |
| “Delinqüente”   | 09   | 10 | 05 | 01 | 02 | 00 | 01 | 00 | 01 | 01 | 01   | 01   | 02 | 01 |
| “Abandonado”  | 95   | 25 | 28 | 24 | 45 | 63 | 38 | 53 | 32 | 42 | 79   | 52   | 35 | 40 |

Fonte: Livro de Matrícula do Abrigo de Menores. ACEDOCAM

Para compreender melhor o sentido desses números e o procedimento de anotação no *Livro de Matrícula*, há que se considerar o significado construído ao “abandono”, que em larga medida já foi discutido, e à “delinqüência”. “Delinqüente” seria aquele que cometesse algum ato considerado crime na legislação penal. Tratando-se da infância, além da prática do crime em si, furto, roubo, por exemplo, levava-se em consideração a “periculosidade” que era uma definição fluída e dependia da interpretação do Juiz. No caso concreto, como na sentença abaixo, em que quatro rapazes foram sentenciados pela acusação de cometerem diversos furtos, mais de 17, não só em Florianópolis, mas no sub-distrito de Estreito e que

Atendendo à idade desses menores, a reiteração desses actos delictuosos, já revela periculosidade que se eleva em maior gravidade, com relação ao menor Antônio Beduíno da Silva que conta 17 anos, já pode ser considerado profissional...trenado na periculosidade, digo trenado na prática dos delictos, irá para a Penitenciária, os demais, Carlitos Amaral dos Santos, Joseph Amadeu, Severiano Rosado, devem ir para o Abrigo.<sup>192</sup>

Um deles foi para a Penitenciária, os demais foram internados no Abrigo e não foram registrados no campo “delinqüente” no *Livro de Matrícula*, indicando que havia um compartilhamento entre Juiz e Maristas quanto ao significado atribuído ao abandono que abrangia aqueles casos de pequenos atos considerados infrações às leis penais, mas não eram interpretados propriamente como delito. A seguinte publicação dos religiosos indica isso:

Os abrigados são meninos judicialmente abandonados, física e moralmente. Não existem delinqüentes propriamente ditos, no Abrigo de Menores. Há os que, devido certamente às circunstâncias do meio em que viviam, vieram a incorrer em faltas apontadas como crimes no Código Penal, mas que dada a

<sup>192</sup> Todos os nomes são pseudônimos. Cf. *Ofício n.117 do Juiz de Men. à Sec. do Int., Just., Educ, e Saúde de 07/02/1950; IDEM, n.563, de 12/6/1951. APESC.*

irresponsabilidade do menor e as circunstâncias que os levaram a elas, não constituem crimes.<sup>193</sup>

O problema maior para o Maristas, portanto, não era se o interno tinha ou não tinha cometido esse ou aquele ato, mas sim a “capacidade” do mesmo se submeter às regras disciplinares da instituição, e que o Juiz buscava levar em consideração para definir o destino da criança. Esse encaminhamento foi traduzido como uma vitória pelos religiosos

O período crucial foi sendo vencido. Os piores elementos já tinham deixado o Abrigo...Algumas medidas acertadas foram modificando completamente o ambiente: 1º não se aceitavam mais elementos vindos da Penitenciária, por irrecuperáveis.<sup>194</sup>

Mesmo reconhecendo que o público-alvo tornara-se de “abandonados”, a finalidade projetada à instituição ainda foi a de uma *escola de reforma* e também profissionalizadora, pois deveria perseguir a “adaptação” dos internos à sociedade, quando fossem desinternados aos dezoito anos.

A carta citada, do Palácio aos Maristas, enviada em 13/9/1944, foi posterior à aprovação do *Regulamento do Abrigo*<sup>195</sup>, que se deu em agosto de 1944, sendo que este estabeleceu as diretrizes fundamentais para o funcionamento da instituição, em certa medida de acordo com as finalidades anunciadas em tal carta.

Os religiosos interpretaram essas diretrizes nos seus procedimentos pedagógicos desenvolvidos no cotidiano do Abrigo, e ao comentá-las, afirmaram que se tratava de práticas voltadas à *educação*, mas principalmente à *reeducação*<sup>196</sup>, ou então, como diriam, em 1967, 27 anos depois de estarem à frente da instituição, tratava-se de *uma pedagogia de recuperação*<sup>197</sup>.

Apesar do Abrigo ter sido construído com a finalidade de atender os dois “públicos”, “delinqüentes e abandonados”, com as medidas relatadas, a Penitenciária, através de uma *seção especializada para menores*, ou sem eufemismos, *uma ala da cadeia pública*, continuou a ser o destino para os primeiros, conforme disse o Juiz de Menores Wladmir D’Ivanenko no 1º Simpósio Nacional para o Equacionamento do Problema do Menor, realizado em Porto Alegre de 27 a 31 de maio de 1974:

<sup>193</sup> LABRE. O Abrigo de Menores no seu jubileu de prata. *Boletim da UCE*, n.3, out, p.17, 1965. AUCE. Esse Boletim era confeccionado pelos Irmãos Maristas e destinado à circulação dentro da Congregação dos Maristas.

<sup>194</sup> UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO. *op cit.* p. 54. AUCE.

<sup>195</sup> Decreto n.3.017, de 02/8/1944.

<sup>196</sup> IDEM. Idem.

<sup>197</sup> UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO. Idem.

Quando assumi o Juizado (primeiros anos de 1970) os menores que apresentavam problemas de conduta, pela prática de ato anti-social, eram recolhidos simplesmente a uma ala da Cadeia Pública existente na capital<sup>198</sup>.

As relações entre Juiz e Governo nem sempre eram de concordância plena. Em 1952, o Juiz Mário Carvalh Rocha, considerando a capacidade de realização de gastos limitada do Estado frente a *crescente progressão* do número de *processos de abandono*, propôs medidas a serem adotadas, como a *federalização do Abrigo*, que poderia aumentar sua capacidade de *internados para 300 logares*, liberando verba para *aplicar em outras obras de assistência social*, como na *construção da “Casa das Meninas”*<sup>199</sup>. Sugestões não acolhidas, indicando que o Governo privilegiava ações voltadas para intervenção sobre meninos.

As rugas mais cotidianas, sobretudo envolvendo o Governo e o Juiz em relação aos Maristas, serão visualizadas melhor no capítulo 3. Passo a narrar como a composição da força de um e de outro variava conforme a época e também conforme os acontecimentos.

Em 1956 iniciaram-se as discussões entre os religiosos e o Governo com a finalidade da renovação do Convênio. Em meio a isso ocorreu um episódio envolvendo o jornal *A Verdade*, que parece ter influenciado na correlação de forças entre os dois, isso porque no dia 14/11/1956, tal jornal estampou em letras garrafais a seguinte manchete: ***CARRASCOS! Roubalheiras e fome no ABRIGO DE MENORES Meninos acorrentados em celas imundas, acabam tuberculosos!***, seguida por longo texto que denunciava supostas práticas desenvolvidas no Abrigo; por fotos que pretendiam comprovar as afirmações. O tom do texto era persuasivo e foi elaborado pelo repórter-diretor-do-jornal que esteve no Abrigo

Ao entrarmos no refeitório, tive a impressão de que estava num manicômio. Todo mundo gritava ao mesmo tempo. Era um tal de garotos avançarem em cima das barricadas que continham as lavagens, que não tinha jeito. Sim meus amigos, uma barrica cheia de lavagem, isto é, feijão bichado com muita água e outra com arroz de terceira qualidade. Pão, que é e sempre foi o alimento recomendado por Deus, não existe no ABRIGO... Leite também não existe(...)

(Em) duas enormes barricadas é transportado o “almoço” para os meninos. Uma contendo arroz de péssima qualidade, outra com feijão bichado, mais parecendo lavagem para porcos! O mau cheiro das barricadas, já faz qualquer cristão “vomitar as tripas”!

O garôto... vomitava, por não poder suportar, tôda bagulhada da lavagem(...)

<sup>198</sup> D’IVANENKO, Vladimir. Aspectos jurídicos da problemática do menor. In. SIMPÓSIO NACIONAL PARA O EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA DO MENOR – 27 a 31 de maio de 1974. Porto Alegre: Estado do Rio Grande do Sul/Assembléia Legislativa/Juizado de Menores de Porto Alegre, 1974, p.56. Campos ainda afirma que a situação perdurou até meados da década de 1970. Ver: CAMPOS, Nuno de. *Op. cit.*

<sup>199</sup> *Of. n.241 de 16/02/1952, do Juízo de Men. à Sec. do Int. e Just.; Relatório do Juízo de Men. exerc. 1951, de 14/02/1952. APESC.*

Arrastando-se com os pés acorrentados, agarrando-se às grades da cela imunda em que foi jogado pela desumanidade e insensatez dos dirigentes do Abrigo, o menor...Onde estamos, senhores? Por acaso o Abrigo de Menores transformou-se em ILHA DO DIABO?!?(...)

Enquanto isto, os dirigentes gastam mensalmente quase 4 mil cruzeiros com vinho. E ainda possuem fabricação própria de cerveja, no próprio estabelecimento.

Se isso a princípio podia parecia algo negativo à reputação dos Maristas, o que se sucedeu, sugere o inverso, principalmente pela reação inesperada de um grupo de Abridados, que, sabendo da notícia, teriam se organizado e ido em direção à redação do jornal, portando pedras e paus, para “tirar satisfação” do seu Diretor, Manuel de Menezes, a respeito de alguns aspectos da “denúncia”, e à revelia dos Maristas, segundo alguns ex-Abridados.

Outra reação foi a elaboração de um texto pelo médico do Abrigo, J. J. Barreto, publicado nos jornais *O Estado*<sup>200</sup>, *A Gazeta*<sup>201</sup>, *Diário da Tarde*<sup>202</sup> e também publicado no *A Verdade*<sup>203</sup>, em desagravo à denúncia. Nele se fez a defesa direta da atuação dos Maristas, *educadores magníficos*, na instituição; das condições de alimentação, *é boa e suficiente*; e, das “celas” ou *presídio, onde estão detidos, sem maiores vigores, os menores que se insubordinam, é inevitável em estabelecimentos dessa natureza*. Disse ainda que os menores, *iam bisonhos e analfabetos* para lá e passavam por um processo de *instrução e educação, seguida pela profissionalização*, tudo sob uma *disciplina sem rigor e sem intolerância*, saindo com *instrução, educação e uma profissão*.

Diferentemente do quadro caótico apresentado por Menezes, um *inferno*, Barreto apresentou um quadro harmonioso, coerente, sem fissuras ou conflitos. Para ele, os “menores” ingressavam no Abrigo, e sob os cuidados *magníficos* dos Maristas, instruíam-se, educavam-se e profissionalizavam-se. Assim, os religiosos prestavam *magníficos serviços à coletividade*.

O discurso do médico legitimava o procedimento dos religiosos na instituição. Quanto à existência dos quartinhos como dispositivo de controle dirigido aos internos, justificava sua persistência não por ser um dos instrumentos da pedagogia institucional autoritária implementada desde sempre ali, posto que o quartinho existia desde o início do Abrigo, mas pela “razão” das pessoas lá internadas não aceitarem as punições *como medida de justiça*.

<sup>200</sup> BARRETO, J. J. O nosso Abrigo. *O Estado*, p.8, 17/11/1956. Restringiu-se em reproduzir o texto. BPESC

<sup>201</sup> BARRETO, J. J. O nosso Abrigo. *A Gazeta*, p.6, 18/11/1956. BPESC.

<sup>202</sup> BARRETO, J. J. O nosso Abrigo. *Diário da Tarde*, p.4, 20/1956. BPESC.

<sup>203</sup> BARRETO, J.J. O nosso Abrigo. *A Verdade*, p.1, 17/11/1956. BPESC. Ao contrário dos outros, fez fortes comentários, como este: *Judas fez pior! J. J. BARRETO DEFENDE CRIMINOSOS...Sou um grande imbecil porque tenho no peito um coração diferente*.

Os jornais pouco repercutiram o assunto, limitando-se a reproduzir a nota do médico. Apenas *O Estado*, depois de alguns dias em silêncio, publicou a sua posição sobre o mesmo, de forma sucinta e com um tom de autoridade, na edição do dia 18/11/1956, p. 1. O texto, embora curto, foi posto ao lado direito do nome do Jornal na parte superior da capa, sugerindo que aquela era a sua opinião.

Eles merecem respeito  
Educadores consagrados, eficientes, enérgicos, austeros e humanos, os Remos. Padres que dirigem Abrigo de Menores, já encaminharam para o Trabalho, para a Família e para a Pátria várias centenas de meninos, que se teriam desviados para os maus caminhos, não fosse o zêlo, a abnegação e o permanente espírito de solidariedade cristã de tão eminentes educadores.  
Eles solidarizam-se nossa capital e nosso Estado que tantos e tão grandes serviços lhes devem.  
E, antes que influam em seus ânimos injustiças e farisaísmos, cabe aqui um apêlo que é reflexo unânime da nossa sociedade: continuem, continuem, continuem.

O respeito exigido afastou a legitimidade da denúncia e colocou um ponto final no assunto, até porque apenas *A Verdade*, em poucas edições<sup>204</sup>, deu atenção ao tema, primeiro reforçando a denúncia, depois colocando-se na posição de vítima.

A adesão à “defesa” dos Maristas, indicava chancela social às práticas desenvolvidas no Abrigo, mesmo que fossem rígidas. Isso disse “Zeca”, em carta a Manuel de Menezes, publicada n’*A Verdade*, 23/01/1958, p.3, legitimando, caso houvesse, a violência aos internos, nos seguintes termos:

Carta à redação: Campanhas nobres e campanhas injustas Menezes, erraste poucas vezes, como no caso do Abrigo de Menores, erraste em atacar esses grandes educadores, os Irmãos Maristas, pois te digo, Néco, eu para aturar quatro filhos que tenho, quase enlouqueço, quanto mais aturar 200 guris rebeldes, pois os bons, os pais não mandam para o Abrigo, por isso os Maristas estão certos. Erraste naquele dia...Néco, aceita agora um conselho meu, use o teu jornal como sempre para a defesa dos pobres, ataques só os que tu sabes que são ordinários.

Nesses olhares para o Abrigo, é preciso pontuar que haviam outros menos negativos, como o que expressou o cronista Moacyr Oliveira ao comentar sobre o bairro Agrônômica que era o *dos meninos do Abrigo...a brincar fugindo à saudade, à tristeza de não ter o aconchego de pai ou mãe*<sup>205</sup>.

Tratando-se das relações entre Governo e Maristas, o saldo parece que foi positivo aos religiosos, também porque os Maristas justificaram o ato “rebelde” dos Abrigados que foram à redação do *A Verdade*, ao tempo em que se afastavam da

<sup>204</sup> *A Verdade*, dias 14,16,17, 19, 20 de novembro de 1956, depois uma outra denúncia *Espancado no Abrigo de Menores o Juiz de Menores ordenou exame de corpo de delito* dia 18/01/1957, requeitou o assunto, caindo no ostracismo. Apesar disso, o tema foi objeto de “memoração” pública de Manuel de Menezes, que fez considerações sobre o episódio no seu livro de memórias. Cf. MENEZES, Manoel de. *Retalhos d’alma*. 2ªed. S.l: Edeme, 1977, p.179-82. BPESC.

<sup>205</sup> OLIVEIRA, Moacyr. Op. cit. Esse episódio parece reafirmar o sentido dos meios de comunicação como constituintes do processo social, conforme já comentado.

responsabilidade pelo fato, dizendo que os *rapazes cometeram essa grande imprudência talvez revoltados pelas graves injúrias e vergonhosas calúnias que aquele órgão publicou*<sup>206</sup>.

Em relação a isso, a atitude dos abrigados “rebelando-se” contra algumas denúncias, na sua ótica, injustas e ofensivas, dirigindo-se ao jornal, possivelmente contribuiu para as denúncias perderem força.

Nisso, o convênio que ainda não havia sido renovado, seguiu em negociações em 1957, com os Maristas assumindo uma posição mais contundente a respeito de condicionar o pacto, garantindo uma maior autonomia de gestão frente ao Abrigo, do contrário retirar-se-iam:

...Apoiado na experiência de 18 anos de administração do Abrigo de Menores, julgou obsoleto o contrato em vigor, razão pela qual encaminhou aviso-prévio de rescisão do mesmo, em data de 31 de julho de 1957...considerando que há um mês expirou a última prorrogação concedida, sem solução à proposta, leva ao conhecimento de V.Excia. a disposição de retirar os Irmãos do Abrigo de Menores dentro do prazo de 15 dias, solicitando nomeação de seus substitutos dentro desse lapso de tempo<sup>207</sup>,

A minuta com as *condições mínimas* expressou essas condições. Indico algumas:

6<sup>a</sup>- Os Irmãos Maristas terão plena liberdade de praticar o Regulamento e os Estatutos de sua Congregação Religiosa e ministrar a educação aos menores dentro dos princípios da Igreja Católica.

8<sup>a</sup>- O internamento e desligamento será feito pelo Juiz de Menores...O Diretor do Abrigo de Menores terá participação ativa no internamento e no desligamento dos menores...não serão aceitos candidatos portadores de doenças infecto-contagiosas, de desequilíbrio mental e os delinquentes. Serão excluídos do Abrigo de Menores os que são reconhecidos imperfectíveis pelos hábitos perniciosos e os que se tornam nocivos à educação dos demais por serem corruptores. Essa seleção se torna indispensável para que haja um trabalho proveitoso de educação e não se perca a recuperação de muitos por causa da nocividade de poucos.<sup>208</sup>

Ao contrário de tempos pretéritos, nessa ocasião os religiosos saíram “vitoriosos”, posto terem assinado um contrato reconhecido como favorável. Tal avaliação foi expressa no *Etat nominatif et statistique*, documento encaminhado ao *Institut des Frères Maristes des Écoles*, na França, escrito em duas línguas, português e francês, expressando o seguinte:

<sup>206</sup> Carta do Diretor do Abrigo de Menores ao Juiz de Menores da Capital, de 17/11/1956(acervo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Florianópolis), disse que *um grupo de rapazes internado no Abrigo de Menores, contrariando o regulamento e determinações de seu Irmão Prefeito, evadiu-se do Abrigo, dirigindo-se à redação do Jornal “A Verdade”*. Essa atitude foi tão marcante que quando eu estava a procura de algumas fotografias da instituição para a pesquisa cheguei num estúdio fotográfico e pus-me a conversar com o seu proprietário, um senhor com cerca de 60 anos, e dentre os assuntos sobre o Abrigo, contou-me exatamente esse episódio, e disse que o mesmo foi muito comentado na cidade.

<sup>207</sup> *Carta do Presidente da União Catarinense de Educação, Ir. Januário, ao Governador, 28/3/1958. AUCE.*

<sup>208</sup> *Relação de Condições Mínimas para novo convênio de Administração do Abrigo de Menores*, pela União Catarinense de Educação ao Governo do Estado de Santa Catarina, 1958. AUCE.

Nas relações com as autoridades, foi feito novo contrato, dando aos Irmãos maior autonomia administrativa e possibilitando a seleção do elemento a ser internado. Relations: L'établissement est en bonne harmonie avec les autorités du Gouvernements. Un nouvoeau contrat a élergie plus grande l'autonomie admiistrative des Frères<sup>209</sup>.

Os campos a serem preenchidos no documento – *Personnel scolaire; Etudes; Œuvres postsolaires; Événements notables; Culture et Vocations; Relation avec les Autorités; Immeubles et Mobllier* – indicam a importância dada às relações deles com o poder local, sendo que o campo *Relation avec les Autorités* sugere a preocupação com que a conduta dos religiosos fosse pautada por uma economia política em que as pretensões da ordem devessem ser administradas em acordo com as possibilidades específicas do local onde estavam lotados, de modo a evitar conflitos contundentes. O caso acima indicou que isso deve ser interpretado com cautela.

No convênio renovado, também ficou expressa a preocupação dos Maristas com a profissionalização dos internos, que até então era identificada como precária, pela falta de instrumentos e pessoal capacitado para o ensino do ofício, bem como de instalações que comportassem a todos os Abridados em idade de aprender ofício, que era a de 14 anos.

Isso porque as oficinas existentes, como sapataria, barbearia, encadernação, ferraria, marcenaria, alfaiataria, não eram *eficientes ao ensino das respectivas profissões*, e a Seção Agrícola, que acolhia boa parte dos internos em idade de aprendizagem, por falta de vaga nas oficinas, era expressamente identificada assim:

os trabalhos agrícolas não se podem considerar como aprendizagem para menores egressos de cidade ou subúrbio, porque a experiência mostrou que nenhum exercerá essa função ao sair do Abrigo e constituem até problema de desajustamento na ocasião de procurarem emprego.<sup>210</sup>

Nesse sentido, as *Mensagens do Governo* a partir de 1963, passaram a indicar algumas reformas e aquisição de equipamentos que aparentemente viriam em atenção às reivindicações dos Maristas no Abrigo.

Esses encaminhamentos, entretanto, iam numa dada direção que não se coadunaram com as discussões sobre alterações mais radicais no sistema de funcionamento da instituição que começariam a sombreá-la por volta de 1968 e que provocariam a alteração do nome Abrigo para Educandário 25 de Novembro, e, mais tarde, em 1973, influiriam no cancelamento do convênio com os Irmãos Maristas para que a administrassem.

<sup>209</sup> *Etat nominatif et Statistique: Institut des Frères Maristes des Écoles*; proveniente da Província de Santa Catarina, Abrigo de Menores de Florianópolis. 31/12/1959. AUCE.

<sup>210</sup> *Relação de Condições Mínimas*. Idem. AUCE.

Um dos fatores que esteve relacionado a essas questões foi a emergência do conhecimento produzido pelo Serviço Social, que no tema da infância pobre ou submetida à internação, procurava se constituir como uma fala autorizada, com uma técnica junto às já existentes, como direito, medicina, pedagogia, psicologia, psiquiatria. Isso estava sendo gestado no país desde pelo menos ao redor da década de 1940. Nessa área, já em 1935 “recebia” a delegação de funções, a exemplo de São Paulo, com a criação do Departamento de Assistência Social, segundo Iamamoto e Carvalho, especialmente com a finalidade da Estruturação dos *Serviços Sociais de Menores, Desvalidos, Trabalhadores e Egressos de reformatórios, penitenciárias e hospitais* e que a maior parte da lei que regulamentava era dedicada à *assistência ao menor – sua organização científica em relação aos aspectos social, médico e pedagógico – e à fiscalização das instituições públicas e particulares*<sup>211</sup>.

Ao longo do tempo, contudo, as técnicas do Serviço Social sofreriam alterações. Uma delas seria a *institucionalização* mais profunda e extensa de suas atividades, além da difusão de centros de formação<sup>212</sup>. Isso implicaria nas *técnicas sociais*, que passariam a caracterizar-se por *procedimentos administrativos e burocráticos, aplicados por assalariados, mandatos pelas instituições* como *mecanismos intensivos de controle social de modo a evitar o confronto de classes*<sup>213</sup>.

O Estado de Santa Catarina teve na sua Faculdade de Serviço Social, um espaço privilegiado através do qual circulava o “saber” produzido nessa área, fazendo emergir novas sensibilidades, sobretudo nos alunos, a respeito do social e das práticas dirigidas a determinados setores sociais até então levadas a termo e que seriam objeto de crítica pelas novas teorias e métodos fomentados nessa área.

O tema da infância, ou, como se chamava na época, do “menor”, foi um campo privilegiado no qual o Serviço Social foi se instituindo como competente para sobre ele atuar, propondo novas formas de “tratamento” da questão.

As pessoas ligadas à Faculdade de Serviço Social em Florianópolis, pareceram, a partir da leitura de jornais da época, que buscavam participar e inteirar-se dessas

---

<sup>211</sup> IMAMOTO, Marilda Villela & CARVLHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 8ªed. São Paulo, Lima-Peru: Cortez, Celats, 1991, p.178.

<sup>212</sup> Idem. p.315, 316.

<sup>213</sup> Idem. p.327.

discussões, dirigindo-se a Congressos da área, ou a encontro de Estudantes, em que a temática do “menor” era apresentada de modo problematizado<sup>214</sup>.

Apropriando-se do conhecimento da área, também se procurava em Florianópolis simulacros do exposto nas teorias, sobre os quais se pudesse exercitar seus ensinamentos. Assim, o Abrigo de Menores se destacou como um espaço privilegiado de observação e um laboratório. Desde 1963, a instituição passou a receber alunas da Faculdade do Serviço Social que faziam estágios, e nesses buscavam aplicar metodologias de trabalho em alguns internos e observar os “resultados”, que eram expressos em monografias de final de curso<sup>215</sup>.

Essas “pesquisas” eram resultantes do interesse das estudantes pelo tema, que solicitavam autorização da Direção do Abrigo para recebê-las. Dependiam, portanto, da voluntariedade dos religiosos em aceitá-las, o que nem sempre era feito de bom grado. Isso foi expresso por Koenig, ao comentar seu pedido para a realização de uma festa na semana da criança pelo grupo com o qual estava trabalhando

O Diretor compreendendo a finalidade aceitou e apoiou a idéia, ao falarmos com um dos prefeitos, pessoa incumbida da formação direta de determinado número de menores, êste revelou pouco entusiasmo...outro prefeito apoiou inteiramente o nosso propósito<sup>216</sup>.

deixando latente a existência de diferentes maneiras como os Irmãos encaravam as situações.

Ao lado disso, o Irmão Marista Pedro Aurélio Hinkelmann, que a partir de 1967 assumiria a Direção do Abrigo, foi aluno dessa Faculdade de Serviço Social, na qual formou-se, parecendo, pelo que sucedeu consigo, haver incorporado as noções

<sup>214</sup> Ver. *O Estado*, p.8, 11/4/1961; p.1, 13/4/1961. “II Congresso Brasileiro de Serviço Social...tem por finalidade reunir e congregar assistentes sociais e outros profissionais que atuam no campo do Bem Estar social, dando-lhes oportunidade de analisar em comum os problemas brasileiros e o papel que cabe ao Serviço Social no planejamento e na execução de programas adequados à atual conjuntura econômico-social do Brasil e seu desenvolvimento futuro”; 14/5/1961, p.1, falou que o congresso seria realizado articuladamente a XI Conferência Internacional, em que teria grupos de trabalho entre os quais “o menor em face da família e da comunidade”; 29/8/1961, p.8 *II Encontro leste-sul de estudantes de serviço social*; 19/9/1961, p.8; 21/9/1961, p.4; 20/12/1964, p.6, “Do Serviço Social o que você entende?” por “Valda Marta Martins”, acadêmica do Serviço Social, que comentou a técnica de trabalho com grupos, e a diferença entre filantropia e assistência social, e indicou campos de trabalho da área “serviço social do menor, serviço social de família” 30/7/1965, p.8. *1º Ciclo técnico científico: novo curso agora na Faculdade de Serviço Social*, ente os quais a respeito de *política social*; 04/7/1965, p.3; 11/8/1965, p.8; 20/8/1965, p.8; 25/9/1970, p.03 “Juizes de Menores vão reunir-se”. Em BPESC.

<sup>215</sup> Além dos que serão citados em outra oportunidade, referencia-se estes: FONTES, Rosa Maria. *Atuação do Serviço Social junto ao menor*. Monografia (Conclusão do curso de Serviço Social). Curso de Serviço Social de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1971; e, SANDRINI, Marlene. *Serviço Social instrumento de bem-estar do menor*. Monografia (Conclusão do curso de Serviço Social). Curso de Serviço Social de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1970. Biblioteca Setorial da Faculdade de Serviço Social da UFSC.

<sup>216</sup> KOENIG, Sílvia Terezinha. *O Serviço social desenvolvido em uma instituição de menores*. Monografia (Conclusão de Curso de Serviço Social). Curso de Serviço Social de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1963, p.8-9. Biblioteca Setorial da Faculdade de Serviço Social da UFSC.

desenvolvidas nessa área do conhecimento a respeito do tema do “menor”. Seu trabalho de final de curso discutia as teorias do trabalho com grupos sociais<sup>217</sup> que mais tarde lhe seriam úteis no Abrigo.

Já a partir de 1967, esse Diretor começou a sinalizar alguns encaminhamentos diferentes a respeito sobretudo de cursos profissionais externos, disponibilizados para alguns internos que teriam acabado o curso primário, para além das oficinas oferecidas no Abrigo. Em 1967, 6 abrigados cursaram a Escola Industrial<sup>218</sup>; em 1968<sup>219</sup>, o número foi de 4 nesta mesma Escola; em 1969<sup>220</sup>, entretanto, esse número saltaria expressivamente, somando um total de 32, divididos desse modo, 17 na Escola Técnica Federal, 11 no Senac e 4 na Escola Remington de Datilografia; em 1970, cerca de 72 abrigados teriam freqüentado, respectivamente, 16 a Escola Técnica Federal, 45 o Senac, 5 o Instituto Estadual de Educação, 4 escolas de datilografia, 2 no Senac e 2 na Escola Remington<sup>221</sup>.

Essa tentativa de oferecer uma formação profissional externa, aprofundada nos anos de 1969 e 70, relacionou-se com a elaboração de uma “reforma estrutural” na instituição, proposta por Hinkermann, mas articulada com o Governo do Estado e também Federal, através da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM)<sup>222</sup>.

A criação da FUNABEM se deu em 1964, substituindo o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criada no Governo de Getúlio Vargas, na época objeto de profundas críticas. Segundo Rizzini, a lei que criou a FUNABEM já procedia de discussões ao tempo de João Goulart, apesar de ter sido aprovada no período que os militares estavam à frente do poder<sup>223</sup>.

Se a lei não foi criação do regime comandado pelos militares, ela já continha as bases “necessárias” e “úteis” para as políticas pensadas pelo poder instituído e dirigidas à infância e à família, que preconizavam a *uniformização e a centralização da política do bem estar do menor*<sup>224</sup>, com a concentração de recursos financeiros e técnicos, e estiveram

<sup>217</sup> HINKELMANN, Pedro Aurélio. *Serviço social de casos, grupo e comunidade no Abrigo de Menores*. Monografia (Conclusão de Curso de Serviço Social). Curso de Serviço Social de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1965. Biblioteca Setorial da Faculdade de Serviço Social da UFSC.

<sup>218</sup> *Mensagem do Gov. Ivo Silveira à Assembléia Legislativa de 1968, em 01/3/1968, p.82-3*. Relativo ao ano anterior, isso vale para todas as mensagens. BPESC.

<sup>219</sup> *Mensagem do Gov. Ivo Silveira à Assembléia Legislativa de 1969, em 01/3/1969, p.70-3*. BPESC.

<sup>220</sup> *Mensagem do Gov. Ivo Silveira à Assembléia Legislativa de 1970, em 10/4/1970, p.77-8*. BPESC.

<sup>221</sup> *Relatório das atividades no Educandário 25 de Novembro, exercício 1970, 07/01/1971; e Boletim da UCE*, n.21, abr-mai, p.34, 1970. Ambos em AUCE.

<sup>222</sup> Lei federal n.4.513, 01/12/1964, autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

<sup>223</sup> RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever. IDEM & PILOTTI, Francisco (orgs). *Op. cit.* p.148-151.

<sup>224</sup> Cf. ABREU & MARTINEZ. *Op. cit.* p.31.

expressas na edição da Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM)<sup>225</sup> em 1965, que pretendia entre outras coisas

desencadear (um) processo de sensibilização dos governos estaduais que se encarregassem da aplicação dos recursos em nível local, que deu origem às Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor...A implantação do modelo não dependia apenas de repasses financeiros, era preciso perfeita sintonia com a Fundação Nacional.<sup>226</sup>

Sobre Santa Catarina, essa influência da FUNABEM foi paulatina e crescente, ganhando força no Governo de Colombo Machado Salles (1971-75), nomeado pelo Governo Federal, que inclusive tinha sido Secretário de Serviços Sociais na cidade de Brasília (após 1964)<sup>227</sup> e preparou o caminho para a criação no Estado do sucedâneo dessa fundação em 1975, a Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor (FUCABEM).<sup>228</sup>

Ainda antes disso, a FUNABEM, através de seu escritório regional, começara em 1968 a mostrar sua intenção política estrutural de modo mais visível<sup>229</sup>.

MENOR DE SANTA CATARINA TEM PROBLEMAS DISCUTIDOS. Encarregado do escritório de Florianópolis da FUNABEM, informou que seguiu para o Rio um grupo de religiosos e assistentes sociais para discutir, junto à direção nacional do órgão, os problemas do menor em Santa Catarina.// Disse que dentro em breve será iniciado um estudo técnico acerca do problema.// Informou que a FUNABEM em Santa Catarina já assinou convênio com várias prefeituras e entidades assistenciais do interior, visando à prestação de auxílios materiais e técnicos no setor. Afirmou que a meta do órgão é dar à criança estudo e condições de trabalho futuro e não mais interná-la, como era a política anteriormente adotada pelo antigo SAM<sup>230</sup>.

Dias depois, 05 de junho, o *O Estado*<sup>231</sup> expôs numa grande reportagem, a mobilização de “esforços”, numa espécie de “cruzada dirigida” ao “problema do menor”, na qual o Secretário do Interior e Justiça, Norberto Ungaretti, assumia o compromisso de *criar um grupo de trabalho para examinar em profundidade a problemática do Abrigo de Menores, para superar a situação reinante encontrando soluções realistas e objetivas para o Problema do Menor*, e para tal desígnio, seria contatada a FUNABEM.

A Assessora de Serviço Social da Secretaria de Segurança Pública, Maria da Graça Coelho, também foi chamada a opinar sobre o assunto. Disse que estavam sendo

<sup>225</sup> Decreto federal n. 56.575, de 14/07/1965, aprova os estatutos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, onde estão estabelecidas as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM).

<sup>226</sup> Cf. VOGEL, Arno. Do estado ao estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (orgs). *A arte de governar crianças*: Idem. p.307.

<sup>227</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. *Os Governadores de Santa Catarina de 1739 a 1982 e notas biográficas*. Florianópolis: Edufsc, 1983, p. 284. A FUCABEM acabou sendo sancionada por Antônio C. K. Reis.

<sup>228</sup> Decreto Estadual n.664, de 30/7/1975, Institui a Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor.

<sup>229</sup> Pois em 1967, o Governo do Estado promovera no âmbito da Secretaria de Justiça, curso de treinamento de pessoal para obras de assistência ao menor. Ver: *Mens. do Gov. Ivo Silveira à Assem. em 01/3/1968, p.82-3*. BPESC.

<sup>230</sup> *O Estado*, p.2, 20/5/1969. BPESC.

<sup>231</sup> As citações abaixo, até nova referência, foram retiradas do jornal *O Estado*, 05/6/1969, p.01 e 03.

realizadas reuniões com entidades ligadas ao *problema do menor*, objetivando a *fixação da política de ação do bem-estar do menor*, dentro da qual se destacava a “necessidade” da *criação de uma casa de triagem*, para que o menor fosse *devidamente estudado, selecionado e tratado por uma equipe de técnicos*, isso porque as instituições existentes não tinham *de receber menores encaminhados pelas delegacias*. Contudo, o grande *problema da menor*, para ela, seria a falta de um lugar para colocar as meninas recolhidas do meretrício.

Ao representante da FUNABEM, Antônio Rogério Matos, foi atribuída a fala de que a instituição teria como diretriz

orientar e promover programas de fortalecimento da família e amparo ao menor abandonado, (além de) assegurar planos de assistência técnica e cooperação financeira, propiciando assistência ao menor e sua própria família, ou em estabelecimentos organizados que se assemelhem aos da convivência familiar,

deixando claro a “extensividade” dessa nova tecnologia de controle social, ao afirmar que *tal política não tem por fim internar menores, e sim proteger a criança em sua própria casa*.

A opinião sobre o *grave problema do menor* também foi solicitada ao Juiz de Menores, Francisco May Filho, cujo principal “problema” disse ser *a falta de vagas no Abrigo* para um *grande número* de crianças declaradas abandonadas, além de *outros problemas*, os quais citou: *casos dos menores que ficam perambulando pela cidade ou dirigindo veículos sem permissão dos responsáveis*.

Àquela reportagem de 1969 foram chamados ainda a diretora do Lar São Vicente de Paula – entidade privada ligada à Irmandade do Divino Espírito Santo, destinada a receber meninas órfãs –, Irmã Carme Darcy Wulizemanann, que centrou a fala na questão da falta de recursos que impediria a abertura de novas vagas para além das *80 pessoas em regime de internato ou semi-internato*; e o diretor do Abrigo, Irmão Pedro Aurélio Hinkelmann, que expressou de modo mais claro e consciente os encaminhamentos a serem tomados no campo da incorporação das diretrizes da FUNABEM tocante ao Abrigo, informando que esse deveria *ser enquadrado na nova política preconizada pela FUNABEM*, pois essa introduziria *uma mentalidade mais apropriada ao solucionamento do problema do menor*.

Segundo o jornal, Irmão Pedro teria feito considerações a respeito da inadequação do Abrigo ao tempo presente, uma vez que *foi construído em 1940, dentro da sistemática então vigente*. Dentre as modificações propostas, haveria a introdução do regime de *semi-internato*, o que deixaria *sem congestionar as dependências do prédio*,

posto que concentraria a atenção do *tratamento no amparo do lar do menor, através do auxílio à família*, ou então, com a *formação de clubes de bairros em escolas, fazendo com que o menor ficasse ocupado durante a maior parte do dia*, situação que poderia *dobrar a capacidade de atendimento*.

A primeira ação concreta da viagem foi a alteração do nome do Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina para Educandário XXV de Novembro, a partir da proposição de seu Diretor<sup>232</sup> ao Governo Estadual, que a acolheu<sup>233</sup>.

O jornal *O Estado*, dia 22/6/1969, publicou a matéria *Abrigo de Menores muda de nome: 25 de Novembro*<sup>234</sup>, na qual expressou a justificativa do Governo ao ato, dada pelo Secretário do Interior e Justiça, Norberto Ungaretti, ao afirmar que era *reclamada pelos diretores do Abrigo, recomendada pela FUNABEM*, posto que esta não mais prestaria

qualquer auxílio às entidades que conservassem nomes de Abrigo, Orfanato, Internato capazes de causar impacto psicológico nos menores (leia-se, sentir-se estigmatizado).

Justificativa mais articulada foi publicada em dois grandes artigos pelo Irmão Pedro Aurélio no jornal *A Gazeta*, dia 22/6/1969, e dia 28/6/1969. O primeiro, intitulado *O Bem-estar do Menor*<sup>235</sup>, tratava de aspectos amplos do *problema do menor*, reportado-o como uma conseqüência “natural” do crescimento das cidades, pois, dizia:

as cidades crescem, o progresso vai penetrando até nas localidades mais distantes e a transformação de pequenos centros em centros maiores vai-se processando com todo o seu acervo de problemas;

indicava que as *técnicas* também teriam sofrido *desenvolvimento*, dentro dos quais o *tratamento individual e em grupo* que deveriam ser desenvolvidos não descolados dos regimes de atendimento (internato ou semi-internato, com preferência deste). Aquele deveria ser utilizado apenas *em casos extremos*. Sinalizou-se também a atenção direcionada às famílias, onde o articulista concordava com *a nova política implantada no país pela Revolução de 1964*, e que teria como *ponto fundamental o fortalecimento econômico, social, moral e religioso da família*; o segundo artigo, *O Menor Marginalizado*<sup>236</sup>, tratou primeiro de esclarecer qual o significado atribuído a essa categoria “sócio-jurídica e científica”, a partir do que constituía sua reflexão

entende-se por menor marginalizado, todo o menor que sofre um afastamento progressivo do processo normal de desenvolvimento e promoção humana, que se

<sup>232</sup> *Mensagem do Gov. Ivo Silveira à Assembléia Legislativa de 1970, em 10/4/1970, p.77-8. BPESC.*

<sup>233</sup> Decreto n.8026, de 12/6/1969, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 17/6/1969,p.1.

<sup>234</sup> Abrigo de Menores muda de nome. *O Estado*, p.08, 28/6/1969. BPESC.

<sup>235</sup> HINKELMANN, Pedro Aurélio. O bem-estar do menor. *A Gazeta*, p.04, 22/6/1969. BPESC.

<sup>236</sup> HINKELMANN, Pedro Aurélio. O menor marginalizado. *A Gazeta*, p.04, 28/6/1969. BPESC.

encontra em condição de abandono ou vítima de exploração ou que se identifique por uma conduta anti-social! (crime).

Seguiu o texto expressando a necessária compreensão que deveria recair sobre a restrição dos *recursos financeiros* limitadores da extensividade a *toda população* do ideal de se *atingir e proporcionar o bem-estar*. Disse porém que, diante do *menor selecionado para receber tratamento, todas as condições físicas, humanas e técnicas* deveriam ser garantidas na busca da sua *subsistência e desenvolvimento integral*, e que as formas de se garantir isso seria considerando que *cada caso seria passível de um tratamento específico*, podendo entretanto,

agrupar os casos, segundo determinados tipos, correspondentes aos diversos tipos de problemas que podem ser definidos pelo diagnóstico bio-psico-pedagógico-social.

Apresentou isso para justificar a razão pela qual o *ex-Abrigo de Menores, Educandário 25 de Novembro*, deveria *sofrer total reformulação*, a partir das novas técnicas, pois *não se era possível continuar reunir turma de 60 menores com todo tipo de problema*. Afirmou a *necessidade de reagrupamento dos casos e a criação de novas condições para tratamento*, que para ser concretizado, deveria acontecer um *planejamento* para então receber apoio da FUNABEM. Ao final, convocou o *apoio da opinião pública para a implantação de uma nova política de Bem-Estar do Menor no Estado e para a criação da Fundação Estadual do Menor*, concluindo com a seguinte máxima: *toda a criança precisa de um lar; o lar de seus pais; ou o lar que você lhe ofereça*.

Uma crítica a encaminhamentos semelhantes a esses propõe Donzelot:

A gestão tutelar das famílias consiste em reduzir seu horizonte à reprodução sob vigilância e ao recrutamento automático dos menores “socializáveis”.<sup>237</sup>

Outras iniciativas foram tomadas na adequação de Santa Catarina ao combate do “problema do menor”, como a construção do *Centro de Recepção e triagem*, ao custo de Cr\$ 860.000,00<sup>238</sup>; do *centro educacional para menores infratores, a reforma do Educandário XXV de Novembro* (ex-Abrigo, aumento da capacidade do bloco central para 240 internos, ao contrário dos antigos 120, que ali tinham seus dormitórios, sendo que antes, os outros 120, do total de 240, tinham seus dormitório num outro prédio do complexo); a criação de uma Secretaria especial para os temas “sociais”, a de *Serviços Sociais*<sup>239</sup>, da qual o tema do “problema do menor” seria desmembrado em 1975 pela instituição da FUCABEM; o rompimento do convênio com os Irmãos Maristas para que

<sup>237</sup> DONZELOT. *Op. cit.* p.151-152.

<sup>238</sup> *Mens. do Gov. Colombo Machado Salles à Assem. de 1972, 1973 e 1974 em 10/04 de 1972, 1973, 1974; Mens. à Assem. do Gov. Antônio Konder Reis Machado Salles de 1975 em 25/5/1975. Todos em APESC.*

<sup>239</sup> *Mens. do Gov. Colombo Machado Salles à Assem. de 1973, em 17/04/73, p.51-2. APESC.*

administrassem o Educandário 25 de Novembro, sendo que estes saíram da instituição no final do mês de janeiro de 1973.

Mas, analisando a fala e as propostas do Irmão Pedro Aurélio, essas não se encerravam na simples alteração do nome do Abrigo<sup>240</sup>. Também estabelecia uma crítica aos procedimentos “antigos” da instituição, inegavelmente atingindo seus pares Maristas. Em função disso, escreveu o artigo *Educandário ou Abrigo?* no *Boletim da UCE*, reafirmando o sentido das mudanças, que seriam adotadas, mas temporizando, ao afirmar que *a nova administração não queria de maneira alguma desmerecer ou diminuir o esforço desenvolvido por todos nestes 29 anos de atividades*. Contudo, suas propostas estariam *de acordo com as normas e diretivas emanadas de Órgãos Nacionais e Internacionais que estudam o problema do Menor e da Criança*, citou a *FUNABEM*, a *UNICEF* e o *IIC* (Instituto Interamericano da Criança)<sup>241</sup>.

Na seqüência, enumerou 10 medidas, que seriam adotadas influenciando diretamente o cotidiano da instituição: *abolição do uniforme; oportunidade de estudar em escolas da capital, a garantia do*

direito à matrícula na 2ª série do Grau Médio, introdução de um sistema de trabalho orientado, desenvolvimento da educação religiosa, moral e cívica, baseadas no respeito pela opinião do outro e no cultivo de valores humanos.

No *Boletim* seguinte, Hinkelmann voltou ao assunto novamente, justificando sob novos argumentos a *Política Educacional do Educandário*, isso porque ela procuraria

acompanhar as novas técnicas de educação, segundo as orientações da psicologia e pedagogia, transformando estruturas que no passado foram boas, mas agora exigem reformulação.<sup>242</sup>

A passagem do Irmão Pedro pela Faculdade foi ser traduzida em seus textos como uma fala legítima que estaria num “estágio acima” frente ao “ultrapassado”, ao *saudosismo*, e concluía dizendo: *outros tempos, outras necessidades, outras preocupações*.<sup>243</sup>

As razões de um não eram os sentimentos dos outros. Ao perceber certa resistência entre os seus, “insubordinação”, dificuldade em se relacionar com os demais Irmãos, Ir. Pedro Aurélio propôs, por meio de carta, ao Conselho Provincial, a delegação de parte das funções de Diretor do Educandário, ao Irmão Victor Barbosa Vieira, com a criação do Diretor Comunitário, permanecendo ele na função de Diretor Geral. As divergências eram evidentes:

<sup>240</sup> Cf. *Plano de trabalho do Educandário 25 de Novembro, de 11/8/1969*. AUCE

<sup>241</sup> HINKELMANN, Ir. Pedro A. *Educandário ou Abrigo?* *Boletim da UCE*, n.20, nov-dez, p.29. AUCE.

<sup>242</sup> HINKELMANN, Idem. *Boletim da UCE*, n.21, abr-mai, p.33-4, 1970. AUCE.

<sup>243</sup> IDEM. Idem.

Considerando: a complexidade deste Educandário, com referência a sua estrutura interna, dinamizada por um grande número de funcionários e por uma diversidade de serviços para o atendimento dos menores internados; a dificuldade de relacionamento de certos Irmãos com os funcionários, o que implica numa não aceitação mútua, desagradável para a direção geral que deve manter uma posição de neutralidade e de trato igualitário; a dificuldade de relacionamento meu com os Irmãos, principalmente, os Prefeitos de Turmas que têm bastante e quase total autonomia quanto a horários e métodos de trabalho e atividades; a dificuldade de relacionamento com os jovens Irmãos, os quais se acertam muito bem com o Irmão Victor; a necessidade de orientação destes jovens, bastante independentes e de mentalidade diferente;

Considerando que: a indicação de um Diretor da Comunidade viria a preencher uma lacuna no relacionamento Diretor-Comunidade, o qual foi abalado pela nova maneira de conduzir o Educandário; que a indicação de um Diretor da Comunidade facilitaria o intercâmbio que deveria haver entre os Irmãos, funcionários, professoras internas e do Grupo Escolar, cargo êste difícil de ser exercido pelo Diretor Geral que fica a margem do cotidiano de cada Irmão e a margem da experiência diária vivida e sentida por cada um;

Solicito ao Conselho Provincial a indicação “ad experimentum” do Ir. Victor Barbosa Vieira como Diretor da Comunidade do Educandário 25 de Novembro, o qual exerce função de sub-diretor. Da minha parte ficaria como Diretor Geral do Educandário sem a carga de orientação dos Irmãos, serviço êste difícil para mim.<sup>244</sup>

Nessa relação, a solução encontrada parece que foi deixar o Irmão Victor à frente do Educandário, posto que estava na instituição há cerca de 20 anos<sup>245</sup>, ao contrário do Irmão Pedro, que passou por diversas “unidades” dos Maristas, até retornar ao Abrigo, a fim de assumir-lhe a direção em 1967-8, e que ao fim do episódio, foi designado a viajar para o exterior para participar de um *Curso de Espiritualidade do Escorial*, em 1970, e em 1971, estava por *Lovaina*, para freqüentar outro curso.<sup>246</sup>

Essa situação chama a atenção para as diferentes formas de se ser Marista, ou seja, eles não eram um grupo de pessoas que pensavam exatamente da mesma forma, que tinham as mesmas expectativas, visões de mundo ou experiências.

Contudo, o Irmão Victor, no posto de Diretor, continuou em certa medida, pondo em execução os projetos de mudança no Educandário. E quando o Estado dava sinais de que os Maristas perderiam espaço na condução administrativa do internato, ainda antes da rescisão do convênio, o Irmão Provincial, Aloísio Kuhn, propôs uma enquête aos Irmãos que trabalhavam no Educandário, levantando as seguintes questões:

1. Prefere que os Irmãos se retirem completamente?
2. Considera melhor que os Irmãos permaneçam no Educ., adaptando-se às novas estruturas e técnicas e, assumindo atividades com ou mesmo sem a Direção?
3. Neste caso, estaria disposto a trabalhar no Educ.?

<sup>244</sup> Carta do Irmão Pedro Aurélio Hinkelmann dirigida ao Conselho Provincial da União Catarinense de Educação de 24/04/1970. AUCE.

<sup>245</sup> Boletim da UCE, n.32, set-out, p.39-41, 1972. Trata das comemorações alusivas as 25 anos de serviço do Irmão Victor Barbosa Vieira no, então Educandário 25 de Novembro. AUCE.

<sup>246</sup> Cf. Irmãos que partem. Boletim da UCE, n.22, jun-set, p.04, 1970; Colocações - 1971. Boletim da UCE, n.25, mar-mai, p.22, 1971. AUCE.

4. Julga melhor entregar a Direção e Administração do Educandário à Secretaria, podendo contratar alguns Irmãos, individualmente? Os Irmãos, neste caso, residiriam fora do Educandário, independentes...<sup>247</sup>

A composição das perguntas sugere que havia, apesar da perda da autonomia na gestão, a possibilidade deles ficarem na instituição, adaptarem-se às novas diretrizes e procedimentos e participarem do novo Educandário e da nova política Estatal para o tema.

As respostas das 10 enquêtes arquivadas indicavam que havia disposição em permanecer na “obra”, apesar das abstenções numa ou noutra questão. Os resultados

1. Dois favoráveis à saída, três não (abstenções 5);
2. Oito favoráveis à permanência e dois não;
3. Quatro dispostos a continuar a trabalhar na Instituição sob as novas condições, destes um disse que ficaria se tivesse *uma nova equipe de trabalho*, outro disse sim, *mas não para ser funcionário*, e, quatro contrários, destes um disse que *se der para estudar “sim”* (abstenções 2);
4. Seis concordaram com essa possibilidade, nenhum discordou expressamente (abstenções 4).

Mesmo tendo uma maioria favorável a que os Maristas – enquanto instituição – se adaptassem às novas condições que seriam adotadas, a discordância entre eles existia.

Pelo lado do Estado, entretanto, diversas iniciativas foram adotadas, no sentido de analisar a adequação ou não da permanência dos religiosos. Um grande *Estudo do Educandário 25 de Novembro*<sup>248</sup> apontou problemas administrativos e técnico-educacional

Falta de estrutura administrativa acarreta acúmulo de atribuições ao Diretor; Não existência de coordenação e controle dos serviços; Dificuldade para um melhor racionalização dos serviços; Despreparo da equipe de educadores; Falta de conhecimento mais profundo das condições bio-psico-sociais e de atendimento individualizado; Ausência de uma equipe técnica no estudo para encaminhamento dos menores às turmas e aprendizagem profissional de acordo com as características individuais, tendências e aptidões.

A vivência de duas estagiárias de Serviço Social e de uma assistente social no cotidiano do Educandário – desde pelo menos o ano de 1969, quando faziam entrevistas com os internos, davam pareceres e faziam estudo de casos –, foi-lhes trazendo estranhamentos frente a certos procedimentos adotados pelos Maristas em relação às crianças. Alguns foram anotados nas *fichas de acompanhamento* dos educandos.

Numa determinada situação, as estagiárias, depois de conversarem com um interno, que havia sido retirado das atividades de auxílio na cozinha do Educandário pelo Irmão Prefeito de sua turma contra a vontade e ter sido designado para atividades de limpeza *em horário de aula prejudicando seus estudos*, anotaram elas, intercederam em

<sup>247</sup> Consulta do Irmão Aloísio Kuhn, provincial, sobre a permanência no Educandário, [s/d]. Acervo UCE. Numa dessas consultas, estava escrito que *é importante não abandonar um trabalho começado mesmo sendo difícil adaptar-se à necessidade*.

<sup>248</sup> *Estudo do Educandário XXV de Novembro, dez-1971*. AUCE e APESC

favor do rapaz junto ao Diretor, a fim de tentar reverter o quadro em benefício daquele. A atitude foi vã, pois a posição do Irmão foi de reafirmar a decisão já adotada<sup>249</sup>.

Com a abolição dos uniformes, no início da década de 1970 e a adoção de estágios para os internos em repartições públicas e mudanças em outra série de atividades, os próprios Maristas manifestavam certo estranhamento, ao ponto de um deles falar com as estagiárias do Serviço Social sobre o caso de um educando que, por estar trabalhando fora, se diferenciava dos demais, inclusive nas atividades internas. Afirmaram elas, a respeito, que

o Irmão prefeito de sua turma (do educando em questão) reclama porque ele (o educando) anda bem arrumado e trabalha fora, não assumindo muito no Educandário.

A reação delas frente a essa postura foi a de afirmar a positividade da situação do rapaz: *explicamos que é muito bom ele trabalhar fora* e identificaram que o Marista, por vezes, dificultava isso, pois *não lhe dava (ao interno) as chaves do dormitório para poder aprontar-se para o emprego*<sup>250</sup>.

Todos esses fatores foram criando questionamentos múltiplos por parte do Estado e dos próprios Maristas sobre a conveniência de se continuar as relações, envolvendo-os em torno do Educandário 25 de Novembro, sendo que, apesar disso, havia do lado dos religiosos uma disposição de transigirem a fim de repactuar os termos de um novo acordo adaptado às novas demandas das práticas voltadas à assistência e intervenção sobre a infância.

Junto a isso, um elemento não pode ser esquecido, tendo por consideração a peculiaridade das relações políticas desenvolvidas ao longo da história do Estado.

Desde a década de 1930, definiu-se um quadro político hegemônico, no qual duas grandes correntes, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), disputavam a preponderância nos cargos do poder, revezando-se na condução de Prefeituras, do Governo do Estado de maioria na Assembléia, entre outros. No PSD, o grande líder era Nereu Ramos, que também até sua morte, em 1958, foi o político catarinense com mais expressão local e nacional, pois foi Governador e Interventor no Estado, Vice-Presidente do General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Justiça de Juscelino Kubitschek, Presidente da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente do Senado<sup>251</sup>.

<sup>249</sup> Pront. n.1249 e 1447 na Ficha de Acompanhamento dia 17/4/1972. ACEDOCAM.

<sup>250</sup> Pront. n.1376 na Ficha de Acompanhamento dia 04/02/1971. ACEDOCAM.

<sup>251</sup> Nereu Ramos foi o político catarinense que maior projeção nacional teve no período. Faleceu em acidente aéreo em 1958. Cf. CORRÊA. *Os Governadores...*idem. p.265-266.

Justamente no período em que o aludido líder era Interventor, o Abrigo foi construído e o acordo com os Irmãos Maristas foi estabelecido. Essa ligação em torno do Abrigo, entre Nereu Ramos e Maristas, foi sendo patrocinada e sedimentada ao longo dos anos, por ações de ambos.

Os religiosos, em diversas oportunidades e aparições públicas do Abrigo, difundiam essa relação, como em desfiles comemorativos ao sete de setembro. Numa dessas oportunidades, alguns Abridados, empunhando cartazes com letras compondo o dizer *gratidão*, junto a outro grande cartaz em destaque, no qual a imagem de Nereu Ramos era representada por seu busto fotografado



Fonte: Livro de Fotografias do Abrigo de Menores. ACEDOCAM.(foto s.d, presume-se que seja da década de 1950, pela localização dela no Livro)

faziam um discurso à sociedade, onde os Abridados se transmutavam em caracteres do “texto” desejado de ser transmitido pelos Maristas, criando uma espécie de identificação da instituição a um segmento político, ao tempo que despersionalizavam os sujeitos Abridados.

Nereu Ramos também demonstrava seu apreço pela instituição, fazendo visitas, participando de crismas como padrinho e em *festejos populares ou patrióticos aproximava-se paternalmente de seus protegidos*, conforme publicação dos religiosos em 1950.<sup>252</sup>

Essas relações configuravam práticas políticas paternalistas. Pelo lado dos Maristas, parece que o sentimento de gratidão à figura política tão proeminente, se ligava à possibilidade que este lhes criou de coordenarem uma obra feita exclusivamente para atender crianças pobres, e que na proposta do fundador da Congregação dos Maristas, seria a principal finalidade. Portanto, Nereu Ramos teria criado as condições para que eles pusessem em prática, de alguma forma, os desígnios Maristas, pois:

<sup>252</sup> FRANCISCO, Irmão Artur. Op. cit. p.552.

Nosso Venerável Fundador (Marcelino Champagnat)...exercitava sua misericordiosa bondade...com meninos desta espécie<sup>218</sup>

Após a morte de Nereu, seu irmão, Celso Ramos, candidatou-se ao Governo do Estado, e em sua campanha colocava-se como o seguidor da obra de Nereu. O jornal de sua família, *O Estado*, investia nessa relação, dentro da qual o Abrigo aparecia como uma das grandes obras de Nereu Ramos.

Nereu, o inesquecível chefe pessedista, quando governou o Estado deixou aqui na capital as marcas indelévels de sua administração (Penitenciária, Abrigo, Hospital Nereu Ramos).

De um grande depósito de presos (a Penitenciária)...fez um reformatório dos mais modernos...nela introduziu...o sistema recuperatório pela educação e pelo trabalho - a laboterapia.

Fez o Abrigo de Menores, para a infância abandonada...Integrou na comunidade sadia várias e várias centenas de catarinenses, que, sem direção e sem horizontes, na fase de crescimento, estariam hoje em situação muito diversa. O Abrigo, inquestionavelmente, é obra de mais pura essência humana.<sup>253</sup>

Ou seja, essa identificação do Abrigo com Nereu e Celso Ramos, e com o PSD, perdurava e era reforçada no tempo. Dias depois da posse de Celso ao Governo do Estado, pois acabou eleito, esse realizou uma visita no dia 09/02 de 1961 ao Abrigo de Menores. O jornal *O Estado* do dia seguinte noticiou a visita com a seguinte manchete: *Visita ao Abrigo de Menores* e teceu entre outros comentários, este:

Falando na ocasião, o Diretor do Abrigo teve oportunidade de acentuar que considerava a entrada do Governador com a mesma simpatia como se fôra o retorno do Pai e Fundador da obra, o inesquecível Nereu Ramos, da qual ela havia sido a "pupila dos olhos"...o Governador teve ocasião de percorrer...as dependências do Abrigo...escutando...o que lhe ia sendo mostrado e inteirando-se das necessidades e problemas com que lutavam aqueles abnegados irmãos.<sup>254</sup>

A matéria estava acompanhada desta fotografia, que na sua legenda dizia: *O Governador...é recebido carinhosamente pelos garotos do Abrigo.*



Fonte: *O Estado*, p.01, 10/9/1965. BPESC.

<sup>218</sup> IDEM. p.550.

<sup>253</sup> RAMOS, Rubens de Arruda. Os exigentes. *O Estado*, p.1, 06/3/1960. BPESC.

<sup>254</sup> *O Estado*, p.1, 09/2/1961. BPESC.

Anos depois, ainda sob o governo de Celso Ramos, o desfile de sete de setembro de 1965 foi objeto de comentário n’*O Estado*.<sup>255</sup> Esse destacou, com fotos, a passagem do Governador em revista às tropas e o momento em que os Abridados desfilavam, *na ocasião comemorava (o Abrigo) os seus 25 anos de existência, prestando significativa homenagem ao seu fundador, o ex-presidente Nereu Ramos*, um grande estandarte no centro com a foto de Nereu, ladeado por dois estandartes menores, um com o número 25 (o motivo da comemoração), o outro, com um símbolo em formato de bola.

Enfim, pode se falar que existia na memória social uma ligação do Abrigo de Menores sob a administração dos Irmãos Maristas com a linhagem política de Nereu Ramos e que perdeu a hegemonia política com o Golpe Militar de 1964, sendo que boa parte do PSD migrou para a Arena (Aliança Renovadora Nacional) que era uma seqüência da UDN (que tinha força maior), quando da instalação do Bipartidarismo no país<sup>256</sup>. Na perspectiva ideológica do primeiro Governador dessa nova sigla partidária, Colombo Machado Salles, que foi nomeado pelo Governo Federal, as idéias de mudança, de modernização, de superação do passado, também tinham por escopo romper, no caso do Abrigo, com a referência presentificada de que esta era uma obra do velho chefe político Nereu Ramos.

Apesar de ser uma possibilidade que pudesse vir a “explicar” a razão pela qual os religiosos tiveram o convênio cancelado pelo Estado<sup>257</sup>, para que continuassem administrando o Educandário 25 de Novembro é a menos evidente e convincente, podendo no máximo ser acrescentada a todas as demais apresentadas e que levam a crer que o Estado, através da Secretaria de Serviços Sociais tinha como proposta assumir a coordenação plena do Educandário, para por em prática os projetos que tinha para a mesma, com autonomia, sem ter que ficar fazendo negociações e concessões aos religiosos. Agora, quem dava as cartas era a tecnocracia e a autoridade do poder estatal.

Nos 32 anos à frente do Abrigo de Menores e depois Educandário 25 de Novembro, os Maristas haviam consolidado sua presença em Santa Catarina. O crescimento fez com que, em 1964, a unidade administrativa da Congregação da qual faziam parte, acabasse desmembrada, sendo fundada a União Catarinense de Educação, que em 1973 estava presente nas principais cidades do Estado com 6 Colégios e Ginásios

<sup>255</sup> *O Estado*, p.01, 10/9/1965. BPESC.

<sup>256</sup> CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: Edufsc, 1990, p.93-95.

<sup>257</sup> Infere-se isso pelo fato do *Termo de Contrato celebrado entre o Estado de Santa Catarina e a União Catarinense de 09/8/1971, acervo UCE*, indicar a vigência de 2 anos, o que daria 09/8/1973.

(Criciúma, Joaçaba, Jaraguá do Sul, Chapecó, São Bento do Sul, Caçador), 2 Casas de Formação de Maristas (Florianópolis), 2 Residências Maristas (Joinville e Jaraguá do Sul), 1 Escola Técnica (Criciúma), e estendendo-se também no Estado do Paraná, em Curitiba, com o Colégio Paranaense. Contava nessa oportunidade 87 Irmãos vinculados<sup>258</sup>.

Apesar disso, a forma abrupta como foi dada a saída dos religiosos à frente da instituição, que recebia a atenção da Ordem, disponibilizando, em boa parte do tempo, o maior contingente de Irmãos (cerca de 11)<sup>259</sup>, em comparação com as “obras” citadas acima, provavelmente tenha atacado o nível da sensibilidade, da auto-imagem dos mesmos, sendo uma espécie de “ofensa” aos 32 anos de “serviços prestados ao Estado”, um “fracasso”, “uma derrota”, para quem justamente pregava que a abnegação, o trabalho, a dedicação metódica, traria vitórias, ou uma vida boa. Talvez por isso eles não fizeram qualquer menção explícita nos seus *Boletins* posteriores<sup>260</sup> relativo às razões ou motivos pelos quais “tiveram” de sair do Educandário. As entrelinhas do *Boletim* imediatamente subsequente à saída, entretanto, pareceram articular duras crítica ao ocorrido e expressar um certo ressentimento pelo episódio, numa linguagem subliminar à leitores estranhos à Congregação, mas perfeitamente dotada de sentido para seus membros. Entre as pequenas frases que foram aparecendo no pé de cada página de tal *Boletim*, um procedimento incomum, portanto carregado de significado, selecionei estas:

Há sorrisos lindos, com dentes postiços; há dentes lindos, com sorrisos postiços.  
Haja horário para o trabalho, mas para servir, nunca.// Não escolhas o lugar para servir; serve onde estás.// A ironia pode ser uma resposta, mas nunca é a melhor.  
Não importa que esqueçamos o bem que fazemos; o principal é que Deus não se lembre do bem que deixamos de fazer.<sup>261</sup>

E de forma melancólica, no dia 31 de janeiro de 1973, os Irmãos se retiraram da instituição que, quer nos aspectos positivos, quer nos aspectos negativos, ajudaram a construir e que marcou vidas e a história social do Estado de Santa Catarina.

Tratei, por enquanto, de alguns aspectos dessa história, privilegiando o olhar dos adultos sobre a infância pobre, e a respeito dos projetos no qual estavam envolvidos os rapazes que acabaram internados no Abrigo. Agora, como será que as pessoas que viveram a infância como criança pobre interpretam as experiências pelas quais passaram. Juiz, Pais, Parentes, pobreza, rua, espaços públicos, vistos por adultos que foram Abridados, é de onde parto para as reflexões do capítulo seguinte.

<sup>258</sup> Ver. *Boletim da UCE* n.29, jan-mar, p.34-9,1972; *Boletim da UCE*, n.34, mar-mai, p.7-9, 1973. AUCE.

<sup>259</sup> *Boletim da UCE*, n.32, set-out, p.26,1972; *Boletim da UCE*, n.13, mar-mai, p.27,1968. Apenas o Colégio Paranaense teria superado o Educandário com 16 Irmãos em 1968 (*Boletim*...n.13,Idem). AUCE.

<sup>260</sup> Após janeiro de 1973, pesquisei todos os *Boletins* até o ano de 1975, que estavam à disposição na AUCE.

<sup>261</sup> *Boletim da UCE*, n.34, mar-mai, p.6,7,8 e 31, 1973. AUCE.

## CAPÍTULO 2

### **NO TEMPO DAQUELA ÉPOCA: Filhos, sobrinhos, netos, órfãos, abandonados: Infâncias vividas antes da internação**

Um mil oitocentos e oitenta e cinco: este é o número de pessoas registradas no *Livro de Matrícula do Abrigo de Menores*<sup>262</sup> como ingressantes na condição de internos, entre o período de 1940 e 1982. Registro que, referente à vida da pessoa então interna, informava no máximo o nome do pai, da mãe, e se eram vivos; data de ingresso; data de nascimento; procedência – cidade, localidade; naturalidade – cidade onde nasceu; o seu enquadramento oficial na categoria “abandonado” ou “delinqüente”; o número do processo judicial ligado a sua internação; a cor; e depois, a indicação da turma na qual o interno seria incorporado. Anotações que concentravam numa linha de uma folha aberta, sinais rarefeitos de um passado, do qual a declaração de abandono e a internação pretendia afastá-los, ao modo de uma página que deveria ser virada na história dessas pessoas.

O diálogo com ex-Abrigados e a leitura de Certidões de Sentença de Abandono de outros tantos Abrigados, foram apresentando-me sinais, indícios e significados relativos a experiências vividas na infância precedente ao ingresso no Abrigo de Menores, as quais, em grande medida, estiveram obscurecidas em tal *Livro*.

Claudionor ingressou no Abrigo em 1962, aos dez anos de idade<sup>263</sup>; Walter nasceu em 1947 e ingressou em 1957<sup>264</sup>; Arlindo Nelson foi internado aos oito anos, tendo nascido também em 1947<sup>265</sup>; Arlindo Beckhauser nasceu em 1955 e em 1968 chegou ao internato<sup>266</sup>; Moisés, aos nove, foi posto no Abrigo, tendo nascido em 1940, ano da

---

<sup>262</sup> *Livro de Matrícula do Abrigo de Menores*. ACEDOCAM.

<sup>263</sup> Os ex-Abrigados, com os quais estabeleci diálogo e gravei depoimento, são citados com os nomes próprios, pois autorizaram o uso da gravação. Serão mencionados em nota de rodapé apenas quando não houver a indicação no próprio texto de quem é a fala. Entretanto, nas primeiras aparições haverá menções, como esta que é feita com Claudionor: Entrevista realizada com Claudionor Veridiano da Costa, por Eduardo S. N. Nunes, em Florianópolis, dias 17 e 20/02/2004.

<sup>264</sup> Entrevista realizada com Walter da Luz, por Eduardo S. N. Nunes, em Florianópolis, dia 11/4/2003.

<sup>265</sup> Entrevista realizada com Arlindo Nelson Thomassen, por Eduardo S. N. Nunes, em São José, dia 03/8/2004.

<sup>266</sup> Entrevista realizada com Arlindo Beckhauser, por Eduardo S. N. Nunes, em Florianópolis, dia 14/8/2004.

inauguração da instituição<sup>267</sup>; Paulo nasceu em 1951 e aos cinco anos já se encontrava no Abrigo<sup>268</sup>.

Nesse “intervalo” que medeia o nascimento e o internamento, cada uma das pessoas vivenciaram experiências familiares, de amizade, de conflito, de dificuldades, de alegria, de pobreza, brincaram, trabalharam, ajudaram em casa, observaram os pais, os vizinhos e os adultos, censuraram-lhes, amaram-lhes, sociabilizaram-se e compuseram o ambiente social ao seu modo e com a sua presença. Portanto, fizeram-se atores da história. E é isso que passo a discutir.

Depois de ter sido desinternado do Abrigo, aos 18 anos, em 1968, Miguel<sup>269</sup> trabalhou como um “faz tudo” (cozinheiro, servente) na casa de uma família em Florianópolis, que em 1971 transferiu residência para Niterói (RJ) e convidou-o para ir junto. Ele aceitou. Morando entre Niterói e Rio de Janeiro, ainda exercendo a mesma função, trabalhou na casa de diversos “bacanas”, como ele disse, até decidir voltar em 1976 para Florianópolis.

Na capital catarinense, teria encontrado duas pessoas que conhecera no Rio, que lhe sugeriram colocar anúncios em rádios cariocas, procurando o paradeiro de sua mãe. Ainda em 1976, teria recebido uma carta informando a possibilidade de encontrá-la. Passou a manter, então, troca de correspondência e viabilizou o encontro, que aconteceu naquele mesmo ano, no Rio.

Miguel, aos 24 anos, junto com outra irmã, conhecera sua mãe. Uma terceira irmã não quis ir. A mãe deles havia deixado-os, ainda muito pequenos, com parentes, ao ponto deles não saberem a fisionomia dela. A irmã mais nova foi “dada” a uma família. A irmã do meio ficou com uma tia, *tia Lourdes*, disse ele, que trabalhava na casa da *Dona Júlia*. Esta tinha uma escola na própria casa e acabou por batizar sua irmã, que era chamada de *neguinha* por essa senhora, afirmou.

Miguel, entretanto, passou parte da sua infância “circulando” da casa de um tio para outro

Quando era pequeno, eu morava com meu tio Igor no Bom Abrigo (bairro continental de Florianópolis). Morava um pouco ali e depois ia lá no Sapé, na casa do tio Biaza; e assim ia a minha adolescência, pra lá e pra cá, né.

<sup>267</sup> Entrevista realizada com Moisés Francisco Vieira, por Eduardo S. N. Nunes, em Florianópolis, dia 9/4/2003.

<sup>268</sup> *Prontuário n.753, conforme Certidão de Sentença de Abandono proc.3487 de 20/02/1957. ACEDOCAM. Todos os nomes mencionados dos familiares e dos rapazes declarados abandonados, com exceção daqueles que concederam entrevista, são pseudônimos.*

<sup>269</sup> Entrevista realizada com Miguel Arcanjo Coelho, por Eduardo S. N. Nunes, em Florianópolis, dia 25/8/2004.

Dentro desse contexto, a ida para o Abrigo significou um lugar estável, fixo, uma referência de morada considerada importante: *eu entrei pro Abrigo e pronto, daí eu fiquei*, relatou.

Carlos<sup>270</sup>, entretanto, afirmou que nunca conhecera sua mãe, tampouco seu pai. Nesse particular, assemelha-se a Miguel, que nunca soube de seu pai. Desde criança viveu com sua avó e com um primo no Morro da Cruz (bairro na parte ilhéu de Florianópolis). O primo de Carlos tinha mãe, mas esta residia no trabalho, em “casa de família” e só foi morar junto do filho depois que a avó faleceu. Carlos, nesse período, estava no Abrigo.

Os avós fizeram parte das relações cotidianas de Vilmar<sup>271</sup>, isso depois de seus pais terem se separado e ele permanecer convivendo com sua mãe por mais um período, segundo contou-me, até ela ter estabelecido uma nova relação conjugal com um senhor. Aí então, “entregou-o” aos cuidados dos avós, que depois de um tempo internaram-no. Nesse período, sempre morou na parte ilhéu da capital catarinense.

Meus pais se separaram, né, e eu fiquei sozinho no mundo [...] Ela se juntou com outro marido, ele não me aceitava [...] Me entregaram para os meus avós [...] fui criado com eles na (Rua) Bocaiúva, na beira-Mar, hoje é a Via Expressa (Beira-Mar norte).

Essas três primeiras situações apontavam que a rede de parentes principalmente era acessada como forma de colocação de filhos, que eram “deixados” ou “abandonados” pelos pais, por diferentes razões, nem sempre ligadas a dificuldades financeiras, mas às vezes por escolhas pessoais. Os significados atribuídos a essa vivência por aqueles que foram os sujeitos entregues de lá para cá, foi diverso: Vilmar sentiu-se rejeitado; Miguel teve a vontade de estabelecer laços com a mãe, da qual esteve afastado.

Valmir<sup>272</sup>, até os seis anos de idade, conviveu com seus pais em Florianópolis, no centro. Depois dessa idade, junto com sua mãe, um irmão e uma irmã, foram morar com os avós numa localidade chamada Rio Caveiras, no município de Biguaçu (cidade que fica nos arredores da capital catarinense). Assim ele narra essa vivência:

Meu pai trabalhava na torrefação de café, chamava-se café Vesúvio; era o torrador na época. Ele acidentou-se, acabou morrendo no próprio serviço [...] Aos seis anos eu era órfão de pai [...] A casa que a gente morava (em Florianópolis) era justamente da empresa da torrefação do café; daí a gente teve que mudar pra lá (Rio Caveiras em Biguaçu).

Se a empresa forçou a família a se retirar do imóvel pela morte do pai trabalhador, os avós apareceram como um ponto de apoio diante da dificuldade

<sup>270</sup> Entrevista realizada com Carlos Alberto dos Santos, por Eduardo S. N. Nunes, em Florianópolis, dia 03/9/2004.

<sup>271</sup> Entrevista realizada com Vilmar José Araújo, por Eduardo S. N. Nunes, em Florianópolis, dia 08/4/2003.

<sup>272</sup> Entrevista realizada com Valmir José Mendes, por Eduardo S. N. Nunes, em Florianópolis, dia 08/4/2003.

representada por essa situação. Por outro lado, a própria condição dos avós, em idade avançada e com dificuldades de saúde, demandava também algum tipo de assistência, que foi em alguma medida satisfeita pela transferência de moradia da mãe e dos filhos para a casa dos mesmos, isso porque a mãe de Valmir, além de trabalhar lavando roupa *pra fora* (*recebia uma pensão* do seu pai também), *cuidava do casal de velhinhos* que, no caso da avó, *teve uma paralisia, derrame; e meu avô tinha uma perna cortada*, disse ele. Isso deixa claro que o sistema familiar de ajuda por vezes se nutria de auxílios mútuos em que o papel de beneficiário e de beneficente se misturava, contribuindo para reprodução dos laços de afinidade e de solidariedade.

*Irrisória pensão* também recebia a mãe de Aurélio, pela morte do esposo, vendo-se assim

na contingência de trabalhar da manhã à noite longe de casa, nos serviços da lavoura...os menores vivem na vadiagem, não obedecendo as ordens maternas, ficando sua mãe que já é meio idosa, na impossibilidade de corrigi-los, dado o seu trabalho longe da residência<sup>273</sup>.

Moisés também afirmou ser órfão de pai. Nasceu na localidade de Três Riachos, no interior do Município de Biguaçu. Morava junto com sua mãe e mais um irmão e uma irmã, em propriedade de seu falecido pai e de seus avós. O passar dos anos foram trazendo dificuldades crescentes. Imerso nisso, outras alternativas eram acionadas através de sua mãe, de forma a suavizar as dificuldades de sobrevivência, entre elas, a rede de parentes. Assim ele contou:

Eu e outra irmã...mais um irmão (e a mãe)...morava num sítio...propriedade do meu pai e avós [...] Na fazenda (moraram) praticamente até cinco anos, seis [...] ela (a mãe) arrendava pra's pessoas plantar alguma coisa...depois não dava mais nada [...] o pessoal tomou conta, fizeram usucapião [...] Ela perdeu...(depois) nós saímos...viemos morar mais pra perto de Biguaçu [...] ali a gente morou em diversos locaizinhos [...] ela foi trabalhar em Biguaçu na casa de uma família, aí...tinha que deixar a gente sozinho, eu e outra irmã, ficava em casa...outro irmão...teve que entregar...pra uma tia...a irmã veio também morar em Biguaçu (com uma tia) e eu só que fiquei com ela (depois) eu fiquei na casa de um tio, fora da (cidade), se chama Três Riacho o local...fiquei lá pouco tempo; e depois nós (Moisés, seu irmão, sua irmã e mãe) viemos direto pro Estreito (em Florianópolis).

Essa experiência de ter vivido com esse tio, ainda que por um curto tempo, foi considerada um tanto desagradável por Moisés e teria sido um dos motivos para sua mãe lhe retirar do tio.

Quando eu morava na casa do meu tio eu trabalhava, me danava todo (risos); ele fazia eu trabalhar...naquela época, juntar lenha; ainda ele era meio bravo porque...ele queria lenha seca...eu fiquei até amarelo lá (risos), porque no inverno caí num matagal pra tirar lenha...ô...na mão dele não fui muito bem não, não

<sup>273</sup> *Pront. n.728, conforme Certidão de Sentença de Abandono, proc. s.n. de 07/2/1956, procedente de Palhoça. ACEDOCAM.*

gostei muito da experiência não (risos) [...] Minha mãe, não sei se ela andou me perguntando como é que eu tava com ele ou não. Aí, ela resolveu nós vir pra Florianópolis.

Passado o tempo, ele se permitiu rir dessa vivência desagradável. Ao lado disso, a vinda da família para Florianópolis parece que esteve ligada a uma tentativa de sua mãe procurar novas oportunidades que pudessem facilitar a sobrevivência familiar, como por exemplo um trabalho que remunerasse melhor e até mesmo os recursos de assistência disponíveis na capital, como a entrega de leite à população feita no Departamento de Saúde e também de escolarização. A esperança ligada a essa migração também sugere que havia uma intenção da mãe tornar a conviver com todos os filhos, isso porque, ao mudar-se para a capital, reuniu os três filhos junto de si.

Ela (a mãe) conseguiu alugar uma casinha e resolveu trazer nós pra Florianópolis [...] Ela trabalhava em “casa de família” ou então costurava, tinha uma máquina que costurava, fazia roupa [...] Naquela época distribuía leite pra’s pessoas...no Departamento de Saúde [...] (a mãe) tinha me colocado no José Boiteux...me parece que já tinha um mês de Boiteux (quando foi internado no Abrigo).

Apesar dos esforços maternos para garantir a própria sobrevivência e a dos filhos, Moisés acabou internado no Abrigo. Emergiu assim, nessa situação de migrante, como uma alternativa assistencial diversa da rede parental. Sua irmã foi entregue a uma tia e o irmão para um senhor, sob termo de guarda e responsabilidade. Alguns anos depois, esse irmão de Moisés também seria encaminhado ao Abrigo<sup>274</sup>.

Arlindo Beckhauser, desde pequeno, vivia junto à família materna (avós, tios, tias, sua mãe e irmão) na localidade de Armazém, no município de Tubarão (região sul do Estado) e ali permaneceu até os seus 12 anos, quando então foi encaminhado ao Abrigo de Menores, sob a justificativa de que ficaria mais perto de sua mãe, que estava morando em Florianópolis já há algum tempo (pelo menos dois anos, pois quando o irmão de Arlindo foi internado no Abrigo, dois anos antes dele, sua mãe já estava na capital).

No caso de Arlindo Beckhauser, a vivência na família materna existiu desde sempre, sendo que sua mãe teria sido a primeira a deixá-la, com o objetivo de construir uma vida fora de Armazém e atrás de melhores oportunidades. Assim, ela foi primeiro morar na sede de Tubarão e depois em Florianópolis, onde trabalhava e morava numa “casa de família”, e que por não ter casa própria ou condições financeiras de alugar moradia, visualizou no Abrigo a possibilidade de se reaproximar dos filhos, isso porque

---

<sup>274</sup> *Of. n.1.156 do Juízo de Menores à Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde, solicitava a internação do irmão de Moises e enviava a Certidão de Sentença de Abandono proc. n.2276 de 29/7/1949. APESC.*

havia visitas mensais e às vezes semanais, aos internos, e estes, por vezes, podiam ir visitar os pais nos fins de semana.

Para Walter, que afirmou, como Arlindo Beckhauser, não ter conhecido o pai, a convivência cotidiana com a sua mãe só foi interrompida quando da sua internação no Abrigo, aos 10 anos, apesar de alguns de seus irmãos terem sido entregues a alguns parentes quando a situação financeira ficava ainda mais difícil. Isso porque, disse ele

Família muito pobre...minha mãe não tinha condições de manter todos esses filhos (aproximadamente seis crianças) [...] a mãe deixou...os mais velhos...na casa de uma tia, o outro foi pra Curitiba [...] lembro que a minha irmã Marlene foi pr'uma tia em Curitiba; meu irmão Luiz foi pr'um tio em Curitiba [...] em casa nós ficávamos em três ou quatro.

Dentro disso, o Abrigo de Menores também apareceu como um recurso disponível naquela época como forma de amenizar talvez a condição de carestia, não só de Walter, mas daqueles outros que permaneciam em casa, que primeiro ficava no bairro do Estreito, depois na Coloninha, ambos na parte continental de Florianópolis.

Claudionor conviveu com ambos os pais nas localidades de São Miguel e de Guaporanga, no município de Biguaçu, até a separação deles, quando então seu pai foi residir em São Francisco do Sul e ele permaneceu junto com sua mãe em São Miguel. Chama a atenção que, além dele, a família era composta por uma irmã sanguínea e uma outra adotada.

De perto da mãe ele saiu aos oito ou nove anos, para ficar na casa da família do *seu Nilton* em Florianópolis, aguardando a internação no Abrigo que se deu aproximadamente um ano depois. Dessa relação estabelecida entre Claudionor e essa família, criou-se laços de afetividade que foram sendo alimentados ao longo do tempo, chegando ao ponto dele considerar essa, sua segunda família ou *família de criação*, como disse. Vejamos como ele expôs essa situação.

Eu vim quando acharam que tinha uma vaga (no Abrigo); eles foram me pegar lá em casa; aí minha mãe me entregou; aí a gente veio...foi ele (Seu Nilton) que me recebeu aqui...chegando aqui a vaga já tava ocupada...daí esse Senhor (Nilton)...me levou pra casa dele e eu fiquei esse período na casa dele [...] Ficava mais na casa da mãe dele [...] até que deu uma vaga e eu fui pro Abrigo de Menores...ele que é o meu pai de criação [...] hoje considero os dois filhos dele, o Nilton e a Lindomar, meus irmãos, são brancos e tudo, e eles me consideram muito também, igual a mãe deles e o pai, a avó, que já faleceu e toda a família dele.

A experiência familiar de Adilson<sup>275</sup> tem algumas semelhanças com essa de Claudionor, porque ele conviveu com seus pais em Florianópolis, no Estreito, até quando da separação deles aos seis anos aproximadamente. Sobre isso, comentou:

<sup>275</sup> Entrevista realizada com Adilson Martins, por Eduardo S. N. Nunes, em Florianópolis, dia 12/02/2004.

A vida era um pouco atribulada, a relação deles (pai e mãe), isso passava muito pra gente, aquele mal estar, a gente sentia e a única resposta pra isso na época era choro, essas coisas [...] A minha mãe era separada, então não tinha uma família estruturada.

Mais adiante, ele foi viver com tios na localidade de Mirim (região de Laguna, litoral sul do Estado) inicialmente *a contragosto*, afirmou, *mas no final a gente, lá num sítio, era uma coisa gostosa*, concluiu. Dessa convivência com os tios, depois de ter se acostumado, saiu para ser internado no Abrigo, por sua mãe.

Vadely<sup>276</sup> também teve a experiência de conviver com ambos os pais e mais três irmãos (duas meninas e um menino) durante parte de sua infância em Mirim (Laguna). Perdeu a sua mãe primeiro, conforme narrou num certo tom idílico, atribuindo à morte um significado que suaviza a experiência dolorida pela qual passou e o próprio fato da morte:

(Vadely) A minha mãe...foi fazer uma limpeza embaixo de um pé de flores, aquilo era tipo de umas abelhas, uns bichos, um tipo de um abelha melada, e nesse pé de árvore de flor que tinha esse ar de um tipo de um perfume, cheiroso, passava assim, na estrada assim, sentia aquele cheiro das flores, e naquele lugar tinha cobra, uma cobra desse tamanho assim, bem grossa assim; aí emboscou ela, pegou ela aqui, entrou pra dentro da minha mãe, mordeu aqui e entrou por dentro, com o veneno junto, ela não agüentou, não agüentou 24horas, porque tinha muito veneno a cobra; aí ela morreu, depois...Assim como a minha tia falou pra mim.

A perfumada estrada com cheiro de flor escondia numa de suas árvores uma cobra-morte, que abocanhando a mãe de Vadely, roubou-a do mundo, desaparecendo com o corpo dela. Vadely soube da ocasião do falecimento da sua mãe através da narrativa de uma tia. Eu fiquei sabendo disso pela narrativa dele. A oralidade servindo de suporte para a transmissão de uma versão do passado saturado de significado para quem o emite. Isso expressa a força e a permanência da cultura oral como um meio, enraizado socialmente, de levar adiante significados, lógicas e visões de mundo constituídos histórica e socialmente pelos sujeitos sociais.

Nesse sentido, Portelli lembra-nos de uma característica especial da história oral, que pode ser utilizada em benefício da reflexão histórica, diz ele:

A história oral conta menos sobre eventos do que sobre significados...o precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor.<sup>277</sup>

A morte do pai viera depois de algum tempo, de um ataque do coração. Foi a única morte na família que Vadely acompanhou. Esse teria sido o principal motivo para que uma irmã por parte de pai o acolhesse após tal episódio, na localidade de Penha, e buscasse a internação dele no Abrigo de Menores, o que aconteceu meses depois.

<sup>276</sup> Entrevista realizada com Vadely Mendonça, por Eduardo S. N. Nunes, em São José, dia 27/8/2004.

<sup>277</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, n.14, fev., p.31, 1997.

Com a morte do pai, suas duas irmãs (por parte de pai e de mãe) também foram encaminhadas a outra família do Rio de Janeiro, segundo explicou. Ele ainda teria mantido contato com elas, mas afirmou que ambas teriam morrido um tempo depois, deixando implícito que perdera o contato com elas e acabou por significar esse “desaparecimento” como morte, esvaimento, talvez de forma a colocar um ponto final numa espera por um reencontro que o tempo não lhes proporcionou. Assim disse: *as duas irmãs, elas não moram mais aqui; elas não tão aqui.*

A sutileza da fala, que beira a poesia, traz ao sentimento da perda um significado dotado de beleza, de vivacidade – por mais contraditório que isso possa parecer – e de importância condescendente àquele que não volta.

Arlindo Nelson conviveu apenas com sua mãe, em Florianópolis, próximo ao Hospital de Caridade, durante parte do período antes de ingressar no Abrigo, pois teve uma irmã mais nova e nas vésperas da internação, sua mãe juntou-se a um senhor com o qual então morou um curto tempo. Afirmou que era *filho de mãe solteira*. O pai conhecera apenas depois da saída do internato, assim como os filhos do resultado de um outro casamento. E com esses disse ter mantido uma relação no máximo de amizade, *nenhuma relação* mais profunda ou envolvendo sentimentos mais profundos. Carinho especial, disse ter constituído por suas tias e avós maternos, quando em visitas esporádicas de 15 dias de duração aproximadamente, ao sítio deles, em Anitápolis. Lá, viveu experiências prazerosas e diferentes daquelas desenvolvidas em Florianópolis.

Minha mãe me levava às vezes lá no sítio deles, eu ficava 10, 15 dias. Era a única saída que eu tinha fora de casa [...] Tinha muita roça, criação de porcos, gado não era muito, mas sempre tinha uns onde se tirava o leite, o sustento da casa [...] me arrumavam uma enxadinha pequena, cabinho de meio metro, mais ou menos, porque eu devia ter uns 6 anos...me lembro que eu tinha um tio...ele era meio doente...ia pra roça com ele pra capinar; a gente levava o cavalo amarrado com um pau atrás; ele levava as coisas, a gente ia encima, fazia uma festa tremenda...O meu avô [...] me tratava muito bem [...] me lembro que a minha avó matava umas galinhas...se não tivesse grande, nem que fosse pequena, ela matava pra fazer molho, pra mim poder comer aquela comidinha com molho...porque eu sempre gostava de comer com molho, gosto até hoje...Eu tinha várias tias, elas me tratavam muito bem, me levavam na palma da mão, eu tinha tudo; até manteiga com farinha elas comiam, escondido do meu avô é claro, davam um jeitinho.

Se a experiência foi boa, a lição de como se tratar uma pessoa ficou explícita na sua fala: *a gente se sente tão bem quando é tratado assim, que você não imagina*, disse.

Todas essas situações vão indicando que a constituição da sociabilidade familiar nesses sujeitos, contava com a predominância da figura feminina na convivência direta com os filhos, bem como na sua “responsabilização” pelos destinos dos mesmos. Um dos recursos largamente utilizados, na tentativa de amenizar ou proporcionar

condições melhores de vida, foi primeiramente a estrutura parental compreendida por tios, avós. O Abrigo de Menores, em parte das situações, apareceu ou emergiu como uma alternativa mais definitiva para os meninos da família.

Apesar de ter evidenciada a existência de relações de solidariedade familiar, ficou destacado principalmente o caráter precário desse recurso, podendo a ele se recorrer eventualmente, por algum período, mas sobretudo com o caráter provisório. Aliás, o próprio encaminhamento de todos esses rapazes ao internato vem reafirmar isso.

Por outro lado, a utilização de ambos os recursos por parte da mãe, também podia ser visto como um paliativo a uma situação de emergência ou de dificuldades ainda mais complicadas. Assim, uma primeira estratégia para tentar resolver a demanda oriunda da necessidade de sustentar os filhos, era dispô-los na casa de parentes até que a situação melhorasse, se melhorasse. A esperança por dias melhores fez com que a idéia de separação entre os familiares fosse temporária e precária.

Apesar de terem sido encontrados poucos casos nas certidões de sentença de abandono de mãe que “deixaram” a família para se relacionar com outras pessoas, elas existiam. Nessas ocasiões, então, o pai “assumia” as crianças e buscava acessar recursos semelhantes, tal como os parentes ou então o Abrigo. Cito um caso em que o Juiz de Menores justificou a declaração de abandono do *menor Juscelino* pelo fato do

pai não poder prestar a necessária assistência em virtude de ter sido abandonado pela esposa e passar o dia trabalhando fora do lar, ficando o menor entregue a si mesmo.<sup>278</sup>

A experiência de viver essas idas e vindas pelos rapazes, foi um pouco sinalizado acima, mas será trabalhado ao longo do capítulo. O comum a todos eles eram as situações de pobreza, mas isso não resumia tudo, e não foi a única razão para o encaminhamento ao Abrigo, tampouco suas infâncias estiveram aprisionadas pelas dificuldades, apesar de terem sido marcantes.

Essa questão do movimento dos filhos quando pequenos, pela casa de familiares diversos, alguns passando por instituições que recolhiam crianças consideradas abandonadas, foi objeto de estudo de Fonseca, que identificou nisso uma característica muito freqüente nas famílias de uma “favela” de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Entretanto, a avaliação dela sobre essa prática de *crianças em circulação*, foi a de que isso

---

<sup>278</sup> Pront. n.714, Certidão de Sentença de Abandono proc.3283, de 23/3/1956. ACEDOCAM.

não levava *necessariamente ao enfraquecimento de laços afetivos entre mães e filhos*<sup>279</sup>. Essa deve ser vista com certa atenção, pois no relato de muitos dos meus depoentes, eles “sentiram pesadamente” a “opção” adotada pelas suas mães, e que lhes foi imposta. Alguns tentaram compreender ao longo da vida as razões da mãe, de forma a minimizar a tensão, a mágoa que poderia ter permanecido em relação a elas.

A trajetória de Irineu<sup>280</sup> parece concentrar uma série de misérias e dificuldades, as quais são citadas a partir do relato dele, que expressa o caráter extremamente significativo conferido a essas experiências, dentro das quais o sentir-se rejeitado, sobretudo por sua mãe, ficou muito destacado. Irineu nasceu em dezembro de 1944. Viveu parte de sua infância antes do Abrigo, na parte continental de Florianópolis, no Estreito, com seu pai, mãe, e irmãs. Mais tarde seus pais se separaram e ele acompanhou seu pai, por não ter sido aceito pelo padrasto. Nesta oportunidade, teria vivido curtíssimos períodos nas cidades de Joinville, Itajaí, Brusque, e, durante um tempo um pouco maior, no município de Timbó, junto de seu pai e de uma companheira muda, com a qual aquele teria se envolvido. Em Timbó, ainda junto destes, teria morado na casa de seus avós paternos, até a morte de seu pai, quando então teria retornado para Florianópolis, para a casa de sua mãe, e que por não ter sido aceito novamente pelo padrasto, teria sido encaminhado ao Abrigo. Vejamos como ele narrou sua experiência:

Da minha casa, o quê eu posso falar? Da minha família, quê eu posso falar? [...] eu não quis ficar com a minha mãe porque tinha padrasto, arrumou um homem, né; aí eu fui morar com o meu pai.

Ao ser perguntado sobre a forma como sua família sobrevivia, ele relatou as privações complicadas pelas quais passavam.

Assim, eu, meu pai pegando esmola, tirando esmola. Tirar esmola vinha no centro da cidade [...] eu já sabia a cidade toda...porque eu andava pedindo esmola pro pai.

(Eu): E cruzava a ponte?

(Irineu): Cruzava a ponte. Naquela época era pela ponte Hercílio Luz, não tinha outras pontes.<sup>281</sup> Nós passava por ali. Então, a gente pegava esmola ali e passava com esmola [...] o meu pai ele era aleijado, e ele pedia esmola. (sua mãe) Não trabalhava nada, ficava em casa.

Na parte de alimentação, a carestia também era manifesta...

<sup>279</sup> FONSECA, Claudia. Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portoalegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.4, v.4, jun., p.94, 1987. Reflexões mais recentes ver: FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In.: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.510-553. Essa autora discutiu as tendências da produção acadêmica nos campos antropologia e da história versando sobre o tema da família em: FONSECA, Claudia. A história social no estudo da família: uma exclusão interdisciplinar. *BIB*, n.27, 1ºsem., p.55-73, 1989.

<sup>280</sup> Entrevista realizada com Irineu dos Santos, por Eduardo S. N. Nunes, em Florianópolis, dia 17/8/2004.

<sup>281</sup> Atualmente há mais duas pontes. Pela antiga ponte, não trafega nem carros nem pedestres.

Naquela época eu tinha ainda 2 irmãs que...é, nós pedia, nós ia pro exército, pegar comida, resto de comida da panela, pra trazer pra nós comer. Naquela época eu tinha 4 anos nós morava encima, no terreno do Mário, nós descia aqui e ia lá no Exército...eu sei que eu ia, ia de mão dada com as minhas duas irmãs pegar resto de comida...

A saída de casa com seu pai em nada melhorou as condições de vida...

(Eu): O Sr. disse que chegou a acompanhar o seu pai no ato de mendigar?

(Irineu): Quando eu fui embora com meu pai – é uma passagem muito triste –, tu sabes...nós pedimos esmola em Itajaí, Joinville, Brusque, tá; nós pedimos esmola nisso tudo; só que o meu pai [...] ele era aleijado [...] morava eu, meu pai, e uma muda que ele tinha arrumado, uma mulher muda.

A morte do pai em Timbó e a idade avançada dos avós teria forçado-o a buscar acolhimento na casa materna, na qual teria sido rechaçado, levando-o a ser encaminhado ao Abrigo:

Meu pai morreu, daí eu fiquei sozinho [...] aí foi aonde que eu vim.

(Eu): E quem é que lhe trouxe?

(Irineu) Ninguém trouxe. Eu vim de carona num caminhão, porque traziam querosene de Itajaí...até aqui o antigo posto do correio na rua Santos Saraiva. Dali eu trouxe um saco de caqui [...] vim trazer o caqui pra ver se aliviava pra deixar eu ficar aqui [...] descendo esse morrinho até ali, e dali que me desprezaram [...] porque meu padrasto não aceitou eu em casa...fiquei sozinho...foi aí que aconteceu, que começou a minha vida. Eu aprendi a viver no mundo; meu padrasto perguntou o quê é que eu queria ali; podia jogar fora os caqui que eles não queriam. Aí, foi onde que eu fui embora; aí eu passei pelo Estreito aqui de pé...tinha uma Igreja de São Francisco, no lado tinha uma verdurinha do seu Julinho, e tinha um pé de carambola, aí eu fui roubar uma carambola [...] roubar não, pegar, porque no sítio a gente pegava. E, foi ali que a polícia me pegou e me levou, então [...] dali eu fui parar no Abrigo [...] quando me levou pra lá, eu ia fazer 5 anos...eu ia fazer 5 anos ainda; tu vê como eu me lembro. Quando eu pisei no Abrigo, eu fui o 3º mais novo que chegou ali.

Um campo de vivências ligadas a situações de grandes privações pelas quais passou e que buscou interpretar na sua vida, expressando através do seu relato, a versão dessas experiências que desejava tornar pública, relacionando-as com as condições de pobreza; a luta pela sobrevivência, quando passou pela mendicância, e se alimentou com sobras de comida do exército; a separação dos pais; a rejeição pelo companheiro e pela mãe; o envolvimento de seu pai com uma muda; e finalmente, o seu abandono pelos familiares.

Dentro disso, a idade em que ele teria vivenciado tais situações até os quatro anos, e a idade que teria ingressado no Abrigo, cinco anos, daria à sua experiência um caráter ainda mais especial, pois a idade mínima regulamentar para se ingressar no internato era oito anos<sup>282</sup>, apesar de outras evidências na documentação institucional informarem que ele teria sido internado aos 13 anos.

<sup>282</sup> Decreto n.3.017 de 02/8/1944. Baixou o Regulamento do Abrigo de Menores. Art. 1º. AUCE.

Independentemente da idade efetiva em que se deu o seu encaminhamento ao Abrigo, Irineu reconheceu que o seu relato da infância com sua família, circunscrito a quatro anos de vida, realçaria o tom das dificuldades pelas quais passara e evitaria maiores lembranças, que lhe eram doloridas, sobre esse período de vida.

Ou seja, o significado do relato de Irineu, emerge, não como uma descrição “precisa” de uma suposta “realidade” dos fatos vividos, mas sim, expressando a forma como ele lidou e interpretou o passado vivido<sup>283</sup>, ligado à vontade de deixar registrada a sua memória “pública”, de uma dada forma, pois identificou-me como uma pessoa que daria visibilidade as suas palavras.

A experiência de carestia, sobretudo alimentar, também foi ressaltada por Walter, que semelhantemente a Irineu, também passou pela situação de ter de pegar sobras de comida na área militar.

Como é que nós comíamos, como é que a gente alimentávamos os outros?...um fato que eu não posso deixar de contar, te conto com muito prazer, com muito orgulho...havia a Escola de Aprendizes e Marinheiros próximo de minha casa [...] lá no Estreito [...] e a Escola de Escrita de Fazenda, que também era da Marinha. Nós (ele e os irmãos) íamos buscar comida, sobras de comida, ao meio dia e à noite pra trazer pra casa, pra alimentar os que tinham dentro de casa...nessa fase eu fiz muito.

O significado para Walter, da lembrança dessa passagem de infância, foi sendo construído ao longo de sua vida e o orgulho que ele menciona ter de contar tal situação, em muito se deve às superações que enfrentou ao longo da sua trajetória, envolvendo essa mesma Escola de Aprendizes Marinheiros. Ainda na infância comentou que ajudara a construir um campo de futebol, em troca de alimento e refrigerante, coisas incomuns na dieta familiar:

Lembro de uma fase na Escola de Aprendizes Marinheiros, o campo de futebol foi construído, e nós fomos com sete, oito anos de idade plantar grama, ganhando pão com lingüiça e Cuz, era um refrigerante; dinheiro a gente não recebia.

O tempo passou, e Walter, com a luta e o esforço, foi construindo caminhos na vida que foram sendo aproveitados, apresentando melhoras no campo material e simbólico.

Depois de tudo, fui ser Oficial-Médico dessa mesma Escola que eu pedia comida...eu me lembro mais tarde, falando com o meu Comandante. Esse campo que eu jogava futebol, foi o campo que eu ajudava a plantar grama com sete anos de idade. E essa história tá gravada na Escola de Aprendizes Marinheiros!

Walter buscou inscrever na memória social não só dessa Escola, mas também da cidade de Florianópolis, sua trajetória de superação e ascensão social, isso porque ele construiu uma carreira profissional como jogador de futebol e também como médico, que

<sup>283</sup> Portelli sugere que a fonte oral deve ser vista com critérios diferentes na sua valoração, em que a “verdade”, por vezes, não liga-se aos fatos narrados, mas na crença de quem narra aquilo que narra, e isso, diz ele, *é na verdade um fato histórico*. Ver: PORTELLI. Alessandro. Idem. p.31, 32.

lhe deram visibilidade, que também foi canalizada e exposta nos objetivos políticos que ele teve ao se tornar vereador pelo PSDB, o que conseguiu nas eleições de 2004, tendo sagrado-se o mais votado em Florianópolis. Num de seus panfletos, inscreveu-se que

Walter da Luz foi criado no Abrigo de Menores de Florianópolis. Teve uma infância pobre e difícil. Mas com muita luta e perseverança, venceu todos os obstáculos. Como jogador de futebol, pôde se sustentar até formar-se médico cardiologista.<sup>284</sup>

Em relação a esse processo de afirmação pública e rememoração publicizada das experiências, o pesquisador Thomson, analisando as diferentes formas como os *diggers*, ex-soldados Australianos que combateram na *Grande Guerra de 1914 a 1918*, consideravam suas passagens pela guerra, disse que para alguns as grandes comemorações anuais do *dia do ANZAC (abreviação de Australian and New Zeland Army Corps)*, 25 de abril, *ajudaram a lidar com seu passado, filtrando as memórias que eram pessoalmente dolorosas*<sup>285</sup>.

Nesse aspecto, também é oportuna a menção a respeito da postura de Walter no seu depoimento sobre sua passagem pelo Abrigo, em que afirmou que falaria sobre coisas boas: *vamos conversar, sobre coisas boas, vamos conversar*, disse.

A questão alimentar foi um dos aspectos destacados por Arlindo Nelson ao ter comentado o trato carinhoso que recebia de seus avós e tias. Isso muito se vinculou às restrições pelas quais ele e sua mãe passavam.

A nossa alimentação, a mãe fazia um pirão: farinha de mandioca com água mesmo, e aquilo a gente comia com pedacinho de lingüiça. Não era nem garfo, era colher; cada colherada daquela era um pedacinho de lingüiça. Uma colher pra gente poder se alimentar, era uma barra pesada.

(Eu): E o docinho aquele, chegava a comer, ou bala?

(Arlindo Nelson): Quando eu era pequeno, eu passei uma necessidade nessas coisas que você não imagina.

O pirão também foi lembrado por Vadely como a principal comida de sua família.

Quando era guri pequeno...eu tava numa situação ruim [...] sabe o que é bigão, essas coisas que dão no mar, na lagoa; então, nós pegava aquilo, descascava, fazia aquele pirão num gamelão de madeira mesmo, de ferro, não era prato nada, e dava um pouco pra cada um.

A experiência gustativa dessas pessoas esteve em muito ligada à capacidade econômica que suas famílias dispunham ou conseguiam obter através do mar ou de

<sup>284</sup> Panfleto de campanha em quatro páginas. VEREADOR DR. WALTER (JUCA) 45.699. Para o bem da saúde da cidade, esse é do coração. Impresso, 2004.

<sup>285</sup> THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. *História oral*, n.4, jun, p.94, 2001.

lagoas<sup>286</sup>. Arlindo mencionou que também pescava ou às vezes ganhava peixe das bancas do Mercado Público em Florianópolis, quando acompanhava as atividades de limpeza da pesca que ali era realizada. Logo, tais peixes também chegavam aos pratos de sua família. A dificuldade de acessar doces, ou diversos outros alimentos, configuravam limites bastante rigorosos a essas pessoas, ao ponto de Adilson ter recordado que lhe foi marcante a primeira vez que tomou Coca-Cola. Foi junto ao filho do dono da *Sardinha enlatada Galeão*, com quem brincava antes de ter ido morar com os tios.

Ou seja, a condição de pobreza acabou por configurar situações de carência alimentar e exclusão social de certos sabores e nutrientes.

Alguns dos rapazes que moraram em sítios, ou na roça, comentaram que parte da produção gerada no local era utilizada dentro do regime alimentar familiar. Arlindo Beckhauser, que dentre os depoentes, viveu de modo mais intenso essa situação, relatou assim:

Nós vivíamos da roça, lá tinha as criação, vaquinha de leite. Plantava pra comer. Fazia alguma coisa, vendia; fazia o troca-troca [...] dependia um pouco da pesca. De madrugada a gente ia pescar [...] o ano todo têm trabalho. Se não é período de plantar tal coisa, tava derrubando o mato virgem, fazendo outro roçado. Pô, tu leva tempo só no machado, antigamente não tinha moto serra. Aí tu ia derrubar uma roça, até secar esperava 30 a 40 dias pra botar fogo, antigamente era só queimar, nesse meio período tirava as toras pra vender, negociar, demorava [...] tinha engenho de açúcar (e de mandioca) [...] onde se moída milho no Filete (uma família da comunidade) [...] A banha era dali mesmo, porque era feito troca-troca assim, de vez em quando matava o porco, daí repartia com 6 vizinhos, porque não tinha onde armazenar, daí quando ele matava, fazia a mesma coisa, te devolvia, então tu sempre tinha uma carne de primeiro, aí as coisas assim, salaminho, os corinho, os toicinho, tu botava encima do fogão à lenha, fogueiro, daí ficava defumado naturalmente aí tu queria uma lasca de coisa, uma costelinha, né, tirava dali.

Sua fala expressou a existência de um modo de vida em que a sobrevivência familiar era garantida pela produção na terra e pelos laços comunitários estabelecidos com vizinhos, sendo que também esses eram beneficiados com isso, formando-se uma cadeia de trocas mútuas, que permitiam que certos alimentos compusessem a dieta cotidiana, como por exemplo, o porco, o salaminho.

Se as dificuldades alimentares não podem ser estendidas a todos aqueles que acabaram internados no Abrigo, a maioria passava por elas. Esse tipo de leitura também é extensiva às condições de moradia. Vadely, ao descrever sua morada na infância, sinalizou

---

<sup>286</sup> A crônica *Vida de bairro*, escrita por Moacyr de Oliveira, na seção *Bilhetes de Florianópolis*, publicada no jornal semanal *Resistência*, de 12/12/1956, comenta essa alimentação “característica” de pobres, mas pescadores, na capital, ao comparar a vida urbana e seus luxos, e a vida pobre do pescador, que se alimentaria pobremente com *pirão de peixe*.

o quão difícil foi esse período de sua vida, ao mesmo tempo em que comentou que apesar disso, sua mãe conduziu os filhos à criação, deu-lhes alguma condição, mesmo na pobreza.

A nossa casa não era de madeira, de material, era casa de barro, feita com aquelas palhas de esteira [...] nossa casa era toda assim, não tinha piso de madeira, não tinha nada, tudo no areião só, entendeu, mas graças a Deus, a mãe criou nós tudo, mas eu to aí, né.

A moradia da mãe de Walter, depois de um tempo, era própria, *ela que comprou*, o que ele considerou ser *um ponto positivo pra ela*, disse. Apesar disso, complementou que

Morávamos numa casa de madeira...Em casa dormíamos todos os irmãos no chão, na tarimba como se chamava, saco de aniagem, que se tinha naquela época...não tínhamos chuveiro em casa, água corrente.

A moradia num porão, por ser pequeno, foi um dos argumentos, além de considerar o ambiente como de *perversão e amoralidade*, do Juiz de Menores Severino Pedrosa, para declarar abandonados os cinco filhos de José, que vivia também *amasiado* e trabalhava como *sapateiro*.<sup>287</sup>

Arlindo Nelson comentou que a moradia na qual ele e sua mãe viviam, era servida por água. Para as classes pobres, em Florianópolis, nesse período, tal serviço era um “privilégio”. Dentre os depoentes, ele foi o único que mencionou ter isso, além de ser uma *casa de dois pisos e sacada*, disse. Apesar disso, a carestia era expressada pelo uso que se dava a alguns objetos da residência. Ele falou que o fogão de seu lar era abastecido por lenha comprada em *achas, feixes de lenha*, no cais próximo da morada, quando então mencionou a invenção adotada, à falta de dinheiro para partes da casa:

Uma coisa que eu sempre comento com os amigos. Essa casa era de madeira. Aí tinha porta, banco, cadeira. Às vezes, a gente não tinha dinheiro pra comprar o feixe de lenha, a minha mãe mandava – ah, quebra a porta, quebra essa janela, bota essa janela no fogo, depois eu ponho a outra –, sempre quebrava uma cadeira, um banquinho, enfim, um utensílio de casa pra poder fazer o café, a lingüiça, o que tinha que fazer.

A utilização desse recurso alternativo gerador de fogo, podia ser um indício da situação econômica ainda mais periclitante pela qual a sua família circunstancialmente passava. O auto-consumo de partes da casa em que viviam, redefinia a funcionalidade para a porta, a janela, o banco, que sob o calor das chamas, esquentava a comida, indicando a prioridade da alimentação nessa experiência.

<sup>287</sup> Of. n.399 do Juízo de Menores à Secretaria da Just., Educ. e Saúde, em que solicitava a internação dos rapazes, que haviam sido considerados abandonados na certidão de sentença de abandono do proc. n.2251 de 21/4/1949. APESC.

O tipo e a composição da vestimenta também sinalizavam que alguns despojos na cidade cambiavam de finalidade depois de esgotada sua utilidade inicial. Isso foi o que sugeriu Arlindo Nelson, ao comentar sobre as roupas que vestiu antes do Abrigo.

(Arlindo): Roupinha, nós ganhava, Edu. Em casa, a mãe pegava esses sacos de trigo, fazia uma calça, faziam uma calcinha pura, aquela calcinha curta; camisinha, camisa de vestir; cueca eu não usava. Era coisinha simples, muito simples, muito simples [...] Pé descalço!

(Eu): E no inverno?

(Arlindo): A mãe sempre dava um jeito, cobertor, sempre agasalhava, né. Criança não passa frio, né, criança não sente frio.

A luta pela sobrevivência ou pela busca de condições melhores ou menos difíceis de vida, por vezes explicitava relações sociais pontuadas pela contradição. Novamente a experiência familiar de Arlindo Nelson sugeriu esse aspecto, ao descrever o trabalho desenvolvido por sua mãe.

Minha mãe [...] lavava roupa pra fora [...] em casa mesmo [...] lavava pra várias pessoas aqui da cidade...antes de trabalhar no Hospital de Guarnição de Florianópolis. Me lembro bem que ela foi trabalhar na lavanderia do Hospital e logo em seguida eu fui pro Abrigo.

O pagamento pela lavagem das roupas de fora, que pela mão da mulher-mãe-trabalhadora, ficavam limpas, revertiam como retribuição ao serviço em parques metais, que, pelo baixo valor, ficava difícil comprarem roupas para a família. A farinha do saco fazia o pão. Do saco de farinha vazio, compunha-se a roupa, que agasalhava Arlindo.

As formas de tentar suprir as necessidades indispensáveis à sobrevivência das pessoas da família, em diversos casos envolvia todo seus membros. Em outros momentos, recaía apenas sobre algumas pessoas, como a mãe, por exemplo. Os significados atribuídos pelos depoentes a essas experiências foram diversos. A participação deles nem sempre era direta com um trabalho remunerado. Às vezes, era um auxílio em casa, por exemplo. Um pouco dessa diversidade é exposta abaixo.

Na roça onde viveu Arlindo Beckhauser, *era todo mundo trabalhando, agricultor*, disse. Esse aspecto foi caracterizado um pouco acima, a respeito do trato alimentar de sua família. Entretanto, a participação dele nesse processo produtivo, não foi mencionada, o que passa a ser feito agora, através do relato dele sobre o tema:

Tinha aquele negócio que tu faz, as coisas de criança né, que eu era pequeno. Nessa lida eu puxava os bois, dava boi daqui, traz dali [...] também tinha as tarefas, né. Aprendemos a criação, cortar cana, carregar, ajudar na lenha; água tinha que puxar longe [...] nós ia pescar pra ajudar em casa [...] minha tarefa era mais pra ajudar, né, ia levar o almoço, café na roça, porque era muito longe...ficava o dia todo na roça, voltava de noite, tomar as refeição em casa ficava (difícil) [...] E o tempo de chuva, às vezes dá aquele mês de março, que chove, né, aí tinha outras coisas pra fazer, roçar pasto, arrancar mata, pasto, debulhar milho, né...esperava eles moer e já trazia de tardezinha a farinha quentinha pra casa, nas costas, pra fazer o pão de milho.

Outro que também teve passagens de trabalho na roça, foi Adilson, durante o tempo em que conviveu com os tios. Sobre isso, comentou que passou por um primeiro estranhamento com o tipo de vida levado na comunidade e na roça dos parentes, isso porque antes ele residia em Florianópolis. Relatou a respeito:

Em Mirim [...] o mundo é diferente, mundo fechado, comunidade pequena, sítio mesmo...o pessoal vivia em função da agricultura e farinha...eles tinham engenho grande de cana-de-açúcar, de farinha...Lá, eu participei de todo o processo de farinha...da pesca; gado, tirar leite de manhã, essas coisas.

Experiência passageira da roça teve Moisés quando conviveu com seu tio e não gostou do regime a que foi submetido, que envolvia, entre outras coisas, o trabalho de ajudar na roça cortando lenha. Arlindo Nelson, quando visitava seus avós, também era posto a ajudar nas lidas da plantação, como já visto.

Claudionor mencionou que teve algum aprendizado na criação de animais, no período em que conviveu com seu pai

Eu tinha nascido numa área beira-mar, então eu sabia pescar, tinha tradição, meu pai fazia muito isso [...] a gente tinha criação...muita cabra, coelho [...] matava porco, cabra, pra festa, aquele negócio todo.

Num outro aspecto, Claudionor destacou as atividades profissionais que seus pais e avós desenvolveram, dizendo que

A minha avó era parteira no município (Biguaçu); a maioria das pessoas vieram ao mundo pela mão da minha avó [...] o meu pai tinha uma profissão muito boa, ele [...] tava no exército, quando casou veio trabalhar na polícia militar na delegacia de Biguaçu (era policial militar) [...] o pai dele era mestre de obras, falecido Zé Augustinho, o velho mestre...ele que construiu aquelas baias no exército, antigo 14 BC [...] a maioria daquelas igrejas na Tijuquinhas, Tijucas foram construídas pelo meu avô, na ilha também, nos Ingleses [...] a minha mãe trabalhava na fábrica Da Wilme...fazia frutos do mar (até ser demitida, quando) passou a dar aula (de) crivo [...] foi trabalhar em uma churrascaria, São Miguel, que ainda tem lá.

Ao lembrar dos trabalhos de seus parentes, Claudionor atribuiu aos feitos do avô nas construções, da avó no ato de auxiliar a vinda ao mundo de pessoas, dos pais nos seus trabalhos, significados que reconhecem aspectos positivos à sua história familiar, vinculada à uma trajetória de trabalhadores que lutaram para construir suas vidas e que deixaram marcas e registros no ambiente social, que para ele é importante apresentar.

Essa postura chama a atenção, pois Claudionor reivindicou a identificação da participação dos seus parentes na história social do lugar em que viveram. Esse aspecto deve ser estendido a toda a participação popular na construção do social, que muitas das vezes fica obscurecida, escondida atrás de “grandes feitos”, de “figuras ilustres”, sugerindo que aqueles que não atingiram esse patamar de reconhecimento público, não existiram.

Pelo contrário, a fala de Claudionor sugere a dignidade que se deve reconhecer às trajetórias das pessoas “comuns”, que não só participam da história, como a constroem.<sup>288</sup>

Os esforços da mulher-mãe-trabalhadora em tentar proporcionar melhores condições aos filhos, foi relatado por Walter: *mãe lavadeira, ou, quando tinha emprego, cozinheira. Fazia das tripas aos corações – como a gente fala – pra poder nos manter.*

Na luta pela sobrevivência, a ação da mulher-mãe era manifesto, embora o êxito nunca fosse definitivo. A baixa remuneração forçou a que a mãe de Walter buscasse o auxílio de parentes, entregando-lhes alguns dos filhos e depois buscando o Abrigo para ele. As alternativas acessadas não foram feitas sem influenciar a sensibilidade de sua mãe. Walter percebia manifestações disso, e relatou

Lembro-me que várias vezes a gente pegava a minha mãe chorando; não sabia se tava chorando por causa dos filhos (entregues a parentes), ou porque não tinha condição de nos sustentar, porque pai não tínhamos. Pai desapareceu.

Essa atividade de lavar roupa também era umas das formas da mãe de Valmir obter rendimento, que ainda recebia uma pequena *pensão* pela morte do esposo. Ambas eram utilizadas para *manter um pouquinho*, disse ele, entretanto *a dificuldade era grande para manter os dois velhinhos mais três filhos.*

O modo de vida e a omissão na tentativa de oferecer condições mais dignas à família pelo pai de Vadely, foi recordado por este como uma passagem muito triste de sua vida, provocando-lhe inclusive o choro.

Olha, eu vou dizer pra ti, eu não gosto de falar na minha mãe porque eu tenho revolta com a minha mãe, eu tenho conflito, não é de agora, é de muitos anos, eu carrego esse tipo de raiva junto comigo, então isso aí foi uma dor de cabeça pra cuidar de nós, meu pai virou num pé de cana, bebia dia e noite...  
(Eu): Se o Sr. não quiser...

Neste momento, paralisei a gravação, pois Vadely despencou em choro, dando um indicativo da intensidade da experiência vivida durante a infância e naquele momento rememorada. Essa situação foi-me muito desconcertante, posto que nenhum dos outros dez depoentes com quem já havia realizado entrevista, teve reação semelhante. Em função

---

<sup>288</sup> Grossman, partindo da reflexão sobre os trabalhos da Comissão Verdade e Reconciliação na África do Sul, que tinha por escopo *investigar as flagrantes violações dos direitos humanos durante o apartheid*, percebeu que milhares de pessoas, participantes da luta e da resistência ao regime do apartheid, ficaram afastadas dessa “memória pública”, pois, disse ele, *estão sendo silenciados por uma nova visão oficial da história que na melhor das hipóteses, obscurece a contribuição que deram à luta*, pois eram apresentadas como *vítimas*, não como *atores sociais*. Continuou afirmando que: *mais uma vez uma visão autoritária da história, na qual a ação das massas torna-se o pano de fundo contra qual indivíduos famosos são iluminados como construtores da história. Em contrapartida as ações empreendidas pelos simples “atiradores-de-pedra” são denegridas e lançadas na sombra, negando-se o fato de que eles também fizeram história.* Cf. GROSSMAN, Jonathan. Violência e silêncio: reescrevendo o futuro. *História oral*, n.3, jun., p.12,18,19, 2000.

disso, optei por desligar o gravador e só tornei a ligá-lo quando fui autorizado pelo depoente.

A respeito da revolta que Vadely falou sentir pela mãe, o significado atribuído pareceu-me que não foi tanto por uma possível falta de empenho dela para com os filhos, pois ele manifestou em outros momentos da sua entrevista, carinho e reconhecimento a ela, como já mencionado. *Graças a deus a mãe criou nós tudo*. O tom da sua fala sugere que a contrariedade existia pela permanência da sua mãe em conviver com seu pai. Disse Vadely

Meu pai nunca levou nada pra dentro de casa. Ele tinha muito terreno, mas não aplicou nada na terra, pra plantar feijão, aipim, batata-doce ou uma couve, nunca plantou nada. O único que ele tinha lá era um varal de banana, mas aquilo ali é uma coisa comum que plantou ali, colhe todo o ano, né, mas assim, produto, carne, galinha, essas coisas assim, ele não comprava nada pra casa, entendeu.

A imobilidade de seu pai e as privações que ele impunha aos de casa foi objeto da censura de Vadely. Por outro lado, reconheceu nas suas irmãs o empenho em tentar garantir a subsistência da família.

A minha irmã, trabalhava o dia todo na roça, trabalhava por dia na roça, na casa dos outros, pra ganhar o leite de vaca e ganhar farinha e feijão pra comer todo dia...aquela época era sufoco.

Situação em alguma medida semelhante a essa foi aquela que motivou a que o Juiz de Menores Reinaldo Rodrigues Alves declarasse abandonado o jovem Juliano, internando-o no Abrigo, conforme as justificativas da sentença de abandono nestes termos:

...a mãe...se vê obrigada a socorrer-se de seus vizinhos e trabalhar a fim de manter-se e a sua família, pois seu marido que é dado ao vício da bebida, além de ser elemento violento, não trabalha.<sup>289</sup>

A sobrevivência de Dona Ester, mãe de Arlindo Beckhauser, em Florianópolis, era garantida pelos poucos salários que recebia pelo trabalho como doméstica e pela moradia num pequeno quarto na casa dos seus patrões. Ela participou da entrevista que foi gravada com seu filho, comentando que depois de estabilizada na capital, pois vinha do interior, buscou uma alternativa para se aproximar dos seus pequenos Arlindo e um filho mais novo.

Assim, trouxe junto de si, com a autorização dos patrões, o mais novo, com o qual conviveu num quarto da casa em que trabalhava, por cinco anos. Depois os patrões arrumaram uma vaga para o rapaz no Abrigo.

Um tempo depois, foi a vez de Arlindo vir para o Abrigo. No entanto, parece que ele foi internado direto ou então passou pouco tempo junto da mãe na casa dos patrões.

<sup>289</sup> Pront. n.1427 conforme a Certidão de Sentença de Abandono proc.6.244, de 25/6/1970. ACEDOCAM.

Contudo, quando Dona Ester narrava a relação do seu trabalho com a internação de seu filho mais moço, acentuando o seu olhar como mãe-trabalhadora, com má remuneração e poucas possibilidades e alternativas para ficar convivendo com seus filhos, Arlindo Beckhauser contrapôs a sua visão sobre o assunto de modo muito sucinto, mas que expôs a existência de diversos olhares sobre experiências que são compartilhadas em posições diferentes, ele como filho que foi Abrigado, à semelhança de seu irmão (objeto do relato), e Dona Ester, como mãe, que procurou colocar seus filhos no Abrigo para tê-los mais perto e muito provavelmente buscar oferecer dentro das suas limitações e possibilidades, oportunidades diferentes daquelas disponíveis em Armazém. Assim relatou:

Ele (o filho mais novo) morava comigo. Acertemos com os patrões até quando ele veio pro Educandário. Cinco anos ele morou comigo. Depois é que eu trabalhava [...] como doméstica [...] era mais difícil pra ficar comigo, porque eu não tinha casa, né, a gente quando tem casa é mais fácil do que quando não tem, né? No fim ele não deu mais pra ficar comigo, eu morava no serviço.

Foi indagada se os patrões não deixavam ela morar com os filhos. Respondeu:

(Dona Ester): Não, eles deixavam, tanto é que ficou comigo até, daí, mas o espaço era pequeno, onde eu tava com ele, o espaço era muito pequeno, pra ele brincar, pra ele né, ele tava crescendo.

À resposta da mãe, Arlindo destilou sua crítica, dizendo: *Ele tinha que dividir com o cachorro deles, entendesse.*

Diante dessa fala, a mãe buscou temporizar e ressaltar o que no seu entendimento foi realizado de positivo pelo patrão na situação. Comentou:

(Dona Ester): Aí é aquela coisa, né? Aí o meu patrão arrumou pra ele ir pro Educandário, porque naquela época era muito difícil arranjar uma vaga.

Caso semelhante envolveu o pequeno Lúcio e sua mãe, residentes em Caçador (SC), em que a necessidade de trabalhar em “casa de família”, forçava ela a residir na casa dos patrões. Não tinha recursos para alugar uma casa. Por consequência, tinha de deixar o seu filho em outra família. Por isso, Lúcio foi encaminhado ao Abrigo. As razões do Juiz de Direito, Francisco Oliveira, sugerem as contingências que envolviam mãe e filho.

[...] O menor Lúcio, mui embora com boa formação moral e sem encontrar-se corrompido pelos costumes, pois foi recolhido a uma casa de família idônea, encontra-se abandonado por não poder a sua genitora, que é empregada doméstica, sem lar próprio, dar-lhe alimentos e sobretudo constante assistência moral...ficou plenamente esclarecida a situação de Lúcio, que nada mais é do que um órfão com mãe viva<sup>290</sup>

Em outra situação, a opção pelo trabalho remunerado como forma de garantia da subsistência, forçava a mãe a ter de se adequar às exigências dos contratantes, buscando então, uma alternativa em que pudesse colocar o seu filho. Assim ponderou o Juiz:

<sup>290</sup> Pront. n.594, Certidão de Sentença de Abandono proc. s.n., de 02/3/1953. ACEDOCAM.

Angela não dispõem dos necessários recursos para se manter e prestar a necessária assistência a seu filho, material e moral, constituindo, mesmo, o menor, um obstáculo a que a mesma se mantenha nos empregos que consegue, em casas de família.(o menino foi internado no Abrigo)<sup>291</sup>

Não só os adultos trabalhavam na busca pela manutenção dos de casa. As crianças também colaboravam para esse desiderato, quer através do trabalho remunerado, quer através de pequenos serviços. Algumas experiências relacionadas a isso já foram mencionadas. Outras passam a ser citadas, acontecidas no ambiente da cidade de Florianópolis especialmente, mas tais práticas obviamente não se restringiram apenas a pessoas residentes nesse local.

A forma de auxílio à sobrevivência, lembrada por Moisés, esteve relacionada à prática dele ir junto com seus irmãos buscar leite no centro de Florianópolis, isso porque sua mãe geralmente trabalhava fora, em “casa de família”. Narrou ele:

Eu até já vinha no centro com a minha irmã, de ônibus...eu andava sozinho de ônibus, ia muito no Departamento de Saúde [...] só ia na cidade quando ia no Departamento de Saúde [...] tinha que ir pra pegar leite, naquela época distribuíam leite pra's pessoas, não tinha tanta burocracia como era hoje pra pegar alguma coisa; mas eu vinha aqui no Departamento de Saúde, na saída da ponte Hercílio Luz, pra pegar leite com aquele meu irmão que era menorzinho.

Apesar da carestia, o pequeno benefício entregue pelo Estado foi lembrado como de fácil acesso. Além disso, serviu de suporte para a rememoração de sua incipiente descoberta da cidade, que para ele era estranha, pois antes morava em Três Riachos (Biguaçu), que *naquela época não tinha nada, quando passava um carro era uma festa, moto era outra festa, um ônibus era outra festa*, afirmou.

A ida à venda para sua mãe e também, *quando a venda era longe, para as vizinhas*, foi como Arlindo Nelson rememorou a sua forma de ajudar em casa. Falou entrementes que, apesar de não ter  *muito iniciativa pra vender, muita tendência pra comércio*, seus *amiguinhos se viravam, vendiam amendoim, vendiam cocada, pastel*, no centro da cidade, na Praça 15 de Novembro.

Para Carlos, a lembrança de práticas cotidianas realizadas no funcionamento de sua casa, realçaram a importância da criança, sugerindo uma “divisão do trabalho” no lar ao responder-me se ajudava em casa:

Ah, ajudava muito. Ajudava pegar água...tinha uma bica perto de casa, mas ficava longe, então você pegava aquele pote, botava nas costas, e ia buscar lá na fonte, dentro do mato, não tinha água de torneira [...] Naquele tempo não tinha botijão de gás, era a base daquele fogão à lenha. A minha vó chegava pra mim e falava assim: “ô, vocês querem comer, então vai pro mato pegar lenha”. Ai nós ia pro mato pegar gravetos, fazer fogo pra comer, não era fácil...o cara tinha que batalhar muito, tinha que lutar [...] capinava, varria.

<sup>291</sup> Of. s.n. do Juízo de Menores à Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde, conforme a Certidão de Sentença de Abandono do proc.2403 de 20/8/1949. APESC.

As atividades de trabalho que traziam algum benefício à família ou ao próprio sujeito, foram narradas por Walter, ao comentar a busca de sobras de comida e a alimentação que recebera no trabalho da reforma do campo da Escola de Aprendizes Marinheiros. Além dessas, disse ainda que vendia pela rua alguns produtos, acompanhado por outros rapazes: *Nós tínhamos amizade com a rapaziada, vendíamos banana recheada, torrãozinho, bala queimada, de um lado pra outro.*

Carlos falou que também laborava na rua, acrescentando as estratégias que utilizava na execução de seu ofício.

Fui jornalista [...] vendi o Diário da Tarde em frente à Catedral<sup>292</sup>, ali tem uns pinheiros, eu botava os jornais ali, ficava sentadinho no lado e ficava gritando “Diário, Diário da Tarde”. Vendia também na cidade, nos prédios, chegava lá, apitava o negocinho e dava pro freguês. Vendi muito jornal...ia batalhando.

O exercício da venda do jornal passava pela ocupação de “pontos estratégicos”, assim como pela circulação por ruas, percorrendo casas e prédios atrás de fregueses aptos a exercitarem a leitura de texto gráfico. Carlos-jornaleiro participava desse modo da cidade difusora de comunicação e representações, também formadora e reprodutora de sensibilidades e de conceitos/preconceitos, legitimadora de posições políticas e sociais. A voz que vendia o jornal participava da propagação da voz que o jornal trazia impresso.

Ao lado disso, o trabalho infantil era objeto de atenção do Juízo de Menores, que buscava regulamentá-lo, com a finalidade de “evitar exploração” e controlar aqueles jovens. Por isso, para poderem trabalhar, tinham que ter autorização. Assim, no ano de 1936, foram emitidas

324 carteiras de identidade profissional, aos menores entre 14 e 18 anos: comerciários, 99; vendedores ambulantes 74; vendedores de jornais, 53; e outras profissões, 98.<sup>293</sup>

Até o ano de 1943 o Juízo de Menores da Capital registrou um total de

1.709 cadernetas a outros tantos menores que desejavam empregar suas atividades nas profissões regulamentadas pela legislação trabalhista,<sup>294</sup> apesar de não especificar, como em 1936, para quais atividades efetivamente foram emitidas autorizações.

<sup>292</sup> A Catedral ficava num dos lados da praça 15 de novembro, considerada a praça central de Florianópolis, que tinha num outro lado a sede do Governo Estadual, a casa Rosada catarinense, que hoje, serve como Museu e sede do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina.

<sup>293</sup> ESTADO DE SANTA CATARINA. *Relatório dos trabalhos do Juízo de Menores da comarca da capital durante o ano de 1936, apresentado ao Exmo. Snr. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça pelo Dr. Hercílio João Medeiros*. Florianópolis: Imprensa oficial, 1937, p.19. ANUCA.

<sup>294</sup> PEDROSA, Alves. Ação social do Juízo de Menores: palestra proferida no Rotary Club de Florianópolis. In. IDEM. *Assistência social do Juízo de Menores em Santa Catarina*. Florianópolis: Departamento estadual de imprensa e propaganda, 1943, p.30. Cabe dizer que nos relatórios pesquisados do Juízo de Menores da década de 1950 e 1960 não consta menção sobre a autorização de “menores” para exercerem profissões. Isso parece que se deve à legislação trabalhista que transferiu para o Ministério do Trabalho e suas Delegacias Regionais a competência para a execução da emissão de autorizações bem como da fiscalização.

Ao problematizar o trabalho infantil no início do século XX, nas fábricas e indústrias de São Paulo, Moura apresentou as resistências das crianças às regras de trabalho; destacou o viés exploratório do uso dessa mão de obra pelos empresários; e, identificou outras atividades que os meninos e as meninas, filhos de famílias pobres, realizavam pelas ruas de São Paulo, como *pequenos biscates, engraxates, vendedores de jornais, serventes de pedreiro*, além de pequenos atos ilícitos, que geravam nos *jornais da época* “fartas” *matérias sobre as molecagens dos menores*, criticando o *contato pernicioso das ruas*, para os quais, o *trabalho “disciplinado”* era enaltecido, *enquanto instrumento que permitiria, fornecendo-lhes uma profissão, resgatá-los e preservá-los das ruas*.<sup>295</sup>

Assim, se no capítulo anterior foram apresentadas matérias de jornais que desqualificavam certos trabalhos infantis, como aquele de venda de amendoins ao redor da praça 15 de novembro, solicitando inclusive que fossem retirados daquele local<sup>296</sup>, é necessário que se matize isso um pouco e se perceba que havia, por outro lado, uma “ética do labor”, que valorizava a atividade produtiva relacionada a uma forma de trabalho lícita. A atitude do Juízo ia nessa direção. Até mesmo nos jornais do período foi possível observar manifestações disso.

A CASA DO PEQUENO JORNALEIRO [...] Os meninos, que durante o trabalho vestem uniforme fornecido pela instituição, são agora disciplinados e ordeiros, seguindo os ensinamentos que lhes são dados até para oferecimento do jornal que vendem, que decerto prestigia a instituição.<sup>297</sup>

Parece que trabalhar disciplinadamente, passível de ser identificado pelo uniforme, com trato educado no momento de negociação, poderia ser objeto de aprovação e elogio. Mas isso não era exigido em todas as circunstâncias...

Diz o ditado ‘é de pequeno que se torce o pepino’ e o garoto que ilustra a seção de hoje, é a imagem viva da afirmação. De uma vivacidade extraordinariamente precoce, é encontrado pelas ruas da capital, ganhando honestamente para a subsistência. Camelô, não escolhe artigos especiais – qualquer um lhe serve –, porque sabi que o dinheiro se ganha, quando se tem vontade e disposição para trabalhar. E na vozinha fina, fraca, insinuante, que não convence mas vende (mais por espírito de solidariedade, sic.) êle vai dando exemplo de que a mendicância em nossa capital, é fruto de malandragem, e da grossa. Porque infelizmente, a mentalidade do pedinte é oposta inteiramente à do garoto. Para o menino o trabalho dignifica. Para os pedintes (a maioria malandros, sic.) “o trabalho cansa”.<sup>298</sup>

Esse texto tinha por objetivo criticar aqueles adultos que, ao invés de trabalhar, apenas mendigavam. Para essa finalidade, utilizou o trabalho da criança de exemplo de

<sup>295</sup> MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del(org.). *História das crianças no Brasil*. –2ªed.– São Paulo: Contexto, 2000, p.275, 276.

<sup>296</sup> Ver: MELO, Osvaldo. Operação de ajuda à capital. *O Estado*, p.02, 31/7/1960. BPESC.

<sup>297</sup> A casa do pequeno jornaleiro. *O Estado*, p.7, 28/7/1961. BPESC.

<sup>298</sup> Seção Objetiva em Ação. *A Verdade*, p.01, 21/11/1956. BPESC.

como se deveria garantir a sobrevivência dignamente. Importa também se perceber que, para os adultos, o estar na rua a partir da condição infantil, por si só não constituía uma percepção de problema, incômodo, impertinência.

Por outro lado, o uso da rua ou dos espaços para além das delimitações da moradia pelos rapazes, misturava a luta pela sobrevivência, o estabelecimento de relações de sociabilidades com pessoas de faixa etária próxima, a brincadeira, o divertimento, mistura essa que ia compondo uma diversidade que dava àquele contexto a dimensão plural dos modos de se viver a infância e de se fazer infantil, e mais, essa infância era constituinte daquele social e não era só construída pelos projetos e intenções dos adultos.

Para Carlos, práticas infantis ajudaram a estabelecer paralelos entre o passado e o presente da cidade de Florianópolis, através dos quais ressaltou modos de se brincar.

Eu morava lá em cima na Caixa d'Água, na penúltima casa, longe mesmo...tu vinha à noite pro centro, subia o morro tranquilo...não tinha carro, não tinha nada, só tinha mato, era tudo beleza, não tinha droga, arma, andava na rua, era bom, tu brincavas, sem maldade [...] Brincadeira de pegar; de esconde-esconde; bolinha de vidro, de gude, aquele vício [...] Soltar pipa também; eu ia com pipa e com linha, só voltava com a linha, porque a pipa enrolava naquele mato [...] mas era legal, cara, naquele tempo era bom [...] caçava passarinho [...] saía da Caixa d'Água, passava lá por cima, e vinha caçar tico-tico.

Ao comentar o crescimento da cidade, a ocupação dos morros e a concentração urbana nas imediações da região central de Florianópolis, não observável no seu período de infância, comentou que: *hoje tá tudo emendado, Serrinha emendou com Caiera, assim de casa, (antes) não tinha nada.*

Se a capital antes tinha uma outra conformação, inclusive no perímetro central, e nos seus arrabaldes contendo pequenos sítios, chácaras, elas também compuseram as vivências de algumas crianças, como de Vilmar que ao comentar sobre como teria sido sua infância antes do Abrigo, mencionou que

Naquela época a gente era guri, daquele que fazia muita, é, gravidade, mas pra nós não era. Era invasão de terreno, mexer nas fruta, apanhar goiaba, pitanga, jabuticaba. Tinha uma casa aqui atrás da leiteria, muita fruta, era dotô Mesquita, Coronel do Exército, e a gente sempre que podia ia lá no quintal dele tirar umas frutinha...

e esse adentrar em território oficialmente alheio, para alguns podia ser divertimento com sabor de transgressão, para outros violação de propriedade, motivando respostas que temperavam ainda mais a experiência, como uma aventura compartilhada, isso porque, conforme relatou Vilmar,

...muitas vezes, a gente dançava porque ele não gostava, ele pegava a gurizada trepada (nas árvores), dava tiro de sal na gurizada, mesmo, e saía todo mundo correndo.

Além dessas peripécias, o ser guri como ele disse, envolvia outras práticas em comum com outros meninos, nas quais espaços públicos eram “apropriados” para o divertimento e sociabilidade...

Quando criança, até os oito anos (idade da internação no Abrigo) [...] nossa diversão era brincar na praia; tinha o Hospital São Sebastião, em frente tinha o pastinho, na pracinha, que a gente batia bola todo dia; também jogava banco; tinha os trapiche ali na praia que a gente brincava, mergulhava; tinha uma asa que a gente mergulhava lá de cima; tinha umas três pedra lá fora, também, que a gente também ia lá brincar; e, nossa infância foi essa aí, jogando bola e brincando.

Ser gente guri era compartilhar com semelhantes as condições e práticas de vidas próximas e em alguma medida comuns. Considerar-se como guri parece estabelecer um critério de reconhecimento próprio, mas também coletivo. Fala-se de si, mas também dos outros e talvez o que seja mais importante, era-se guri com os outros. Nesse aspecto, em algumas falas, Arlindo Nelson manifestou a participação do plural, do coletivo, na constituição de sua infância, na qual também a presença do mar se fez especial e através dele relatou a sua experiência de viver, descobrir e circular pela cidade de Florianópolis.

Reuníamos a gurizada pequena e ia tudo tomar banho pelado ali onde hoje tem a Beira-Mar sul [...] hoje tem o Centro-Sul<sup>299</sup>, ali era tudo mar [...] não tinha aquilo, ali era um cais, bem retirado, parava barcos pra descarregar madeira, lenha. Os maiores, volta e meia, escondiam a nossa roupa e nós tinha que ir pra casa pelado, nós sofria a beça nisso aí, e a vidinha de pequeno praticamente era isso.

De um extremo a outro dessa região, no entorno do centro de Florianópolis, crianças como Arlindo Nelson andavam vestidos simplesmente atrás de lugares para, entre outras coisa, se banhar

Nós tomava banho onde hoje é Beira-Mar norte; ali era a praia de Fora; tinha umas casinhas pequeninhas ali; ali tinha uma praia tão gostosa, agüinha limpinha, paradinha...Ali nós também tomava banho pelado quando era garoto, era uma praia excelente, acabaram.

E, nesse exercício de rememoração, foi-lhe possível falar das modificações que a cidade passou, soterrando espaços que agora só existem em relatos ou na memória de pessoas como ele

Onde tem a Beira-Mar norte foi aterrado agora [...] mas ali, bem onde tão instalados os prédios, batia água debaixo dos prédios, era praiazinha...jamais ia imaginar que iria valorizar como valorizou, mesmo naquela época.

Outro que falou de um passado vivido nessa região central, vinculado ao banho de mar e à “reunião” com outros rapazes, foi Carlos, no momento em que eu lhe propus o tema

(Eu): O Sr. chegava a frequentar o mar nessa época?

<sup>299</sup> O Centro-Sul é um empreendimento construído em grandes proporções, destinado a feiras e exposições.

(Carlos): Ah, bastante, muito. Isso aqui era tudo banhado, muitas vezes banhado à mar, tudo água. Então, tu juntava aí quatro, cinco e já ia mergulhando, já tomava banho ali mesmo.

Continuou explicitando que lugares eram esses “ali”...

No lado da capitania tinha uma praia. Ali era tudo cheio de praia até eu chegar no Mercado, depois não tinha mais; depois, um pouquinho pra lá do Mercado tinha mais praia, até lá embaixo tinha. Ali onde era o Aldo Luz e Martinelli<sup>300</sup>, então tinha aquela rampinha pros barcos subir, aí o cara aproveitava aquela rampa e já mergulhava por ali mesmo, legal. Puxa, muito banho eu tomei.

Na região central ainda muito próximo da catedral e do Palácio do Governador, os jornais mencionavam, como visto no capítulo 1º, a presença de crianças exercitando as mais diversas atividades. Por vezes, tais condutas eram censuradas e vistas como incômodas pelos adultos. Para as crianças pobres, entretanto, esse espaço era reconhecido como um lugar de encontro, de sociabilidade, de diversão e de trabalho.

Pesquisando as tentativas de controle e disciplinarização, dirigidas aos sujeitos considerados *mendigos, moleques e vadios*, em Salvador no XIX, Fraga Filho descortinou um emaranhado de estratégias desses *mendigos e moleques*, principalmente, na busca pela sobrevivência, no ambiente de Salvador. Dentro do qual, a ocupação de determinados pontos da cidade, sobretudo locais de maior concentração de pessoas no dia-a-dia, ou eventualmente em procissões, potencializava o êxito de tais iniciativas<sup>301</sup>. Falou ainda que:

muitos desses menores estavam ligados a algum ofício, mas com frequência conseguiam impor o próprio ritmo de trabalho, alternando obrigações com as aventuras que a rua oferecia a cada momento<sup>302</sup>

sendo a área central ponto comum de encontro de *menores* que ali se divertiam e faziam

travessuras, jogavam pedras, invadiam pomares dos sobrados em buscas de frutas, formavam rodas de jogos nos recantos das ruas, batucavam, faziam algazarras nas fontes e praias.<sup>303</sup>

Em novembro de 1854, observou Fraga Filho, o *Chefe de Polícia prendeu oito deles, dos quais três estavam tomando banho na praia da Preguiça em completa nudez*<sup>304</sup>.

Em Florianópolis, esses pontos de encontro da gurizada também existem, como já foi relatado. Apresento um mapa da cidade na década de 1950 para visualização disso.

<sup>300</sup> Clubes de Remo que se tornaram tradicionais na cidade, ainda existentes. Com o aterramento, eles foram realocados, ainda na região central, mas para o novo limite entre terra e mar, ao lado de uma das novas pontes que ligam Florianópolis ilhéu à continental e vice-versa. A documentação sugere que Aldo Luz, presidente do Clube de Remo Aldo Luz, foi o Advogado do Juízo de Menores da Comarca da Capital.

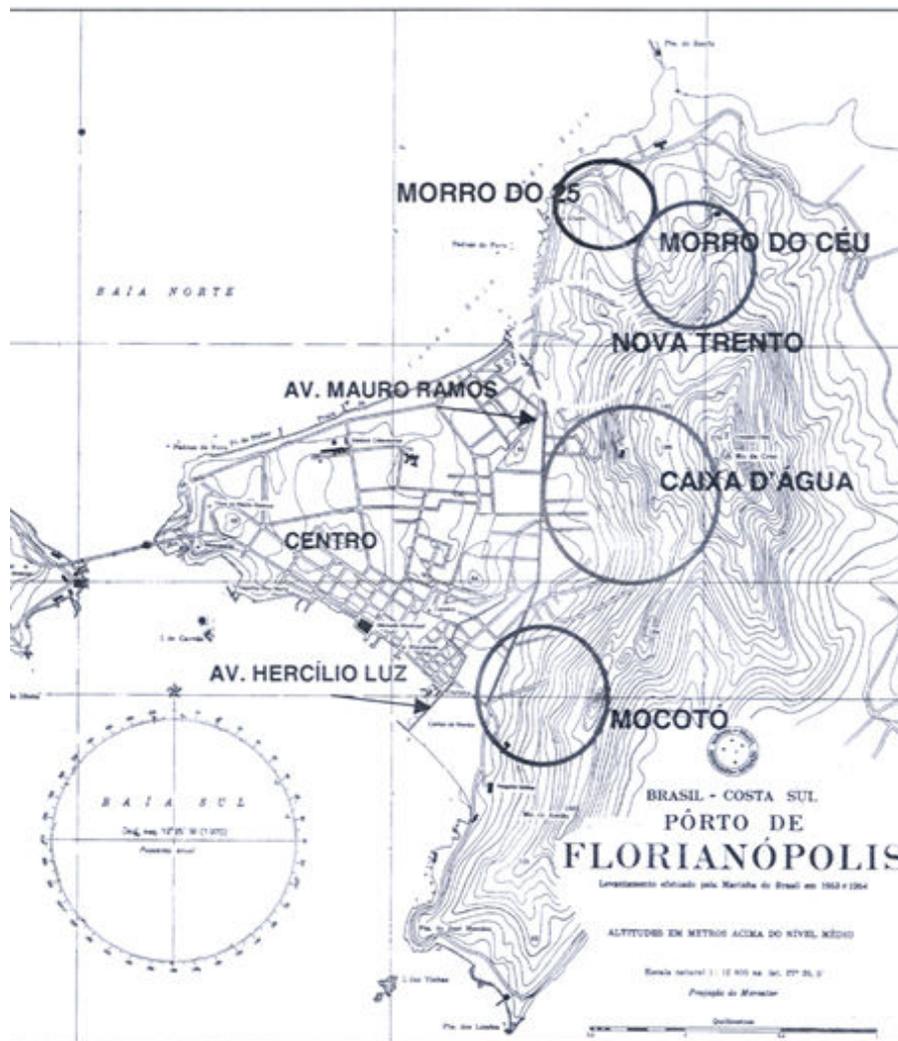
<sup>301</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios*. São Paulo, Salvador: Hucitec, Ed.Ufba, 1996, p.39, 43, 45, 48, 54, 111.

<sup>302</sup> IDEM. p.112.

<sup>303</sup> IDEM. p.113.

<sup>304</sup> IDEM, Ibidem.

Mapa 1: Localização da área central de Florianópolis  
 Fonte: Marinha do Brasil (com modificações)



(Fonte: AREND, Sílvia. *Op. cit.*, p.84)

Ainda ligado a área central, ressalto agora o aspecto da diversão, que apareceu em comum nas narrativas de Carlos e de Arlindo Nelson, a respeito do uso do Miramar por eles e seus companheiros.

O Miramar era uma construção que adentrava o mar, numa espécie de pear, coberta por telhas, com colunas de pedras, algumas mesas com bancos. Ficava em frente à praça XV de Novembro, central, e à frente da Igreja Matriz, no entorno da praça, ficava a sede do Governo do Estado. Tão significativo foi o Miramar na experiência de Arlindo Nelson que ele solicitou-me se podia falar no assunto.

Deixa um comentáriozinho. Em roda de amigos, a gente sempre comenta, a respeito do Miramar. O Miramar pra nós era uma festa. A gurizada se reunia ali, tomava banho de mar ali [...] alguns da nossa turma mergulhava no Miramar, não foi o meu caso, pra pegar moeda lá embaixo, que o pessoal jogava moeda, a água era bem limpa, eles mergulhavam lá embaixo e pegavam a moedinha, eu não era bom mergulhador...gostava de tomar meu banho, mas só aquele banhozinho de mar mesmo safadinho, no tempo da época.

Carlos também falou do Miramar, relacionando-o com o tempo em que o aterro naquele local não existia, tornando o banho ainda possível: *Tinha mar ali!... Pulava ali, mas era tudo cheio de escada.*

A ênfase na fala de Carlos sugere que ele quer afirmar a “verdade” do que está contando, porque, quem passa no local hoje, dificilmente poderia imaginar que ali algum dia teve mar, e muito menos de que ali crianças se jogavam ao mar, isso porque o aterro deve chegar a uns quinhentos metros adentro do mar, tomando por referência seu antigo limite.

Além disso, o lugar é hoje um mar de pedras de calçada sob o qual se construiu um “memorial”, em que apenas algumas colunas representariam o que foi aquele espaço. Apesar disso, crianças ainda brincam por ali, mas agora sem se molhar naquilo que poderia se chamar de Mirapedra.

O Mercado Público também era freqüentado por Arlindo Nelson e seu amigos.

Como guri eu freqüentava, rodava muito por lá. Lembro bem, ali no Mercado Público tinha o cais, onde parava os barcos de pesca. Nós íamos muito ali. Às vezes, a gente ganhava um peixinho dos caras que vinham de fora, entende, aquilo era festa pra gente também, e o pessoal limpava o peixe logo atrás do Mercado, a água batia ali.

Ao enfatizar esse modo dinâmico da vida infantil na cidade, Arlindo buscou interpretar essa experiência contraditando o estigma de delinqüente que se projetava (e ainda se projeta) à criança pobre que vivia parte do cotidiano utilizando-se do espaço da rua.

Vivia rodando com a gurizada – não era delinqüente, porque com 7 anos eu não acredito que chega a ser delinqüente –, mas antes de ir pro Abrigo a gente brincava, aprontava com a gurizada, fazia bastante coisa de criança pequena...a gente, juntava a molecada lá e ia fazer safadeza...jogar pedra em ônibus...não era pedra, era latinha que vem amarrada nas caixa...pegava aquela latinha, embrulhava bem e jogava nos ônibus, pra nós era uma farra...Naquele tempo o ônibus era à gasolina, daqueles bicudo.

Perto de sua casa, existia o Hospital de Caridade, que ficava em cima de um morro um tanto íngreme, e o declive que esse representava era mais um lugar para se brincar e hoje relembrar, como relatou Arlindo Nelson

Na frente do Hospital de Caridade tem uma pista...um gramado grande. Ali pra nós era uma festa, pegávamos essas palhas de coqueiro, corria lá de cima. A calça rasgava todinha, não tinha calça que agüentasse.

Se a diversão ajudou a lembrar de momentos alegres, o oposto também foi verdadeiro: *Chegava em casa com a bundinha de fora, o pau pegava, não aliviava,* comentou Arlindo.

A invenção de utilidades diferentes daquelas previstas pelos adultos às suas construções, também foi realizada por Miguel e seus amigos em relação às tubulações de água levantadas pelo Governo do Estado nos bairros continentais de Florianópolis, Capoeiras e Bom Abrigo. Assim ele relata:

Quando a gente ia pra escola, passava pela estrada normalmente, mas tinha um atalho que a gente pegava pra cortar caminho [...] aí a gente brincava, quer dizer, passava por cima daquele cano, ficava bem (alto)...é a adutora de água que vem de Santo Amaro...passava correndo em cima do cano, daqui a pouco um escorregava e ia lá embaixo, ê, aí era aquela coisa, pra trepar no cano de novo tinha que esperar ter uns lugarzinhos mais altos; a gente brincava muito, era ótimo ali.

Em suas reminiscências dessa fase infantil, Miguel ressaltou que a participação do outro – algum amigo – era fundamental, e caracterizou esse período como uma fase em que se *fazia muita arte*. Indaguei-lhe o sentido dessa resposta. Ele explicou:

Fazia arte, é, quebrando a cabeça de uns poucos!

(Eu): Ah?

(Miguel): Quebrei a cabeça de um amigo. Uma vez tava brincando de jogar pedra um no outro, uma hora bobeou, rapaz, bateu na cabeça. Olha, ele meteu a mão na cabeça, quando viu a mão vermelha assim, gritou: ‘ahhh, tu quebrou a minha cabeça’!

A essa brincadeira normalmente sem maior conseqüência, na lembrança dele justamente apareceu como interessante de narrar uma situação que se diferenciava do comum, dando uma certa emoção à sua experiência infantil. Nessa linha, Miguel contou um outro episódio no qual ele acabou por ser o prejudicado.

Uma vez um amigo meu foi cortar um pé de ameixa, tipo bambu, e bambu se corta enviesado, fica aquelas pontas, e vai lá ele cortando de machado, aí eu pensei: “ah, tu vais cortando que eu fico ali no pé”; quando a ameixeira estava quase caindo e começou a estralar – tcklerrek –, aí, eu queria cair fora, mas o pé de ameixa caiu bem encima do talo seco de bambu, e me espetou no traseiro; fiquei me torcendo todo; aquela dor; poxa, ele ria de se matar.

Contudo, a avaliação dele foi positiva desse período: *mas foi uma infância boa, fiz muitas estripulias quando era pequeno. Aí depois eu fui pra lá (Abrigo), né, acabou*, relatou, sinalizando um dos significados para ele desse encaminhamento à internação.

Se eu privilegiei, de maneira concentrada, a exposição das brincadeiras na infância a partir de narrativas de pessoas que viveram em Florianópolis, não quer dizer que as demais não tiveram práticas semelhantes nos locais onde passaram suas infâncias no interior do Estado, antes da internação no Abrigo. Isso será mencionado abaixo. Busquei apenas destacar como as experiências sociais desenvolvidas na capital, pela infância pobre, foram significadas por quem as vivenciou, a partir da condição de criança, isso porque parte dos olhares vertidos sobre essa população pelos adultos da época (tema do capítulo um), por vezes desqualificava fortemente alguns modos de se fazer infantil de tais crianças, que hoje como adultos criticam tais estigmatizações ou classificações que lhes era imputadas como o de ser “delinqüente”. A fala de Arlindo Nelson foi nessa direção, quando refutou que suas práticas infantis pudessem ser qualificadas como tal.

Arlindo Beckhauser, que morava em Armazém, por exemplo, mencionou que dia de domingo se *batia bola lá no meio do pasto onde o gado andava*. Como o sítio dos

avós não tinha mar, comentou que costumeiramente se tomava banho de rio. Afirmou ainda que, como o pessoal de Florianópolis, na roça se *brincava muito daquela cachopa de coqueiro de escorregar no pasto em declínio, de descida*.

Para Claudionor, ao comentar suas brincadeiras infantis em São Miguel, ressaltou a amizade que teve com um menino branco e que partindo da sua condição de negro, essa relação teria tido problemas relacionado ao racismo da sociedade e da pobreza comum aos dois,

Era uma vida sadia de brincadeira. A gente pescava, brincava muito nessa fábrica, ali tinha trapiche, encostava barco, mergulhava; tinha o Oscar, amigo de infância, ele é branco e eu sou negro, aí tu vê comé que é que a gente brincava...brincava muito junto e a gente sofreu muito.

racismo e discriminação contra a qual ele se coloca na atualidade militando no movimento negro, segundo afirmou. A respeito de suas brincadeiras, continuou citando algumas atividades prazerosas e outras que não gostava: *a brincadeira era muito gostosa como criança...jogar pique, pião, bola; eu era muito ruim no futebol*. Também significou o passado como o embrião de preferências e de modos de ser que na vida adulta se traduziram em práticas ligadas à militância sindical e política, inclusive candidatando-se ao cargo de vereador no seu município, pelo PT:

O meu negócio era artístico mesmo, música, gostava de teatro, tinha que representar, esse era o meio-político que hoje tento ser.

As narrativas a respeito dessas questões ligadas às brincadeiras, ao tempo de infância, sugerem a presença da criança no quadro social e o significado que teve para os sujeitos que viveram-nas enquanto experiência.

Boa parte dos ex-Abrigados com quem foi gravada entrevista, falaram que tiveram passagem pela escola antes de irem para o Abrigo. O processo de expansão da rede escolar no Estado de Santa Catarina era uma política pública que os governos do período, desde Nereu Ramos, que desencadeou a nacionalização do ensino na década de 1940, tinham interesse de ampliar o número de Escolas e instrumentalizá-las, com professores e processos educativos relacionados a um projeto de sociedade segmentada pelo nível de formação.

Assim, através das *Mensagens do Governo à Assembléia* do período da pesquisa (1950-1973), notabilizou-se o crescente número de Grupos Escolares e Escolas construídas. De igual forma, sinalizou-se um aumento no número de estudantes matriculados na rede de ensino, principalmente no nível primário. Em 1951, registrava-se a rede escolar com aproximadamente 3600 locais de ensino<sup>305</sup>. Em 1954, falava-se da

---

<sup>305</sup> *Mensagem à Assembléia, do Governador Irineu Bornhausen, de 1951, entregue em 15/4/1951, p.20. BPESC.*

construção de mais 49 *estabelecimentos escolares*<sup>306</sup>. Em 1957, relatou-se que a *rede escolar foi acrescida de 167 estabelecimentos*<sup>307</sup>. No ano de 1961, mencionava-se a existência de 280 mil crianças freqüentando o ensino primário. Apesar disso, a proposta do Governador daquele ano era de aumentar as matrículas no primário para 500 mil<sup>308</sup> durante a sua gestão.

A respeito do acesso à educação escolar primária abranger uma grande parcela das crianças advindas de famílias pobres, o Psiquiatra “Dr” Santaella, no seu estudo sobre os rapazes recolhidos à Penitenciária do Estado, buscou saber as *causas da delinqüência juvenil*, a partir do universo de 16 *menores presos (quatorze vinham de lares pobres)*. Entre as questões que apresentou para pensar isso, estava a da *Escola*, em que constava a expressão *sem escola*, possivelmente como indicativo de que a falta de sua freqüência poderia levar os *menores* à prática de crimes. Para a surpresa do psiquiatra, dos doze que estavam presos por furto, apenas um não freqüentou escola; dos quatro presos por homicídio, dois não freqüentaram escola<sup>309</sup>.

Isso indica que a escolarização primária atendia a um grande contingente de jovens inclusive, daqueles considerados “mais problemáticos”, como os condenados pelo cometimento de algum delito e encaminhados à Penitenciária.

Principalmente em Florianópolis, a rede escolar primária era ainda mais ampla. Desse modo, a utilização do Abrigo de Menores para internação de rapazes, não pode ser vista apenas como um substituto à escolarização primária que porventura não se tivesse acesso, mas por vezes, ele aparecia a algumas famílias, que encaminhavam seus pequenos ao Abrigo como uma alternativa para se suprir carências decorrentes da pobreza, tal como o de não ter uma casa para conviver junto aos filhos. Isso é o que se infere, a partir do relato de Arlindo Beckhauser, a respeito das razões pelas quais ele teria sido internado: *era mais pra estudar e ficar mais perto da mãe*.

Parece que as dificuldades relativas à possibilidade da mãe de Arlindo morar junto aos seus filhos em Florianópolis, a vontade de tê-los por perto, a identificação por parte dela de que o Abrigo poderia oferecer condições de formação moral, religiosa e também escolar, positiva, pois era administrado pelos religiosos Maristas, motivou-a a que

<sup>306</sup> *Mens. à Assem., do Gov. Irineu Bornhausen, de 1954, entregue em 15/4/1954, p.09. BPESC.*

<sup>307</sup> *Mens. à Assem., do Gov. Jorge Lacerda, de 1957, entregue em 15/4/1957, p.XII.. BPESC.*

<sup>308</sup> *Mens. à Assem., do Gov. Celso Ramos, de 1961, entregue em 15/4/1961 p.19. BPESC.*

<sup>309</sup> *Of. n. s/n, com o Texto "O furto na delinqüência Juvenil", encaminhado ao Governador Heriberto Hülse, por "Dr." Sanataella, Psiquiatra do Serviço Nacional de Doenças Mentais, do Conselho Penitenciário do Estado de S.C. s/d, Of. n.s da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência para Gabinete do Governador. APESC.*

pedisse a intermediação do seu patrão para que primeiro o filho mais novo e depois Arlindo, depois de declarados Abandonados pelo Juiz, fossem internados.

Contudo, a experiência escolar de Arlindo Beckhauser, no tempo em que viveu em Armazém, onde cursou até a terceira série do primário, foi lembrada por ele a partir de características que considerava diferentes ou “malucas”, conforme disse:

A escola era de segunda à sexta. Uma época eu estudei de manhã, até o meio dia; outra época, me lembro, estudei das 11 às duas, das 11 às 3, horário maluco assim; outra vez estudei à tarde, horário normal das 2 às 6

Parece que os horários da escola, de certo modo, buscavam se “adaptar” às situações de vida das crianças junto à roça, ao mesmo tempo em que essas, ou seus responsáveis, também adaptavam a escola a si, ou ao cotidiano da produção. Arlindo continuou esclarecendo isso

A gente via o melhor pra não ficar muito cansado [...] eu tinha que levar o café na roça e ir pra escola; e, se eu estudasse de manhã, 3 Km eu ia fazer em menos de meia hora; daí eu chegava em casa; comia alguma coisa; e ia levar o almoço na roça, coincidia assim [...] a escola ficava longe, tinha que ir 3 Km pra ir e 3 pra voltar, mas era normal.

Para Miguel, as reminiscências a respeito da escola antes do Abrigo se relacionaram à descrição de como era o caminho e de sensações que se tinha ao passar por ele, enquanto criança que se era.

Morava em Bom Abrigo e estudava em Capoeiras...eu passava o Abraão todo e ia até Capoeiras à pé, naquele tempo não tinha ônibus, tinha um mas era pra cidade [...] tinha só uma estradinha de chão mesmo; tinha Rádio Guarujá<sup>310</sup> que ficava próximo lá... dos dois lados da estrada era espinheira puro, com graminha assim...aqueles mangues ali; era um lugar apavorante<sup>311</sup> a gente passar de noite; a gente passava aquilo tudo pra ir pra escola.

A passagem pela escola, para Valmir, que disse ter cursado até o 3º ano do primário num Grupo Escolar em Biguaçu, incorporou o sentido de um mero episódio vivido. Sentido semelhante foi dado por Moisés à sua passagem pela Escola José Boiteux, em Florianópolis, a qual freqüentou por cerca de um mês, e também por Walter que estava estudando o 3º ano do primário quando foi internado<sup>312</sup>. Carlos foi outro que disse ter cursado apenas o primeiro ano, depois parou de freqüentar e passou a trabalhar de jornaleiro.

<sup>310</sup> Machado trabalhou a emergência de “novas subjetividades” e sensibilidades, de alterações no campo das práticas e relações sociais cotidianas, constituindo-se modos de vida a partir do processo de difusão do rádio em Florianópolis, entre as décadas de 1940-1950. Cf. MACHADO, Aldonei. *A cidade do dial*: Florianópolis nas ondas médias e curtas do rádio (décadas de 40 e 50). Dissertação (Mestrado em História). UFSC. Florianópolis, 1999.

<sup>311</sup> As espinheiras eram espaços com plantas altas, que formando espécie de um “corredor”, em que os paredões eram as próprias plantas por grande extensão, no meio do qual passava um caminho e parte deste também tinha vegetação rasteira.

<sup>312</sup> Walter não declinou expressamente o nome da Escola na qual estudou, mas partindo de que a localização de sua casa era próxima do Grupo Escolar José Boiteux, deve ter freqüentado essa mesma escola.

A passagem pela escola antes da internação, como ficou claro, não marcou tanto a experiência desses sujeitos que viveram parte de suas infâncias no Abrigo. Este sim deixou registros mais significativos na trajetória de cada um dos depoentes, sendo possível de se estender isso também às demais pessoas que foram Abridadas. Entretanto, para Claudionor e Adilson, a rememoração de suas passagens pela escola antes do Abrigo, permitiu-lhes falar de posturas correntes na época, que vão além do cotidiano escolar.

A questão da discriminação novamente apareceu na narrativa de Claudionor, quando reportou-se a sua frequência à escola em Guaporanga

No primeiro ano que eu entrei na escola em Guaporanga, a gente já notava a discriminação, que nenhum branco dava a mão pra gente, porque é o tal negócio. Entrar na aula e tem as criancinhas e coisa e tal, no primeiro dia eu já fui discriminado, porque ninguém quis dar a mão pra mim porque era negro.

Continuou, falando

o que eu achava estranho era o seguinte, a minha vó era parteira, eu ia pra casa dessas pessoas, comia com eles na mesa...na minha casa...os brancos vivia ao redor...quando eles vinham na minha casa também comiam assim, então a gente não sentia.

Deixou evidenciada a existência de uma tensão no como ele trabalha essa sua condição de negro e da discriminação vivida. Em relação à sua trajetória pessoal, seguiu afirmando:

Então, o adulto discriminava, a discriminação não tava na criança, né, a discriminação tá no adulto, e o adulto alfabetizado, ou que se diz inteligente, ou culto, ou rico, entendeu?.

Ou seja, a sua crítica como adulto, ao racismo dos adultos, contra os quais a sua militância deve enfrentar embates, buscou reconhecer no seu passado infantil, expressões de como isso teria se manifestado, e justamente ao comentá-las, sugeriu que o tema ainda lhe é problemático. Dentro disso, a afirmação da condição do negro na sociedade passaria pelo acesso a oportunidades e pela desmistificação da cor como portadora de “qualidades ou defeitos inatos”. Com isso, Claudionor demonstra sua crítica social e postura frente a essas questões, as quais tenta interpretar ao seu modo. Opinou que

O negro não fazia propaganda porque seria considerado produto de segunda categoria, e não de primeira. Pra ser de primeira, tinha que ter olhos azul, galeguinho, e tal, cabelo louro e tal e tal. É, a famosa boa aparência...negro é visto assim como um bandido...somos um país mais negro do mundo e não assumimos, somos loiros, perdemos até a linguagem...não temos tradições de negros governadores, Senadores, só agora que nós temos o primeiro Magistrado negro, no país. Quinhentos anos...Isso que tem que acabar, é educação pra todos, é universidade pra todos, é serviço pra todos...A sociedade vai aprender com os próprios erros, só o filho dela pode ter um bom emprego, ter boa escola, pode ter uma boa formação...Eles embutem muito isso que é o pessoal do morro, o negro, que é o traficante...Eu costumo dizer que negro não tem dinheiro, o negro não arruma trabalho, é uma consequência aquilo lá no morro, a venda da droga, e a gente sabe que negro não tem esse dinheiro não, nós não temos banco, nós não temos carro pra traficar, nós não temos avião, nós não temos navio, nós não temos submarino, nós não temos nada disso, e a sociedade acha que tem que

pegar o policial e mandar pro morro pra matar negro. Entendeu? Tudo isso é uma consequência, pouco disso, pouco daquilo...

Na tentativa de compreender o processo de como o tema do racismo se recolocou na Inglaterra, nas décadas de 1950 e 1960, motivado por grandes fluxos de imigrações do Caribe e do continente asiático, junto ao qual a *experiência negra* era apresentada imersa na *esteriotipia racial*, em que a *imagem negativa da raça e etnicidade da mídia* girava ao redor da “repetição” de uma forma simplificada e truncada, de temas como a *história, a vida e a cultura negra*, Hall observou criticamente a *ausência de relatos sobre a experiência negra como parte central da história inglesa*<sup>313</sup>. Ele comentou ainda o uso que se dava a figura do negro na mídia, em que, por vezes, apareciam como *sujeitos dependentes, infantis* (no sentido de “incapazes”), e, noutros momentos, como pessoas *não confiáveis, imprevisíveis, incertos, capazes de tramar a traição*<sup>314</sup>. Ou seja, Hall buscou perceber a reificação menos evidente do racismo na cultura inglesa, no sentido de compreender suas *estruturas e mecanismos*<sup>315</sup> que são complexos, para enfrentá-los; Claudionor expôs manifestações disso sentidas por um sujeito negro no Brasil.

Seguindo ainda com Claudionor, em determinado momento da entrevista comentou que teria passado por dificuldades de aprendizagem na escola:

Quando fui pro Abrigo, eu tinha passado pelo 1º ano, aliás, tenho que dizer que esse período eu rodei 3 anos no 1º ano.

Ao dizer quais teriam sido as razões pelas quais teve esses problemas, expôs primeiro o impacto que teve nele a relação abalada de seus pais: *Frustração por separação do pai, mãe, e tive dificuldade na vida pra me adaptar na escola*. Depois expôs o problema “moral” pelo qual sua mãe passara e que repercutira nele, além da menção também das dificuldades relativas à discriminação que ele sofria

[...] Mulher separada pagava um preço da separação...eu como garoto passei a ir pra aula com 7 anos, mas não consegui me adaptar, na época tinha muita discriminação...da separação...como sabia que foi o meu pai que abandonou ela (sua mãe)...não sofreu tanto isso (com uma possível culpabilização dela pelos filhos, pois isso não aconteceu, segundo Claudionor, por parte dele, pois sabia que foi o seu pai que a abandonou)

Essa questão do significado social da mulher solteira ou separada, no caso dos rapazes que eram encaminhados ao Abrigo, depois de declarados Abandonados por Sentença do Juiz de Menores, no caso da capital, e do Juiz de Direito da Comarca, no interior, é extremamente importante, pois na maioria das internações, a família era composta pela mãe (solteira ou separada) e pelos filhos e filhas. Sendo que essa mãe

<sup>313</sup> HALL, Stuart. *Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para a frente dos Estudos Culturais*. trad. Helen Hughes e Yara Khoury. S.l.: mimeo, 1996, p.4

<sup>314</sup> IDEM. p.6.

<sup>315</sup> IDEM. p.5.

geralmente se responsabilizava em trabalhar, para tentar garantir a sobrevivência dos de casa, deixando, portanto, as crianças durante o dia sozinhas e estas comumente iam para a rua brincar, se divertir, sociabilizar e, por vezes, ajudar na luta pela subsistência de casa.

A ausência de determinadas “qualidades” atribuídas à figura masculina do pai, como “força moral”, muito freqüentemente era alegada para reconhecer que determinada mãe não tinha condições de garantir a formação moral da criança. Isso, entretanto, não deve ser confundido com aqueles casos em que, pelo fato da mãe realizar atividades de “prostituição”, era considerada sem “garantias morais”. No caso exposto abaixo, o pai negou a paternidade do suposto filho depois da mãe falecer e a criança ficou convivendo com uma tia, até ser dada a sentença, justificando a internação

[...] o menor Maurício...se encontra no estado de abandono...por isso que lhe falta a necessária assistência material e moral, isto é, não há quem lhe possa dar o necessário alimento, roupas, remédios, e por outro lado, ministrar-lhe os necessários ensinamentos, que devem formar o seu caráter.<sup>316</sup>

Pelo fato de ser solteira e ter de ir à luta para garantir a sobrevivência, essas mães ausentavam-se de suas casas. Em função disso, as crianças ganhavam as ruas e podiam ser identificadas como expostas à formação “negativa” desses espaços. A sentença de abandono abaixo corrobora esse olhar classificador

[...] o menor Guilherme encontra-se em estado que podemos considerar de quase completo abandono...sua mãe, lavadeira, com vários outros filhos para educar e cuidar, vive em situação de extrema penúria, sem meios para sustentá-los...vivendo com sacrifícios e do pouco que lhe dá essa modesta profissão, não pode de maneira alguma, dispensar a esse seu filho os cuidados que o mesmo merece. Faltando-lhe meios para dar a esse filho carinho, educação, instrução, roupa e comida...Guilherme, já meio desprumado da vida, continuará a marcha por caminhos que o levarão a um triste final. Malandragem, vagabundagem, más companhias, vícios e, por último, o crime e prisão. Tais males ainda podem ser combatidos e evitados pela intervenção das autoridades competentes...o remédio indicado...o internamento no Abrigo de Menores.<sup>317</sup>

<sup>316</sup> *Of. s.n. do Juízo de Menores à Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde, conforme a Certidão de Sentença de Abandono do proc.2375 de 20/8/1949. APESC.*

<sup>317</sup> *Prontuário n.662, conforme Sentença de Abandono proc.3175 de 25/8/1953, de São José. ACEDOCAM.*

Enfim, ser mulher, mãe, solteira ou separada, trabalhadora, por vezes era traduzido como problema<sup>318</sup>. A referência que justificava, pelo lado do Juiz de Menores, a internação dos filhos homens, em inúmeras ocasiões, no Abrigo, ligava-se justamente a idéia de família na qual o homem teria o papel de “provedor”, a mulher o de mãe e dona de casa, e os filhos o de sujeitos obedientes, disciplinados. Isso acabava por alimentar o preconceito contra as pessoas que “não se enquadravam” no modelo supostamente ideal.

Para Adilson, a menção à sua escolarização quando estudou cerca de um ano no Grupo Escolar José Boiteux, serviu-lhe para estabelecer uma observação sobre o que considerou ser o “sistema educacional” da época. Falou-me a respeito exatamente como resposta à última pergunta proposta durante a entrevista: (Eu): *O Senhor gostaria de acrescentar algo?*. Comentava que tinha *predominância de lembranças bem positivas* sobre sua passagem no Abrigo, e enfatizou:

Tu apanhar, puxão de orelha isso faz parte da vida, porque o processo de educação antes de ir pro Abrigo, eu fiquei com o joelho encima de arroz, castigo aqui no José Boiteux antes de ir pra lá, imagina! O sistema era aquele como forma de educar, né?

No contexto em que essa fala veio, ficou evidente que a intenção de Adilson era de que quem fosse ler o que ele disse, levasse em consideração essa sua observação quando fosse se pensar em algumas práticas dos Irmãos Maristas no Abrigo, sobretudo ligada aos castigos, mencionados esparsamente por ele, ao longo da entrevista.

Ou seja, a imagem que ele pretendia deixar dessa instituição onde passou cerca de oito anos de sua vida, de onde saiu já adolescente aos dezessete, dezoito anos, era positiva, pois considera que ela lhe deu uma boa diretriz na vida. Portanto, na sua ótica não é porque havia um puxão de orelha ou porque se apanhava, que sobre essa instituição deve recair mácula ou desprestígio. E, na compreensão dele, reportar-se a sua própria vivência pessoal antes da internação, citando que numa escola recebera castigo em alguma medida

---

<sup>318</sup> O trabalho de Pedro comenta o aspecto da sanção social sobre mulheres que trabalhavam em diversas atividades externas à casa em Desterro (depois se chamaria Florianópolis) no século XIX, e que tornavam-se as mulheres *faladas*, em oposição às *mulheres honestas*, sinalizando para a punição moral à luta pela sobrevivência que recaía à mulheres de segmentos sociais pobres. Ver. PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas*. 2ªed. Florianópolis:Ed.Ufsc. 1998. Já a pesquisa de Carola parte do ocultamento histórico ao trabalho feminino nas minas de carvão, no Sul de Santa Catarina, para desenvolver-se. Ver. CAROLA, Carlos Renato. *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis: Ed.Ufsc, 2002. Esse trabalho ainda comenta a existência da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC), na cidade de Criciúma, que dentre as suas atividades, disponibilizava a *educação profissional ‘gratuita’ aos filhos de mineiros*, oferecendo *aprendizagem industrial e ginásio industrial* com oficinas de *mecânica geral, de eletricidade, marcenaria, oficina mirim*, sendo executado pela *União catarinense de educação (Irmãos Maristas) e SENAI* (CAROLA, *op. cit.* p.194). Nessa cidade, havia ainda uma instituição (*Bairro da Juventude*) destinada a receber crianças pobres e crianças órfãs de pais mortos nas minas de carvão – principal atividade econômica da região –, em regime de internato.Ver. MIRANDA, Antônio Luiz & SELAU, Maurício da Silva. *Bairro da Juventude: 50 anos de história: A filantropia na poeira do carvão*. Criciúma, SC: Ed. Unesc, 2003, p.52-53.

“semelhante” aos do Abrigo, suavizaria no seu interlocutor o significado que estava ligado a tal prática, considerando a época em que ocorrera.

Efetivamente, isso tem que ser levado em consideração. Porém na interpretação histórica, o significado atribuído por Adilson a essa questão é importante, como apresentado acima. Porém, a questão deve ser problematizada para além dessa menção à época. Isso será feito mais adiante e também no capítulo 3.

Junto a essa “pedagogia da época”, pode se pensar em outras práticas que tinham no castigo ao corpo uma referência de correção da conduta, de punição, de controle. Nesse sentido, Walter citou a sua vivência em família.

Não posso esquecer que apanhava muito...surras bem dadas...Surra de chinelo, de vara de marmelo, quer dizer, apanhava porque era a maneira que a minha mãe tinha de corrigir-nos, educar, porque ela saía oito horas da manhã pra trabalhar e dizia: “vocês fiquem dentro do quintal, do terreiro” e eu e meu irmão, óbvio, quando chegava em casa, seis horas da noite, não nos encontrava em casa, voltávamos onze hora da noite, sei lá, não tinha horário, todas as noites uma surrinha.

A luz da cidade estendeu o horário de circulação e permanência na rua. As referências de cedo e tarde não são idênticas no tempo, nem de onde se parte para identificá-las. A fala de Walter, ao transmitir para o recurso retórico do “sei lá”, expressou de certa maneira sua intenção de sinalizar a “gravidade” da sua permanência na rua, que ligar-se-ia ao fato do Abrigo ser identificado por ele como um lugar que “salvava” as crianças da delinqüência, por tirá-las da “rua”.

Essas famílias compartilhavam do ambiente social – no caso específico de Walter –, de Florianópolis, no qual circulava olhares a respeito dessas crianças que freqüentavam a rua como espaço privilegiado em seus cotidianos, onde a rua era identificada como um lugar pernicioso à formação. Assim, pode ser que algumas vezes, os pais preocupados com isso, vertessem palmadas mais rigorosas aos seus pequenos circulantes das ruas.

Isso, entretanto, não se estendia a todas as situações de surras. Miguel, comentando a repercussão que teve o episódio em que jogara uma pedra na cabeça de seu amigo, ferindo-o, falou de uma prática comum de seus tios contra ele.

Foi um auê, (o amigo ferido) morava perto, a minha tia, a tia falou assim: “eu vou te pegar, vou te quebrar de pau ô piá”. A gente apanhava, naquele tempo não era promessa. “Eu vou te pegar”, e não. Eles pegavam pelo braço esquerdo do cara aqui assim, e com a outra mão, plét, plét, surra e surra, era chinelo, era vara; a Vara da Infância e da Juventude não existia, isso eu acho, puxa, todo mundo metia o pau em todo mundo e ninguém achava ruim, ninguém reclamava...eu cansei de apanhar...eles baixavam o cacete e não existia isso aí de nada, aqui ó, ná, ná. Eles batiam e não queria saber de nada, e assim ia indo.

O tom dessa fala de Miguel foi de riso no momento da entrevista, muito diferente daquele ligado à recordação de Arlindo Nelson, relativo a uma prática de sua mãe, que lhe deixou profundas marcas doloridas na infância, tristes na vida adulta.

Às vezes a gente aprontava, saía...a minha mãe me dava...castigo...talvez por ela não conseguir emprego, sei lá, por um motivo ou outro; eu achava que era um castigo muito ruim. Sabe o quê que ela fazia? Na frente da minha casa tinha um pasto, tinha varal onde ela estendia a roupa pra secar e coar. Ela me tirava a roupa todinha, me deixava pelado, e me amarrava no pé de uma cadeira; não, no pé de uma mesa que tinha ali embaixo, exposto pra todo mundo ver.

(Eu): E as pessoas passavam?

(Arlindo): Passavam; riam; às vezes davam conselho pra ela tirar, ela não tirava, me deixava lá. Isso, antes de ir pro Abrigo, era ruim, bah! [...] Isso era uma humilhação que me marcou pra toda a vida, toda a vida me marcou. Esse castigo, eu acho que não existe pior, né: uma criança ficar amarrado exposto na frente de todo mundo, pelado! É brabo [...] Era um castigo que jamais eu pensaria em fazer isso pra alguém, era feito comigo.

Essas experiências aderiram à vida de Arlindo, carregando consigo o sentido do sofrimento, da dor, da incompreensão, da violência, da humilhação, da injustiça, do ressentimento, marcando a sua trajetória, deixando, por vezes, como resíduo, um sentimento intraduzível de que não era necessário ter acontecido.

Entretanto, a aceitação social a tais práticas de castigo e “correção”, não eram totais. A fala de Arlindo Nelson, afirmando que certas pessoas tentavam dissuadir a sua mãe do procedimento que ela adotava contra ele, sugere isso.

Nos jornais de Florianópolis também apareceram manifestações que tencionavam com certas ações dos pais e também da escola.

SURRADO PELA PROFESSORA A CRIANÇA TEVE QUE SOFRER OPERAÇÃO – Quem tomará providências...os abusos contra nosso povo são praticados sem que haja uma providência qualquer para reprimi-los! Até as pobres crianças sofrem com os rigores da falta de organização em nosso município...(acusa uma professora de costumeiramente) agredir com bofetadas e bofetões os seus alunos.<sup>319</sup>

Não afastando a conotação política de crítica aos governantes, subjacente à matéria e ao posicionamento do Jornal, verificado na leitura realizada de todo o período de sua existência, ela indica, de qualquer forma, a existência de uma prática, havendo estranhamento e discordância a respeito dela.

Num artigo publicado no *A Verdade*, Maria Lebert discutia o assunto da “pedagogia doméstica” e da “moderna técnica” de não bater, como forma de superação da *sociedade patriarcal* e em busca da *sociedade moderna*, em que para atingi-la, alguns despojos se fariam necessários e outros deveriam ser incorporados pelos pais.

FILHOS:...Mudaram os tempos e mudaram os costumes [...] Na sociedade patriarcal, o assunto resolvia-se na base da vara de marmelo, da palmatória, do

<sup>319</sup> *A Verdade*, p.06, 13/7/1954. BPESC.

purgante de óleo de recíno (rícino) e a expulsão do lar paterno para ambos os sexos, quando incorridos em grave falta [...] Não se suponha que disciplinar seja sinônimo do substantivo verdugo. É necessário doçura e firmeza para conduzir um filho ou uma filha...Falar francamente esclarecendo dúvida produz melhor resultado, do que deixar o adolescente em erro até quando, num momento de raiva, resolve corrigi-lo.<sup>320</sup>

Essa afirmação pressupõem relações dicotômicas. De um lado sociedade patriarcal; de outro, sociedade moderna. Uma se “construiria” em negação da outra. A construção do conhecimento histórico nos mostra que não há blocos homogêneos e estanques. Através dos depoimentos foi possível perceber também a fragilidade de tal separação, quando as mulheres não “combinavam” com a categoria de sociedade patriarcal<sup>321</sup>.

Em determinadas ocasiões, o próprio Juiz de Menores interferia sobre crianças que sofriam violências, castigos ou maus tratos dos pais, e os internava no Abrigo de Menores, com o intuito de protegê-los e afastá-los das condições identificadas como inadequadas pelas quais os pequenos passavam, ou seja, certas práticas “pedagógicas”, por vezes, eram interpretadas como abuso, e o Abrigo justamente aparecia como a alternativa para evitar que a criança continuasse a viver sob tais condições. Numa Certidão de Sentença de Abandono, o Juiz de Menores alegou que o *menor Epaminondas* não podia permanecer com a mãe, *em virtude dos maus tratos infligidos pelo esposo, padrasto do menor*.<sup>322</sup>

Nesse mesmo sentido, em 1972 foi noticiada uma prisão de um senhor, pois o mesmo teria agredido crianças que se ofereceram para engraxar seus sapatos.

HOMEM AGRIDE DUAS CRIANÇAS NA PRAÇA. Em plena Praça XV de Novembro, às 19 horas de ontem, Mário José, 22 anos, agrediu os menores Jorge, de 7 anos e Maria, de 10 anos...quando os dois menores ofereceram os serviços de engraxate executado por um irmão mais velho e também menor...o agressor respondeu com tapas e uma gravata numa das crianças...um popular deteve o agressor e o encaminhou à Delegacia...onde foi recolhido ao xadrez.<sup>323</sup>

Portanto, se por um lado existia uma postura mais violenta e agressiva em direção às práticas infantis, por outro lado existia também contrariedade às mesmas, identificando-se um crescente estranhamento contra atitudes mais ríspidas.

<sup>320</sup> LEBERT, Maria de Lourdes. Seção “A verdade do mundo feminino”. *A Verdade*, p.05, 05/6/1958. Em outro artigo, a partir de discussões de etnólogos sobre cultura, Cascaes problematizou a *surra em crianças*, da qual a *palmada* seria o *símbolo educacional de muitas denominadas mães e em pior hipótese, de muitos indivíduos denominados pais*, afirmando ainda que *a punição não remove causas frustradoras*. Ver: CASCAES, Franklin. Coluna “D’aquém e d’além mar. *O Estado*, p.03, 29/6/1960. Ambos em BPESC.

<sup>321</sup> Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ªed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2001.

<sup>322</sup> *Prontuário n.697, conforme Certidão de Sentença de Abandono proc. 3353 de 05/3/1956. ACEDOCAM.*

<sup>323</sup> *O Estado*, s.p, 12/12/1972. BPESC.

Outras situações pelas quais passou Arlindo Nelson, entretanto, refletiram tendências culturais que possivelmente circulassem no ambiente popular de sua família e que tinham técnicas específicas para tentar solucionar certos problemas de saúde, sendo que para ele, isso implicou em ter de passar por experiências desagradáveis, posto que era o objeto sob o qual tais técnicas eram aplicadas. Assim ele relatou:

Eu era meio tato, com a língua travada. Não sei como alguém ensinou pra ela (mãe), que era bom dar com uma concha de panela na boca da criança. Ela me deu várias vezes com a tampa da panela na boca. A boca ficava até inchada, é brabo, doía muito. Olha se isso se faz com uma criança! Outra coisa, também me levaram numa curandeira, nessas mulher que benzem, e cortaram a língua aqui embaixo com uma tesoura. Cortaram a minha língua embaixo pra soltar! Diziam que era pra soltar a língua, pra não ficar travado (risos) isso é tratamento bárbaro.

Relacionado às crenças dessas regiões litorâneas catarinenses, influenciadas pela imigração açoriana, Adilson comentou sensações de medo, terror, mas também de festa, que teria vivido quando morou com seus tios.

Quando eu ia na venda compra alguma coisa de noite, era um desastre, era um terror. Eles ficavam fazendo comentário...viviavam com esse negócio de incutir medo porque – vai aparecer alguma coisa, apareceu um negócio ali –, naquela região eles faziam com todo mundo...aí eu vinha com muito medo da venda até em casa [...] Outra particularidade de lá era o boi-mamão, pau-de-fita [...] era forte...esse folclore, mula sem cabeça, existia essas coisas...mas aqui (em Florianópolis) também existia, em toda essa região...de civilização açoriana, meu deus do céu, é muito forte esse folclore<sup>324</sup>.

Claudionor, entretanto, sugeriu que essa influência deve ser nuançada, pois ao falar de manifestações de sua família, que teriam contribuído com o seu jeito de ser, relacionou-a a uma *tradição africana*.

Meu pai gostava muito de música...era um exemplo (sic) tocador de pandeiro, e de dançar, a gente via a minha mãe dançava muito...meu pai gostava de baile... era muito festeiro, minha mãe também, e, isso até deve ser uma tradição africana, porque pra tudo tinha música, trabalhar, é...eu sempre fui um cara ligado a música, então, eu puxei essa veia artística, não muito, meia veia.

O seu gosto pela música expressou-se pela participação dele na Banda do Abrigo, quando estava interno e pelo músico que é, participando inclusive de escola de samba na capital.

Esse lado festivo das vivências na infância também foi relatado por Carlos, quando comentou sua participação nos carnavais de rua em Florianópolis, enfatizando sob

---

<sup>324</sup> Flores trabalhou o estranhamento desenvolvido em torno de práticas enraizadas em comunidades de pescadores, com influência de imigrantes açorianos, como a farra do boi, por diversos segmentos sociais (políticos, imprensa, defensores dos animais, poderes públicos) com visibilidade e pressão nacional na década de 1990, o que acabou provocando repressão e em certos momentos a criminalização de tais manifestações populares. Nisso, ela discutiu o movimento de primeira afirmação da açorianidade, como marca cultural selecionada a partir da década de 1930 pelos segmentos políticos hegemônicos, como o referencial de identidade em Santa Catarina, e depois esse outro movimento de controle e sanção de expressões dessa “cultura”. Ver: FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Edufsc, 1997.

sua ótica a diferença daqueles tempos em que *era tranqüilo, dava mesmo pra ti brincar*. E continuou

Tinha muito carnaval, eu brinquei muito de carnaval; era bem diferente [...] tinha de tudo: escola de samba, desfile de bloco, de carros de carnaval...era [...] em torno da praça 15...contornava a praça, a Catedral e depois ia lá pelo calçadão, subia, pegava a Felipe Schmidt toda, subia com toda a tropa...saía no terminal antigo. Mas era muito legal...o carnaval. Tu brincava, subia beleza os morros depois, não acontecia nada contigo... não tinha desacerto nenhum...Hoje não dá nem pra ti sair de casa que os caras querem te matar.

Essa harmonia na vida da cidade, entretanto, não foi observada por Arlindo Nelson, quando lembrou da procura pelo atendimento médico decorrente de conflitos no Morro do Mocotó, vizinho à sua moradia.

A minha casa...ficava abaixo do necrotério do Hospital de Caridade no Morro, e, onde eu morava dava passagem mais perto...do Morro do Mocotó...pro Hospital...do que se fosse passar pelo local normal...então ali no Morro quando dava briga, e isso era freqüentemente, passava pessoa esfaqueada, pessoa com tiro.

Isso vai sinalizando como cada sujeito trabalha a sua memória e atribuí a ela significados ligados às suas visões de mundo, às suas experiências vividas ao longo do tempo, que não torna esse ou aquele relato mais ou menos verdadeiro quanto ao passado ao qual se reporta, mas sim como esse passado está dinâmico no presente das pessoas. Sendo que para cada um deles o passado é também aquilo que eles consideram que seja. Portanto, mais tranqüilo ou também violento. Enfim, essa questão traz a tona caráter plural das reminiscências, sendo que a história oral tem esse potencial de expor a alteridade constituinte do social.

Nesse sentido, Khoury comentando o trabalho do historiador, para o qual a fonte oral seria um importante *instrumento na investigação da complexidade e da dinâmica social*, se a perspectiva fosse, como nesta dissertação é,

apreender os significados mais profundos das relações sociais, e da mudança histórica, compreendendo e incorporando a diversidade de perspectivas e pontos de vista, como possibilidades alternativas colocadas no social.<sup>325</sup>

Seguindo com as “tradições africanas”, ou com as influências da cultura africana pelas paragens catarinenses, a religiosidade na família de Walter sugere tal questão, apesar dele identificar-se com o catolicismo, no seu relato, desde pequeno.

Antes de ir pro Abrigo, eu fui batizado, primeira comunhão com sete anos, e fui crismado também enquanto pequeno. Então, eu entendia que devia ser católico, embora minha mãe também freqüentava centro espírita, Umbanda. Nós íamos, mas eu achava que era católico.

---

<sup>325</sup> KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, n.22, jun., p.81, 2001.

Entretanto, há que se considerar o lugar de católico, do qual ele parte para falar de seu passado, e que foi em grande parte incentivado e influenciado no período que esteve no Abrigo, que impunha o catolicismo como religião.

Há que se dizer que dentre os demais depoentes, todos mencionaram que a religião seguida desde pequenos era a católica, apesar de Arlindo Nelson dizer que seu avô materno seria finlandês e protestante, e em Armazém Dona Ester ter falado que existiam as benzedeadas, indicando que efetivamente existia uma religião hegemônica, mas haviam também outras manifestações religiosas.

Tudo isso foi constituindo as experiências daqueles que acabaram em dado período de suas infâncias, internados no Abrigo de Menores em Florianópolis, e que se afastaram de práticas e vivências que eram construídas no cotidiano de suas relações sociais, das quais eles participavam ativamente, a partir das particularidades infantis. Viver como criança é estar no mundo, olhar, sentir, julgar, a partir de um ponto de vista que existe.

Na tentativa de compreender os motivos pelos quais seus pais ou responsáveis acabaram por interna-los, cada um dos depoentes expôs aquilo que lhe pareceu ter justificado tal postura, sendo que a questão econômica esteve subjacente em quase todas as situações, apesar de por vezes não ter sido apontada como a razão principal.

Para Vilmar e Miguel, teriam sido questões ligadas ao seus comportamentos, aliada a convivência com parentes que não eram seus pais, o que de certa maneira gerou um sentimento de rejeição, de impertinência de suas presenças nos lares em que habitavam.

(Vilmar): O meu envio para o Abrigo foi justamente porque meus avós não tinham condição de me manter, e mesmo porque era filho de outra pessoa, e, eles acharam que eu era muito levada branca (sic.), entendesse, fazia muita arte, se bem que o meu primo também fazia a mesma coisa e sempre estourava no outro, naquele que é filho adotivo, né, era sempre assim.

(Miguel): A tia queria aliviar um pouco o sofrimento do tio, né, porque eu tava uma mala sem alça, dando trabalho pra ele, então ia pro Abrigo de Menores.

Valmir enfaticamente disse que o seu encaminhamento esteve mais relacionado às carências materiais pelas quais sua família passava:

Nós éramos pobres. Vivíamos com dificuldade. A falta de recursos materiais de minha mãe, quer dizer, não tinha poder aquisitivo nenhum, éramos realmente pobres.

Isso, além de ter destacado aspectos da vivência que teve como internado, permitiu retrabalhar o significado da sua internação. Continuou:

...(ir para o Abrigo era) a única maneira de, talvez, ser até alguma coisa na vida [...] A perspectiva de trabalho (em Rio Caveiras, Biguaçu) era muito pouca, quer

dizer, não existia...se tratando de interior; Biguaçu, era cinquenta anos atrasado; era muito pequenininho; não tinha nada [...] era o que eu mais queria.

O olhar “retrospectivo” nunca é estático no que toca à significação, até porque a própria condição daquele que narra alguma vivência ou experiência não é a mesma daquela ocupada enquanto vivia aquilo que agora seria objeto da narrativa. A narrativa, entretanto, não é um mero contar. Ela é vivida enquanto discurso produtor de sensações, é uma realidade não do fato narrado, mas do fato de narrar o narrado e produzir permanentemente significados que influem na vida do sujeito.

A respeito disso, Thomson diz que

As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações pessoais.

pensando como se dá esse processo, ele utiliza o conceito de composição que seria o *processo de construção de reminiscências*, de forma a *dar sentido a nossa vida passada e presente*.<sup>326</sup>

Para Adilson a sua internação se relacionava mais ao fato de sua mãe ter *de trabalhar o dia inteiro* fora de casa *e não tinha onde me colocar*, disse, apontando também o significado que teve para si tal acontecimento.

Quando eu vim de lá para o Abrigo, a transição é meia dolorida; você começou a fazer amigos, forma amigo, sai, deixa, nessa idade, que é uma idade que você precisa de paradigma referencial, e você vê aquilo tudo fragmentado, né, fui pro Abrigo, o primeiro mês, o segundo mês, foi terrível [...] foi uma tristeza muito grande.

O falecimento da avó, a separação dos pais, o desemprego da mãe, foram os aspectos indicados por Claudionor, que convergiram para sua internação, pois

Aí as coisas ficaram mais difíceis, começou a faltar comida, o dinheiro que ela (sua mãe biológica) ganhava, não era suficiente [...] acharam (refere-se a mãe) bom me colocar no Abrigo de Menores.

Diante desse fato, o seu relato deixou evidenciado que a decisão lhe fugia ao controle, mas afetava a sua vida (como a de todos os demais): *Como a gente era criança, não tinha como dizer não, ou sim, ou se era bom ou se não era, não tinha como questionar*. Ao longo da sua vida, entretanto, ele tentou compreender as motivações de sua internação, cogitando então em alternativas que poderiam ter sido requisitadas e que talvez pudessem ter evitado o seu encaminhamento à instituição...

Meu pai era funcionário do Estado...tinha filho...porque que o Estado não repassava pensão, né; hoje, eu trabalho nessa área e acho que tinha direito a essa pensão, entendeu, então não precisava ter ido pro Abrigo, talvez...mas não reclamo de ter ido pro Abrigo [...] por incrível que pareça, o orgulho era muito grande e a minha mãe...não aceitava, ou se veio não chegou, ou a gente não sabe.

<sup>326</sup> THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*, n.15, p.56, 57, 1997.

Isso permite se ter claro que não existe uma memória estacionada, congelada, esperando alguém para desvendar o passado como foi exatamente, mas sim que há narrativas sobre o passado, registros que por si só não dizem tudo, mas porque emergem aos vivos podem dizer algo, podem significar algo<sup>327</sup>. Claudionor, ao considerar sua vida de trabalho como funcionário público do órgão de Previdência do Estado de Santa Catarina, reviu e avaliou o passado a partir da conscientização que sua profissão lhe proporcionou. Contudo, ele ainda afirmou que *não entendia que a minha mãe estava me colocando lá para o meu bem*, deixando claro que ele também avalia a passagem pelo Abrigo como importante na sua vida.

Na experiência de Vadely, entretanto, o Abrigo foi significado como um lugar em que ele recebeu assistência, lhe retirando de condições miseráveis, afetivamente destruída:

Eu tinha uma irmã [...] eu fiquei foi 2 mês só [...] ali na Penha [...] mas a situação dela era meio braba, porque ela tinha mais um filho, então ela apelou pro Juizado de Menores de Imbituba [...] eu não tinha outro lugar pra ir, eu perdi toda a minha família, né, e aí eu fui pra lá [...] eu tava numa situação ruim, eu já não tinha mais força, meus pés tavam cheio de bicho de pé, meu cabelo tava cheio de piolho, quando eu era guri pequeno, quando eu fui pra lá, eu fui com roupa preta, não vestia roupa assim, comum.

Arlindo Nelson sinalizou o que lhe era importante nas vivências infantis e que teve de deixar para trás, por vezes perdendo para sempre o contato...enfim, uma ruptura com um passado vivido enquanto realidade cotidiana.

Fui obrigado a deixar...os amiguinhos que eu tinha ali, quando é pequeno tem aqueles amiguinhos; mas sempre você separa, você perde os laços, não conversa mais, não tem mais amizade, nada [...] no sítio...do meu avô eu não fui mais porque não existia mais propriedade, já não existia mais nada [...] ele morreu, eu tava no Abrigo [...] No Abrigo foi totalmente diferente [...] fui pro Abrigo, esqueci!

O significado do processo de ingresso marcou Walter, no seu aspecto agressivo a qualquer criança, e a ele especialmente, posto que passou pela experiência.

Com nove anos de idade, o início da chegada no Abrigo foi triste porque separa dos irmãos, dos amigos [...] A aceitação inicial para uma criança de nove anos de idade, seja pobre, seja negro, seja branco, seja o que for, sair do meio da família, por mais pobre que ela seja, é uma agressão!

Contudo, situações semelhantes compuseram as experiências infantis de todas as pessoas com as quais eu “dialoguei”. Isso, entretanto, não configurou uma relação social

---

<sup>327</sup> A respeito disso, Matos diz que: *a narrativa apresenta-se como memória; o pensamento narracional não reduz situações complexas a conceitos, sacrificando suas vozes, mas reconstitui pela imaginação, seus significados...A narração cria espaços de liberdade, é força hermenêutica e transformadora*. Cf: MATOS, Olgaria. A narrativa: metáfora e liberdade. *História oral*, n.4, jun, p.15, 16, 17, 2001.

de identidade entre eles, mas uma relação de proximidade das condições nas quais as vivências foram sendo constituídas e ganhando significado e sendo ressignificadas<sup>328</sup>.

Nas relações de familiaridade, também houveram semelhanças. Alguns “abandonados” pela mãe, foram “acolhidos” de maneira provisória pela rede parental de “solidariedade”. Essa rede também foi utilizada em situações específicas e transitórias de dificuldades e privações mais rigorosas. Tios, avós, irmã, foram solicitados à ajuda.

Apesar de precária, a rede auxiliava e ajudava a reproduzir relações de conflito e de afeto ampliado, campos alternativos de sobrevivência, e a reprodução social da família. Em muitas situações, o Abrigo emergiu para os pais ou responsáveis como uma dessas alternativas mais estáveis, até pelo menos os 18 anos de seus filhos internados.

Sobretudo essa opção marcou profundamente a vida dos ex-Abrigados entrevistados, por vezes abalando um pouco suas afetividades nas relações com seus pais, constituindo isso um certo sentimento de amargura pela condição que lhes foi “imposta” e que ao longo de suas trajetórias tentaram superar, compreender, esquecer, enfim, trabalhar com suas experiências difíceis e dolorosas, enfrentando os desafios de suas vidas, em parte expressos nas narrativas.

Vamos então para o 3º capítulo visualizar o significado de estar dentro do Abrigo de Menores. A partir daí outras questões serão abordadas, tentando se perceber, por um lado, como que a instituição foi se constituindo no seu cotidiano, ao longo do tempo, junto com os Abrigados e com os Irmãos Maristas, que coordenavam as rotinas internas com o propósito de atender a determinadas finalidades. Por outro lado, identificando como os ex-Abrigados depoentes narram e avaliam suas experiências relativas ao Abrigo.

Mas, ainda antes de estarem internos, o processo de encaminhamento ao Abrigo também deixou seus registros.

(Claudionor): Eu vim quando eles acharam que tinha uma vaga...daí passei a ser responsabilidade do Governo do Estado de Santa Catarina, no caso, Juízo de Menores da Comarca de Florianópolis, May Filho (nome de um Juiz de Menores) e fui pro internato [...] tenho que dizer que quando cheguei lá, vi tudo diferente, era complicado, e quando o Senhor (Nilson) me entregou lá; ‘esse é o menino lá de São Miguel’. Aí me botaram na frente do Juiz: ‘Não matei ninguém!’

(Arlindo Nelson): A mãe me deu a notícia que eu ia pro Abrigo de Menores [...] mas eu não tinha muita noção do que era o Abrigo de Menores...volta e meia alguém falava do Abrigo, conversava: ‘ah, vai pro Abrigo’. Não tinha noção do que era, até que um dia eu fui parar lá, quando tive sete anos...A minha mãe me pegou [...] pra me alegrar, pra me deixar mais contente, ela me deu 20 cruzeiro [...] um dinheirinho pra criança gastar no Abrigo [...] me levou; eu fui contente pro Abrigo de Menores, muito contente.

---

<sup>328</sup> Ver: PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, n.15, abr, p.16, 17, 1997.

(Eu): Foi a pé?

(Arlindo): Rapaz...nós fomos a pé, exatamente! Passamos pela Mauro Ramos e pegamos a Frei Caneca [...] Daí a minha mãe me entregou ali no Abrigo de Menores [...] no Juizado [...] a mãe entrega você pro Juizado; o Juizado passava pro Irmão Diretor [...] A mãe, a hora que me entrou no Juizado, ela chorava à beça, no Juizado eu fiquei.

(Eu): Mas, você já sabia porque ela tava chorando, o Sr. sabia que ia ficar interno?

(Arlindo): Eu sabia que ela tava chorando porque eu ia ficar ali no Abrigo de Menores...sei que ela ficou chorando, eu também fiquei chorando, fiquei chorando porque fui entregue no Abrigo...até então eu nunca tinha me separado dela, entende, então toda a vida juntos, apesar do castigo muito ruim que a minha mãe me dava.

(Moisés): Nós fomos de ônibus com certeza Eu sabia que ia, mas não sabia o que era, a gente tá sabendo o que é, e não tendo a experiência não é fácil. Normalmente a criança que as mãe iam levar era levada assim (gesticulou como sendo conduzida por outra pessoa, sem perceber a sua situação) nem se despedia, quando dava pelo negócio a mãe já tinha ido, já tinha saído...de repente tava sem mãe sem pai, não é fácil...sabia que ia ficar, mas a criança não pode assim...de supetão, largar a mãe...não tem quem queria fazer, principalmente pra criança.



Fonte: Livro de Fotografias do Abrigo de Menores. ACEDOCAM.

## CAPÍTULO 03

### VIVENDO O COTIDIANO NO ABRIGO:

#### rumo à vida adulta

O método seguido no Abrigo é o método sempre antigo e sempre novo (sem parodiar Santo Agostinho), usado pelos antigos monges: “Ora et labora”. Ocupação contínua, os meninos nunca estão entregues a si mesmos, estão sempre sob o signo do relógio. A religião ocupa a primazia na formação dos meninos. Oração, estudo, esportes, aula, trabalho de oficina e na horta, música e arte enchem o dia do abrigado. Não há vez para o tédio, causa de tantos males.<sup>329</sup>

Cinco e meia era que levantava. Escovar dente; lavar o rosto; se aprontar pra ir pra missa, depois da missa ia pro estudo da manhã. Depois, sete e meia ia pro café. Depois ia pras atividade de oficinas, a Seção Agrícola e estudar, umas dessas três coisas tu tinha que fazer, oficina, Seção Agrícola ou estudar. De tarde (após o almoço) era só estudar e oficina. Depois das aulas tinha um café da tarde. Depois era o recreio, jogar futebol, basquete, vôlei. Depois de uma hora mais ou menos, a gente ia fazer os deveres, não era estudo. Depois de fazer os deveres ia pro horário de janta. Depois de jantar tinha mais ou menos uma hora novamente de futebol, de vôlei, basquete, ou então ficava andando uma meia hora, uma hora em volta de um pátio pra fazer digestão. Depois, umas nove horas, recolhia ao dormitório.<sup>330</sup>

Moisés, ao relatar a seqüência rotineira das atividades vividas no Abrigo de Menores, aproximadamente 45 anos depois de tê-lo deixado, sinalizou o quanto repetitivo foi a “estruturação” do cotidiano institucional, tendo ficado registrado na sua memória esse passado. Outros depoentes se lembraram disso muito semelhantemente, variando apenas a referência a alguns horários, à seqüência das ações, ou com alguns lapsos, como a não recordação da ocorrência do estudo<sup>331</sup> antes do café da manhã.

O cotidiano, dentro do qual as práticas constituem aquilo que se pode compreender por rotina, esconde atrás da aparente repetição das vivências, a passagem do tempo, no qual se constroem e desenvolvem-se as experiências sociais, pessoais e compartilhadas, comuns e plurais, enfim, onde os indivíduos se fazem sujeitos<sup>332</sup>.

<sup>329</sup> União Catarinense de Educação. *Sesquicentenário da Congregação dos Irmãos Maristas*: Brasil. sector Santa Catarina. s.l.:1967, p.55. AUCE

<sup>330</sup> Entrevista já citada no capítulo dois, com Moises Francisco Vieira. Referências como esta apenas serão adotadas no caso de depoentes que não forem expressamente mencionados no corpo do texto. A utilização de nomes próprios de Abrigados se restringirá apenas aos depoentes. Os demais e seus familiares receberão pseudônimos.

<sup>331</sup> Alguns dos depoentes falaram que o despertar se dava em outros horários. Irineu comentou que se dava às 5 horas; Claudionor disse às 5 horas e 45 minutos; Arlindo Nelson afirmou que se acordava às 6h e depois disso, ia-se diretamente à missa. Isso não tem grande relevância, apenas indica que muitas vezes o mais importante é o significado do vivido do que a “exatidão” da lembrança a respeito do passado.

<sup>332</sup> Heller trata da questão da vida cotidiana em termos teóricos e diz que: *A vida cotidiana é a vida de todo homem, sem nenhuma exceção...A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na*

A posição ocupada pelos sujeitos nas situações vividas no dia-a-dia, estabelece a diferença e a alteridade da experiência social, forjando o múltiplo. Tudo isso imerso no embate de relações de força e poder, no qual a resistência, as estratégias de bem viver, a capacidade de adaptação às situações, são desenvolvidas, convergindo para a construção de oportunidades e caminhos alternativos, como também o desenvolvimento da solidariedade, do sentimento de pertencimento, dos afetos, amizades e inimizades, carinho, de superações e decepções. Dentro disso, a trajetória do sujeito vai se elaborando.

Cada um dos rapazes encaminhados ao Abrigo de Menores, materializava em si a concretização de práticas sociais de interferência sobre a infância, expressa formalmente na Sentença de Abandono emitida pelo Juiz de Menores na Capital, e no interior, pelo Juiz de Direito da Comarca responsável. Ela era a credencial para a internação.

Às vezes, a Declaração de Abandono vinha posteriormente ao ingresso da criança, como deixou evidenciado o telegrama proveniente de Laguna, ao solicitar em 22/3/1960 *providências necessárias no sentido de autorizar a internação definitiva no Abrigo de duas crianças que se encontravam recolhidos desde outubro de 1959, devido ao estado de necessidade em que se encontravam*<sup>333</sup>, sem mencionar quais eram.

Os casos de “emergência”, geralmente ligavam-se a situações muito complicadas, como a orfandade de ambos os pais. Em uma ocasião, o Juiz afirmou que a criança não tinha ninguém com quem ficar, estando *no mais completo abandono*, atingindo *a última forma de pauperismo, vivendo na cadeia pública local*<sup>334</sup>.

Esses procedimentos, até a emissão da Sentença de Abandono, em larga medida passava sem a ciência dos sujeitos sobre os quais recairiam os efeitos da internação: os meninos. Esses efeitos eram sentidos com maior intensidade nos momentos do “ritual institucional de ingresso”, expostos a seguir.

O ingressante era entregue pelos pais ou responsáveis a um funcionário ou a um comissário do Juízo de Menores. Este o encaminhava ao Irmão Marista Diretor do Abrigo, que assinava o recebimento num *Termo de Entrega*, no qual assumia a responsabilidade pelo jovem até sua desinternação regulamentar aos 18 anos de idade, salvo interferência do Juiz de Menores em período inferior.

---

*vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade e personalidades...O Homem já nasce inserido em sua cotidianidade.* Com isso, ela quer pensar que é no cotidiano que se processa a história e como o sujeito constitui esta e se constitui nela. Ver. HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6ªed. São Paulo: Paz e terra, 2000, p.17,18.

<sup>333</sup> *Ofício n.170 de 25/3/1960 da Secretário do Interior e Justiça para o Juiz de Menores, em que encaminha telegrama de 23/3/1960 do Juiz de Direito da Comarca de Laguna (APESC).*

<sup>334</sup> *Prontuário n.476. Cf. Certidão dos Autos de Abandono s/n assinada por João M. de Mattos, Juiz de Direito de Jaraguá do Sul. ACEDOCAM*

O *Regulamento do Abrigo* previa, entretanto, que precedesse à internação, ainda durante o processo judicial, o exame médico, a fim de identificar se a criança portava *moléstia infecto-contagiosa, perturbação mental congênita ou adquirida*, ou se era *imperfectível*<sup>335</sup>. Identificada a existência de alguma dessas situações, outros caminhos seriam dados pelo Juiz à criança, com sua internação na Colônia Santana, destinada a pessoas consideradas “doentes mentais”, no Educandário Santa Catarina, para filhos de hansenianos internados na Colônia Santa Tereza, ou ainda na própria Penitenciária<sup>336</sup>.

Nas Sentenças dos meninos internados no Abrigo, provindas do interior do Estado, foram identificadas a menção sobre realização desses exames, sendo informado geralmente que a criança não era *portadora de nenhuma moléstia infecto-contagiosa ou portadora de distúrbios mentais*<sup>337</sup>. Naquelas situações vinculadas à capital, esse procedimento não esteve documentado nos prontuários dos Abrigados. É possível que tais exames estivessem anexos aos processos levados adiante no Juízo de Menores, sendo o Departamento de Saúde o órgão responsável por emitir o parecer a respeito<sup>338</sup>.

Mesmo depois de internado, havia uma espécie de *quarentena*, segundo Moisés, cerca de oito dias, conforme o *Regulamento*, destinado à “observação” do *menor*, para posterior *classificação* quanto ao *seu caráter, inclinação, grau de instrução e aptidões*.<sup>339</sup>

Exame médico e quarentena tinham por objetivo “afastar” do Abrigo possíveis “problemas sanitários” (doentes e doenças) e “disciplinares” (infratores das leis penais que fossem “imperfectíveis”), que viessem a dificultar a manutenção da ordem interna, além de servir também para a verificação em qual das quatro turmas o interno seria agregado. O critério geralmente levado em conta era o da idade.

O planejamento do funcionamento do Abrigo foi pensado considerando o público para o qual ele se destinava, qual seja, *menores pervertidos ou considerados infratores das leis penais*, sendo que estes deveriam ficar *sujeitos ao mesmo regime*

<sup>335</sup> Art. 4º, inciso I e II do Decreto 3.017 de 02/08/1944. APESC.

<sup>336</sup> Existe a menção ao encaminhamento pelo Juízo de Menores da Capital do envio de pessoas a essas instituições em: *Relatório do Juízo de Menores da Comarca da Capital de 1951, entregue em 1952; Rel. do Juízo de Men. de 1953, entregue em 1954; Ofício n. 202 de 17/3/1959 do Juiz de Menores à Secretaria do Interior e Justiça em que solicita internação na Seção Agrícola da Penitenciária do Estado do Menor Maurílio*. Todos em APESC. Ainda no *Prontuário n.1295* consta anotação de que o Abrigado teria uma irmã interna de *8 anos interna no Preventório*, nome conhecido para a Colônia Santa Teresa ou o Educandário Santa Catarina; e anotação mais específica consta no *Prontuário 1130*. Ambos em ACEDOCAM.

<sup>337</sup> P.ex.: *Of. n.444 de 21/8/1959, recebido pelo Abrigo de Menores da Sec. do Interior e Justiça, em que encaminha à internação Marcos Lopes, juntando cópia da Sentença de Abandono proveniente do Juiz de Direito da Comarca de Tijucas*. APESC.

<sup>338</sup> Decreto 3.017/44. Art. 6. Determinava também que deveriam tomar as vacinas.

<sup>339</sup> Decreto 3.017/44. Art. 08 a 10.

*ordinário dos demais internados*<sup>340</sup>. Mesmo diante dos acordos estabelecidos entre Estado e Maristas para que se recebesse prioritariamente *abandonados*. O significado para essa categoria foi discutido no capítulo um. De qualquer forma, em muitos casos a Sentença de Abandono indicava no seu texto que o rapaz internado havia cometido pequenos atos considerados infrações penais (furtos, roubos insignificantes). Contudo, era registrado no *Livro de Matrículas do Abrigo de Menores* como *abandonado* e não como *delinqüente*.

Ligado a isso, inúmeras Certidões de Sentença de Abandono foram construídas resumidamente, sequer indicando as razões da internação, sugerindo que se seguia um modelo de Sentença no qual se modificava apenas o nome dos pais, o nome da criança sentenciada e do Juiz<sup>341</sup>. Eventualmente havia Certidões com indicações ou texto diferenciado. O registro nesses casos dava-se como abandonado.

A reprodução de Sentenças não era exclusivo da Capital. Em casos vindos de Blumenau, por exemplo, chegou-se ao absurdo de repetir-se *ipsis literis* os termos que descreveriam a situação social da criança, justificando a internação:

o menor vive na vadiagem e que sua irmã em cuja companhia vive não mais consegue dominá-lo estando desta maneira incapacitada de criar e educar seu irmão. O menor não atende sua irmã em cuja companhia vive. Os corretivos que lhes são aplicados, nenhum efeito vem surtindo<sup>342</sup>.

Se para a administração do Abrigo a rotina de ingresso prestava-se à finalidade de melhor observar a condição do novo interno, para estes, o momento era o de sentir um primeiro impacto abrupto dessa nova fase de vida.

O “ritual de entrada” foi lembrado por ex-Abrigados como um momento de estranheza e de tensão pelo que se estava passando, dificultando a lembrança dessa experiência, relativo às situações envolvidas na ocasião. Moisés relatou isso assim:

<sup>340</sup> Decreto 3.017/44. Art.51.

<sup>341</sup> No período de 1948 a 1972, assumiram como titulares do Juízo de Menores da Comarca, cerca de sete Juizes. Geralmente as primeiras sentenças de cada continham opiniões e caracterização mais precisa das situações dos processos, depois entrava numa repetição tabulada de textos e decisões. Há que se considerar o seguinte: as Certidões, que deveriam ser cópia fiel da sentença original, eram elaboradas por Escrevente do Juízo. É possível que, por economia de trabalho, se produzissem certidões muito resumidas e repetidas, alterando apenas o nome das pessoas. Existiam inquéritos elaborados pelos Comissários do Juízo sobre as crianças. O ato precedia a abertura dos Processos de Abandono, onde devia conter informações sobre as justificativas para o processo. Essa documentação não foi analisada, pois não houve oportunidade de acesso, mas sabe-se do conteúdo de alguns processos pois quando elaborava o projeto de pesquisa e levantamento de fontes, foi-me fraqueado o acesso ao Arquivo do Juízo.

<sup>342</sup> Ver: *Prontuário n.1029, Cópia de Sentença de Abandono do Processo n.4565 por Aristeu de Gouvêa Schiefler, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Blumenau, em 31/01/1962*. Em ACEDOCAM. Nas seguintes fontes, foram reproduzidos os termos dessa *Sentença*, modificando meramente os nomes das partes e dos sujeitos. Por exemplo, onde estava escrito *irmã*, encontrava-se o termo *mãe*; no local escrito *menor*, leria-se *menores*. Cf. *Of. Gab/535 de 11/4/1961 da Secretaria do Interior e Justiça encaminha à internação no Abrigo os menores Kleiton e Taciano, procedentes da Comarca de Blumenau, ao Juiz de Menores e ao Abrigo de Menores. Acompanha cópia da Sentença de Abandono de 22/3/1961 por Aristeu de Gouvêa Schiefler, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Blumenau*. Em APESC. Ver ainda *Prontuários n.1070, 1073, 1030, 1290*, em ACEDOCAM.

Eu acho que tenho na lembrança que a gente era entregue ao Diretor, a papelada já estava com ele; depois a pessoa entra, o Juizado dá entrada lá e a gente já ficava como interno...Aí uma senhora que trabalhava lá...começaram a conversar com a criança, iludir, pra ela não chorar, depois...tinha um Abrigado já mais velho que trabalhava na portaria..., ele levava a gente pra um Irmão que recebia pra tomar banho, pra fazer um exame de saúde, tudo...aquela moça...conversando comigo fui convencido de que tava lá, de ficar...pra se sincero eu não lembro o que aconteceu. Quando dei pela maçada, já tava sem pai nem mãe.

A dificuldade em recordar não o impediu de apresentar uma “versão” possível para a sua experiência. A construção dessa se nutriu da própria trajetória dele como Abrigado, em que convivera com situações semelhantes no papel de observador.

Tal sentimento aflitivo também foi descrito por Vilmar:

O primeiro impacto a gente se retrai, porque vai pr'um Abrigo aonde tu não pode sair, te colocam lá dentro e depois diz: tu tens que assumir; tu tens que ficar; é difícil saber que tu vais pr'um lugar sem querer e ter que ficar na marra, na obrigação.

Claudionor, em certa medida, compartilhou desse sentimento: *chegando no Abrigo foi a decepção...tu chora*. Essas falas revelam que a participação do ingressante quanto à opção de ser ou não interno, era mínima, manifestando o tom arbitrário da situação que lhes era imposta, considerando ainda por cima a idade de entrada, que girava entre 7 e 14 anos.

Seguindo o processo de entrada, o interno tomava banho, tinha os cabelos raspados, recebia roupas e sapatos uniformizados, passando a corporificar características identitárias desejadas pela instituição, que buscava homogeneizar os sujeitos, e também dispor de um instrumento de controle interna e externamente.

No primeiro corte, os cabelos eram raspados completamente. Nos seguintes, variava. Para as crianças da primeira turma, usava-se um corte com um topete semi-circular na parte frontal da cabeça (estilo “Ronaldinho”, disseram alguns). Para os demais, usava-se cabelo batido nas laterais e no centro, com uma certa altura. Uma das punições que se recebia era ter de cortar o cabelo igual ao da 1ª turma. Conforme Adilson, isso *era um vexame, uma humilhação*.

O rito de se despojar das roupas não significava simplesmente deixar para trás uma vestimenta, um tecido que revestia o corpo. Simbolizava a ruptura com um passado vivido enquanto realidade cotidiana. O relato de Arlindo Nelson expressou um pouco isso:

Alguém me entregou pro Irmão José<sup>343</sup>, daí o Ir. José me levou pra uma rouparia; tirei a roupinha que tinha, era calcinha curta, aquelas coisinhas toda, tirei; me deram a roupa, peguei o uniforme do Abrigo de Menores; daquele dia em diante [...] Ingressei no Abrigo de Menores!

<sup>343</sup> Durante os depoimentos, os Maristas foram identificados pelos termos Irmãos, Maristas, Padres.

O destino dessas roupas era o fogo<sup>344</sup>, sinalizando metaforicamente o interesse em eliminar os vestígios do passado dos Abridados.

O uso de roupas comuns foi comentado por Carlos, *lá dentro tu não usava a tua roupa*, que acrescentou existir dois tipos de vestimentas, *tu tinha o uniforme pra ficar lá e tua roupa de sair*.

O primeiro compreendia calçãozinho e calça, camisetas em mangas curtas ou longas de malha, agasalho para o frio, sapato em couro preto, chinelo, ou descalço<sup>345</sup>. As características simples e rústicas indicavam que eram produzidas para serem desgastadas e sujudas pelo seu uso ligado às atividades desenvolvidas pelos internos no dia-a-dia.

Essa vestimenta foi caracterizada por Adilson como *meio esquisito*. A cor da camisa, por seu turno, foi comparada por Miguel à de um prisioneiro, *camisa daqui, tipo camisa de, não sei se prisioneiro usa, não é branca nem escura, uma cor esquisita*, o que não o impediu de considerar *aquela camisa bonitinha*.

A roupa das eventuais saídas, era melhor composta, harmônica, garantindo uma “boa apresentação” pública, de acordo com Irineu, na ocasião em que a caracterizava:

[...]era uma calça de linho cor de terra, daqui, por dentro camisa branca com gola, por fora uma camisa que tinha fazenda bem grossa verde, escrita assim: “Abrigo de Menores”, amarelo, muito linda, o letreiro aparecia bem grande, meia branca e sapato preto.

Irineu falou com um certo orgulho da roupa, ou seja, à identificação pública ele atribuiu um caráter positivo. Diferente significado foi narrado por Claudionor:

Podia estar andando fora do Abrigo que se identificava que você era do Abrigo de Menores, uma roupa que marcava muito, as roupas que a sociedade não usava, que nós usava.

Para Vadely, que antes de ser interno vivia em situação muito complicada, ter recebido um banho, cortado os cabelos e ganho uma roupa, foi significado como atitudes que evocaram cuidados, uma atenção para consigo:

Eu fui pra lá, me deram banho, trocaram de roupa e começaram a me cuidar...então ali eu aprendi a criar amor pelos grandalhão que cuidaram de mim...hoje eu tô com 47 anos...já tenho a minha família...eu sou assim, não fico sentado lá preso, como se fosse um vagabundo, ladrão...aprendi muita coisa boa lá dentro.

O período de enfermaria também servia para que o interno tivesse o seu prontuário aberto; recebesse as *instruções preparatórias sobre o modo de vida no*

<sup>344</sup> Decreto 3.017.Art.14 - A roupa será queimada, salvo se estiver em tão bom estado que possa ser utilizada à sua saída.

<sup>345</sup> Conforme alguns depoentes, a regra era se ficar de pés descalços, sendo o sapato utilizado para as saídas.

*estabelecimento*<sup>346</sup> e um número de identificação na instituição; passasse a se ambientar com o novo espaço, os horários, a rotina, as normas, acompanhando as atividades de uma das turmas, ainda sem se incorporar a ela, para depois ingressar efetivamente na mesma.

A “transição”, no relato dos ex-Abrigados, estendeu-se para além dos dias de enfermaria, traduzindo-se como a fase de adaptação, para alguns mais fácil, para outros nem tanto. Valmir sugeriu isso, ao comentar a sua situação: *a adaptação foi muito fácil*. Porém, *alguns lá passavam dificuldade*, ponderou; para esses teria sido difícil *deixar aquela vida solta, de fora, livre, pra ficá num regime certinho, regrado*, concluiu.

Arlindo Beckhauser falou de facilidades: *cheguei, já me enturmei*. Sem dúvida lhe foi menos difícil, pois ingressou na turma de seu irmão que estava interno a dois anos.

Moisés valorizou aquilo que diferenciava sua vida antes e depois de estar no Abrigo, mas ponderou que a passagem do tempo foi necessária à sua sensação de adaptação às práticas e às regras estranhas:

Levava quase uma semana de adaptação. Ia lá na hora do café, do almoço, do café da tarde, da janta, então, ia se adaptando aquela vida ali. Se adaptava rápido, porque a pessoa era bem tratada...ia pr'uma situação melhor do que tinha antes...no sentido de alimentação, dormir, estudar; lá fora a vida não era fácil.

Apesar disso havia reações de não aceitação pacífica desse processo de ingresso. O choro, retraimento, sentimento de abandono, eram manifestações de contrariedade ou estranhamento àquilo que se lhes impunha. Alguns tinham atitudes mais vigorosas, como a de fugir nos dias de “adaptação”.<sup>347</sup> Aqueles que eram pegos, recebiam reprimendas enérgicas dos Maristas, sendo encaminhados ao *quartinho disciplinar*<sup>348</sup>, ou então, a minoria, à Penitenciária<sup>349</sup>.

O tom da fala de Moisés sugeriu solidariedade àqueles que resistiam mais veementemente, ao dizer que *um ou outro acabava acontecendo, não se conformava*.

As resistências às práticas do Abrigo se davam tanto nesses momentos iniciais, quanto ao longo da internação. Os depoimentos expressaram que algumas delas ainda existem como um sentimento de discordância ao que se fazia. Isso será visto adiante.

Inúmeras foram as formas de resistir, seja com a fuga física, seja com as “micro-fugas” silenciosas dentro da rotina; ou ainda com a invenção de práticas possíveis

<sup>346</sup> Decreto 3.017. Art. 11.

<sup>347</sup> Ver: *Pront. n.1070, anotação na Ficha Disciplinar de fuga em 21/4/1963, ingresso 06/3/1963. Pront. n.1073, anotação na Ficha Disciplinar de fuga em 21/4/1963, ingresso 26/3/1963. Pront. n.951, anotação na Ficha Disciplinar de fuga em 16/01/1961, ingresso 08/3/1961. Todos em ACEDOCAM.*

<sup>348</sup> Ver: *Pront. n.857, ingresso em 11/7/1958, Ficha Disciplinar de fuga em 14/8/1958, 3 dias no Q.D.(Quartinho Disciplinar); 31/10/1958 evadiu-se- Q.D.. Em ACEDOCAM.*

<sup>349</sup> Ver: *Livro de Matrícula do Abrigo de Menores, n.747, ingresso 25/01/1957, recolhido à Penitenciária em 27/01/1957. Depois de passado um tempo da internação ver: Pront. n.690. Ambos em ACEDOCAM.*

no cotidiano. Enfim, cada sujeito buscava imprimir na sua trajetória o seu modo de se fazer Abrigado. Isso não se dava num único instante, mas atravessava as práticas do dia-a-dia.

Mas havia também sentimentos e avaliações positivas das atividades internas, que de igual forma compunham a experiência desses sujeitos. Tal como a lembrança dos conflitos, a recordação de vivências agradáveis e construtivas estiveram presentes nos relatos dos ex-Abrigados, sendo que por vezes ambas as avaliações se intercalaram, sugerindo a existência de tensões no como esse passado foi vivido e é lembrado.

Estando o Abrigado na sua turma, que com o tempo mudaria pelo fato delas serem divididas por faixa etária<sup>350</sup>, ele passava a participar das atividades institucionais desenvolvidas nos seus respectivos horários e que materializavam o tal “método dos monges”, no aspecto da ocupação contínua e da centralidade da religião, configurando por isso o que se pode chamar de método dos “Irmãos Maristas no Abrigo”.

Dentro disso, a apropriação, administração e controle do tempo e do que se fazer, estabelecia relações de poder, nas quais o espaço de manobra dos Abrigados era reduzido. Mas eles inventavam suas oportunidades, sob o risco permanente de serem pegos ou denunciados, e sofrerem algum castigo, isso porque a lógica dos religiosos era a de ocupar todo o tempo com alguma atividade autorizada, não dando oportunidade ao “ócio”, ou à realização de algo não “prescrito”, por “falta de tempo”. Na lembrança de dois ex-Abrigados, esses aspectos foram destacados. Valmir enfatizou a questão da ocupação contínua: *Não ficava ninguém parado, sempre tinha atividade, mesmo na hora que não tinha o que fazer, tinha que fazer alguma coisa.* Adilson destacou a ênfase atribuída a religião nessa rotina. Afirmou que um dístico Marista dizia que *cabeça parada, oficina do diabo, ou cabeça vazia, ferramenta do diabo, então não podia parar.*

A fragmentação do dia impunha a cada momento certas atividades a determinados Abrigados. Algumas dessas eram comuns a todos e realizadas em espaços contíguos, como as refeições, a missa. Outras eram comuns, mas realizadas separadamente, como os recreios. Outras ainda eram específicas à certa idade e a certo grupo, como a participação nas aulas escolares ou o trabalho nas oficinas.

Mesmo nas atividades contíguas, havia uma forte preocupação com a separação das crianças mais novas, da 1ª e 2ª Turma, dos adolescentes mais velhos, da 3ª e 4ª Turma, que se expressava no *Regulamento do Abrigo*, ao afirmar que *os menores de oito e quatorze anos não poderão fazer parte de turma de menores de quatorze a dezoito*

<sup>350</sup> A primeira turma se destinava às crianças entre 7, 8 anos (idade regulamentar mínima para ingresso, segundo art.1º do Regulamento do Abrigo, Decreto 3.017/44, mas que a documentação registra ingresso em idade inferior) e 10,11 anos; a segunda turma, crianças entre 10,11 anos até 13,14 anos; a terceira turma, adolescentes entre 13, 14 anos até 16; a quarta turma, adolescentes entre 15, 16 e 18 anos, idade regulamentar limite.

anos<sup>351</sup>, e se materializava, por exemplo, na disposição física dos dormitórios. Os dos pequenos ficava em dois pavimentos do bloco principal do Abrigo, com 60 camas cada um. Os dos maiores, também separado em dois salões com de 60 camas cada, localizava-se em construção anexa distante cerca de 400 metros do bloco principal, todos com banheiros.

O dormitório cumpria a função de guardar os corpos cansados ao final de um dia ativo, às 20h30 aproximadamente, para o repouso, e de despertá-los já descansados, às 6 horas, para mais um ativo dia. Esse descanso não era facultado a todos. Alguns recebiam o castigo de ter de ficar acordado em pé por várias horas, em várias noites, conforme afirmou Vilmar, que disse ter passado por isso, ao ter sido pego namorando uma menina em frente ao Abrigo.

A execução dos castigos nesse horário era supervisionada pelo Irmão Marista (Irmão Prefeito) que permanecia em cada dormitório, a noite toda, num compartimento cercado por panos de alto a baixo, em torno de uma cama, a qual era chamada de “cela” pelos internos e pelos religiosos.

Ao Irmão Prefeito era prescritas, entre outras, as seguintes funções:

Observar cuidadosamente, em cada internado, seus vícios, virtudes, afeições, tendências, os efeitos do regime educativo e disciplinar...Ensinar aos menores os seus deveres, mostrar-lhes a maneira de os praticar; corrigir-lhes os defeitos, repreender-lhes as faltas, aconselhando-os a respeitar a honra, a amar o trabalho e a proceder de modo que mereçam a estima e afeição dos seus companheiros.<sup>352</sup>

Antes de deitar à noite e depois de acordar pela manhã, se realizava a higiene corporal. Naquela, além da limpeza dos dentes, tomava-se o banho diário numa cabine fechada, com água corrente, mas fria. No *asseamento de manhã*, conforme Arlindo Nelson, não se tomava banho, era se lavar mesmo (o rosto, os dentes), cada um tinha o seu apetrecho, sua escovinha de dente, a pastinha de dente, sabonete.

Irineu, ao comparar a sua situação de interno com as carências encontradas depois de sua saída, valorizou as condições oferecidas no Abrigo, indicando que a

<sup>351</sup> Decreto 3.017/44. Art.2º§ 2º.

<sup>352</sup> Decreto 3.017/44. Art. 28, inc, V e VI. A identificação do responsável pelas Turmas do Abrigo como *Prefeito*, constava do Regulamento da instituição. Tinha um auxiliar que era chamado de *Vice-Prefeito*. A ele cabia acompanhar os internos nas refeições, nas atividades esportivas, recreios, dormitórios, sanitários, trabalhos, enfim, supervisionar o dia-a-dia. Entretanto, não ministrava as aulas do ensino escolar nem orientava o trabalho nas oficinas profissionais. Apesar de poder se levantar a hipótese de que a terminologia adotada na designação desses poderia estar ligada às questões republicanas no País, como o trabalho de Veiga e Faria sugerem ter acontecido em Minas Gerais, e se expressado na organização em moldes republicanos do Instituto João Pinheiro, em que havia eleição entre internos para algumas funções, nomenclaturas de Estado, como Ministros da Justiça, da Fazenda. Boto menciona que no *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu, código máximo da organização e plano de estudos da Companhia de Jesus* (jesuítas), existia a designação de *Prefeito Geral de Estudos e Prefeito de Estudos Inferiores*, que teriam finalidade de relação mais direta com os estudantes no caso, apesar dele também fazer referência a ritualização de *práticas públicas/coletivas que deveriam nortear um dado comportamento civil e religioso*. Cf: VEIGA, Cynthia Greive; FARIA, Luciano Mendes de. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.54; BOTO, Carlota. O desencantamento da criança entre a renascença e o século das luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 27-29.

rememoração é um permanente movimento de ressignificação, que se relaciona com as vivências que perpassam a trajetória do sujeito. O banho serviu-lhe para falar disso:

Lá (no Abrigo) eu ainda tinha um banheiro pra tomar banho e aqui (depois de sair) não tinha nem lugar pra tomar banho, era bacia...então foi pior porque lá eu tomava banho em pé, e esfregava todo e aqui era sentado...não é mole, é ruim.

Periodicamente, existiam os exames de saúde na enfermaria, na qual o asseio corporal, ou a reprodução de hábitos higiênicos, era exigido do interno. Arlindo Nelson afirmou que numa das inspeções, acabou “denunciado” pelo seu corpo, pois em certas regiões, sua ação de limpeza “não era eficaz”, segundo as prescrições. Por isso, ele afirmou que tomou uma *coça*, apanhou do Irmão Marista enfermeiro.

As energias mobilizadas com o intuito de forjar sujeitos higiênicos e sadios, através da rotina higiênica e depois da supervisão, quanto a sua incorporação nas ações dos internos, indicam a importância como o tema era tratado no Abrigo pelos Maristas, sendo que isso se ligava às finalidades políticas e eugênicas que se projetava às instituições educativas no período. Estas seriam os instrumentos que incutiriam pelo hábito, a *educação sanitária* que garantiria *o bem estar físico, moral* e um *modo de vida civilizado, purificando-os das práticas condenáveis*, conforme disse Rocha<sup>353</sup>. Isso em favor das questões emergentes para os setores sociais elitizados, que pretendiam formar e disciplinar os setores pobres e trabalhadores, para a sociedade capitalista, segundo Marques<sup>354</sup>.

Relacionado com isso estava a rotina alimentar, que deveria ser, *embora simples, sadia e abundante*<sup>355</sup>, e era consumida no café da manhã, no almoço, no lanche da tarde e no jantar, com produtos, em grande parte, produzidos pelos músculos dos próprios Abrigados na Seção Agrícola, nas Hortas ou na Granja Saíra, que assim também trabalhavam para concretizar o projeto de se ter corpos saudáveis, além do hábito do labor. Leite, carnes, leguminosas, verduras, frutas, mel, e uma série de outros alimentos que compunham o regime “dietético” dos internos, pela participação destes em suas produções, o que decerto valorizava coletivamente a experiência de comer. Segundo falou Carlos: *Nós mesmos plantava, nós mesmos que comia, plantava pra nós comer, e era muito bom.*

<sup>353</sup> ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação Escolar e higienização da infância. *Cadernos CEDES*, n.59, v.23, abr., p.42, 45, 48, 49, 2003.

<sup>354</sup> Marques discute isso a partir de pesquisa com textos teóricos e técnicos das primeiras décadas do século XX, de médicos, higienistas, juristas, pedagogos, e de debates sobre educação, higiene e eugenismo no período. Ver: MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas/SP: Unicamp, 1994, p.121-122 (especificamente).

<sup>355</sup> Decreto 3.017/44. Art.69.

Parte dos alimentos eram adquiridos fora, como arroz, refrescos, algumas frutas, carne, macarrão, café<sup>356</sup> e o pão, que pelo menos na década de 1940 era fabricado e entregue pela oficina de Panificadora da Penitenciária Estadual<sup>357</sup>.

As refeições principais (café da manhã, almoço e jantar) eram servidas no refeitório, um extenso salão que comportava todos os 240 internos, divididos em mesas com 6 pessoas, e em seções entre cada uma das quatro Turmas. Havia, segundo alguns depoentes, uma linha imaginária divisando cada seção, não sendo autorizado ultrapassá-las, isso era supervisionado pelo Irmão “Prefeito” responsável por cada Turma.

O lanche era servido ao meio da tarde, nem sempre no refeitório, por vezes utilizava-se para isso de uma grande mesa em tábua construída debaixo de altos eucaliptos perto dos campos de futebol. Esses momentos ficaram registrados na memória dos ex-Abrigados, sobretudo pelo alimento que geralmente lhes era entregue: pão com banana, conforme disse Claudionor, ao mencionar *a famosa historinha de pão com banana*; às vezes acompanhava mel e junto com um *chá de eucalipto com leite*, comentou Adilson.

Uma comida elevada à condição de “típica” foi o “picadão”, que consistia numa “mistura” contendo batata e carne picada, segundo lembrou Walter, que acrescentou ser esta *a comida que mais tinha no Abrigo*.

Comer muito o mesmo cardápio, preparado em grandes quantidades, mas servido em porções nem sempre suficientes a satisfazer a vontade dos internos, foi a observação feita por Valmir, dando o tom da experiência alimentar no Abrigo, dizendo que

A alimentação era muito boa...a gente pode até dizer que pela fase de crescimento, não era talvez o suficiente, quer dizer, se tivesse mais se comia mais, mas como era uma ração (porção), é esse tanto pra cada um e deu...comida a mais, comida a menos o estômago se habitua às vezes até a passar fome.

O caráter disciplinar subjacente ao ato alimentar, em que se deveria comer aquilo que se colocava à mesa, portanto criando um hábito de se comer modicamente, é possível de se inferir a partir da fala de Irineu que afirmou: *se a comida fosse boa era boa, se não fosse boa era problema seu*; comia-se o que era servido, não o que se queria.

Mesmo assim, alguns Abridados inventavam estratégias para se alimentar além da conta, sem o conhecimento dos Maristas. Uma delas era a “mesa de arromba”, que consistia num acordo entre os membros de uma mesa do refeitório, de que a cada refeição,

<sup>356</sup> P.ex: *Of; n.169 de 04/6/1960, do Abrigo de Menores à Sec. do Int. e Just., em que solicita o aumento de verba para compra de gêneros alimentícios, devido ao encarcamento*. Ver ainda: *Relatório do Abrigo de Menores exercício de 1960*. Ambos em APESC. Também: *Relatório das atividades de 1969 no Educandário 25 de Novembro, 30/12/1969*. Em AUCE.

<sup>357</sup> Além do Abrigo, a *força policial* recebia os pãezinhos dos presos. Cf. PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Setembro de 1940. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1940.

um dos deles se serviria primeiro, não obedecendo o “limite” de dividir igualmente as porções. Desse modo, o primeiro, o segundo, e assim sucessivamente, podiam encher o prato. Ocorre que os últimos fatalmente ficavam com muito pouco o que comer. Alguns se satisfaziam em excesso, outros ficavam com fome. Entretanto, como a roda ia girando, o primeiro depois seria o último, e o último ia subindo de posição até ser o primeiro, tendo todos, portanto, a oportunidade de bem se alimentar durante alguns dias.

Também se fugia da “dieta” institucional, comendo, sem autorização, alguma fruta da plantação, ou então, aproveitando alguma situação específica, como o recebimento de uma remessa de biscoitos doces, segundo Valmir, “vencidos”, para, junto de companheiros, subir ao *sótão* onde elas estavam, e pegá-las para deliciarem-se. Apesar de fora do prazo, *o pessoal não quer nem saber, porque perfeita, saborosa*, ressaltou Valmir.

A proximidade do mar, pois o Abrigo era fronteiro ao Oceano Atlântico, permitiu que alguns Abridados o utilizassem para pescas “furtivas”, sobretudo do baiacu,<sup>358</sup> que depois de frito em latinhas de metal de goiabada, com banha pega na cozinha, às vezes sorrateiramente, era comido por aqueles que participavam da diversão. Isso acontecia em momentos em que o controle era um pouco relaxado, mas existente, tanto é que, em certas oportunidades, eles eram pegos e recebiam castigos pela “transgressão”.

Outras vezes, a pesca e a fritura eram autorizadas, situações em que se *fazia uma juntaria*, que consistia na reunião de 3 ou 4 internos a fim de participarem da atividade, em que a alegria dava-se pela maior “liberdade” autorizada. Assim, se *fazia uma fogueira na beira da praia, fazia uma gritaria, um ia pescando, o outro já ia fritando*, relatou Miguel.

Ainda assim, levando em conta a origem social dos Abridados, alguns dos quais teriam passado por fortes privações alimentares antes do Abrigo, como Walter, que teve de pegar sobras de comida na Marinha, a experiência do internato de não apenas comer, mas de ter o que comer, ganhou destaque especial no relato dele, ao afirmar que *além de disciplinar, o Abrigo dava a você a condição de cidadão, começava a sentir o que era ser um cidadão, direito à café, direito ao almoço*. Walter acrescentou o significado que lhe teve a passagem por restrições profundas; depois de ter o que comer, não podendo

---

<sup>358</sup> Este peixe, se mal preparado no momento da limpeza, pode ser venenoso ao consumo humano, mas os Abridados aprendiam a limpá-lo sem que trouxesse perigos à saúde, apesar de ter sido registrado um óbito na instituição pelo consumo desse peixe, conforme falou Miguel no seu depoimento. Outras mortes aconteceram no Abrigo. No *Of. n.220 de 14/3/1951 do Abrigo de Menores ao Juízo de Menores*, se comunicou a morte de um *menor eletrocutado*, em APESC. No *Prontuário n.982*, consta Certidão de Óbito do Abridado, de 18/11/1963, com a causa mortis *insufação ventricular*, em ACEDOCAM.

escolher aquilo que lhe agradasse, mas aquilo que lhe era “oferecido”; e, mais tarde, a superação dessas situações, podendo ofertar a si e aos seus familiares sabores diversos, sem desvalorizar a experiência vivida:

Tu imaginava, um dia na minha casa...e hoje acontece, felizmente, graças ao bom Deus, come-se o que se quer, a gente não tem aquele negócio: “eu vou só comer picadão porque tá faltando”. Tudo isso foi formando a pessoa humana também.

A graça a Deus sugere o tema da religiosidade, que no Abrigo permeava o cotidiano de forma expressiva. A finalidade era formar cristãos, mas também introduzir referências morais, disciplinares e éticas, como o princípio da ordem, da hierarquia, da obediência à autoridade, do valor do trabalho. Para esse desiderato, uma série de práticas eram desenvolvidas, como a missa diária, a oração antes das atividades, a disciplina de religião na Escola, a presença de imagens religiosas e da cruz de Cristo em boa parte das dependências<sup>359</sup>, e a própria vestimenta dos Irmãos Maristas (o hábito na cor preta), criavam um ambiente no qual a religião católica fazia parte da vida do internato, sendo lembrada como constituinte do católico que hoje é Walter, que afirma:

os padres colocavam a religião que eu não tinha, a religião católica...No Abrigo me adaptei às normas do catolicismo, até porque a formação era católica.

A rotina religiosa iniciava às *seis horas* com a *missa na capela*, durando cerca de cinquenta minutos, e *não era cansativa, não chegava a sacrificar tanto*, conforme Valmir. Em outro momento afirmou que achava *meio chato*. Disse ainda que tinha a *oração do terço, antes do almoço*, rezado *caminhando em volta do pátio*, por 20 minutos.

As missas aconteciam na Capela, no bloco principal do Abrigo, participando todos os 240 internos juntos, apesar do lugar delimitado a cada turma. Como disse Irineu, na frente do altar ficava a 1ª Turma, depois a 2ª, a 3ª e a 4ª.

A Capela era adornada com motivos cristãos (santos, cruzes, toalhas decoradas, quadros, candelabros) e com folhagens<sup>360</sup>, demonstrando existir um cuidado com o local, que em 1969<sup>361</sup> passou por pequena reforma, com a ajuda de alguns internos, sinalizando que estes colaboravam em atividades ligadas à religião não apenas quando obrigados.

---

<sup>359</sup> Informa-se isso a partir da visualização de fotografias de inúmeras dependências como dormitórios, salas de oficina e de aula, refeitório, capela, do *Livro de Fotografias do Abrigo*, depositado no Arquivo do Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara, na cidade de Palhoça/SC.

<sup>360</sup> Em *Livro de Fotografias do Abrigo*. ACEDOCAM.

<sup>361</sup> Essa reforma está comentada em: *Relatório das atividades de 1969 no Educandário 25 de Novembro, 30/12/1969*. AUCE. A construção de instalações maiores da Capela para que pudesse receber a população das cercanias do Abrigo, foi objeto de tensões entre os Maristas e Governo nos anos 1950. Ver: *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1951; Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1952 à Sec. de Estado da Just., Educ. e Saúde*. Ambos em APESC. A permanência das solicitações de ampliação da Capela, de acordo com a documentação pesquisada, sugere que nunca foi atendida essa reivindicação. Ver: *Relação de Condições Mínimas para Novo convênio de Administração do Abrigo, pela União Catarinense de Educação ao Governo do Estado de Santa Catarina*, 1958. AUCE.

Alguns Abridados participavam voluntariamente de outras práticas de cultivo e exercício da religiosidade, como a freqüência a uma “grutinha” para orar, segundo Miguel, ou então a participação na *Congregação Mariana* ou na *Cruzada Eucarística*, conforme alguns ex-Abridados. Por exemplo, Walter disse que freqüentou a primeira; Claudionor afirmou o mesmo em relação à segunda. Ambos definiram que o acesso àquelas era restrito às pessoas selecionadas pelos Maristas, que atendessem a critérios como boas notas, bom comportamento ou tivessem destaque em alguma atividade como futebol; ou ainda, alguma qualidade diferencial, como liderança.

Claudionor privilegiou a referência a um atributo do qual se diz portador: *tinha que ter um certo conhecimento de liderança, influências, como eu tinha uma certa liderança, fui líder da Cruzada*. Ao compor essa narrativa, ele atribuiu ao passado uma característica pessoal que ele se reconhece como portador ainda no presente, através da sua militância social ativa, o que o valorizaria e o qualificaria nesse papel.

Walter também destacou aspectos com os quais mais identificou-se: a escolarização, pois se formou médico; e a profissão exercida durante bom tempo, o futebol (foi jogador profissional em times como o Havaí, o que teria lhe ajudado a custear melhorias a si e a sua família, bancando inclusive a faculdade). Disse que: *você era escolhido se você tivesse notas boas, se fosse um bom jogador de futebol; se não tivesse muitas punições*. Citou também as diferenças entre a Cruzada e os Congregados

A Cruzada era um grupo de Abridados, de qualquer idade, que se reuniam pra conversar sobre religião, terço, Nossa Senhora; os Congregados Marianos só discutiam as obras de Nossa Senhora: Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória.

A participação nesses grupos exigia dos Abridados um grau maior de autocontrole, tratando-se da disciplina, e um esforço diferenciado nos estudos, além de disposição em aprofundar os diálogos religiosos. Para esses, contudo, eram concedidos alguns benefícios especiais como participar de algumas atividades diferentes das rotineiras, servindo ambos de estímulo à freqüência, segundo exemplificou Walter, ao relatar que se

...gozava de um certo privilégio porque a gente usava uma medalha e o pessoal sabia: “ele é Congregado Mariano, não é dos ruins, é dos bons”, era mais uma proteção dos padres, a gente ia às missas, você poderia sair pra acompanhar procissões na cidade, isso aí era um privilegiosinho que te deixava melhor dentro do Abrigo.

Expressão disso era a participação anual dos grupos nas grandes manifestações católicas públicas de Florianópolis, para as quais eram convocados pela Arquidiocese, como a

*Procissão de Corpus Christi, Procissão das Festividades de Santa Catarina*<sup>362</sup>, *Procissão de Nosso Senhor dos Passos*.

No *Boletim da UCE* se publicou a ocorrência de ações de catequização e evangelização em bairros da capital, nas imediações do Abrigo, na Penitenciária<sup>363</sup>, das quais principalmente os *Congregados Marianos* participavam. Desse modo, freqüentavam outros espaços de sociabilidade e de vivências no social, o que era considerado algo significativo diante do dia-a-dia repetitivo do internato, não extensível aos demais internos.

Mesmo com os benefícios, parece que apenas uma minoria se sentia estimulada a participar de tais grupos, conforme o registro dos seus membros. Por outro lado, a freqüência ao *Apostolado da Oração* era obrigatória. Os dados abaixo, retirados das *Estatísticas do Abrigo de Menores* dos anos 1953 a 1958, 1960, 1963<sup>364</sup>, reforçam isso.

| ano                  | 1953 | 54  | 55  | 56  | 57  | 58  | 59    | 60  | 63    |
|----------------------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-------|-----|-------|
| Apostolado da Oração | 48   | 164 | 202 | 187 | 164 | 183 | s/inf | 213 | s/inf |
| Congregação Mariana  | 32   | 30  | 44  | 43  | 36  | 28  | s/inf | 28  | 44    |
| Cruzada Eucarística  | 32   | 45  | 45  | 33  | 23  | 37  | 37    | 35  | 28    |

Os depoentes adotaram diferentes posturas a respeito da práticas religiosas no Abrigo, sendo comum a todos suas formações de católicos. Vilmar, por exemplo, expôs o caráter obrigatório e impositivo da atividades religiosas:

Era obrigado a ter catequese, a igreja todo dia, tinha que ir, era regra...não tinha como fugir...eles obrigavam mesmo a criança ir...não tem como gostar, é uma obrigação. Goste ou não goste, tu é obrigado a ir...tinha que mostrar pro Irmão que tu eras católico...se tu reza, é um bom menino; se não reza, és um mau menino...não tinha como escapar disso aí.

Arlindo Nelson, ao reconhecer a presença da religião no dia-a-dia do Abrigo, não opôs objeção: *tudo o que fazíamos era rezando, com oração, nada contra*.

Valmir, ao relatar o processo de reza do terço e destacar o seu caráter normativo, avaliou esse momento como algo “chato”:

<sup>362</sup> Edital: Procissão de Corpus Christi. *O Estado*, p.11, 28/5/1961; Edital de Convocação: Festividade de Santa Catarina. *O Estado*, p.08, 20/11/1956 (Foi reproduzido em edições anteriores, a partir de 16/11/1956); Procissão de Passos: deslumbrante espetáculo de fé cristã. *O Estado*, p.08, 08/4/1962 (Comenta participação da Banda do Abrigo). Todos em BPESC. Os jornais publicavam os editais convocatórios e também notícias a respeito.

<sup>363</sup> PROVINCIAL, Irmão. Notícias apostólicas. *Boletim da UCE*, n.10, mai-ago, p.5-6, 1967; CELSO, Irmão. Abrigo de Menores do Estado e a catequese. IDEM, p.14-15. *Etat nominatif et Statistique: Institut des Frères Maristes des École; proveniente da Provincia de Santa Catarina, Abrigo de Menores de Florianópolis. 31/12/1959; IDEM, 31/12/1960*. Todos em AUCE.

<sup>364</sup> O documento era composto de forma a colher dados para elaboração de estatísticas gerais da Congregação dos Irmãos Maristas, portanto os campos já vinham impressos e eram modelares às demais obras. A omissão em responder inúmeros dos campos, por si só sugeriria que o Abrigo não se equiparava muito às solicitações comuns às outras, dando-lhe um perfil muito específico no “universo” Marista. Assim, espaços como *Exames Vestibulares em Medicina, Direito, Engenharia, Filosofia, Ciências Econômicas Agronomia*, nunca tiveram qualquer registro. Igualmente está ausente anotação dando conta de registrar a existência da *Associação de Pais de Família*, também de membros da *Juventude Estudantil Católica*. Ver. *Estatística do Abrigo de Menores, 1953,54,55,56,57,58,1960,63; e Etat nominatif et Statistique:IDEM. 31/12/1959*. Todos em AUCE.

a voz era de todo mundo junto rezando em voz alta, é talvez meio chato porque era todo dia, mas todo mundo aceitava porque era uma norma, um regime, tinha que aceitar.

Em seguida, comentou: *quem podia escapar escapava, isso sem dúvida.*

Os três relataram também posturas de resistência às tais atividades, às vezes “voluntárias”, como conversas, brincadeiras, cutucões, provocações entre si, má postura do corpo sentado no banco durante a Missa, e, segundo Valmir, atrasos na conclusão de outras tarefas para não rezar o Terço; outras vezes não tão “voluntárias”, como aqueles que, vencidos pelo cansaço e demora da Missa, cochilavam sentados ao banco. Se elas fossem percebidas pelos Maristas, recebiam imediatas respostas. Miguel sugeriu isso ao dizer que o *Irmão dava uma bronca e...fazia levantar na marra*. Vilmar traduziu o que poderia ser essa “marra”: *Se o Padre-Irmão via, ele puf (sic), puxão, vâmo embora, puxava orelha, ou quando era grave, era castigo, ficava marcado quem recebia o castigo.*

Arlindo Nelson relatou uma “técnica” dos Irmãos para se corrigir a postura:

A gurizada botava a bundinha pra trás (do banco da capela) e ele (o Irmão) dava um beliscão na bunda pra ficar direito, retinho.

Os Maristas, pelo seu lado, projetavam a esse exercício religioso, alguns objetivos. O mais evidente era o de formarem cristãos e católicos. Outro era o de introduzir pela rotina o hábito à disciplina, à obediência e ao respeito, o que os ajudava na manutenção do controle do Abrigo. Havia, ainda que remotamente, uma pretensão de se arregimentar entre os internos, novos Irmãos para a Congregação Marista. Caso não houvesse, ao menos eles achavam necessário justificar o porquê da dificuldade em conseguir vocacionados à vida religiosa. Isso esteve explícito no relatório *Etat nominatif et Statistique* de 1960, em que se comentou o encaminhamento de dois *meninos* ao *Juvenato*<sup>365</sup> e, em tom de justificação, se apontou uma a razão para número tão pequeno, se disse que *As vocações não são numerosas por causa do ambiente donde procedem os meninos*. O problema identificado foi o da “origem social” dos internos, *meninos pobres, mas abandonados*<sup>366</sup>, o que em alguma medida os “desqualificavam”, atribuindo-lhes caracteres que os “impediriam” de seguir tal vida.

Por outro lado, os depoentes destacaram a importância dessas práticas, como fundamentais na constituição de suas experiências religiosas, posto que hoje todos são católicos, à exceção de Vilmar, que mudou alguns anos atrás para uma Igreja Evangélica. Valmir falou do processo que o fez católico, mas também da sua convicção e opção a

<sup>365</sup> O Juvenato era o estágio de formação que precedia o Noviciato. Ambos eram realizados em Centros específicos de formação de novos Irmãos Maristas.

<sup>366</sup> *Etat nominatif et Statistique: IDEM, 31/12/1960. AUCE.*

respeito: *A minha religião é católica... porque eu fui criado lá dentro desse regime, e, não, minha decisão é de que nunca vou mudar, já fui convidado, mas nunca vou mudar.*

Adilson avaliou de modo semelhante, enfatizando a imposição sofrida na sua formação:

Hoje sou católico por convicção, porque toda a minha formação no Abrigo era dentro do catolicismo e não era por opção, era por imposição, e a época mesmo, a religião oficial era católica, né.

A hegemonia do catolicismo e o ocultamento de outras crenças fez com que Adilson o considerasse como a religião oficial do período, e que Walter mencionasse quais religiões eram comentadas no Abrigo:

Os padres aventavam muito esse tal de Lutero, protestante. Sobre saravá, umbanda, macumba, ou quimbanda, os Maristas nunca falaram sobre isso. Era protestantes ou católico.

Existiam no Abrigo rapazes que provinham de famílias com outras orientações religiosas. A documentação a respeito é muito rarefeita, sugerindo que não havia o interesse em saber se o novo interno era isso ou seguia aquilo, justamente porque ali ele seria obrigado a seguir a regra, e esta era o catolicismo<sup>367</sup>.

Se a Igreja Católica não era a oficial, as suas relações com o Estado, ou com figuras ilustres, por vezes se davam no nível da cordialidade e da construção de enlaces de compromissos implícitos, como os convites a certos políticos para o apadrinhamento de Abrigados no ato da crisma, como relatou Irineu, com um certo “orgulho”, afirmando que *o seu padrinho de crisma e de vários é o governador Celso Ramos e dona Ruth. Ele foi lá crismar, como muitos doutores foram.*

Uma rede complexa forjava a constituição do ser católico no Abrigo, em que valores éticos e morais também se firmaram como balizas de conduta aos ex-Abrigados. Esse foi o significado expresso por Valmir, ao dizer que *de qualquer forma, a religião contribuiu muito pra educação do homem.* E isso dentro da experiência deles, foi considerado muito importante.

A educação a que mencionou Valmir, não se restringia ao conhecimento escolar, mas sim a um processo amplo de formação do sujeito, dentro do qual o ensino escolar fazia parte, e no Abrigo este também era objeto de atenção.

A frequência às aulas do *Curso de Ensino Primário*<sup>368</sup> no Abrigo era obrigatório *a todos os internados que não o tivessem concluído*<sup>369</sup>, e compreendia o 1º ano

<sup>367</sup> As anotações na documentação pesquisada, dando conta de registrar a orientação religiosa, quer seja da família, quer seja do próprio sujeito internado antes desse fato, são praticamente inexistentes, sinalizando a indiferença por qualquer alternativa ao catolicismo que pudesse existir. Mas, no *Prontuário n.1228*, ainda no período dos Maristas, consta numa ficha de registro do interno a menção de que a mãe do jovem era *crente*. Em ACEDOCAM.

<sup>368</sup> O nível primário junto com o nível ginásial compreendia aquilo que nós conhecemos hoje como ensino fundamental, ou o período do primeiro ano até a oitava série.

até o 4º, 5º ano<sup>370</sup>. A documentação mencionou também o ensino complementar (chamado às vezes de profissional), destinado a que fossem *apuradas as matérias de maior importância*<sup>371</sup>, para preparar os *melhores* estudantes que tivessem encerrado o primário, para o exame de admissão ao ensino Ginásial, oferecido em algumas escolas da cidade.

A divisão das séries no planejamento escolar, se dava de um modo todo especial. A seqüência não era necessariamente de ano a ano. O 1º ano, por exemplo, subdividia-se em dois ou três tempos, de acordo com o relato de Irineu:

Lá não existia 1ª ano, não era como aqui fora, do 1º vai pro 2º ano. O começo era menos do que o 1º ano, pra ti passar pro 1º, tu tinhas que passar no ano seguinte. Aí 1º ano, aí 1º ano e meio, era meio por meio<sup>372</sup>.

Algumas *Mensagens* mencionaram a divisão dos anos escolares da seguinte maneira:

1ª ano primário “A”; 1º ano primário “B”; 2ª ano primário “A”; 2ª ano primário “B”; 3º ano primário “A”; 3ª ano primário “B”; 4º ano primário; 4º ano primário “A”; 5º ano primário; Curso Profissional<sup>373</sup> ou Complementar<sup>374</sup>.

Alguns ex-Abrigados comentaram que freqüentaram a escola antes da internação, e que ao invés de continuarem na seqüência das séries, retrocederam um ano. Walter, que estava cursando o 3º ano do primário falou que *o Abrigo fez com que nós retrocedêssemos para o segundo ano, era sempre um ano a menos*.

A interpretação proposta por esses para tal procedimento, esteve ligada à afirmação de que isso seria um indício a mais da alta qualidade do ensino no Abrigo, quando comparado com as escolas externas. Assim, o 2º ano externo corresponderia ao 1º ano no internato. A documentação, entretanto, sugeriu sentido diverso, parecendo que o retrocesso tinha por foco adaptar o “novato” ao ritmo serial próprio da instituição. Contudo, o sentido apresentado por esses depoentes indica a intenção de se expor uma imagem positiva do Abrigo.

As disciplinas, de acordo com o *Regulamento*<sup>375</sup>, deveriam obedecer *programa, métodos pedagógicos e as instruções do Departamento de Educação*. Na *ficha individual*

<sup>369</sup> Decreto 3.017. Art.52, II; 54, I..

<sup>370</sup> A documentação e os depoimentos não deixaram claro o funcionamento escolar e a divisão das séries.

<sup>371</sup> *Relatório do Abrigo de Menores exercício de 1951*. APESC. Não houve a menção de quais seriam as “matérias de maior importância”. Esse ensino profissional não se deve confundir com o ensino para profissionalização, que era realizado nas oficinas ou na seção agrícola do Abrigo.

<sup>372</sup> Foi anotada dentro da divisão escolar a aprovação de alguns alunos no ano de 1965. Dentre os aprovados do 1ª Ano Primário “A”, “B”, e “C”, *5 para o 1ª Forte e 1 para o 1ª Médio*. Cf: *Mensagem Anual à Assembléia do Governador Ivo Silveira de 15/3/1966*. APESC.

<sup>373</sup> Na *Mens. Anual à Assem. do Gov. Celso Ramos de 15/4/1964*, mencionou-se que no exercício de 1963 *não funcionou o curso profissional*. BPESC. Referência expressa ao 2º Ano “B” está na *Mensagem* já citada de 1966.

<sup>374</sup> Na *Mens. Anual à Assem. do Gov. Ivo Silveira de 15/3/1967, p.143*, mencionou-se o Curso Primário e o Curso Complementar apenas. BPESC.

<sup>375</sup> Cf. Decreto 3.017. Art.56. Na documentação pesquisada, encontrou-se apenas a regulamentação do Ensino Complementar, junto da qual havia a descrição das disciplinas que deveriam ser ministradas, além dos seus conteúdos. Ver: Decreto Estadual n.715 de 03/03/1939. Ambos em AUCE.

constante dos prontuários dos internos<sup>376</sup>, havia a menção de disciplinas como *religião, instrução moral e cívica, português, aritmética, geografia, história, também leitura, morfologia geométrica, ciências, caligrafia, desenho, tecnologia, educação física, música*. Ex-Abrigados<sup>377</sup> relataram que havia disciplinas como *regras de civilidade, latim e francês*.

O ensino escolar era ministrado na sua maioria pelos próprios Maristas, mas também por outras professoras<sup>378</sup>, e compreendia as aulas propriamente ditas; o “estudo” individual; e a realização e preparo dos “deveres”/temas. Tais tarefas ocupavam parte do dia daquela parte dos Abridados que eram estudantes<sup>379</sup>.

No “tempo de um dia”, a rotina do estudante seria, após acordar e freqüentar a Missa, ir, junto com a sua “Turma do Abrigo” (1ª, 2ª, 3ª ou 4ª), que não seria necessariamente a sua “Turma de Aula”<sup>380</sup>, para o “estudo”. Nesse, realizaria a leitura dos estudos e cadernos, não sendo permitido desenvolver qualquer tarefa. Moisés foi enfático nisso: *De manhã tu não podia fazer os deveres, não podia pegar caneta, lápis, tu tinha que só estudar*. Depois, ia-se para o café. Após, tinha início as “atividades” de oficinas<sup>381</sup>, as tarefas como limpeza de quartos, descascar batatas, etc, e as aulas propriamente ditas.

As aulas eram divididas em turmas por série e turno. Da 1ª a 3ª série, as aulas aconteciam à tarde; da 4ª ao Complementar, eram pela manhã. Num desses horários, acontecia também aulas de educação física, desde que houvesse professor disponibilizado pela Secretaria da Justiça Educação e Saúde<sup>382</sup>, o que nem sempre ocorria, pois segundo a

<sup>376</sup> A menção à fonte é genérica, pois a informação foi colhida de diversos Prontuários pesquisados, constantes do Arquivo “Morto” do Centro Educacional Dom Jaime de Barros Câmara. Informa-se que apenas foram analisados os Prontuários de 1949 até 1970.

<sup>377</sup> Arlindo Nélson, Claudionor.

<sup>378</sup> Cf.: *Mensagem Anual à Assembléia do Governador Ivo Silveira de 15/03/1967*. BPESC.

<sup>379</sup> Apenas a título exemplificativo, cita-se o ano de 1957, em que dos 240 internos, 210 estavam estudando. Ver: *Estatística do ano de 1957 do Abrigo de Menores*. AUCE.

<sup>380</sup> É exposta essa divisão entre “Turma do Abrigo” e “Turma de Aula”, pois um Abridado da 1ª Turma do Abrigo, dependendo do seu estágio educacional, não freqüentaria a mesma Turma de Aula de outros internos da 1ª Turma do Abrigo, ou seja, essa correspondência não existia necessariamente. Isso ocorria porque o critério para compor a “Turma do Abrigo” era a faixa de idade; já para compor a “Turma de Aula”, considerava-se o rendimento escolar ao longo do tempo do interno. Contudo, quando me referir apenas à Turma, subentenda-se que refere-se à Turma do Abrigo; quando referir-se à Turma de Aula, estarei tratando da Turma escolar. Para ilustrar, cita-se o número de alunos do 2º Ano Primário de 1963, que tinha 22 alunos, quando a 2ª Turma tinha 60 internos. Cf. *Mensagem Anual à Assembléia do Governador Celso Ramos de 15/4/1964*, exercício de 1963. APESC.

<sup>381</sup> ACKERMANN encontrou na documentação do APESC da década de 1940, que não foi objeto da minha atenção, pois trabalho o período de 1950 para a frente, apesar de ter encontrado referências documentais anteriores a essa década e haver discutido pelo menos desde o ano 1935, um Ofício reproduzido em seu trabalho, que consta a informação da divisão dos horários do Abrigo. Ver: Ofício n.618-185 de 13/9/1944 do Abrigo de Menores à Secretaria da Justiça, Educação e Saúde (Apud.) ACKERMANN, Silvia. *Op. cit.* p.59.

<sup>382</sup> Cf. Decreto 3.017. Art.17, II. Este artigo mencionava que a Secretaria da Justiça, Educação e Saúde era responsável pela organização da administração funcional e técnico-educativa do Abrigo.

Mensagem de 1963: *não houve aula de educação física por falta de professor nomeado*<sup>383</sup> no exercício de 1962. Isso permite se pensar que, por vezes, existia uma desatenção das autoridades às demandas do Abrigo, e frente a isso, a rotina institucional tinha de “inventar” atividades alternativas para ocupar o tempo daquela que não acontecia.

No Abrigo, além das atividades compartimentadas e em horários demarcados, haviam práticas que não tinham hora para acontecer, mas podiam acontecer a qualquer momento, como a parte disciplinar, que incluía os castigos.

O tema do rigor e do regime disciplinar rígido, foi objeto de observação de alguns ex-Abrigados sobre o ensino. Arlindo Nelson enfatizou a “rotina” escolar ao relatar que: *O estudo lá era muito rígido, estudava mesmo, estudava de manhã, à tarde, à noite.*

A rigidez se estendia na ordem das aulas. O silêncio deveria imperar, sob pena de punição, segundo Valmir: *A sala de aula, não tinha conversa, não tinha papo, não tinha cochicho, não tinha nada, silêncio total.* Disse porém que, havia desobediência. Aos “ousados”, o castigo: *Se tinha barulho, o aluno já era castigado, não tinha conversa!*

Os castigos aos “desvios” de aula eram diversos, o momento da “execução” idem. Puxão de orelha, ajoelhar-se no piso na frente da sala, reguadas sobre a mão<sup>384</sup>, cascudo, gritos, eram respostas imediatas às pequenas formas de resistência ou mesmo de cansaço.

Dormir sobre a mesa de estudo, tendo à frente um livro aberto, era uma “técnica” para se tirar cochilos, que às vezes era interrompido por um tapa na cabeça, lembrou-se Claudionor, ou se tomava o castigo de escrever linhas como afirmou Valmir:

Se na hora da aula o cara dava uma cochilada e por azar dormia, estava no ferro – não devo dormir nos estudos, mil linhas –; às vezes a pessoa tava pingando de sono de noite lendo, se acomodava, tudo em silêncio, daqui a pouco um pegava no sono, ia pro ferro

A execução do castigo de escrever “linhas” no caderno acontecia nos recreios, intervalos, ou antes de dormir. Arlindo Nelson destacou isso ao comentar que o Irmão Marista

mandava escrever 5000, 1000 ou 500 vezes. Então, na hora do recreio, ao invés de você estar brincando com a turma, tava no cantinho, escrevendo, não devo fazer isso, aquilo. Se não acabasse no prazo determinado, à noite tinha que fazer no banheiro até onze e meia, meia noite, uma hora. O Irmão obrigava a fazer o castigo. Às vezes a gente não queria, porque queria dormir e não dava, já pensou trabalhar, estudar o dia todo, ao fim do dia tá cansadinho, no outro dia acorda às 6 horas e continua toda a rotina.

Mesmo considerando a vivência como extenuante à criança que se era, Arlindo Nelson considerou positiva a repetição da escrita na sua trajetória, pois afirmou ter

<sup>383</sup> *Mens. Anual à Assem. do Gov. Celso Ramos de 15/4/1963 (BPESC).* Sobre a necessidade de outros funcionários ver: *Of. n.282 e Of. n.285 ambos de 08/10/1962 do Abrigo de Menores para a Sec. do Int. e Just.* Em APESC.

<sup>384</sup> Um único depoente mencionou o uso das reguadas sobre as mãos. Foi o Sr. Vilmar José Araújo.

adquirido uma habilidade em compor a grafia belamente, “desenhando a letra”. Posição oposta foi a de Walter, que atribuiu a esse castigo, que fez muito, a sua letra hoje, pois *é muito ruim*, disse.

Havia outros castigos, como o de obrigar o “faltoso” a limpar o campo de futebol das *rosetas e guaxumas* (“ervas daninhas”). Miguel falou que se *tinha de arrancar, contar e mostrar pro Irmão, ele jogava fora*, lembrando que a roseta era mais dolorida de arrancar que a guaxuma, pois *perto da raiz tinha espinhos que espetavam pra caramba, o cara tinha que arrancar um montão com a mão lisa, não era fácil não, a gente chegava a chorar*. Adilson, ao lembrar desse castigo, trouxe à tona uma forma de resistência dos Abridados, que se configurava num campo de dinâmicas e negociações entre eles próprios, no qual se “articulavam” numa rede interna paralela ao estabelecido. Disse:

A gente tinha o nosso grupo, tinha uns macetes, tirava uma toiceira grande, cortava em 4, jogamos dentro de um buraco e botamos umas folhas em cima e molhava, duravam um tempão, aí (um) da turma ficava de castigo e nós começava a negociar aquela toicerada. Quanto? Sobremesa toda a semana! Era assim, negociação de sobremesa!<sup>385</sup>

A lembrança de outra punição trouxe em Miguel a oportunidade de expressar seu olhar a respeito. Os Maristas mandavam o Abridado dar *200 voltas* em torno do campo de futebol, devendo outro interno controlar a execução. A cada volta deveria ser entregue um *pauzinho*. Se o tempo de um recreio não fosse suficiente para cumprir o prescrito, a pessoa tinha de continuar no *próximo recreio*, expressando que o tempo da “punição” não era o do relógio, mas o da obrigação a ser vencida. Para Miguel, isso *parecia um castigo sem nexos*.

A punição de *decorar trecho de dez linhas* de notícias de jornal, por Valmir, foi reconhecida como “proveitosa”, *porque era uma maneira de despertar a memória*, apesar de achá-la também *um castigo brabo*.

Walter compartilhou desse olhar, estendendo-o à obrigação de “escrever linhas” no caderno. Reconheceu em ambas finalidades “pedagógicas” e disciplinares, em favor dos internos.

Se eu pudesse listar tudo...só listaria coisas boas, porque esses castigos escrever mil linhas, foram pra aprender o português...Obrigavam você a estudar, ler e

---

<sup>385</sup> Mesmo partindo de outro enfoque nas análises em que procurou analisar instituições “totais”, as quais conceituou às páginas 11,16-26, mas principalmente manicômios, Goffman identificou modos do interno transigir e transgredir com o regime imposto, criando ordens paralelas às oficiais, em que existem transporte de mensagens e de mercadorias, junto às quais desenvolvem fluxos ou “sistemas” econômicos, dentro do qual instituem entre os internos, moedas de troca, principalmente o cigarro. Ver: GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ªed. – 1ª reimpr.– São Paulo: Perspectiva, 2003, p.214-232 (o trecho comentado).

comentar um livro era um castigo, uma forma inteligente de fazer você aprender...Ficar de joelhos, ou deixar de fazer alguma coisa – nem todos Maristas faziam isso –, carregar pedra, foram medidas punitivas que fizeram com que fosse quebrando no jovem aquela falta de entendimento de que você tem que ser disciplinado.

Essa posituação ao método de punir indica uma tendência entre os ex-Abrigados que não afasta a ambigüidade que a ronda e que esteve expressa em Walter no momento em que ele achou por bem restringir a extensão daqueles Maristas que porventura aplicavam castigos mais duros. *Nem todos Maristas faziam isso*, disse.

Quanto ao caráter educativo do método rigoroso, não há interesse aqui de avaliar se era ou não eficaz, mas sim de se pensar como no cotidiano do Abrigo conseqüências desse processo expressavam-se. Assim, indico os registros de aprovação e repetência no Ensino Escolar ministrado no Abrigo:

| ano       | 1948 | 1953  | 1955 | 1959 | 1960 | 1961 | 1962 | 1963 | 1965 | 1969 |
|-----------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| reprovado | 69   | s/inf | 78   | 57   | 60   | 31   | 87   | 58   | 62   | 24   |
| aprovado  | 134  | 126   | 128  | 152  | 170  | 202  | 116  | 133  | 154  | 216  |

Fontes: Mensagens Anual à Assembléia do Governador do Estado dos respectivos anos subseqüentes aos anos informados (vide mais abaixo obs. Quadro de estudantes fora do Abrigo). Todos estão em BPESC. O ano de 1969 ver em *Relatório anual de atividades do Educandário 25 de Novembro de 1969* que está em AUCE.

Diante de tais níveis de rendimento, os Maristas expressavam avaliações em que qualificavam o aproveitamento como sendo *um tanto deficiente*<sup>386</sup>. Nas justificativas apresentadas para isso, citavam como a principal a condição de origem social dos internos, não usando de eufemismos para atribuir a estes a responsabilidade pela situação:

O grau de aprovação nos exames tem se mantido entre 50% e 75%, por se tratar em geral de meninos-problema<sup>387</sup>...Existe por parte de um grande número de abrigados uma verdadeira ojeriza para os estudos. Sentem maior pavor dos livros do que da própria enxada. São os fatores hereditários, psíquicos e educacionais destes elementos pouco favorecidos da sorte que muito influem neste estado de cousas<sup>388</sup>.

A Vilmar, partindo da sua experiência, apresenta um contraponto a isso. Ele não buscou julgar, desmerecer ou reduzir os Maristas como educadores, mas sim expressar seu olhar sobre possíveis questões que poderiam ter levado alguns meninos a não buscarem canalizar energias a fim de conseguir resultados escolares mais positivos, e que, dentro do ambiente em que se vivia, ir mal na escola poderia ser uma forma de resistir. Disse:

A gente era guri, não gostava de estudar, era obrigado na marra, não ficava sem estudar...insistiam que a pessoa devia ser bem educada com as pessoas...ensinavam até para ser mais caprichosa, não perturbar na sala...a disciplina da aula era rigorosa...guri sabe como é, brinca, joga papel pro lado, pro outro, e lá a gente tinha que se conter, não podia bobear...o negócio comia...não sei porque que faziam isso, de repente, pensando que iam educar a criança, mas muitas vezes ela até se revoltava, porque tinha criança que apanhava quase todo o dia, daí ia pra escola, não sabia ler, escrever, também não tinha interesse, porque tem criança que não está disposto pra aprender, não tem, a escola é o mundo, né, o mundo é uma escola...se deixasse os guri à vontade três, quatro horas sozinho, de repente ele até ia estudar, mas quando é uma obrigação, todo mundo rejeita.

<sup>386</sup> *Etat nominatif et Statistique: IDEM. 31/12/1959. AUCE.*

<sup>387</sup> *Idem.*

<sup>388</sup> *Relatório do Abrigo de Menores exercício de 1952. APESC.*

Claudionor reconheceu a importância da sua alfabetização no Abrigo, pois o capacitou a acessar o “mundo da escrita”, tendo sido benéfico à sua militância social. Ressaltou porém a difícil trajetória escolar que teve, expondo uma possível razão para isso:

No Abrigo fui indo, evoluindo um pouco, mas tive dificuldade, foi muita dificuldade pra me formar no primário, muita dificuldade pra me formar no ginásio, aí no normal muito mais dificuldade...eu acho que foi por essa infância tumultuada.

No internato, ele cursou até o 5º ano, última série disponível à maioria dos Abridados. Apesar da trajetória turbulenta, Claudionor expressou sua força e luta, na tentativa de superar os entraves da vida:

Sempre fui um cara que nunca se deixou por abater, corri atrás daquilo que eu achava que ia precisar depois dos meus 18 anos...era mais voltado pra criação, música, liderança, achava que não precisasse do estudo.

A fala de Claudionor e de Vilmar são representativas daqueles Abridados que tiveram a vida escolar restrita ao primário no internato, configurando assim uma tendência de experiências constituídas, muito relacionadas à vida rotineira circunscrita à instituição.

Outra tendência está representada por aqueles que tiveram a experiência de estudar o Ginásio em escolas da cidade como o Instituto Estadual de Educação, o Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia<sup>389</sup>. Para isso, tinham de ter ótimas notas no Abrigo, excelente comportamento, e serem aprovados nos Exames de Admissão. O certo era que o acesso a esse nível de estudo era restritíssimo, conforme quadro abaixo.

| ano            | 1955 | 1956 | 1959 | 1960 | 1961 | 1962 | 1963 | 1965 | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 |
|----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| estudante fora | 10   | 5    | 4    | 4    | 7    | 6    | 17   | 11   | 5    | 8    | 10   | 32   | 72   |

Fontes: Mensagens Anual à Assembléia do Governador do Estado dos respectivos anos subsequentes aos anos informados, isso porque as Mensagens eram elaboradas com dados relativo ao exercício do ano anterior e todos estão em BPESC. Os anos de 1969 e 1970 são provenientes dos *Relatórios anual de atividades do Educandário 25 de Novembro*, e por serem confeccionados no final do exercício correspondem ao ano que relatam 1969 e 1970 e estão em AUCE.

Dos 12 depoentes, apenas Walter e Moisés disseram ter frequentado o Ginásio enquanto internos. Ambos relacionaram a continuidade dos estudos à qualidade do ensino ministrado no Abrigo, mas também à méritos pessoais, como disse Moisés: *Pro Instituto de Educação iam poucos...era um pessoal mais estudado, lido, mais da elite*; e, também Walter: *Quem ia para o Ginásio eram os melhores alunos do Abrigo*.

A opção de continuar os estudos fora não existiu desde sempre. O *Relatório da Direção do Abrigo de Menores de 1952* sugere que até esse ano tal alternativa não estava disponível, pois o Diretor, Irmão Adelmo, propôs ao Governador que se buscasse

<sup>389</sup> Houve a menção da frequência de Abridados em outras Escolas com Ginásio. Esclareço, contudo, que aquelas que tiveram maiores registros e reincidência no tempo, foram as duas informadas no corpo do texto. As demais, às vezes eram mencionadas. No ano seguinte, já não, indicando que a própria viabilização da permanência nas escolas dependia de tratativas com suas direções, isso porque parte delas era particular. Cita-se as escolas: Colégio Catarinense, Escola Industrial, Colégio Dias Velho. Ver: *Relatório do Abrigo de Menores, exercício de 1960*. APESC; LABRE, Irmão. O Abrigo de Menores no seu jubileu de prata. *Boletim da UCE*, n.3, outubro, p.5-6, 1965(AUCE). *Mens. à Assem. Gov. Ivo Silveira de 15/3/1967*, p.143. BPESC.

viabilizar, através de bolsas de estudos, a frequência ao Ginásio dos *melhores alunos que tivessem vontade de continuar os estudos*<sup>390</sup>, de forma a estimulá-los. Em 1955, já havia sido acolhida a sugestão, pois foi registrado a presença de sete internos no Instituto Estadual de Educação<sup>391</sup>.

A proposta do Diretor não deve ser vista apenas como um ato unilateral, em benefício dos Abridados, apesar de manifestar interesse dos religiosos em criar alternativas positivas para os internos. A ação ativa de alguns Abridados se dedicando aos estudos e o interesse em seguir adiante suas formações, também motivou a que tal alternativa fosse criada, acabando por fundar um novo campo de práticas dentro da rotina do Abrigo.

As origens desse processo perderam-se nos depoimentos. Esses transmitiram a idéia de que isso teria existido desde sempre e comporia a forma Marista de conduzir o internato. Cabe ressaltar o que ficou obscurecido e silenciado: a participação dos próprios Abridados, na construção das possibilidades, dentro do ambiente no qual estavam vivendo.

A experiência de estudar fora foi reconhecida por Walter e Moisés como um diferencial importante na dinâmica do internato e também na vida, permitindo-lhes estabelecerem olhares comparativos entre o Abrigo e outras escolas, além de reconhecer que isso poderia trazer oportunidades não disponíveis aos demais Abridados.

Os “métodos pedagógicos” diferentes foram ressaltados por Moisés, que cursou o Instituto de Educação durante os anos de 1955 e 1956, e disse que *este não era muito rígido, como no Abrigo. No Instituto não castigava ninguém, só mandava repreensão na caderneta*. Isso contrasta com alguns argumentos que tendem a “naturalizar” formas pedagógicas do Abrigo como características “da época”.

Walter valorizou o contato com o mundo externo e o “trânsito” com pessoas de fora como fatores que lhe ajudaram nos encaminhamentos da vida, ao comentar que

Os Abridados que estudavam no Ginásio, voavam mais fácil, porque eram integrados no Colégio. Saíamos, passeávamos, jogávamos bola fora, havia um, digamos, privilégio, porque participávamos do mundo externo.

Essa participação externa mais intensa muitas vezes permitia o estabelecimento de relações com pessoas que viviam suas cotidianidades na cidade “externa”. Ele enfatizou esse aspecto, afirmando que isso acabou por facilitar à sua trajetória profissional fora do Abrigo pois: *Alguns de nós nos demos melhor, em termos de profissão, porque já fazíamos relacionamento com o pessoal de fora*.

Pelo fato desse contato mais intenso com o exterior ter sido restrito a poucos, Walter criticou os Maristas e se solidarizou com seus companheiros, deixando

<sup>390</sup> Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1952. APESC.

<sup>391</sup> Mens. Anual à Assem. do Gov. Jorge Lacerda de 15/4/1956, exercício 1955, p.78. BPESC.

latente o seu sentimento de pertencer e compartilhar de uma trajetória com muitos pontos semelhantes:

Estudávamos no colégio, nós nos preparamos, os outros não foram preparados, então essa falha é gritante...O Abrigo nunca nos deu condições de discutir como era o mundo externo, nem pela tua presença, teu porte de negro ou de branco pobre, nem pela tua qualidade – se você tem qualidade, você vai vencer –, não funciona assim, no meio externo tem que ter estágio, adaptação, pra ver como é que se movimenta, porque a mobilidade dentro do Abrigo era uma, meio externo era outra.

Complementando, ele considerou ter sido uma política equivocada a imposição do catolicismo aos Abridados pois *deveriam ter deixado livre pra você escolher a religião que você quisesse*, e concluiu:

No meu entender, a Igreja Católica é extremamente responsável por esses impedimentos da raça negra e do pobre galgarem postos de expressão na nossa sociedade, porque a Igreja é dá uma face, apanhou, dá a outra face, então pra nós seria difícil ser um doutor

Ao identificar isso, Walter tencionou um pouco a estrutura do seu depoimento, que centralizava-se na perspectiva de atribuir ao Abrigo, sob a condução dos Maristas, os créditos exclusivos sobre a ascensão social que ele viveu. Aqui pontuou a crítica e expôs as dificuldades e a sua força de vontade de romper barreiras e limites para se tornar médico, e hoje Secretário de Saúde da capital Florianópolis, sem no entanto macular o respeito e a gratidão que denota aos religiosos.

Neste caminho, o Abrigo participou e, inclusive por ele ser um aluno destacado, autorizou-lhe a exercer certas oportunidades, que foram aparecendo, como a de participar de uma ação de alfabetização dirigida aos funcionários da Residência Oficial do Governador, vizinha ao Abrigo e depois, estudando no Ginásio de Aplicação, ter sido selecionado por uma professora para receber uma bolsa de estudo de Inglês no IBEU (Instituto Brasil - Estados Unidos). O jogo cotidiano de futebol na instituição, permitiu-lhe adquirir e aperfeiçoar a habilidade com a bola, inclusive o Irmão Vitor, por quem nutre gratidão profunda<sup>392</sup>, sugeriu-lhe a posição de zagueiro, para melhor jogar, na qual mais tarde se profissionalizaria.

O futebol permitiu que ele saísse do Abrigo antes do tempo determinado, e que continuasse os estudos, conjuntamente com as atividades de jogador remunerado, possibilitando-lhe ajudar a família e ao longo do tempo melhorar sua vida e a de familiares, além de financiá-lo na Universidade para se formar médico.

---

<sup>392</sup> Esse Irmão, Ir. Vitor Barbosa Vieira, recebeu homenagem na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por articulação de alguns ex-Abridados, principalmente de Walter, que era médico da Assembléia. Ver: Ata da 17ª Sessão Solene, 3ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura em 27/8/2001. *Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina*, n.4.892, 27/8/2001. Acervo do Centro de Memória da Assembléia.

Ainda como interno e estudante do Ginásio, Walter relatou ter buscado orientação profissional e sua cor de pele negra teria sido apresentada como fator proibitivo à carreira de médico e também de Oficial da Marinha, segundo falou:

Eu que queria ser Oficial de Marinha, lembro-me, professor Osvaldo Rodrigues Cabral, diretor da Faculdade de Filosofia, médico, historiador, antropólogo, chamou-me e disse: “Eu sei que você quer ser Oficial da Marinha, mas você tem notas boas, já te disseram que pra ser Oficial tem que ser branco e não negro”. Quando ele disse isso, eu devia ter onze anos ou doze anos, eu não sei o que respondi, eu sei que fiquei fora do ar...(anos mais tarde) A psicóloga que fazia os testes vocacionais (do Ginásio de Aplicação) disse que eu era muito bom na área Ciências Médicas, eu disse pra ela: “Posso ser médico?” Ela: “Não, você pode ser um bioquímico, farmacêutico!” Eu: “Mas porquê que eu não posso ser médico?”...Eu entendi, daí então, comecei a olhar diferente, que tinha que ser o melhor aluno mesmo. E, por ironia do destino, fui Oficial da Marinha e sou Médico.

Um “transgressor”, *no bom sentido*. Assim se auto-considerou Walter.

Apesar de Moisés compartilhar das questões positivas representadas pelo acesso ao Ginásio externo, sua experiência pessoal o fez realçar outros aspectos que a permearam, tal como a falta de compreensão e a rigidez dos Maristas. Isso porque, segundo contou, estava no 2º Ano Ginásial e começou a ter aulas de Inglês, uma novidade para si cheia de dificuldades, que era agravada pelo pouco tempo que dispunha para estudar, pois afirmou ter sido designado a participar do grupo de Canto Orfeônico do Abrigo, cujos ensaios lhe tiravam meia hora do tempo destinado à realização dos deveres escolares, vez que um e outro aconteciam simultaneamente. O fato é que acabou reprovado, sendo forçado a abandonar o Ginásio e voltar à rotina do internato.

Pelo estudo externo ser um “benefício” conferido a alguns internos “selecionados” entre os mais “capacitados”, em termos de rendimento escolar, os Maristas tinham também por escopo “apresentar” publicamente alguns “exemplos” que expressariam a “qualidade” deles como educadores. Ligado a isso, a não aprovação de Moisés deve ter representado uma “vergonha” institucional, e não apenas uma expressão de dificuldade de aprendizagem de um sujeito. Daí talvez o porque da reação, ao ser retirado do Instituto de Educação.

Moisés ainda comentou que sua mãe se dispôs a lhe ajudar com dinheiro para que continuasse a estudar, apesar da reprovação. Afirmou ter rejeitado esse ato de solidariedade, sinalizando que isso se relacionou com o fato da sua internação quando criança, e não precisaria do auxílio agora que já era maior, postura que foi ressignificada, ao avaliar os caminhos que sua vida poderia ter seguido, se tivesse aceito:

Eu encontro muitos colegas que são médicos, advogados...se eu tivesse aceito o dinheiro do ônibus e o livros...que ela queria me dar, hoje eu poderia ter melhorado a vida dela, porque teria estudado, ido pra Universidade...ajudei muito a minha mãe, mas poderia, com o estudo superior, ter ajudado muito mais. Mas não tinha nenhuma orientação.

A essa capacidade de dar ao passado caminhos alternativos que se projetariam no tempo presente em transformações “convergentes e necessárias”, ou seja, “se tivesse acontecido aquilo, teria sucedido isso”, de forma a expressar a subjetividade daquele que constrói o significado por meio de uma narrativa, Portelli diz que tais *relatos não se*

*referem à forma pela qual a história se desenrolou, mas como ela poderia ter ocorrido e que assim manifestam o recurso da ucronia, no qual o autor cogita sobre um desdobramento de um evento histórico que não se efetuou, pondo em contraste o mundo desejável que só por determinadas situações não aconteceu*<sup>393</sup>.

A importância para os internos de estabelecerem relações mais diretas com o “mundo externo”, foi identificada pelo Irmão Pedro Aurélio Hinkelmann e constou do projeto de alterações apresentado por ele para a instituição em 1969, que incluía:

Oficialização da 5ª e 6ª série primária com direito à matrícula na 2ª série do Curso de Grau Médio...desenvolvimento de uma Escola Primária de acôrdo com as técnicas educacionais...construção do Grupo Escolar Padre Anchieta, nos terrenos do Educandário, na busca de integração na comunidade<sup>394</sup>

Essa postura não era compartilhada por todos os Maristas. Alguns tinham resistências às mudanças propostas (vide capítulo 1). O fato foi que as mudanças foram acontecendo e compondo novos rumos ao cotidiano institucional, afetando aqueles que à época eram Educandos.

O *Relatório de Atividades do Educandário 25 de Novembro do exercício de 1969* revelou a existência do Curso Primário sub-dividido em 1º ano A, B, C e D, 2º ano A e B, 3º ano A e B, 4º ano, 5ª e 6ª Série, bem como a participação de 13 professoras no ensino, resultante de convênio com a *Secretaria de Educação e Cultura*. Os alunos estudando fora atingiam o número de 32<sup>395</sup>, índice bem superior a todo o período anterior.

A partir de 1970, o Ensino Escolar do Educandário foi transferido para o Grupo Escolar Padre Anchieta, construído numa parte do terreno daquele. Nesse Grupo, os internos divisavam as aulas do primário com alunos da região, já que a escola era Pública e existia de longa data. Além disso, o número de internos que estudaram o ensino médio em escolas da cidade chegou ao total de 72<sup>396</sup>.

Esses movimentos indicavam a materialização do projeto de transformação pelo qual passava o Educandário, sob a coordenação dos Maristas e a partir de final de 1970, sob a Direção do Irmão Vitor Barbosa Vieira, que manteve a abolição dos uniformes<sup>397</sup>, por exemplo.

---

<sup>393</sup> PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, n.10, dez, p.50, 1993. Nesse artigo, ele discute a construção do significado por trabalhadores comunistas na Itália em relação ao Partido Comunista e a participação deles no processo histórico envolvendo este.

<sup>394</sup> HINKELMANN, Ir. Pedro. Educandário ou Abrigo? *Boletim da UCE*, n.20, nov.-dez., p.29, 1969. AUCE.

<sup>395</sup> *Relatório das atividades no Educandário 25 de Novembro, exercício 1969*. AUCE..

<sup>396</sup> *Relatório das atividades no Educandário 25 de Novembro, exercício 1970*. AUCE.

<sup>397</sup> A abolição do uniforme foi adotado desde 1969 (Cf.:*Relatório...1969*. AUCE). Nas vésperas da virada do ano de 1972 para 1973, a reportagem do jornal *O Estado* visitou o Educandário e conversou com o Irmão

Aqueles depoentes que estiveram internos nesse período de mudanças, tiveram a experiência de vivenciá-las. Arlindo Beckhauser e Vadely ingressaram em meio a essas mudanças. O primeiro, em 1968, saindo em 1974. O segundo, em 1968, saindo em 1977. Um e outro já começaram estudando no Grupo Escolar, apesar do relato deles conter marcas das diferenças ligadas mais às atividades agrícolas e às oficinas, como será visto.

Os Abridados que estiveram internos no período pós-1964, se defrontaram com a ausência de um instrumento até então fundamental à reprodução da vida no Abrigo: a Seção Agrícola. Por isso, Arlindo Beckhauser foi enfático: *Não tinha seção agrícola!*

A *Secção Agrícola do Abrigo* se localizava no Itacorubí, interior da parte ilhéu de Florianópolis e se estendia por aproximadamente 36 hectares<sup>398</sup>, onde parte dos Abridados da 3ª e 4ª Turma participavam do processo de cultivo de aipim, cana-de-açúcar, batata doce<sup>399</sup>, plantas forrageiras, gramíneas e tratamento de vacas leiteiras<sup>400</sup>. Disso faziam melaço e farinha nos engenhos; tiravam o leite para consumo interno; e, o alimento para os animais.

Sua finalidade, segundo o *Regulamento*<sup>401</sup>, era proporcionar o ensino *técnico-agrícola aos menores* escalados, o que pressupunha que uma pedagogia deveria ser posta em execução na aprendizagem, a fim de capacitar tecnicamente tais internos.

Contemporânea a essa *Secção* quanto à origem, mas que perdurou após a desativação daquela, em 1964, era a *Horta e a Granja Saíra*<sup>402</sup>. Essas duas estavam dentro das construções do Abrigo, no bairro Agrônômica e de acordo com o *Regulamento* e o próprio uso, destinavam-se aos internos que *pela idade ou inaptidão física* não pudessem *frequentar as oficinas ou a secção agrícola*. Na prática, as crianças da 1ª e 2ª Turma se ocupavam delas até 64, porque depois, tal trabalho ficou comum ao contingente de Abridados encaminhado das quatro Turmas, apesar de ter ainda a predominância da 1ª e 2ª Turma, pois aos demais se privilegiava a participação nas oficinas.

Vitor, que já tinha ciência de que os Maristas teriam de deixar a instituição ao final do mês de janeiro, e que concordava com a nova política em adoção pela Secretaria dos Serviços Sociais, apesar de expressar uma certa tristeza com o fato de ter que sair depois de mais de 25 anos trabalhando no local. Cf. Garotos do Educandário passam fim de ano normal. *O Estado*, p.16, 31/12/1972. BPESC.

<sup>398</sup> *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1960*. APESC.

<sup>399</sup> *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1951*. APESC.

<sup>400</sup> *Mensagem Anual à Assembléia do Governador Heriberto Hülse de 15/4/1960*, p16. BPESC.

<sup>401</sup> Cf. Decreto 3.017. Art.29, I; e, art.53, III.

<sup>402</sup> Esta pode ser confundida na leitura de alguns documentos, relativos ao Abrigo, como sendo a própria *Secção Agrícola*, por exemplo, ao ser designada como *Granja do Itacorubí* em 1963 (cf. *Mens. Anual à Assem. do Gov. Celso Ramos em 15/04/1963*. BPESC). Em outras oportunidades, aparece incluída na seção *Horta*, ou então, esta é omitida, aparecendo imerso no item *Granja*.

Ali, com trabalho dos internos, desenvolviam-se plantações de alface, cenoura, tomate, repolho, milho, berinjela, pimentão, vagem, pepino, beterraba, mamão, melancia<sup>403</sup>, cebola, almeirão, abóbora, couve-flor<sup>404</sup>, rabanete, temperos verdes, amendoim, banana<sup>405</sup>. Criavam-se galinhas, frangos, porcos, coelhos, pombos<sup>406</sup>, tirando-se carne, ovos, banha<sup>407</sup>.

A proposta pedagógica não objetivava *tanto a preparação técnica, mas antes era um meio de educação experimental e de incentivo à aptidão para as artes e ofícios*<sup>408</sup>.

Independentemente da “finalidade pedagógica” prevista para cada espaço, a documentação indicou que todas se prestavam para: ocupar parte do dia dos Abridados; produzir alimentos indispensáveis à manutenção do estabelecimento. Qualquer tipo de aprendizado estava circunscrito mais ao exercício cotidiano do trabalho do que a uma educação metódica do como fazer.

A mera ocupação dos internos no trabalho com a terra, por não se ter outra opção, ficava mais evidente, tratando-se da 3ª e 4ª Turma, pois a idéia era privilegiar o ensino nas oficinas, a fim de profissionalizá-los. Porém, as vagas naquelas eram sempre insuficientes, restando a agricultura. O *Relatório do Abrigo de 1951* mencionou o assunto:

Infelizmente grande parte dos menores, em idade de aprenderem ofício, vêm-se privados dêle, porque as oficinas não comportam... senão metade dos alunos...são ocupados nas Hortas, Secção Agrícola e cuidados da Granja<sup>409</sup>.

Por outro lado, tal *Relatório* reconheceu para o interno um possível benefício dessas práticas, para quando deixasse o internato, ligado a sua auto-subsistência, isso porque, pela experiência do trabalho com a plantação, eles se tornariam *aptos a mais tarde plantar seus próprios legumes e criar, em roda de casa, alguns animais domésticos de maior utilidade*<sup>410</sup>. Dento do contexto no qual o relatório estava inserido, a afirmação era uma espécie de “desculpa”, tentando amenizar o problema da falta de outras alternativas.

Por outro lado, se reconhecia a essas atividades funções consideradas importantes no projeto educativo dos internos, como discipliná-los, criar-lhes o sentido do valor do trabalho, do esforço, da dedicação, enfim, a pedagogia do labor, pelo hábito:

Hortas, Secção Agrícola, tambor de leite, granja Saíra, são outros campos de experimentação onde põem os menores à provas suas capacidades e vão amoldando seu caráter...Forma neles a capacidade de avaliação das coisas, pois fazendo é que se vê o quanto custa fazer, plantando é que se vê o quanto custa colher e criando é que se vê como é difícil ter uns animais sadios e produtores<sup>411</sup>

<sup>403</sup> *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1960*. APESC

<sup>404</sup> *Mensagem Anual à Assemblêia do Governador Jorge Lacerda de 15/4/1960*, p78. BPESC.

<sup>405</sup> *Relatório das atividades de 1969 no Educandário 25 de Novembro, 30/12/1969*. AUCE.

<sup>406</sup> *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1960*. APESC.

<sup>407</sup> *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1951*. APESC.

<sup>408</sup> Cf. Decreto 3.017. Art.29, II; e art.62. Referia-se aos trabalhos manuais e rudimentares de barro, cartão, madeira, jardinagem e horticultura

<sup>409</sup> *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1951*. APESC.

<sup>410</sup> IDEM.

<sup>411</sup> *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1952*. APESC.

[...] Um bom trabalho torna o rapaz mais maleável...nesses serviços diários é que os rapazes aprende (sic) a dominar e vencer-se<sup>412</sup>.

A questão da indispensabilidade da produção advinda do trabalho com a terra, ao funcionamento do Abrigo, recorrentemente esteve mencionada na documentação, tal como a afirmação de que ali se *constitui uma poderosa ajuda no suprimento da alimentação aos menores, e é fonte de economia para os cofres públicos*<sup>413</sup>. Aspecto também bastante enfatizado pelos ex-Abrigados, quando falaram de suas experiências relativas a tais espaços, transparecendo sentimentos de estima pelo processo coletivo no qual estavam envolvidos para produção do alimento, que era em grande parte consumido por eles mesmos. O relato de Adilson pareceu caracterizar isso, quando falou que

Toda a alimentação de verduras, frutas, eram produzidas pelo pessoal, os alunos do Abrigo. A plantação era tudo nós que fazíamos, atendíamos à demanda do Abrigo e vendia pra população que ia pra lá comprar. O que o Governo dava não seria suficiente pra dar uma qualidade de alimentação pro pessoal.

A maior parte do trabalho na produção agrícola e de animais fazia parte do cotidiano de inúmeros internos. Para as crianças da 1ª e da 2ª Turma, depois do café da manhã e de realizarem pequenos serviços de descascar cenoura, beterraba, batata, que seriam preparados para o almoço, dirigiam-se às hortas com seus instrumentos de trabalho e cuidavam da plantação. Valmir comentou esse aspecto ao relatar que

o pessoal ia tudo pra horta, enxadinha nas costas. Fazia o serviço de capinação, plantação, até de colheita, se ia plantar, semear e tal, sob a orientação de um Irmão Marista.

Os adolescentes da 3ª e 4ª Turma trabalhavam na *Secção Agrícola*, ou no turno da manhã, depois do café; ou, para aqueles que estudassem pela manhã, à tarde, após o almoço. Eles faziam o serviço mais pesado, conforme relatou Adilson:

Nessa parte mais pesada, criação de gado, plantação de mandioca, trabalhava na agricultura, tinha trator, claro, ele virava, mas a plantação, cuidar, colher, era tudo nós...faziam farinha, era um engenho mais moderno, tinha parreirais de uva muito grande. O leite vinha de lá.

Existia também um *enorme canavial*, segundo Miguel, e engenho de cana, que gerava o melaço consumido no Abrigo. A aveia e o trigo, depois de colhidos, serviam como forragem para os animais criados. Já as laranjas, goiabas, bergamotas e tangerinas, entre outras, serviriam de sobremesa aos internos, conforme Adilson.

As lembranças sobre o trabalho nas *hortas* trouxeram a lume significados que deram conta de expressar a força da rotina, mas dentro dela o destaque de atividades consideradas mais prazerosas e portanto desejadas. Esse foi o sentido da fala de Adilson, ao dizer que ali *era bom, gostoso, só que às vezes enchia a paciência porque trabalhava na*

<sup>412</sup> Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1951. APESC.

<sup>413</sup> Mensagem Anual à Assembléia do Governador Celso Ramos de 15/3/1963, p.182. BPESC.

*enxada, ancinho, regar, mas tinha atividade boa, tinha coisa que todo mundo queria.* Uma dessas era a venda de hortifrutigranjeiros na comunidade circunvizinha ao Abrigo. Nela, alguns Abridados eram sempre escalados, situação em que tinham a oportunidade de dar uma saidinha até a casa dos compradores, estabelecendo assim relações de sociabilidade com tais pessoas. Arlindo Beckhauser comentou o quanto prazerosa era tal experiência:

Nós tinha a verdureira ali dentro, e nós tinha fregueses, era certinho assim, já tinha as encomendas, a gente entregava de carrinho de mão; conversavam, davam uma gorjetinha, e o dinheiro a gente dava pro padre, a gorjeta não. A gente gostava dessas coisas assim, daí a gente revezava, cada semana um saía.

Já Claudionor, expressou o gosto que tinha na lida com a criação de animais, e relacionou isso à sua infância de antes do Abrigo, pois junto ao pai teria desenvolvido tais atividades, o que também teria lhe facilitado a realização das mesmas.

Os padres colocaram e eu me adaptei muito bem na horta<sup>414</sup>, sabia cuidar de animais por ser um das pessoas que criou coelho, cabra, porcos, me adaptei muito com isso, era um dos encarregados, até ganhei um apelido: negrinho do pastoreio.

Sentido semelhante foi atribuído por Arlindo Beckhauser ao seu trabalho nas hortas, isso porque antes da internação, participara intensamente das lidas da roça de sua família, em Armazém, considerando até menos puxado suas tarefas na instituição<sup>415</sup>.

Para alguns o Abrigo foi lembrado como espaço em que se “reproduzia” determinadas atividades desenvolvidas antes da internação. Para outros ele foi significado como educativo e profissionalizante. Depreende-se isso pelo relato de Walter: *Com nove anos aprendemos a capinar e plantar, com dez anos, éramos pequenos agricultores.*

Avaliação diferente foi apresentada por Moisés, ao comentar o “caráter profissionalizante” das atividades da *Secção Agrícola*, ao tempo em que se valorizou por não ter ido para ela, ao dizer que:

Um pouco ia pras oficinas, outros iam pra Fazenda...o pessoal mais atrasado que ficavam repetindo muito os anos (da escola), normalmente trabalhavam na Seção Agrícola...ali não ensinava nada, não levava nada...todo mundo queria trabalhar nas Oficinas, porque naquela época aprender um ofício era interessante.

Essa orientação parece que foi seguida pelo Governo, em acordo com os Maristas, para desativarem a *Secção Agrícola* em 1964, segundo a justificativa exposta na *Mensagem à Assembléia de 1964*, afirmando que

Dada a orientação que está sendo tomada no ensino dos menores para o ramo industrial, foi cedida a Secção Agrícola à ACARESC...Dêste modo despreocupa-

<sup>414</sup> Como falado anteriormente, por estarem na mesma área, a Horta e a Granja Saíra, às vezes uma subtende a outra, ou seja, ao falar na horta com os animais, Claudionor refere-se à Granja.

<sup>415</sup> Isso não constou do registro gravado, pois foi dito em contato realizado previamente.

se a Direção do Abrigo dessa parte da Administração e volta-se com mais eficiência para a parte de instrução e formação do Menor<sup>416</sup>.

Isso indicava uma tentativa de buscar dar à instituição condições de encaminhar os internos à apreensão de atividades que os capacitassem ao trabalho no ambiente urbano, depois que fossem desinternados. Em certa medida, tal atitude acolhia as reivindicações dos Maristas, que já eram críticos da falta de Oficinas apropriadas, desde pelo menos o início da década de 1950. A seguinte observação parece canalizar o sentido das críticas dos religiosos nessa questão:

Não deixa de ser um paliativo a situação atual do Abrigo. Precisamos conseguir que cada menor aprenda seus ofícios, pois os que vem da cidade não ficam nos campos. Todos eles querem conseguir um emprego nos grandes centros, não se resignando a ir ou permanecer na agricultura. É por isso que devemos nos interessar para que cada menor possa realizar no futuro seu programa de vida, mas já iniciado enquanto vive no Abrigo<sup>417</sup>.

Apesar da extinção da *Secção Agrícola*, a falta de vagas e a ausência de uma perspectiva profissionalizante nas oficinas, seriam objeto de críticas pelos Maristas, ainda em 1969<sup>418</sup>, tema que será melhor discutido mais abaixo.

Porém, para alguns Abridados, o trabalho no Itacorubí – também nas hortas – poderia representar uma forma de resistência às regras das oficinas, que eram fechadas em salas, ou da própria rotina interna, pois às vezes era uma espécie de punição a certos internos “indisciplinados”<sup>419</sup>. Além disso, havia aqueles que tinham uma preferência e um gosto maior ao trabalho, ainda que pesado, ao ar livre. O relato de Valmir foi muito representativo disso, indicando uma tendência do caráter plural do “como se era Abridado” e do como se avalia essa experiência.

Quem sobrava, que não tinha (vaga) na oficina, ia pra Seção Agrícola. Talvez até tivesse vaga, mas muitos preferiam ir pra Seção do que pegar uma sala e ficar trancado dentro dela, aprendendo um ofício. Sei que era obrigatório aprender ofício, eles determinavam, mas sempre tem aquele pessoal que não gostava, ou foi, ficou dois, três dias e “não quero mais, pra mim não dá”, sobrava e ia pra lá.

A preferência no trabalho com a terra podia ter ligação também com o afrouxamento em alguma medida do controle sobre as atividades pelos Maristas, pois a área onde eram realizadas, era vasta, sendo que as oportunidades de fugas ao prescrito estavam mais latentes e se expressavam no consumo de frutas, arrancadas furtivamente das

<sup>416</sup> *Mensagem Anual à Assembléia do Governador Celso Ramos de 15/4/1964*.BPESC. ACARESC quer dizer, ao que se consta, Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina.

<sup>417</sup> *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1952*.APESC.

<sup>418</sup> *Relatório das atividades de 1969 no Educandário 25 de Novembro, 30/12/1969*. AUCE.

<sup>419</sup> Ver: *Prontuário n.596, na Ficha Individual* está anotado o seguinte: 1956 - *Escalado para a alfaiataria. Não gostando dos avisos do mestre e estragando propositalmente objetos da Secção, voltou para a Secção Agrícola.*

árvores, episódio lembrado por vários ex-Abrigados, para os quais o mamão emergiu como suporte para se falar do passado vivido. O relato de Walter foi exemplificativo disso:

Nós plantávamos mamão mas não podíamos comer, tinha que esperar a colheita... Como tudo era você que plantava, capinava, você achava que devia ser seu...Então nós pensávamos em roubar mamão, isso era uma transgressão...Onde plantávamos as frutas havia um córrego, na verdade eram águas poluídas, dejetos do Hospital Nereu Ramos. Tinha, não era túnel, uma escavação onde passava a água, era o nosso esconderijo, e nós apanhava baba do mamão, cenoura e íamos comer dentro desse local insalubre, saía bem satisfeito, com a boquinha suja.

Apesar dos riscos à saúde, alertados hoje pelo Médico Walter: *nove anos, não ia saber que era insalubre*, a “transgressão” foi legitimada não só pelo fato de que se participava da produção, mas também pelo prazer de se comer um fruto “cobiçado” no Abrigo, já que às vezes ele era entregue na Residência Oficial do Governador, vizinha à instituição, segundo Claudionor, além do sabor especial produzido pelo ato de “violação da regra”, conforme relato de Arlindo Nelson: *mamão é gostoso, rapaz, principalmente roubado*.

Essa experiência trouxe luz para um aspecto da dinâmica vivida entre os Abrigados, que antes de ser uma unidade harmônica, era um campo pulverizado por tensões, conflitos, disputas. Isso porque por vezes havia denúncias aos Maristas daqueles que “roubavam” mamão, recebendo estes castigos que exprimiam um tom “exemplar”, como afirmou Walter: *Na hora do futebol, ficava de joelho pra todo mundo ver o que acontecia com quem roubava mamão*.

Os Abrigados, expressando laços de amizade, companheirismo e solidariedade, também respondiam ao seu modo aos transgressores das suas normas de convivência, fossem outros internos *entregadores, dedo-duro*, aos quais se impunha “proscrição” do grupo, ou conforme enfatizou Walter: *ele apanhava dos outros; fossem os próprios Maristas que eram por vezes “sancionados” moralmente*, segundo relato de Claudionor:

O Padre lá deu uma cintada num, botou de castigo. Ah, vamos sacanear com aquele Padre, vamos comer aquele mamão do Padre. Quando o Padre ia apanhar o mamão ou mandava alguém apanhar, puf!!!, o mamão no buraco.

Enfim, dentro desse campo de correlações de forças entre Maristas e Abrigados, não resta dúvidas que a potência daqueles era muito superior a destes, tanto que a “estrutura” de funcionamento do Abrigo não passava pela negociação com, ou intermediação dos internos. Expressão disso foram os encaminhamentos a partir de 1964, resultante do acordo entre Maristas e Governo, que pretendiam modificar aspectos ligados à profissionalização dos internos com 14 anos em diante (3ª e 4ª Turma) em ofícios que pudessem garantir a sobrevivência deles nas cidades, como trabalhadores.

Pelo fato de não se ter reconhecido grandes alterações em tal assunto, novamente o tema voltou à tona, a partir de 1969, de modo mais metódico, no projeto de adequação do Abrigo às diretrizes da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

e às técnicas de trabalho com “menores institucionalizados”, disponibilizados pela área do Serviço Social, encabeçado pelo Irmão Pedro Aurélio Hinkelmann. Esses fatos justificaram a mudança de nome para Educandário 25 de Novembro. Identificou-se ainda que o trabalho com a terra não era o mais adequado. Expressão disso foi a extinção da criação de porcos entre 1969-1971, a redução das áreas de cultivo nas hortas, pela seção de espaço para outras construções, como a PROMENOR em 1972, e diminuição na produção de alimentos na instituição, já em 1969, conforme quadro abaixo:

| produção/ano | pepino   | milho pipoca | cenoura | pimentão  | mamão   | ovos         | porco  | beterraba | vagem  | leite         |
|--------------|----------|--------------|---------|-----------|---------|--------------|--------|-----------|--------|---------------|
| 1960         | 3.600 un | 1.000 Kg     | 530 kg  | 385 Kg    | 1.500Kg | 1.150 dúzias | 63 un. | 1915 un.  | 350 Kg | 29.700 litros |
| 1969         | 1.600 un | 60 Kg        | 250 Kg  | 1.200 un. | 800 Kg  | 400 dúzias   | 11 un. | 3000 un.  | 500 Kg | 0             |

Fontes: Relatório do Abrigo de Menores do exercício de 1960 e Relatório do Educandário das atividades do 25 de Novembro exercício de 1969. Ambos em AUCE.

Entretanto, aquilo que se atribuía como o objetivo prioritário às oficinas, a profissionalização, segundo os próprios Maristas, nem sempre era atendido. O tema das Oficinas é discutido a seguir.

Tal como o ensino-agrícola, que na prática se traduzia em trabalho agrícola, o ensino-profissional era apresentado no *Regulamento do Abrigo*<sup>420</sup> como destinado a capacitar os internos ao exercício dos ofícios, após serem desligados da instituição, relacionado às oficinas que tivessem freqüentado, quais fossem, a ferraria, alfaiataria, barbearia, encadernação, marcenaria e sapataria. Mais tarde, em 1964, seria acrescida a oficina de Tipografia, e em 1970, a existência da barbearia não seria mencionada<sup>421</sup>.

O objetivo dessas seções foi destacado de maneira cristalina no *Relatório do Abrigo* de 1952, ao estabelecer forte ligação entre o trabalhador que se esperava formar, em benefício do “país”, quando expôs que

os mestres e auxiliares tem a missão sublime de transformar estes rapazes que recebem, em bom operários, que mais tarde possam ser bom patriotas<sup>422</sup>.

<sup>420</sup> Cf. Decreto 3.017/44. Arts. 30, I e II; 52, II; 54, III; e, 61.

<sup>421</sup> No *Relatório do Educandário 25 de Novembro de 1970* (AUCE) omitiu-se a existência da Barbearia, mas em 1971, no *Estudo do Educandário XXV de Novembro, dez-1971, p.16* (APESC), referenciou-se a seção de Barbearia que serviria apenas para o corte dos cabelos, apesar de na sua p.35 ter listado como uma problemática da instituição a falta de um serviço interno de barbearia que atenderia à demanda e ainda poderia servir para profissionalização.

<sup>422</sup> Cf. *Relatório do Abrigo ano de 1952 à Secretaria de Estado da Justiça, Educação e Saúde*. APESC. O caráter dos investimentos formativos ao trabalhador e seu enlace com um sentimento de “compromisso/benefício” em construir o país “capitalista” no período Vargas, período em que o “projeto” do Abrigo foi gestado, foi bem trabalhado por Lenharo, quando disse, entre outras questões, isso: *A positividade do ato de trabalhar mantém-se uma constante: ela se apóia no argumento da dimensão humanizante e regenerador do trabalho...A trilha do humano se regenera pela constância da virtude do trabalho...todos os trabalhadores unidos no esforço construtivo da Nação*. Cf. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ªed. Campinas: Papyrus, Unicamp, 1989, p.86 e 87. O estudo de Cunha, especificamente, traça um panorama do “desenvolvimento” do ensino profissionalizante no Brasil, do descobrimento, até o fim do século 20, em três volumes. No segundo volume, ele aborda a questão da regulamentação do ensino profissional, a partir do Governo de Getúlio Vargas, através da *Lei Orgânica do Ensino Industrial*, em que se definia currículos, articulações entre os cursos, ramos ciclos (3 ciclos) e graus, no qual cada ciclo destinava-se a “formar” um tipo de trabalhador, e apenas o 1º voltava-se para formar trabalhadores manuais os jovens oriundos das “classes menos favorecidas”, mas ainda assim, dentro de parâmetros pedagógicos e com método. Ver: CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo, Brasília:Unesp, Flacso, 2000, p.41-43.

A deficiência de instrumentais, que supostamente poderiam atender a essa finalidade, fora objeto permanente de críticas e cobranças por parte dos Maristas, em relação ao tratamento do Governo do Estado, dispensando às oficinas, isso porque a esse cabia contratar os “mestres” dos ofícios<sup>423</sup>, que eram leigos, além de manter a estrutura de maquinários e de funcionamento do espaço.

Dentre as objeções, recorrentemente se abordava: a necessidade de se dar *uma solução definitiva na ampliação das novas oficinas*<sup>424</sup>; a falta de oficinas que *despertem grande interesse vocacional* nos Abridados, *como oficina de mecânica de automóveis e oficinas de artes gráficas*; a ausência freqüente de funcionários em *licença*, não havendo nomeação de substituto, deixando as oficinas com capacidade de trabalho e “produção” reduzido, quando não fechada; e a *falta, em parte, de pessoal decente ou qualificado*<sup>425</sup>.

Se por um lado essas questões podem sugerir problemas que afetavam o cotidiano do Abrigo e dos mecanismos previstos para que as finalidades da instituição, no tocante à formação profissional fossem atingidas, por outro lado, a postura dos Irmãos Maristas em reivindicar do Estado melhoramentos, já que a obra era deste, expressava as preocupações deles em qualificar o funcionamento do internato, apesar de ser questionável as iniciativas para buscar conduzir o Estado a concretizar as demandas.

Isso porque, pelo menos desde o início da década de 1950, as reclamações existiam e, na renovação do Convênio entre religiosos e Governo, aprovado em 1958<sup>426</sup>, foi prevista a construção de uma oficina de artes gráficas (que começou a funcionar em 1964) e outra de mecânica, que nunca saiu do papel no tempo dos Maristas, além de se ter

<sup>423</sup> Cf. Decreto 3.017/44. Art.23, V. Define a competência para a indicação dos funcionários das Oficinas, ao Diretor do Abrigo e à Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. A pessoa respectiva seria depois nomeada pelo Governador. A documentação indicou que o procedimento comum era do Diretor do Abrigo informar da necessidade de se contratar funcionário ao Secretário. Este indicava e nomeava, como visto em nota acima.

<sup>424</sup> Cf. *Relatório do Juízo de Menores de 1951*. APESC.

<sup>425</sup> Cf. *Relatório do Abrigo de Menores de 1960*. APESC. Indico algumas das atividades executadas por leigos no já Educandário 25 de Novembro em 1971, informando que com o passar dos anos, certas funções foram criadas, como a lavanderia e a tipografia, outras suprimidas, como os servidores da Secção Agrícola, outras alteradas como a inclusão dos Abridados no Grupo Escolar Padre Anchieta, o que resultou no acréscimo e no decréscimo do número de funcionários leigos. Todos os funcionários, inclusive os Irmãos Maristas, recebiam vencimentos pagos pelo Governo do Estado. Vamos às funções: Secretaria, almoxarifado e tesouraria - 3 funcionários; Cozinha e copa - 10 funcionários, dos quais 2 cozinheiras; Limpeza - uma servente; Um motorista; Cinco vigias; Seis lavadeiras; Um funcionário para o aviário; Um maestro; Marcenaria - 7 funcionários; Tipografia e encadernação - 3 professores; Sapataria - 2 professores; Alfaiataria - 2 professores; Um médico; Dois dentistas. Cf. *Estudo do Educandário XXV de Novembro, dez-1971*. AUCE e APESC. Aos Maristas cabiam as tarefas de Prefeito e Vice-Prefeito das Turmas; Ensino escolar enquanto foi realizado Abrigo, havendo sempre a colaboração de poucos leigos; acompanhamento das atividades agrícolas e de criação; enfermaria; administração da instituição; coordenação das atividades religiosas, sendo que a Missa era rezada por um Padre.

<sup>426</sup> *Termo de contrato celebrado entre Governo do Estado de Santa Catarina e a União Catarinense de Educação, 01/7/1958*. AUCE.

exigido que se equipasse as oficinas com maquinário necessário ao ensino, que apesar de ter sido reequipado na década de 60, foi considerado inadequado para a aprendizagem<sup>427</sup>.

Mesmo assim, e dando visibilidade à ambigüidade das representações construídas sobre o Abrigo, os Maristas, quando expressavam avaliações sobre a condução da obra submetida à sua administração, especialmente no aspecto de capacitar os internos a uma profissão, falavam que

as centenas de egressos, nas profissões que aqui aprenderam, estão ganhando honestamente a vida. Talvez não chegue a cinco o número que foram dar com os costados na prisão.<sup>428</sup>

A documentação constante das *Mensagens à Assembléia* e dos *Relatórios do Abrigo*, expunha uma outra tensão, envolvendo o projeto educativo com o uso a que se estava dando às oficinas, privilegiando o aspecto produtivo, isso porque havia recorrentemente a informação das rendas destas que eram valores consideráveis, e um texto buscando “amenizar” as cifras atingidas, como este:

Embora o Setor Industrial do Abrigo não tenha propriamente o objetivo de lucro, sendo mais de finalidade educativa, vale assinalar que as diversas oficinas acusaram, no ano de 1966, uma produção de ordem de aproximadamente Cr\$18.000.000.<sup>429</sup>

Imerso nessas circunstâncias, a freqüência dos Abridados da 3ª e da 4ª Turma às oficinas, era obrigatória, ou pela manhã após o café, ou à tarde depois do almoço.

Aos internos da 1ª e 2ª Turmas, a semelhança do que lhes era atribuído no trabalho com as Hortas, deveriam ser iniciados em *trabalhos manuais*, consistindo em *exercícios de desenho elementar e de trabalhos rudimentares de barro, cartão, madeira*, objetivando *não tanto uma preparação técnica, mas antes como meio de educação experimental e de incentivo à aptidão para artes e ofícios*.<sup>430</sup>

Adilson, que participou destes, relatou isso prazerosamente, uma porque, segundo disse, havia uma atenção especial do Irmão Calixto<sup>431</sup>, responsável pelo setor, na instrução da construção de objetos, como “carros” com “alegorias”, *carrinho de quatro rodas, carrossel* (em miniatura), que mais tarde eram entregues *para as crianças da 1ª*

<sup>427</sup> *Relatório do Educandário 25 de Novembro de 1969*. AUCE.

<sup>428</sup> União Catarinense de Educação. *Sesquicentenário...*p.55. AUCE.

<sup>429</sup> *Mens. à Assem. do Gov. Ivo Silveira de 15/3/1967*. BPESC.

<sup>430</sup> Decreto 3.017/44. Art.62.

<sup>431</sup> O Irmão Calixto faleceu no Abrigo, já Educandário, em 1969, local em que trabalhou desde 1942, e na sua “Biografia”, constou, entre outras, uma frase atribuída a um “ex-aluno”: *Irmão Calixto dava aula de desenho e com sua paciência fazia do desenho uma matéria agradável*. Cf.: BORTOLINI, Ir. Balduino. Biografia, Ir. Charles Adolphe Burté (Ir. Calixto). *Boletim da UCE*, n.25, mar-mai, p.17-22, 1971. VIEIRA, Ir. Vitor Barbosa. Apagou-se uma vela na terra, acendeu-se mais uma estrela no céu: faleceu o Irmão Calixto. *Boletim da UCE*, n.19, set-out, p.30-32, 1971. O Irmão Calixto foi o 8º Irmão Marista a trabalhar no Abrigo. Cf. *Province du Brésil Méridional, Registre d’Etat Civil, Communauté de Florianópolis*, p.8. AUCE.

*Turma*. Pelo fato dele próprio ter passado pela 1ª Turma, também recebeu os brinquedos *feito pelo pessoal que já tinha treze anos, quatorze, que era aula deles, naquele momento*, comentou. Essa circunstância de dar e receber, trabalhar e usufruir, de maneira compartilhada, os frutos do esforço, foi narrado com grande intensidade.

O Abrigo se reproduzia pelo trabalho coletivo dos próprios Abrigados, e os depoentes inúmeras vezes ressaltaram isso, por vezes com um certo orgulho. Na situação específica, Adilson expressou um sentimento de estima coletiva, por ter recebido brinquedos fabricados por outros internos mais velhos e que depois ele próprio, já mais velho, pode “retribuir” aos Abrigados mais novos, pois ajudou a construir tais brinquedos. Nesse campo de sociabilidade desenvolvido entre crianças com trajetórias sociais em alguma medida semelhante, constituiu-se numa experiência comum e compartilhada, que nutriu o sentimento de pertencimento e de identificação<sup>432</sup> expresso nos relatos.

Nas oficinas, com o trabalho dos internos, se produzia grande parte das vestimentas, como camisas, calções, shorts, meias, calças, paletós para a Banda, ternos de formaturas, guarda-pó, tayer, aventais, além de sapatos e cintas usados por eles; objetos de madeira, como cabides, “porta chapéus”, cadeiras, mesas, armários; aparava-se os cabelos; fabricava-se bolas de futebol, fronhas, cortinas, lençóis, ternos para funcionários, pasta escolar, sacos, toalhas; encadernava-se livros e jornais, como o *Diário Oficial do Estado*<sup>433</sup>. Boa parte dessa produção destinava-se à venda externa, conforme a renda das oficinas expostas no quadro abaixo.

| renda/ano                           | 1953/Cr\$ | 1958    | 1962    | 1963    | 1965      | 1969/NS | 1970/Cr\$ |
|-------------------------------------|-----------|---------|---------|---------|-----------|---------|-----------|
| marcenaria                          | 104.328   | 166.860 | 119.095 | 338.485 | 2.074.600 | 7.703   | 6.160     |
| encadernação e tipografia após 1965 | 30.233    | 39.901  | 62.122  | 763.040 | 1.941.500 | 6.433   | 3.946     |
| sapataria                           | 28.128    | 45.550  | 285.379 | 407.592 | 1.834.635 | 3.844   | 3.443     |
| alfaiataria                         | 69.969    | 76.985  | 190.832 | 595.560 | 3.454.600 | 9.809   | 13.830    |
| ferraria                            | 5.559     | 1.974   | 34.725  | 136.120 | 368,32    | ñ.func  | ñ.func    |

obs: a renda da Horta e da Seção Agrícola não era contabilizada como receita geralmente; privilegiei a exposição dos anos em que havia a discriminação de renda por oficina; esta renda era composta por vendas externas e produção de consumo interno; nas oficinas de marcenaria, alfaiataria, sapataria e ferraria a predominância era de renda interna mas com grande venda externa; nas oficinas de encadernação (após 1965) também tipografia a principal fonte de receita era externa. Fontes: Mensagens Anual à Assembléia do Governador do Estado dos respectivos anos subsequentes aos anos informados (vide obs. Quadro de estudantes fora do Abrigo). Os anos de 1969 e 1970 ver *Relatórios anual de atividades do Educandário 25 de Novembro* dos respectivos anos em AUCE.

<sup>432</sup> O tema do sentimento de pertencimento, como uma categoria de reflexão, tenciona um pouco com a noção estática de identidade, pois aceita a não harmoniosidade das relações que constitui o sentimento que passa a existir na realidade social concreta, não fora dela, dando conta de poder se perceber a alteridade e a convergência das alteridades sociais, numa relação mínima de identificação com alguns referenciais em comum, mas não apaga a diferença. A respeito, Arantes comenta em: ARANTES, Antônio A. *Paisagens paulistas: transformações do espaço público*. Campinas, São Paulo: Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.

<sup>433</sup> Ver: *Relatório das atividades no Educandário 25 de Novembro, exercício 1970* (AUCE); *Of. Gab/1368-105 de 21/4/1950, Gab/1906-146 de 09/6/1950, Gab/3728-252 de 10/11/1950 da Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde à Direção do Abrigo de Menores*, nos quais se encomenda a fabricação de alguns produtos, como *mesas e portas chapéus para o Instituto de Educação, e a encadernação do Diário Oficial do Estado e do Diário da Assembléia de 1949*. APESC.

A respeito desse fator, alguns ex-Abriados teceram comentários críticos, junto aos quais questionaram também a suposta vertente profissionalizante das oficinas. Nesse sentido, Moisés foi objetivo nas observações, ao apontar que a

Marcenaria não era um estudo, tinha que trabalhar pra render. É diferente se eles dessem um curso, a pessoa aprenderia mais, talvez produzisse mais e renderia mais pra eles... Lá o Mestre de Marcenaria me dava uma pilha de cabide, isso aí não é aprendizado, fazer só cabide o ano todo.

Avaliação que contrasta com aquela que ele emitiu quando comparava as oficinas com a Seção Agrícola e que expõem a existência de “problemas” na educação profissional, da mesma forma como se verá abaixo com o próprio Moisés, uma certa dificuldade no como avaliar essa experiência.

Valmir, que passou pela Alfaiataria, foi mais ameno quanto a sua aprendizagem, mas frisou que o “sistema” de acesso às oficinas nem sempre dependia de escolha:

Aprendi a profissão de alfaiate...saí um meio alfaiate, mas nunca exerci a profissão, porque eu fui mas não pelo meu gosto, quer dizer, fui porque tinha que cumprir a ordem, mas aprendi muita coisa de alfaiate.

Alguns depoentes indicaram que havia uma atenção dos Maristas em encaminhar às oficinas àqueles internos que tivessem interesse de frequentá-las. Segundo Moisés, a cada ano, o interno mencionava a oficina desejada numa lista, ou estabelecia o contato diretamente com o Irmão responsável pela Turma, informando sua preferência.

Podia se tentar trocar de oficina também. Irineu afirmou ter passado pela marcenaria, a qual não gostou pois, *era muito ruim, tinha muita poeira*. Saiu e foi para a alfaiataria, onde “espetou” o *dedo na agulha* e pediu para trocar, pois os Irmãos falavam que *cada um tinha que procurar a sua profissão; não adianta ir pra aquilo se não gosta*.

O relato de Valmir, porém, sugeriu o contrário, ao ter afirmado que pedira para frequentar a barbearia, tendo, no entanto, sido designado à alfaiataria. Embora tenha dito que os Maristas buscavam atender às vezes a preferência do interno. Mas a falta de vagas, forçava a que a maioria fosse para Seção Agrícola, contra a vontade, ou para serviços de auxiliares na lavanderia, cozinha, secretaria, cuidado aos religiosos. Na seleção de quem ia para as oficinas, Moisés disse que os Maristas privilegiavam aqueles que faziam o Ginásio e aqueles com bom comportamento.

A rigidez disciplinar nessas atividades também existia. Embora os mestres fossem leigos, a supervisão era dos religiosos, que podiam receber as denúncias de faltas, observadas pela vigilância daqueles. Adilson enfatizou isso, ao comentar que

na hora de trabalhar, todo mundo tinha que trabalhar, cada um dentro da sua função e ficavam sempre de olho.

As resistências a esse processo eram inventadas pelos internos de diferentes formas, tornando a rotina produtiva menos cansativa. A procura por uma oficina melhor,

ou a designação ao trabalho na terra, podiam ser expressões disso, que também atingia a fabricação furtiva de *cadernetinha de anotação* para companheiros próximos, com o *nome dele dourado*, por Claudionor, na oficina de encadernação, ou a construção “clandestina” na marcenaria de carretões (carro tipo de rolimã, em madeira e maior), relatou Adilson.

Ele complementou, dizendo que foi descoberto junto a outros internos, em tal intento, e como punição tiveram de construir *vinte e cinco* carretões daqueles, que passaram a servir como material para a diversão dos demais Abridados.

Experimentar produtos não autorizados como bebidas alcoólicas no ambiente de trabalho era uma forma de resistir. Miguel disse que alguns companheiros de marcenaria, oficina da qual participara durante um tempo (depois, foi para a encadernação), *estavam sempre zonzos*, por tomarem um produto com álcool dissolvido em água, que ele próprio afirmou ter provado uma vez e sentido a reação da bebida, que descreveu como *uma cachaça que dá um tombo, que o cara fica dormindo, não era aquele negócio de deixa ressacado não, o cara fica zonzão mesmo*, sinalizando que havia satisfação em usufruir de coisas proibidas.

Adilson também relatou ter tomado bebedeira com um companheiro. Na ocasião, auxiliavam um Marista na produção de cerveja preta, destinada ao consumo dos religiosos, e tiveram a curiosidade de experimentar o produto: *Abrimos uma, gostamos, vamos abrir, abrimos outra...tinha tomado um porrete...aí saí*.

Tais passagens estabeleciam laços de amizade e companheirismo, criando feixe de experiências comuns em grupos menores no cotidiano, no qual se desenvolviam afetos, constituindo o Abrigo uma referência complexamente vivida e lembrada.

Aliado a outras vivências, como atos de “desobediência”, “indisciplina”, ou de se fazer “corpo mole”<sup>434</sup>, inventava-se uma rotina paralela que tornava a experiência um pouco menos árida<sup>435</sup>, sendo possível lembrar essas passagens como boas, alegres, divertidas, ou na frase de Moisés: *De um modo geral o pessoal gostava de trabalhar nas oficinas, sabe*.

Por outro lado, às vezes o olhar dos Maristas sobre o ânimo dos Abridados trabalhadores nas oficinas, não era de muitos elogios...

<sup>434</sup> Algumas frases colhidas nos *Prontuários n.452, 495, 498, 512, 621, 800, 830 (ACEDOCAM): A indisciplina é o seu forte...Resmungão...Pequenos furtos de alimentos...A indolência é a virtude dele...A preguiça é o seu arrimo...Reprovado...Descontente com tudo... Desvio de cabides para seu próprio proveito...Fez cálice e deu a seu amigo...Desobediência, má vontade, foi detido por 3 dias...Roubou Frutas.*

<sup>435</sup> Obviamente que os registros na documentação institucional dessas outras vivências, foram anotados como faltas disciplinares ou transgressão às regras, diante das quais os religiosos respondiam com castigos e punições. Entretanto, permite-se inferir um amplo campo de práticas realizadas pelos Abridados, que passaram à margem do controle dos Maristas, tornando o dia-a-dia um pouco mais ameno.

furta-se ao trabalho... indolente... não há seriedade no trabalho, procura matar o tempo vadiação no trabalho... insubordinado aos mestres de oficina... falta de interesse, preguiça, má vontade no ofício<sup>436</sup>;

apesar de em outros momentos expressarem termos mais positivos: *Há grande interesse por parte dos menores em aprender algo útil para seu futuro nas oficinas*<sup>437</sup>.

Esse observador também era objeto de observação e apesar de quem agora fala ser ex-interno, o tema ao qual se remete, porque significativo e marcante, toca o passado vivido. Isso ficou evidenciado no relato de Moisés sobre a morte de um companheiro, trabalhando na marcenaria:

Aquelas máquinas deles era muito violenta, prova é que morreu uma criança lá assim, ele não tava adaptado pra trabalhar ali e foi tirar uma peça lá, mas é uma máquina muito violenta, e saltou um pedaço de madeira e veio e pam!

A madeira acertou o rapaz na região da *barriga*, segundo Adilson. Tal morte *foi bem sentida* entre os Abridados, disse Moisés, que complementou falando que os Maristas *elogiaram muito o rapaz que morreu trabalhando*. Passaram a ter uma preocupação maior com a segurança dos internos trabalhadores, tanto que não os deixavam *ir pra máquina*. Como conseqüência, *o pessoal* tinha que ficar trabalhando nos *banco*, *produzindo cadeiras e mesas*.

Diante da gravidade de tal episódio, os outros passaram a ser insignificantes, como afirmou Adilson: *nunca aconteceu acidente assim, só pequenos*.

O caráter do trabalho com finalidades profissionalizantes, como indicado, acabava por ter uma forte conotação produtiva. A receita das oficinas, inclusive, era repassada ao Tesouro do Estado. Como uma forma de “remunerar” tal esforço “obrigatório” dos Abridados, desde 1943 era depositados para aqueles que produziam nas oficinas ou nos trabalhos com a terra, um pequeno pecúlio que deveria ser entregue aos mesmos, quando deixassem a instituição. O texto da lei reconhecia o trabalho dos Abridados, ao declarar:

Art.1º – O trabalho dos menores internados no Abrigo de Menores será retribuído de acordo com a sua capacidade, produção e comportamento dos mesmos.<sup>438</sup>

A falta de reajuste dos valores do pecúlio, que foram estabelecidos em 1943<sup>439</sup>, foi objeto de observação do Diretor do Abrigo, Irmão Urbano Máximo, em 01/7/1960, que propôs ao Governador que se alterasse a referência de cálculo para a composição do valor do pecúlio:

<sup>436</sup> Cf. *Prontuários n.498, 534, 536, 593 923*. Todos em ACEDOCAM.

<sup>437</sup> Cf. *Relatório das atividades do Educandário 25 de Novembro de 1969, e de 1970*. AUCE.

<sup>438</sup> Decreto-lei n.865 de 16/10/1943. *Diário Oficial do Estado De Santa Catarina*, n.2605, ano X, p.01, 18/10/1943. BPESC.

<sup>439</sup> Idem, art. 2º, §1º – *A diária não poderá ser superior a um cruzeiro e cinqüenta centavos, nem inferior a trinta centavos*. BPESC.

*A diária não poderá ser superior a 10% do salário mínimo, nem inferior a 2% do mesmo salário.*<sup>440</sup> O Despacho de resposta do Secretário do Interir e Justiça, em 26/7/1960, afirmou que *não era possível solucionar* naquele momento<sup>441</sup>. Em 23/11/1960, o Diretor do Abrigo reforçou a proposta e em 18/2/1961 novamente levou à ciência do Governo Estadual que ainda não havia sido tomada providência a respeito.<sup>442</sup>

Como a proposta não fora atendida, em 11/8/1965 foi reapresentada pelo Diretor do Abrigo, tendo sido acrescida a sugestão de estender o pecúlio a todos os internos. O despacho em resposta, de 25/8/1965, esclareceu que *o Sr. Governador ficou de estudar a alteração da lei*<sup>443</sup>. O desencadeamento disso não foi possível saber-se.

Para os ex-Abrigados, o reconhecimento da condição de trabalhadores na infância, poderia ter repercussões em seus direitos previdenciários, tal como a contagem de tempo de serviço. Segundo Claudionor, algumas instituições públicas (Exército, Marinha, Prefeitura de Florianópolis) validaram para os seus servidores, Ex-Abrigados, tal direito. Entretanto, o Estado de Santa Catarina ainda não reconheceu. A respeito disso, falou ainda que se elaborou um projeto de lei, apresentado a um Deputado na Assembléia Legislativa, a fim de se tentar ver a alteração dessa questão, o que ainda não aconteceu.

Isso demonstra que as questões envolvendo o Abrigo ainda afetam os ex-Abrigados em seus projetos pessoais, justamente porque, ao se ver sem o devido reconhecimento pelas atividades de trabalho desenvolvidas na infância, Claudionor, vocalizou demandas que possivelmente atinjam boa parte dos ex-Abrigados quanto a seus direitos de aposentadoria. Isso indica a luta desses sujeitos pelos seus direitos.

De certo modo reforçando o caráter produtivo, o porte do maquinário, sobretudo da marcenaria e também, a partir de 1964, da tipografia, era voltado à produção industrial, e foi objeto de crítica por parte dos Maristas nos *Relatórios da Direção do Abrigo de 1952, 1969 e 1970*, em que os consideram inapropriados ao processo de ensino-aprendizagem que se esperava das oficinas.

Apesar de Walter e Claudionor terem afirmado que no Abrigo se aprendia uma profissão e que se saía habilitado tecnicamente, nenhum dos 12 depoentes exerceram a atividade na qual teriam aprendido o ofício nas oficinas. Carlos, que desenvolveu sua carreira profissional como tipógrafo, disse tê-la aprendido fora da instituição, no SENAC, junto com outros cinco ex-internos, que decidiram participar do curso de tipógrafo em conjunto, deixando patente a construção de algumas relações no Abrigo, mantidas fora.

<sup>440</sup> Of. n.206 de 01/7/1960 do Abrigo de Menores à Secretaria do Interior e Justiça. APESC.

<sup>441</sup> Idem. Despacho estava escrito naquele ofício mesmo.

<sup>442</sup> Of. n.415 de 23/11/1960 e n.64 de 18/02/1961, ambos do Abrigo de Menores à Sec. do Int. e Just. APESC.

<sup>443</sup> Of. n.137 de 11/8/1965 do Abrigo de Menores à Sec. do Int. e Just. Despacho neste. APESC.

Porém, Mello, que também gravou entrevistas com três ex-Abrigados, dois dos quais, informou ela, seguiram a profissão de barbeiro, conforme ambos afirmaram, aprendida no período da internação<sup>444</sup>.

O certo, porém, é que em algumas atividades, como barbearia, encadernação e alfaiataria, existia uma proximidade maior entre o fazer e o aprender, facilitando a apropriação das técnicas. Assim, Miguel e Vilmar nunca exerceram a encadernação posteriormente, mas afirmaram que ainda sabem como fazê-la.

Outras dificuldades foram apresentadas para não se ter dado continuidade à profissão “aprendida” no Abrigo. Moisés, que participou da marcenaria, falou que a ausência de suporte material criava barreiras para se acessar uma oficina, ou

Não tinha como trabalhar como marceneiro aqui fora, porque tu ia numa marcenaria, eles: “tu tens uma ferramenta?”, eles davam banco, as serras, o maquinário, mas tu tinhas que ter uma caixa de ferramenta...Aí não tinha como sair pra trabalhar com marcenaria.

Walter apontou que a ausência de laços com o mundo exterior, dificultava a vida do ex-Abrigado: *Faltavam os instrumentos pra que você fosse alguém*. Exemplificou:

O Abrigo tinha que pegar um aluno que fazia marcenaria e colocar, antes dele sair, fazer estágio numa marcenaria, numa fábrica fora; aqueles que faziam alfaiataria, colocar numa alfaiataria fora, pra ele se habituar com o comando, com a disciplina.

Como a intenção dele não era desmerecer a instituição, pois a considerou importante em sua vida, indicou o caráter pontual da crítica, e ao se referir à educação, tratou-a de maneira ampliada, como formadora do sujeito: *Isso não quer dizer que a educação não foi boa, a educação foi ótima, foi primorosa, a falha foi essa*.

Justamente a falta de ambientação com o “mundo externo” pelos internos, foi um dos temas que mobilizaram as propostas de alterações do funcionamento do Abrigo, encabeçadas pelo Irmão Pedro Hinkelmann, e depois levadas adiante pelo Irmão Vitor Vieira, em acordo com a Secretaria dos Serviços Sociais, já existente em 1970/1. A frequência às atividades externas e o convívio com pessoas de fora seria incentivado através do ensino primário, agregando-os à população escolar do Grupo Escolar Padre Anchieta, e com a maior indução à frequência em escolas fora da instituição, como a Escola Técnica e Industrial de Santa Catarina, Instituto Estadual de Educação e Senac<sup>445</sup>.

<sup>444</sup> MELLO, Mabel de Souza. *Abrigo de Menores-1940-1972: A educação marista na sociedade catarinense*. Monografia (Conclusão de Curso em História). UFSC, Florianópolis, 1997, p.21.

<sup>445</sup> Houve a menção de que a Fundação Catarinense de Educação Especial também teria recebido Abrigados para estudar nela. Vadely comentou que ele, por um bom tempo, não frequentou a escola no Grupo Padre Anchieta, mas sim aulas especiais, em função de não falar por problema físico (era fanho e teve de fazer uma cirurgia para solucionar a dificuldade). Ver: *Estudo do Educandário XXV de Novembro, dez-1971, p.16*. APESC.

Anos depois foi implantado um sistema de cursos intensivos, como o de *bombeiro hidráulico e eletricista*<sup>446</sup>, ou de *guia turístico e treinamento de garçom no Querência Hotel*<sup>447</sup> e de trabalhos-estágios fora da instituição, em repartições públicas, em supermercados, hotéis<sup>448</sup>, que aparentemente não “resolvia” a questão da capacitação oferecida nas oficinas, mas buscava estabelecer o contato mais direto com o exterior, e segundo os prontuários de pessoas internadas no final dos anos 60, que permaneceram internas até 1974-79, como Vadely e Arlindo Beckhauser, indicaram que essas alterações começaram ainda com os Maristas, conforme Arlindo: *Na época, os Maristas já conseguiram convênio, já tinha os trabalhos fora de office-boy em repartição pública.*

Isso sugere que os religiosos estavam em certa medida comprometidos com mudanças e adaptações, a fim de atender as novas diretrizes propostas às instituições de internação às crianças consideradas abandonadas.

Ao se pensar sobre como o Abrigo foi se constituindo enquanto um espaço social, há a necessidade de não se ficar circunscrito apenas à sua parte regulamentar expressa no *Regulamento*, mas buscar estender a reflexão sobre as práticas cotidianas. do processo social em movimento. Assim, nos anos finais da década de 1940, começou a ser desenvolvida a Banda de Música Santa Cecília<sup>449</sup>, que ao lado do Canto Orfeônico, teatro e sessões literárias, representavam a “educação artística e musical” mencionada em *Relatórios do Abrigo*<sup>450</sup>.

Chama a atenção, contudo, que no *Regulamento do Abrigo*, a educação artística e cívica<sup>451</sup> foi caracterizada de maneira genérica, na qual expressamente se fez menção da necessidade de ser implementado um *Canto Orfeônico*<sup>452</sup> e de serem cultivados *hinos oficiais e os cantos e canções escolares*, além da instituição participar em eventos cívicos organizados na capital. Não havia menção a respeito da Banda, que, dentre as outras, foi a

<sup>446</sup> Cf. *Prontuário n.1121, anotação na Ficha de Acompanhamento com data de 09/8/1971*. ACEDOCAM.

<sup>447</sup> Cf. *Prontuário n.1109, anotação na Ficha de Acompanhamento com data de 16/8/1972*. ACEDOCAM.

<sup>448</sup> Indicação de estágios no Hotel Querência, na Caixa Econômica Federal, no Supermercado Soberana e na Livraria Grafos, por exemplo, encontram-se nos *Prontuários n. 1367, 1161, 1315*. Todos em ACEDOCAM.

<sup>449</sup> Consta a afirmação de que a *Banda de Música Santa Cecília* teria sido fundada em 1947. A respeito do *Canto Orfeônico*, ou “Orfeão”, e do *Grupo Artístico e Teatral do Abrigo de Menores*, não há informação sobre o ano de suas criações. Ver: LABRE, Bento. *Abrigo de Menores: civismo e arte. Boletim da UCE*, n.8, dez, p.25, 1966.

<sup>450</sup> As menções foram, sobretudo, às atividades da Banda e do Canto “Orfeão”. *Relatórios da Direção do Abrigo 1951, 1952 e 1960* (APESC). A menção sobre o teatro esteve em: *Relatório das atividades do Educandário 25 de Novembro de 1969 e de 1970*. AUCE. Na *Mensagem do Governador à Assembléia*, é possível de encontrar referências sobre o teatro e sessões literárias.

<sup>451</sup> Decreto 3.017/44. Art. 50.

<sup>452</sup> Decreto 3.017/44. Art. 64 e.26, inc.II. A educação cívica não ficaria restrita ao culto e canto de símbolos nacionais nos ensaios da Banda ou do canto, mas deveriam ser ministradas nas aulas do ensino primário. Iuskow expressou aquilo que designaria o *canto orfeônico*: seria o conjunto de vozes amadoras na interpretação de hinos, cantos folclóricos, cantos religiosos, etc, adequados a tais vozes, portanto de fácil execução. Cf. IUSKOW, Cristina. *Brasilidade e embelezamento: o canto orfeônico e a assepsia dos gestos corporais*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2001, p.59.

que teve mais destaque em todo o período, servindo inclusive como uma espécie de “cartão de apresentação” pelos Maristas da forma como conduziram o internato. Assim expressavam eles: *Nos desfiles de festas patrióticas, precedido de sua Banda, o Abrigo uniformizado, por seu garbo impecável, recebia os aplausos da população da Capital*<sup>453</sup>.

O sentido político e pedagógico das atividades de exposição cívica, quer pela Banda ou pelo Orfeônico, foi em alguma medida vocalizado por Villa Lobos, reproduzido no livro *Tempos de Capanema*, organizado por Schwartzman, quando afirmava que

O canto orfeônico, praticado pelas crianças e por elas propagado...nos dará gerações renovadas por uma bela disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e ao cantar, devotando-se à pátria.<sup>454</sup>

Dentro disso, entrava ainda na importância dedicada a auxiliar o *estabelecimento de orquestras e agrupamentos musicais*.

Os ex-Abrigados se reportaram sobretudo à Banda de Música como uma atividade artística e profissionalizante, que inclusive criou oportunidades de renda para muitos ex-internos, como Claudionor, que serviu ao Exército como soldado, tendo permanecido na corporação, tocando na sua Banda por vários anos. Quando foi desligado desta, continuou cultivando a arte, hoje toca numa escola de samba de Florianópolis.

Valmir foi outro que mesmo não tendo feito da música aprendida uma profissão, considerando-a mais como hobby na vida adulta, continuou a exercitá-la como professor voluntário de Música na capital do Estado, já que sua profissão inicial foi servente de pedreiro e depois mestre de obras até se aposentar.

A lembrança da passagem pela Banda do Abrigo esteve envolta por um sentimento de prazer e satisfação. Isso foi relacionado ao processo de ensino da arte, ministrado por um Maestro<sup>455</sup>, de forma metódica e contínua, intercalada pela execução repetitiva da parte prática, em ensaios diários. Walter destacou que *aprendemos a compor, a dividir música, porque lá era uma escola de música*.

A constante preparação técnica da Banda, a sua composição com cerca de 40 membros, que tocavam diversos instrumentos de sopro e de percussão, aliada à compostura e disciplina exigida dos seus participantes, e de um uniforme especial, que a “qualificava” para representar publicamente a instituição, sendo uma espécie de “atestado”, exemplar, da capacidade educadora dos Maristas no Abrigo. Nesse sentido, a Banda era patrocinada para aparecer freqüentemente em público.

<sup>453</sup> FRANCISCO, Irmão Artur. Abrigo de Menores. In. *Histórico da Província Meridional*. Porto Alegre: Tipografia Champagnat, 1950, p.552.

<sup>454</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. Rio de Janeiro, São Paulo: FGV, Paz e terra, 2000, p.108, 109. Ver ainda: LENHARO. *Op. cit.* p.59, 60. IUSKOW. *Op. cit.* p.13, 62-78 e 88.

<sup>455</sup> Irineu comentou o nome de maestros da Banda *Pelaio Mendonza, Roberto Kell e Eraldo Fonseca*. Identificou-se na documentação o seguinte: *Pelaio Mendoza* In: *Relatório do Abrigo de Menores de 1960*. APESC.

Durante todo o período dos religiosos no Abrigo, diversos locais e espaços da capital, como a praça central 15 de Novembro, eventos “cívicos”, festejos, inaugurações<sup>456</sup> e eventualmente cidades das redondezas ou até mesmo de fora do Estado, recebiam as ondas sonoras produzidas pelos Abridados da Banda<sup>457</sup>, que postando-se de modo ordeiro, disciplinado e bem trajado, rendia prestígio e congratulações públicas aos religiosos, alimentando nestes uma auto-imagem que os legitimava no papel de educadores, como sugere a avaliação, um tanto ufanista e “vaidosa”, difundida no Boletim dos Maristas:

O nosso civismo marca o amor que temos à pátria...Tão necessária é a formação cívica do homem quanto o é sua formação religiosa...Como encaramos a formação cívica de nossos alunos?...Deus e a Pátria muito esperam da atividade apostólica e patriótica dos Irmãos Maristas...O Abrigo de Menores tem por praxe celebrar com a maior ênfase as datas nacionais e, no Dia da Pátria, marcou, sem a menor dúvida, o ponto alto do desfile estudantil. A sua banda de música, a sua disciplina e o seu marchar cadenciado e viril provocaram aplausos de ponta a ponta e ficaram no comentário do povo como dignos da admiração...E é a Congregação Marista que estamos realizando esta obra insuperável. Congratulemo-nos.<sup>458</sup>

As manifestações públicas de estima atingiam também a sensibilidade dos internos da Banda, e também dos demais Abridados quando estes participavam de desfiles como o de Sete de Setembro. Na lembrança de Irineu, isso ficou explícito e foi narrado com orgulho, atribuído à comunidade da qual compartilhava

Passava a Banda do Exército, a Aeronáutica, depois a Polícia, que era uma Banda boa também, as pessoas eram grande. Depois chegava a nossa. Aí a nossa já vinha chegando, a palma chovia, porque é tudo gurizada, gurizada nova, de 13, 14 anos, os maiorzinho tinha 16, 17 anos.

Apesar de concordar que os desfiles traziam um certo prazer, enfatizando que isso se devia ao fato de se sair um pouco do internato fechado, Moisés fez ponderações:

A gente gostava de ir, era um pouco puxado, porque a pessoa ficava uma manhã toda pra formar, era um pouco enfadonho porque a gente chegava ali, ficava uma, três horas, parado pra depois começar, meio chato, mas era bom...Na sete de setembro ninguém vai porque quer não, vai porque é obrigado...Esses soldados são obrigado também, servi um ano, eu sei o que é isso, iam na marra.

A analogia da experiência no Abrigo com aquela tida nas Forças Armadas, indica que o primeiro incorporava referências militares na disciplina, na ordem, na

<sup>456</sup> “Fartos” são os registros a respeito da participação da Banda do Abrigo em apresentações públicas. Cito algumas apenas para exemplificar. BRAGA, Murilo. A inauguração do Jardim de Infância. *A Verdade*, p.06, 07/7/1953; Dia das mães em Blumenau. *O Estado*, p.08, 05/5/1962. Retreta da Banda do Abrigo no coreto da praça XV de Novembro. *O Estado*, p.02, 21/8/1960. Todos em BPESC.

<sup>457</sup> No *Relatório do Abrigo de 1960* (APESC), registrou-se a execução de 4 *retretas públicas*, 6 *internas e recepções no Abrigo*, tendo sido chamada a 5 *procissões na cidade e a 8 festas fora da capital*. No *Relatório do Educandário ano de 1970* (AUCE), registrou-se a participação da *Banda do Educandário com brilho no Iº Festival de Bandas patrocinado pela TV Coligadas Canal 3*, assim como o seu desfile na *semana da pátria, em Sete de Setembro*. No *Relatório do Educandário, ano de 1969* (AUCE), foi indicada a apresentação da *Banda nas cidades de Araranguá e Jaguaruna*.

<sup>458</sup> LABRE, Bento. Abrigo de Menores: Civismo e arte. *Boletim da UCE*, n.8, dez., p.24-25, 1966. AUCE.

hierarquia. Outros ex-Abrigados (Arlindo Nelson, Walter) comparam o internato tanto com o Exército, como também com uma prisão, reforçando o seu caráter fechado e regras rígidas. Arlindo Nelson chegou a dizer que no exército se tinha mais “liberdade”:

Não tem grande diferença do Abrigo de Menores para o Exército. A diferença, o Exército era mais liberal, você tinha mais liberdade, era remunerado. O Abrigo era outro ritmo, outra convivência, era fechado.

Mas o pessoal da Banda também fazia viagens ao interior de Santa Catarina, ou ainda ao Rio Grande do Sul<sup>459</sup>, o que foi recordado por alguns depoentes, deixando claro que aqueles que participavam dela, tinham maiores oportunidades de freqüentar, ainda que esporadicamente, o mundo de fora, e por vezes passar por experiências como as viagens, talvez difíceis de serem realizadas por uma criança pobre. Nesse aspecto, o Abrigo abriu alternativas prazerosas a tais pessoas, o que contribuiu para o significado atribuído a essa experiência de ex-Abrigado.

Essas atividades da Banda era de conhecimento comum no Abrigo, fazendo com que fosse do interesse de alguns participar dela. As vagas, porém, eram restritas a 40 membros. Muitos ficavam de fora. Moisés foi um destes, que apesar de ter solicitado aos Irmãos, não pode aprender música, tendo sido essa a sua *frustração lá dentro*, afirmou. Ele foi designado para o *Coro Orfeônico*, contra a vontade, pois lhe tirava tempo de estudo e também não tinha o mesmo prestígio da Banda, tendo pouquíssimas saídas.

Desagradáveis lembranças do *Coro* foram relatadas por Valmir, que apesar de ter participado da Banda, também compôs aquele. Falou com tristeza um tema bastante problemático da vida dos internos, e na rememoração dos ex-Abrigados, que em boa medida “macularia” as vivências no Abrigo: a agressividade e rigor excessivo dos religiosos.

Fazia parte do Coro Orfeônico, eu cantava a primeira voz o tenor e me dei na boba de fazer uma voz grossa na hora que tavam cantando, aí um Irmão Marista daquele, um baita de um homem, bom ouvido, matou que era eu: “Passa aqui!” Ele me pegou e já foi me enchendo de mão-de-vaca aqui atrás, e me levou bico de sapato até o canto da sala, eu caía e levantava, quando levantava ele dava outro e eu caía de novo e levantava outra vez e eu caía outra vez e eu levantava outra vez e caía outra vez, e cada vez que eu levantava eu caía outra vez, eu fui a chute e pontapé até o outro canto da parede ficar de joelho lá. Depois daquilo ainda peguei mais de dois meses de cavar barranco na parte da tarde, o pessoal saía do lanche, ia para o lazer, e eu ia pegar um carrinho de mão e uma picareta cavar barranco e botar barro na estrada lá...só porque cometi um erro insignificante de não fazer o que devia fazer pra apanhar tanto, mas naquele dia ele devia tar, porque lidar com assim com quantidade é difícil, mas por ser tão

---

<sup>459</sup> No ano de 1969, entre os dias 17 e 24, a Banda de Música teria realizado uma “excursão” por algumas cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, entre elas Porto Alegre, Santa Maria, Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria, Criciúma, Lages e Blumenau, onde teria feito apresentações principalmente em Colégios Maristas, nos quais geralmente repousavam para seguir viagem. Ver: LABRE, Bento. Abrigo de Menores: civismo e arte. *Boletim da UCE*, n.8, dez, p.25-26, 1966.

rígido a educação, passava até às vezes da, chegava ao extremo...a sensação na hora de muita tristeza, com certeza, a gente diz: “poxa eu tô apanhando de um estranho coisa que eu não apanhei do meu pai nem da minha mãe”, o pai não faria aquilo, eu acho que ele teria um sentimento maior pelo filho, quer dizer, o cara cai na mão de estranho, mas já porque não é pai, é estranho, talvez aja dessa forma. As outras coisas são coisinhas banais, mas esse aí é um caso que eu não consigo esquecer

Essa experiência, entretanto, não o impediu de imediatamente após dizer isso, considerar o Abrigo como importante na sua vida, *mas que de qualquer forma, afora esses imprevistos, a educação era perfeita*, mesmo reconhecendo que essa opinião não é compartilhada na totalidade com os demais ex-abrigados, sugerindo que existem pessoas que guardam mágoa do período no Abrigo: *Existem alguns ex-abrigados que não suportam, nem dizem que foram criados lá, eles tem uma mágoa grande, eu pelo contrário, eu sinto prazer.*

Essa significação “ambígua”, relativa à experiência vivida e até mesmo chegando em alguns casos à negação, fato que nenhum dos depoentes manifestou, expressou as diferentes e múltiplas formas como o “ter sido” Abrigado foi e é significado pelos sujeitos, indicando existir tendências, tensões na maneira de olhar e de lidar ante tais vivências. Arlindo Nelson tentou ser didático na expressão daquilo que poderia fazer emergir essa “ambigüidade”, ao falar que

tinha época boa, sabe, tinha muita coisa boa, acho que 90% era bom, mas tinha os 10% que era o castigo, a exigência, a prisão, é muito confinamento.

Dentro dessa *parte boa*, havia os passeios de fins de semana com a Turma; as visitas dos parentes aos internos da 1ª e 2ª Turma no último domingo de cada mês; as saídas de cada Abrigado da 3ª Turma com os parentes ou responsáveis no último domingo do mês; as saídas à cidade dos Abrigados da 4ª Turma para visitar a família ou ir à cidade em alguns domingos do mês.

Nos passeios, cada Turma ia acompanhada pelos Irmãos, às praias do interior da Ilha, ao Morro da Cruz, realizar pescarias, piqueniques, momentos em que se podia descontrair da rotina e do ambiente físico do Abrigo, o que foi valorizado pelos depoentes.

Certas visitas, todavia, buscavam ser temerosamente pedagógicas. A visita à Penitenciária era uma exemplo, pois segundo Arlindo Nelson, os Irmãos falavam: *aproveitem aqui tudo, não façam arte pra depois vocês não pararem na penitenciária, que a penitenciária é ruim*. E para “ilustrar” isso, eles levaram uma turma de Abrigados, conforme Arlindo,

na Penitenciária Estadual pra mostrar o que era o presidio. Caminhamos pelas celas, realmente é horrível pra visita, imagina pra quem está lá dentro.

Sentido diverso tinha a visita de familiares no Abrigo, tendo em conta as expectativas das novidades de fora, das guloseimas trazidas pelas mães, degustadas depois com os companheiros mais próximos, reforçando laços de amizade; ou então, para alguns rapazes que nunca recebiam visitas, ou só esporadicamente, podia ser um momento de solidão, de tristeza, de sentimento de abandono, conforme comentou Irineu:

Todo o domingo eu via aquilo de todo mundo, as mães vir pegar, ou quem não tinha mãe...eu e mais alguns que ficavam lá jogados, só com os pais, mas ficava lá, né, e assim eu fiquei dois anos, depois é que eu comecei a vir em casa.

Quanto às visitas à casa dos familiares, até cerca de 15, 16 anos, para se sair, necessitava-se que os pais ou responsável pegasse o rapaz no Abrigo e ao final da tarde, 18 horas, o levasse de volta. Depois dessa idade, o Abridado saía e voltava por conta. Assim também era nas férias de final de ano, que duravam cerca de 10 a 15 dias<sup>460</sup>, segundo Claudionor. Numa dessas férias, ele foi autorizado a ir para a casa da sua mãe, em São Miguel. Entretanto, mudou de rumo e foi para a casa do seu Gilson, que ele considera pai de criação, em Florianópolis. O problema é que a sua mãe foi ao Abrigo à sua procura. Surpresa para todos foi não saber onde ele estava. O pessoal do Juízo de Menores foi a sua procura na casa do Sr.Gilson, pois suspeitou que ele pudesse estar ali. E estava. O recolheram ao internato, como punição, suas desejadas saídas foram cortadas, disse.

O significado dessa desobediência para Claudionor foi relacionado a sentimentos que ele teria em relação ao procedimento de sua mãe em interná-lo:

Quando chegava no final do ano que tinha que vim passar as férias, e eu tinha que ir pra casa da minha mãe, eu não ia. Eu não aceitava. Tu entendeu. Não sei, ficou aquele sentimento de rejeição e então eu não ia...O vínculo familiar não já não tinha mais saudade, de família, lá pra casa de minha mãe, ver minha irmã...eu fui sair pra casa de minha mãe,mas não fui...eu estava aqui na casa desse Sr. que eu digo que é o meu pai...ia passar as férias toda ali, caso não desse essa encrenca.

Se tais saídas podiam expressar as tensões afetivas constituídas entre o Abridado e sua família, expressavam também a tensão existente entre aquele e o Abrigo. Isso se devia ao fato das saídas serem uma oportunidade para se tentar romper os laços da internação.

Arlindo Nelson e Carlos disseram que numa dessas visitas em casa, não voltaram mais à instituição. Para Carlos, isso teria acontecido aos 17 anos, portanto próximo da idade limite de internação. Para o primeiro, a decisão foi tomada aos 14 anos. Sobre isso, relatou:

Na saída do final do ano, simplesmente eu peguei, aproveitei e fiquei direto, não voltei. A gente lá se achava muito preso, queria viver outra vida...não queria ir mais pro Abrigo, fugi, fugi não! Fiquei, não voltei mais. E não me arrependo de ter feito isso. A mãe concordou e fez o desligamento do Abrigo.

Passeio bastante comum recordado com prazer pelos ex-Abrigados, era aquele em que os Irmãos conduziam uma Turma ou outra ao Campo da Liga<sup>461</sup>, a fim dos rapazes acompanharem jogos de futebol com equipes como Havaí, Postal Telegráfico, Figueirense, que ali aconteciam, com a entrada franca para eles.

<sup>460</sup> Na década de 1970 se flexibilizou um pouco isso. As férias passaram a ser maiores. Os rapazes podiam sair na quinta e voltar apenas na segunda de tarde, como disse Arlindo Beckhauser.

<sup>461</sup> Hoje este Campo não existe mais. Em seu lugar, há o Shopping Beira Mar.

O gosto pelo futebol foi especialmente enfatizado por alguns depoentes, que também ressaltaram a prática dele no cotidiano do Abrigo. Assim, no horário do recreio, à tarde, se jogava bola, mas também vôlei, basquete ou jogos recreativos. A prática do esporte indicava uma preocupação com o cultivo de corpos saudáveis pelos Maristas, em que o hábito de fazer atividades físicas preveniria doenças físicas, combatia o “ócio” e ocupava o dia dos internos numa rotina frenética, ou como bem disse o *Relatório do Abrigo de 1952: A Educação Física... meio propício para formação de um físico capaz de enfrentar as lutas da vida, quando aliada à alimentação sadia*<sup>462</sup>.

A prática esportiva não era um fim em si mesmo, servindo também de espaço privilegiado para o educador se “apropriar do sujeito”, isso porque “desenvolvia” o corpo, a vontade e o caráter do sujeito. Seria um momento no qual a criança *está mais livre, pelo menos julga-se mais livre, tudo o que ele faz é difícil de esconder*<sup>463</sup>.

Ao largo disso, o esporte trouxe à lembrança uma das formas como se dava a “divisão dos corpos” ou dos espaços, isso porque cada Turma tinha o seu campo de futebol, um conjunto de quadra poliesportiva e um pátio coberto para recreação. E isso era mais forte na separação entre os pequenos – 1ª e 2ª Turmas – e os maiores – 3ª e 4ª Turmas. Claudionor vinculou à moral sexual a razão para isso, ao relatar a rigidez no cumprimento dessas delimitações territoriais.

O pátio não tinha muro, não tinha nada, era uma linha imaginária. A primeira era ali, o meu é aqui, eu via ele jogando bola ali, só que você não podia passar daquela linha imaginária. Não tinha esse contato, contato físico de forma nenhuma, para que não existisse alguém para molestar uma criança que não pudesse se defender. Eles usavam a estratégia de que criança de oito anos pode se defender de uma de oito anos.

A prática repetitiva do futebol despertou a habilidade com os pés em alguns internos, possibilitando-os seguir carreira profissionalmente, como Walter. De tão habitual que era esse esporte no Abrigo, *Gilberto Nahas*, jornalista esportivo, escreveu em sua coluna *Falando de Cadeira*, no jornal *O Estado* de 22/9/1970, que a instituição “ajudava” *o nosso futebol para que no futuro não tenhamos que importar atletas*, isso porque ele, que apreciava o *futebol dente de leite*, *via nos garotos o futuro do futebol brasileiro* e as centenas de *meninos (do Abrigo) a fino futebol que devidamente aproveitados e bem guiados serão craques*<sup>464</sup>.

As instalações do Abrigo, por vezes, eram locadas por pessoas de fora, sendo uma fonte alternativa de renda. O Campeonato dos Bancários ganhava destaque, sendo que

<sup>462</sup> Cf. *Relatório do Abrigo, ano de 1952, à Secretaria de Estado da Justiça, Educação e Saúde*. APESC.

<sup>463</sup> Ir. Gilberto. A educação pelo esporte, *Boletim da UCE*, n.02, set., p.9, 1965.

<sup>464</sup> NAHAS, Gilberto. Falando de cadeira. *O Estado*, p.10, 22/9/1970. BPESC.

por diversos anos eles utilizaram os campos de futebol, mediante pagamento<sup>465</sup>. Em 1965 foi registrada uma exposição de cães, organizada pelo *Kenel Clube de Florianópolis*<sup>466</sup>.

Esporadicamente, havia visitas de autoridades ao Abrigo, ocasiões em que se mobilizavam os Abridados para recepção festiva. Assim foi na inauguração da Lavanderia, em 1960, quando se fizeram presentes o Governador à época, Heriberto Hülse e o Secretário de Justiça e Segurança, Aroldo Carneiro de Carvalho, sendo sucedida por um almoço festivo<sup>467</sup>. Essas oportunidades geraram o seguinte comentário dos Maristas, que também utilizavam da estrutura para realização de encontros e receber membros da sua Congregação:

Um dos estabelecimentos dos Irmãos Maristas mais visitados é o Abrigo, tanto por parte dos confrades, como por parte de pessoas estranhas (sic) fato que diz bem do conceito que goza a obra do saudoso Governador Nereu Ramos. Visitas que muito nos honram.<sup>468</sup>

Esses usos permitem pensar-se no Abrigo como uma instituição, com um movimento, com circulação de pessoas, enfim com uma certa dinâmica, que apesar dos internos não participarem das relações de sociabilidade envoltas nessas atividades, ou apenas esporadicamente, elas compunham o cotidiano deles, ainda que fosse na condição de observadores de tais eventos, que talvez até virassem assunto de conversas e comentários dos mesmos.

Havia, porém, ocasiões em que a sociabilidade se dava diretamente, sendo inclusive objeto de observação positiva pelos Maristas e vinculava-se à prática do esporte, sobretudo ao futebol, quando os campos de futebol eram abertos à comunidade

---

<sup>465</sup> P.ex.: Campeonato Bancário de futebol começa hoje...no gramado do Abrigo de Menores. *O Estado*, p.06, 08/4/1961. BPESC. Sobre o pagamento pelo uso do campo, foi localizado um ofício da Direção do Abrigo para a Secretaria do Interior e Justiça, em que parece responder negativamente a um pedido desta para dispensa da cobrança do Centro Técnico Industrial de Florianópolis, que queria utilizar os campos. Entre as justificativas, esta chamou-me a atenção: *Os campos de futebol do Abrigo, quando não ocupados pelos menores, são cedidos a clubes de fora, mediante pagamento de uma taxa módica, estabelecida pelo Irmão Prefeito e que reverte em benefício da caixa da Turma e se destina à compra de extraordinários para os menores*. Cf. *Of. n.298 de 25/9/1963 do Abrigo de Menores para a Secretaria do Interior e Justiça*. APESC.

<sup>466</sup> BARTOLOMEU, Lázaro. Radar na sociedade. *O Estado*, p.04, 23/3/1965. BPESC. Parece que essa entidade era ligada à criação de cães de raça, segundo informou a Sr<sup>a</sup> Mercedes, servidora da BPESC.

<sup>467</sup> Cf. *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1960*. APESC.

<sup>468</sup> MAGNO, Ir. Leão. Abrigo de Menores. *Boletim da UCE*, n.13, mai, p.13, 1968 (AUCE). No *Livro de Ouro do Abrigo* (ACEDOMCAM) constam inúmeros registros de visitantes “ilustres”, como *Leroy James Beausil, Adido Cultural junto ao Consulado Geral Norte-Americano* em 31/3/1954; *Hurshel V. Johnsos, Ministro Americano*, em 10/11/1949, e outros nem tanto. *Embaixada dos Acadêmicos de Direito da Universidade de Porto Alegre*, em 27/10/1941. As anotações encerram em 1961. No mês de julho de 1970, teria acontecido o *Torneio de Futebol de Salão no Educandário 25 de Novembro* com *juvenistas de Criciúma, da Trindade e Irmãos do Educandário e noviços*, em que o *caneco foi arrebatado pelos Irmãos do Educandário*. Cf. Ir. Frederico. Noviciado. *Boletim da UCE*, n.23, out-nov, p.16, 1970 (AUCE). Em 1970, ainda, registrou-se a realização de uma *cerimônia na Capela do Educandário 25 de Novembro* pela admissão da 2ª Turma de Noviços ao Noviciado do Estreito. Cf. KUHNS, Irmão Aloísio. *Boletim da UCE*, n.25, mar-mai, p.14, 1971 (AUCE).

circunvizinha em alguns fins de semana, oportunidade na qual se promoviam competições, existindo *intercâmbio com desportistas e torcedores*, reconhecendo-lhes uma função de *fomento a sociabilidade dos rapazes*<sup>469</sup>. Nesses momentos, realizavam-se torneios entre os times de fora e dos Abridados, sendo que cada uma das Turmas tinha o seu time, dentre os quais o da 4ª Turma se destacava.

Essa equipe, em diversas oportunidades, pela qualidade reconhecida, participava de campeonatos e algumas vezes sagrava-se campeã ou vitoriosa, como na *1ª Semana Estadual de Estudantes Secundários*<sup>470</sup>. Isso fez com que em algumas ocasiões fosse facultada a tal equipe realizar viagens para jogar futebol, tal como aconteceu quando foram para São Bento do Sul a fim de disputar a *1ª Olimpíada Marista Catarinense*, em 1968, com outras escolas Maristas. Dentre os esportes *futebol de campo e de salão, basquete, vôlei*, disputados, o Abrigo só participou do futebol de campo, ficando com o 3º lugar entre 5 disputantes, para a surpresa geral, pois era *antecipadamente julgada por todos como a equipe campeã*<sup>471</sup>.

Em algumas situações as vitórias eram enaltecidas e divulgadas pelos Maristas, de forma a reforçar a imagem de bons condutores do Abrigo, ao lado do que por vezes se buscava também valorizar o esforço dos Abridados na conquista<sup>472</sup>.

Para se atingir tais êxitos, os Irmãos nutriam os ânimos dos Abridados, reforçando o sentimento de identificação coletiva. Mas, segundo Walter, entre eles mesmo *havia o sentimento de Abridado, de Interno, corporativismo, contra os que vinham de fora*. Como um ingrediente a mais, havia a tradição de se premiar as conquistas com refeições especiais.

Justamente através desse *sentimento de Abridado*, os Maristas buscavam reproduzir papéis familiares dentro da instituição, no qual eles seriam os pais e mães, e os internos irmãos entre si. Alguns depoentes, como Arlindo Beckhauser e Walter, por

<sup>469</sup> *Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1960*. APESC.

<sup>470</sup> Cf. *Semana Estadual do Estudante*. *O Estado*, p.08, 16/9/1960; Coluna Católica: hoje encerramento da 1ª Semana Estadual de Estudantes Secundários. *O Estado*, p.15, 18/9/1960. Ambos em BPESC.

<sup>471</sup> SILVEIRA, Irmão Alceu Totti. 1ª Olimpíada Marista Catarinense. *Boletim da UCE*, n.13, mar-mai, p.19, 1968 (AUCE). Já na 3ª Olimpíada Marista Catarinense, realizada em Criciúma em 1969, não se fez menção à participação do Abrigo nas disputas. Ver: ORSI, Walmir Antônio. Discurso proferido pelo Irmão Walmir Orsi, na Abertura da IIIª Olimarca de 1 a 6 de junho de 1969 em Criciúma, Santa Catarina. *Boletim da UCE*, n.18, jul-ago, p.34-38, 1969 (AUCE).

<sup>472</sup> *Carta do Diretor do Abrigo de Menores ao Juiz de Menores s/d (ano1955)* (Acervo da Vara da Infância e Juventude de Florianópolis) em que informa as conquistas do Abrigo junto ao *4º Campeonato Escolar e 3º Campeonato Normal Regional em 1955*. Consta ainda uma carta em anexo, do Inspetor de Educação Física do Estado, em que elogia a atuação da instituição Abrigo em tal disputa.

exemplo, reconheceram os religiosos em tais papéis. Walter, em especial, expressou o que seria esse pai:

O pai que acordava conosco todo dia de manhã; que nos levava pro estudo; que nos acompanhava no futebol, na hora do almoço, da janta, do café da tarde. Era ele que ia dormir do lado de onde a gente ia dormir, o quarto dele era do lado das nossas sessenta camas; quando um de nós tinha dor de barriga, sonhos, ele que ia conversar, ele que fazia a figura do pai.

Se num primeiro momento Walter atribuiu a todos os Maristas do Abrigo uma condição de pai, depois ele restringiu àquele que lhe foi mais significativo: o Irmão Vitor Barbosa Vieira

Ele se portava como um pai, nos educava, tinha conselho...Nós tínhamos outros Maristas que passavam ensinamento, mas não tinha a figura do pai... a identificação que a gente fez foi com o Irmão Vitor.

Quanto ao sentimento de irmandade entre os internos, o futebol era um momento privilegiado em que isso era tencionado, pois desavenças e conflitos constituídos no cotidiano, no campo encontravam a oportunidade de, dissimuladamente, pelo contato físico característico ao jogo, serem respondidos, se chegando mais duro no “inimigo”. Isso por vezes descambava para as vias de fato, recebendo os envolvidos enérgica censura, com castigos pesados e em alguns casos, sendo encaminhados ao “quartinho disciplinar”.

A respeito da “gravidade” das brigas entre os internos Valmir disse que *agressão mútua entre irmãos* (os próprios Abrigados), *consideravam irmão, dava muita, não podia existir, então dava um castigo muito forte.*

Nisso tudo se pode perceber a força que tinha as questões ligadas à prática do futebol. Para aqueles que não gostavam desse esporte, tal situação era maçante. Arlindo Nelson e Moisés representam esse segmento que inventava alternativas para resistir a essa rotina. Moisés indicou uma delas:

Eu não gostava de futebol, nem de jogar, nem de assistir. Eles traziam nós para ver futebol num campo (da Liga). Aí, quando eu conseguia escapar, eu voltava pra tomar banho de mar, marcava mais ou menos, aí saía da água e me metia no meio dos rapazes (na volta, pois eles retornavam à pé e o trajeto do Campo ao Abrigo durava cerca de 20 min e era quase todo ele à beira do Mar).

Apesar disso, o recreio, que não se restringia ao esporte à tarde, mas se espalhava pelo dia, no intervalo das atividades e das refeições, em que se podia autorizadamente escutar rádio, trocar diálogos, realizar pequenos jogos “recreativos”, como bolinha de gude<sup>473</sup>, ping-pong, damas, moinho, xadrez, entre outros<sup>474</sup>, e “folgar um pouco”, segundo Claudionor.

<sup>473</sup> Foi mencionado em 1971, a realização pela 3ª e 4ª Turma de *jogos de cartas*, que segundo o documento, poderia *influenciar negativamente na formação dos menores*. Ver: *Estudo do Educandário XXV de Novembro, dez-1971*, p.16. AUCE e APESC.

Esses momentos de descontração “oficial” foram valorizados nas falas dos ex-Abrigados, pelo exercício do lúdico e por um distensionamento das obrigações metódicas a que davam vazão. Também por isso a lembrança de que se tinha de cumprir boa parte dos castigos, em tais horários, deixou evidente o quão desagradável se tornava isso. Ao lado do recreio, à noite, antes de dormir, era outra ocasião para executar algumas punições.

Dentro da rotina, sessões de cinema e realização de leitura eram freqüentes. Já a organização de apresentações de teatro, era esporádica. Estas atividades deveriam incorporar finalidades *educativas*<sup>475</sup>, de acordo com o *Regulamento*, mas os relatos dos ex-Abrigados as apresentaram como sendo muito mais “recreativas” e também por isso, prazerosas. O Grupo de Teatro foi descrito no *Boletim da UCE* como *apto a se apresentar às mais exigentes platéias*<sup>476</sup> e suas apresentações muitas vezes aconteciam junto a festas religiosas, como bem disse Adilson:

Algumas festas de Nossa Senhora Aparecida, ou Nossa Senhora das Graças, do padre Champagnat, aí tinha peça de teatro, apresentação, a comunidade participava nesses eventos.

As sessões de cinema, com freqüência semanal ou quinzenal, eram garantidas num primeiro momento pela “benemerência” dos distribuidores locais das películas, depois de 1960<sup>477</sup>, mediante o pagamento destes. Fato é que a audiência aos filmes no Abrigo compunha experiências agradáveis, como lembrou Miguel:

Tinha o salão onde apresentava o cinema, banda de música, peças teatrais...filme lá era até legal, era faroeste, de diversos estilos.. era muito bom o cinema.

Outros ex-Abrigados falaram que os internos se apropriavam de alguns personagens e de situações expostas na tela, para inventar corruptelas dos heróis, brincar e construir ludicamente o “universo infantil” vivido, como disse Claudionor, referindo-se à turma do Batman, que era um grupo de Abrigados mais amigos entre si.

A seleção de quais títulos seriam adequados para a projeção aos Abrigados, passava pela censura do Diretor do Abrigo, assim como da definição pelo Juiz de Menores

<sup>474</sup> *Mensagem à Assembléia, do Governador Heriberto Hülse, de 15/4/1960, p16.* BPESC.

<sup>475</sup> Decreto 3.017/44. Art. 65.

<sup>476</sup> LABRE, Irmão. O Abrigo de Menores no seu jubileu de prata. *Boletim da UCE*, n.3, outubro, p.18, 1965. AUCE. *O Relatório das atividades no Educandário 25 de Novembro de 1970* (AUCE) mencionou a fundação naquele ano do *Grupo Artístico Jovens da Ilha*, que seria composto por *educandos e antigos educandos*.

<sup>477</sup> Esteve escrito que *a quasi 10 anos até o presente ano (1960) os estabelecimentos Daux (Cine Ritz) emprestavam os filmes graciosamente...por pressão das firmas distribuidoras...não é mais possível, elas propuseram retribuição mensal de Cr\$2.000,00 para aluguel de um filme por semana* em ofício da Direção do Abrigo à Secretaria do Interior e Justiça pedindo para que se providenciasse solução ao caso (Cf.: *Of. n.117 de 27/4/1960 do Abrigo de Menores à Sec. do Int., Just., Educ. e Saúde.* APESC). No ano de 1961 já foi registrado uma *Nota fiscal da SULBRASIL Distribuidora de filmes Ltda* em “documentos avulsos” no ACEDOCAM. Nesta, menciona-se 32 filmes alugados no ano de 1960, entre eles *Um Iankee na Escócia; Dedo no Gatilho; Nossa querida Paris; Godzilla, o monstro do mar; Melodias da América; Nas selvas de Zanzibar; Zorro e o ouro do caique; A 2ª Parada de Charlie Chaplin; O Coração do Papa João XIII.*

de quais eram apropriados à audiência infantil na cidade como um todo, posto ter competência legal para isso<sup>478</sup>.

Essa censura recaía também sobre as leituras e o acesso à informação do “mundo exterior”, tanto que havia pouco contato com publicações periódicas, como jornais, revistas, e com informações do mundo exterior, o que rendeu a Walter o direito de estabelecer o seguinte comentário, ao comparar o Abrigo com o Ginásio externo:

O Golpe foi em março de sessenta e quatro, eu saí depois de março...eu falo em Revolução...Essa revolução vinha em efervescência de sessenta e dois. No Ginásio de Aplicação havia efervescência, alguns professores desapareceram, alguns foram presos, agitavam na época, nós tinha um grupo de estudos sobre o movimento “que país é esse?”, se discutia o que era comunismo, o que era socialismo, sabia que o Brasil tinha um movimento em andamento. No Abrigo de Menores, não. O Abrigo de Menores não tomou consciência do que tava acontecendo fora! Parecia que existia uma lei: não se discute política. Pra nós, com governo ou sem governo, o nosso negócio era: alimentação, a escola, tudo isso continuou normal. Pra nós tanto fazia, com o que acontecesse fora porque éramos alienados do meio externo. As notícias não chegavam pra nós, os Maristas ligavam o rádio na hora que queriam<sup>479</sup>.

Apesar dessa postura majoritária dos Maristas no Abrigo, Walter mencionou que havia apenas um Irmão, *Irmão José Anchieta*, que seria *mais ilustre*, pois

já lia Mao Tsé Tung, Francisco Julião, e passava esse livros pra nós também ler. Esse é que me parece que foi chamado no quinto Distrito Naval, houve algum problema com ele, mudança de Abrigo,

disse. Isso permite se pensar que mesmo entre os religiosos, existia diferentes olhares sobre o social, suas funções como religiosos, suas vinculações ideológicas.

<sup>478</sup> O Juiz de Menores, em 1938, relatou primeiro suas ações na direção de se fazer valer a sua competência de determinar quais filmes seriam apropriados e quais não para os *menores de 18 anos*. Também comentou as dificuldades que encontrou nas salas de cinema da cidade, que inclusive recorreram a instâncias superiores da justiça do País para tentarem afastar tais atitudes do Juiz. Ver: JUIZO DE MENORES. *A proteção jurídica dos menores em Santa Catarina*: portarias mais importantes dispendo sobre a organização e execução dos serviços do Juízo. Florianópolis: Imprensa oficial do estado, 1938. ANUCA.

<sup>479</sup> Os Maristas até podiam não comentar nada no Abrigo, entretanto, a Congregação dos Irmãos Maristas no Estado do Paraná teve destaque na participação da *Marcha em Favor do Ensino*, acontecida em Curitiba dia 24/4/1964, como uma corruptela da *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*, ocorrida em São Paulo dia 19/4/1964, que foi uma enorme passeata cívico-religiosa. Esta centrou suas manifestações no repúdio profundo ao Governo João Goulart e suas propostas de reforma de base. Aquela, empunhou bandeiras contrárias às propostas de Jango de adotar o livro único escolar, editado pelo Ministério da Educação, bem como de uma *pretensa encampação das escolas privadas*, junto das quais os *Diretores dos Colégios dos Irmãos Maristas* (Colégio Paranaense) teriam se destacado no ato. Esses atos colaboraram para a “legitimação” social do Golpe de 1964. Importa dizer que os Maristas de Santa Catarina (União Catarinense de Educação) abrangiam administrativamente aquele Colégio. Ver: CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, n.47, v.24, jul., p.271-302, 2004.

Além dessa censura “política”, existia aquela que recaía sobre a moral sexual, quando algumas revistas periódicas eram facultadas ao acesso dos Abridados, mas eram precedidas por uma triagem. O Irmão Diretor rasgava e suprimia os conteúdos considerados impróprios. Diante disso, os Abridados desenvolviam estratégias de acesso a publicações não autorizadas, como revistas em quadrinhos, segundo disse Adilson, que complementou, afirmando que o hábito da leitura de livros era incentivado. Isso foi formando o seu gosto pela literatura, desenvolvido ao longo da vida, que resultou na constituição de uma pequena biblioteca em sua casa, a qual ele me mostrou com satisfação quando nos encontramos para a gravação do depoimento.

Tratando-se de um ambiente composto majoritariamente por homens e dirigido por religiosos, a figura da mulher estava praticamente ausente e conforme narrou Claudionor, centralizava-se na lavadeira do Abrigo, ou nas professoras, disse Walter.

O controle sobre a sexualidade se dava com a vedação do envolvimento com meninas, que quando era descoberto, resultava em punição, tal como lembrou Vilmar, quando comentava que teve um namoro “furtivo” e por isso teria recebido o castigo de perder dois domingos de saída. Carlos comentou que essa falta de contato com pessoas do sexo feminino, junto ao sistema fechado do Abrigo, lhe trouxe dificuldades quando foi desinternado e sinalizou fatores, entre os quais seus parentes, que o ajudaram à vida de fora:

Eu estranhei muito...até me acostumar aqui fora não foi fácil...Não saía muito, ficava mais em casa. Procurei andar mais com o meu primo pra me dizer umas dicas como era a vida aqui fora...fui saindo mais com turma...depois de muito tempo eu comecei a namorar...antes era um bicho do mato acostumado quase cinco anos trancado no Abrigo.

Em paralelo a essa questão de formação sexual, existia uma “problemática maior”, voltada para a moral sexual dentro do Abrigo. Alguns Abridados eram assim designados a respeito: *Libertino, de costumes bárbaros, inversão, sodomia, pederasta, homossexual passivo, atos indecorosos, calções incurtados... deixando-se influências (sic) até ser levado a atos perversos*<sup>480</sup> e recebiam reprimendas, punições e controle dos Maristas. Também entre os internos, aqueles que tinham modos diferentes do “padrão” de sentir a sexualidade, sofriam marginalização, gozações e piadas. Isso foi o que sugeriu o relato preconceituoso de um depoente, do qual tomo a liberdade de omitir o nome, quando afirmou: *Nunca gostei disso, quem gostava daquilo era o...tinha dois bichinha lá, cagavam ele a pau. A gente dizia porque era bem educadinha a pessoa.*

Um aspecto deve ser ressaltado. Se os Maristas buscavam, por um lado, reprimir a possibilidade de se ser diferente no aspecto da sexualidade, por outro lado, objetivavam “proteger” meninos para que não fossem constrangidos e obrigados a fazer atos libidinosos, para deleite de um maior:

<sup>480</sup> Omite-se a indicação precisa do número dos prontuários por questões éticas. Apenas informa-se que eles se encontram neste intervalo: *Prontuário n.490-1390. ACEDOCAM.*

Falta de moral, corrupção de pequenos...se entregou à pederastia passiva, passou a ativo e andou procurando corromper menores mais moços<sup>481</sup>.

A questão do “comportamento”, vista de maneira ampliada, não restrita à sexualidade, emergia como um quesito importante dentro do cotidiano institucional, quer pela ótica dos internos, quer pela ótica dos Maristas, isso porque era um dos critérios observados para a concessão de algum benefício. Assim, ser “comportado” não bastava, mas ajudava a se ter uma vida um pouco menos atribulada e “garantia” o acesso às saídas, aos passeios, à estima dos religiosos, à oportunidade de estudar fora se tivesse excelente rendimento escolar, e diminuía a possibilidade de se sofrer algum castigo, o que dentro de um regime considerado rígido, era algo muito ponderado.

Castigos, punições e premiações, portanto, induziam à formulação do autocontrole das condutas pelos internos, ao nível das suas participações nas atividades cotidianas, tendendo a forjar sujeitos disciplinados, obedientes, respondendo desse modo a alguns dos objetivos institucionais do Abrigo, mas também à finalidades mais imediatas: controlar e manter a ordem.

Desse modo, havia o sistema de “premiações” que, de acordo com o *Regulamento*, deveria distribuir *recompensas* aos *menores*, tais como *boas notas, inclusão em quadro de honra, elogios, postos e designações de confiança, livros, brinquedos, capazes de os estimular*<sup>482</sup>, mas também com o objetivo de classificá-los e “diferenciá-los” minimamente entre si, como o exemplo do ato solene ao final de cada ano, ao qual compareciam pessoas de fora, autoridades, em que se distribuía diversos prêmios e presentes, como *santinho e livro* aos Abridados, sendo que a “qualidade” do presente estava ligada ao desempenho do interno.

Existiam outros tipos de “bonificações” que permeavam o dia-a-dia, como o direito de estudar fora, ou a seleção de dois internos para auxiliarem na rotina da casa, que os Maristas tinham, chamada de Chale, dentro do Abrigo e onde os Irmãos faziam suas refeições, dormiam e ficavam – o *QG Marista* –, disse Claudionor, aliviando a participação nas atividades comuns aos demais Abridados. Por vezes, até se comia da alimentação servida aos Maristas, que segundo Arlindo Beckhauser, apesar do mesmo cardápio, era *melhor porque era feito em menos quantidade*.

---

<sup>481</sup> IDEM.

<sup>482</sup> Decreto 3.017/44. Art. 82.

Esses “benefícios”, quando conquistados “legitimamente”, recebiam o reconhecimento dos demais internos, sendo aceitos. Do contrário, se alguém recebia um *beneficiozinho* proveniente de uma conduta “desautorizada” entre os Abridados, mas aceita pelos Maristas, como dedurar um companheiro, “ficava mal visto”, ou como disse Moisés, *ninguém gostava*.

Fator de contrariedade entre os Abridados era o comportamento de um companheiro “muito transgressor” das regras, violento, agressivo em demasia contra os Maristas inclusive, o que sugere que, apesar dos problemas, havia um respeito aos religiosos por parte dos internos, sendo que tal Abridado, segundo Moisés, *os próprios colegas também não gostavam do cara, porque senão fica até mal entre os colegas*.

No lado oposto, havia os castigos e punições que eram uma seqüência de um sistema de controle que se espalhava pelo cotidiano institucional e pelos sujeitos, sendo que um ato reconhecido como inadequado, quando visto por algum Irmão Marista, funcionário ou denunciado àqueles por algum Abridado, era passível de alguma punição.

Mas a intensidade e potência do controle fazia com que no Abrigo o *Panóptico* de Bentham<sup>483</sup>, dispositivo de poder projetado para instituições totais, que pretendia produzir a sensação de vigilância permanente sobre o sujeito internado, não estivesse ligado à questão arquitetônica, mas sim à própria distribuição do poder de observar<sup>484</sup> entre os sujeitos que viviam a instituição – Maristas, funcionários, internos –, à predisposição dos Irmãos em sanear qualquer “desvio”, ou indício de “vício”, a fim de “curar” e “domesticar” os Abridados àquilo que se desejava, pois tinham o monopólio da “correção”.

Expressando essa “energia” canalizada ao controle da vida dos internos pelos Maristas, Irineu foi preciso na sua observação

Às vezes tu tava na fila brincando e a gente jogava (um objeto) pra chamar o fulano, e o padre, parece que ele tinha um olho lá atrás e outro na frente, não sei se ele tinha dois ou comé que faz, sabe.

A referência ao Panóptico não foi apresentada aqui para dizer que os meninos no Abrigo era passivos diante às práticas de controle, pelo contrário, ao longo do texto foram apresentadas menções de resistência, enfrentamento às prescrições do internato. Ela

<sup>483</sup> BENTHAM, Jeremy. *O panóptico* – trad., org. Tomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>484</sup> Ver: FOUCUALT, Michel. *Microfísica do poder* – 16ªed.– trad., org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p.105-108, 211, 213, 215-219 (entre outras).

ajuda a que se deixe evidente como as relações internas eram submetidas a processos de controle muito forte e rigorosos.

Como forma de constranger as condutas dos sujeitos que não se adequassem ao que fosse prescrito, o *Regulamento do Abrigo* lhes previa o sistema “oficial” de *coerção*<sup>485</sup>, dentro do qual as seguintes medidas poderiam ser tomadas, considerando o grau e a recorrência das *faltas*:

O Menor será admoestado paternalmente. Se não produzirem efeito...impor-se-ão...Más notas; Retirada da aula, oficina ou seção agrícola, com ponto marcado; Privação de recreio, de saída e de diversões; Manutenção de silêncio; Trabalho de escrita educativa; Proibição de correspondência ou de visita; Detenção no estudo ou em sala designada pelo Diretor; Recolhimento, até oito dias, a um compartimento de isolamento, do qual somente sairá para as aulas e aprendizado industrial.

Junto dessas penalidades, agregavam-se outras, muitas das quais já citadas ao longo do texto, que constituíam o sistema “oficioso”, ou “Irregular”, escrito no cotidiano e inscrito na lembrança dos depoentes, e que ajudaram a constituir o significado da rigidez institucional. Arlindo Nelson expôs algumas:

Às vezes eles extrapolavam no bater na criança, teve um lá que ele bateu com facão de prancha, chegou a cortar o menino, não deu pra cortar, mas machucou. Eles usavam apito e tinha uma corrente de metal, usavam muito a corrente pra dar nos meninos. E um Irmão... tinha uma mangueira vermelha de alta pressão, grossa, pra surrar os guri também. Quando aprontasse alguma coisa, entrava na mangueira, ele batia mesmo sem dó nem piedade. Eu apanhei uma coça com aquela mangueira, nesse dia ficou vergão mesmo, todo marcado, não esqueço nunca essa mangueirinha. São essas e outras que me revoltava às vezes no Abrigo.

A experiência de ter tomado a corrente nas costas foi lembrada por Irineu:

Eles tinham uma corrente grossa de apito. Um Irmão...me deu uma cacetada nas costas que fiquei com um vergalhão, cada bolha de sangue desse tamanho...tu chegava a ver tudo quanto era santinho, pombinho voando na tua frente, as costas do cara ficavam cada bolha de sangue, eles davam mesmo.

que também fez menção às surras ministradas pelo Irmão Diretor, apelidado entre os Abrigados de *Irmão Bomba*, segundo disse.

Em algumas ocasiões, entretanto, haviam intervenções do Juiz de Menores, contrariamente a esses procedimentos mais violentos, tendo sido encontrado alguns registros na documentação.

Em janeiro de 1957, o jornal *A Verdade* noticiou na sua capa a seguinte manchete: *Espancado no Abrigo de Menores*. Seguiu texto, que segundo o jornal, seria

<sup>485</sup> Decreto 3.017/44. Art. 76 e 77 .

reprodução de petição apresentada por uma mãe ao Juiz de Menores e dizia que ela teria ido visitar o seu filho no dia de seu aniversário e que o encontrou

convalescente de violenta bofetada que atingiu violentamente o órgão visual direito. Inconformada com o tratamento rigoroso e violento a que fora seu filho submetido...resolveu tomar providências...Recebendo o requerimento, o Juiz de Menores ordenou exame de corpo de delito...peça do inquérito para apurar a responsabilidade do Irmão XXX.<sup>486</sup>

O jornal não informou a continuidade dos acontecimentos sobre o caso.

Em Ofício que encaminhava o *Relatório de atividades do Juízo de Menores do ano de 1952, relativo ao ano de 1951*, o Juiz de Menores teceu uma série de observações tendentes a argumentar a necessidade de preparação profissional mais adequada, *não obstante a competência dos Irmãos Maristas*, além de ter abordado a necessidade da construção de *10 cubículos* que substituiriam os quartinhos disciplinares, o que não aconteceu, como *elemento indispensável à disciplina no Abrigo*, e complementou, sinalizando uma vertente de sua crítica, *onde não se pode aplicar castigos físicos* (sublinhado no original)<sup>487</sup>.

No ano de 1942 foi aberto inquérito contra um Irmão Marista, pelo Juiz de Menores, para investigar um suposto excesso de corretivo, que na fala dos Maristas, teria sido cometido *pelo interesse de manter a disciplina indispensável numa casa de educação* acabando por *enfraquecer a força do Regulamento Interno e desautorizar os educadores perante os funcionários e abrigados*<sup>488</sup>.

A continuidade e o termo desse processo não foram mencionadas na documentação, mas em 1944 parece que foi aberto outro inquérito pelo Juiz de Menores, que apuraria responsabilidades e a razão num episódio envolvendo um Marista e um interno. Não soube-se do desfecho disso também. Contudo, indicam posturas que não avalizavam simplesmente o que se fazia em relação ao vigor no trato com os Abrigados.

No ano de 1956, o jornal *O Tempo*, de Florianópolis fez publicar um texto, espécie de editorial, em que abordava a questão da *assistência ao menor*, que seria *um dos mais sérios problemas que se defronta a sociedade contemporânea*. Em dado momento, comentou medidas adotadas pela *Assembléia Nacional da França*, entre as quais a de

<sup>486</sup> Espancado no Abrigo de Menores. *A Verdade*, p.01, 18/1/1957. BPESC.

<sup>487</sup> *Of. n.241 de 16/02/1952 do Juízo de Menores para Sec. do Interior e Justiça, Educação e Saúde*. APESC.

<sup>488</sup> *Of. s.n. de 30/11/1942 do Dir. do Abrigo de Menores ao Interventor Federal em Santa Catarina*. AUCE.

Diversas penas de prisão e multas estão previstas nessa lei para os pais e responsáveis que castiguem fisicamente ou privem de cuidados as crianças de menos de 15 anos.

e acabou por sugerir que no Brasil se tomasse alguma providência semelhante<sup>489</sup>.

Em 1972, um educando, em entrevista as estagiárias do Serviço Social, afirmou que estava tendo dificuldades para estudar à noite *porque o Irmão Gilson não deixa, costuma dar castigo*, disse<sup>490</sup>. Um outro, já depois da saída dos religiosos, sendo questionado pelas estagiárias, que faziam um levantamento de como os internos estavam percebendo as transformações na instituição e ao mesmo tempo “diagnosticando” o entrevistado, anotaram o seguinte:

O menor falou-nos que está gostando muito dos monitores, porque eles não surram. Falou que o Irmão Paulo era muito ruim, amarrava um pano na boca de quem fizesse arte, e dava de cinta.<sup>491</sup>

Ou seja, desde 1942, certos procedimentos mais violentos recebiam manifestações de reprovação e censura, e ainda em 1972/3, uma assistente social registrou a reclamação de um interno sobre isso. Portanto, o que poderia aparecer como expressão de uma “pedagogia da época”, tem que ser pensado dentro desse campo tenso.

Imerso no sistema de punições “oficiais” e “oficiosas”, o quartinho disciplinar era o ápice dos castigos, e geralmente sucedia a uma punição também rigorosa. A experiência de ter passado pelo mesmo deixou marcas profundas na memória de Arlindo Nelson:

O quartinho era mais grave de todos, esse era perigoso. Eu tive muitas vezes. Tinha uma grade na frente, eram duas cadeias, devia ter o que, dois por dois, mais ou menos, não tinha janela. Entrava o ar e claridade. Aí você dormia, ficava seis, sete dias. Não tinha banheiro, não tinha luz, não tinha nada. O quartinho purinho.

(Eu): E deitava onde?

(Arlindo): No chão. Tu ficava ali, fazia as necessidade no urinol...de manhã cedo você saía no horário que tivesse que sair, mas faziam questão que o pessoal visse pra doer mais. Então você saía dali tonto, cambaleando com o urinol, atravessava o campo e ia lá no mar, que começava ali, jogava o urinol fora, lavava e voltava de novo pro quartinho. Quem te acompanhava aí era o vigia...O vigia te trazia a comida, o café da manhã, café e pão, numa lata dessas de azeite doce, igual a um preso na cadeia mesmo. Trazia, abria a porta, botava num canto, tomavam. Aquilo até poderia alimentar, mas tinha um sabor tão ruim, sei lá, uma coisa tão horrível, uma sensação desagradável, o almoço a mesma coisa, traziam aquele prato lá, e tu dentro lá, perto do urinol.

<sup>489</sup> Assistência ao menor é um dos mais sérios problemas com que se defronta a sociedade contemporânea. *O Tempo*, p.03, 01/7/1956. BPESC.

<sup>490</sup> *Prontuário n.1248, na Ficha de Acompanhamento em 02/5/1972. ACEDOCAM. Pseudônimo.*

<sup>491</sup> *Pront. n.1464, na Ficha de Acompanhamento em 22/3/1973 (Maristas saíram em 31/1/73). ACEDOCAM. Pseudônimo.*

(Eu): Quando ia pro quartinho, voltava, os colegas sabiam?

(Arlindo): Ah, eles tiravam sarro, gozavam a gente, riam. Aquilo era motivo pra gente ficar mais triste ainda. Aquele quartinho era judiado à beça, era maltratado ali, já pensou fazer necessidade no urinol, dormir no chão, parede úmida, não ter água, não ter nada, passava rato ali. Você dormia ali, ficava seis, sete dias. Quando saía dali, saía um bichinho, saía tonto, acabado, já pensaste tu ficar o dia todo, a noite toda dentro do quartinho. Isso aí era muito usado. Então, algumas coisas eu não aceitava, tu vê, com 7, 8, 9, 10 anos, não é idade pra tal coisa, era essas coisinhas que me revoltava.

Se o quartinho foi significado como revoltante por Arlindo Nelson, avaliação diferente foi proposta por Irineu, que esteve apenas uma única vez recolhido ao recinto, resultado de uma fuga sua da instituição, que lhe rendeu também o cabelo raspado.

Peguei 15 dias porque quando fui pro Abrigo não gostei e fugi. Mas foi sorte que eu fui preso. Voltei e recebi o castigo que tinha que receber, e eles tinham razão, não posso tirar a razão deles, porque ali eu tinha alimentação, estudo, educação, se formava um homem, uma pessoa honesta, não um ignorante, ladrão, um safado qualquer...Era uma prisão, 1,20 por 1,20, não dá nem pra tu dormir esticado, e a catinga não podia parar, e a ratarada!

Ao valorizar aquilo que o Abrigo lhe proporcionou, ele considerou os encaminhamentos na sua trajetória de vida, em que sempre trabalhou, após a desinternação, “carregando pedra” como servente de pedreiro, depois como encarregado de depósito de uma firma de comércio de madeira, ajudante de caminhão da Pepsi-Cola, ajudante de construção (participou da feitura da ponte Machado Colombo Salles, na capital Catarinense), e por fim, como Zelador do Edifício Portrinari, serviço no qual se aposentou. Junto de sua mulher, formou uma família com dois filhos, um dos quais já lhe fez avô.

O presente a partir do qual cada ex-Abrigado falou, partiu de elementos diferentes para estabelecer os significados ao vivido, e expressou um campo em que muitas vezes parece existir “disputa” pela melhor versão daquilo que teria sido o Abrigo, e de fato existe. Há em comum, um esforço para não macular a imagem da instituição na qual se viveu e também dos religiosos pelos quais foi manifestado respeito, e às vezes uma tentativa de compreensão do porque eles tiveram determinadas atitudes. A fala de Claudionor representa isso:

A educação dos Irmãos tinha hora que extrapolava, mas como duas pessoas iam cuidar de sessenta? Eu não sinto se apanhei, se não apanhei, porque achava que a fórmula que eles tinham de educar era certa, como muita gente terminou com o Abrigo porque achava que a fórmula tava errada.

Walter foi em outra direção:

Há uma idéia de que realmente era uma prisão que tem castigos fortes, surras, essas coisas todas, não me lembro de ter visto alguém apanhar, pelo menos não

na minha frente...Os Maristas tinham uma técnica, por você gostar muito deles, a técnica do olhar, o olhar de censura já bastava pra você...Na realidade era tipo uma prisão bem elaborada.

Parece que nem todos se submetiam a essa “técnica” pacífica. Walter mesmo disse:

Teve um Abridado que correu dentro do refeitório com faca de cozinha atrás do Irmão Vitor, 4ª turma. O Irmão deu um castigo pra ele, esse foi levado pra penitenciária por um tempo, foi o que me disseram.

Arlindo Nelson criticou frontalmente a tendência daqueles que “falam do Abrigo como um *mar de rosas*”, e reivindicou o direito à sua difícil passagem pela instituição, sem entretanto esquecer aquilo que considerou positivo. Ponderou, porém, que faltava algo:

Hoje tem ex-abrigados que, tenho certeza absoluta, negam a existência do quartinho, não aceitam, não querem ver que realmente existia, mas existia. É pra fazer outra imagem do Abrigo, que o Abrigo era um mar de rosas, que não era! Na verdade não era um mar de rosas, claro que ensinavam, te deram religião, aula de religião; na escola, eles ensinavam tudo direitinho, você tinha comida, alimentação boa, tinha dormida, tinha tudo, mas faltava talvez carinho, faltava talvez uma compreensão, uma palavra de consolo, chegar mais perto da pessoa, eles não tinham essa palavra de consolo, era mais aquele regime militar, era puxado mesmo, não adianta bajular e dizer que eles passavam a mão na cabecinha, não é verdade, talvez até tivesse algum aluno lá que eles passassem a mão na cabecinha, mas era muito raro. Então, eu não nego isso, o meu tempo lá foi esse!

Ao lado dessas significações, contudo, a administração do Abrigo deveria ser balizada pela obediência às regras estipuladas no *Regulamento do Abrigo*, que expressamente diziam:

Art. 76- No sistema de coerção para os menores são proibidos os castigos corporais, a privação de alimentação<sup>492</sup> e os processos de intimidação capazes de lhes abater o moral (grifos do pesquisador).

Portanto, óbvio que nesse aspecto os Religiosos eram exemplares indisciplinados! Mas em seus *Relatórios* expunham considerações a respeito do trato disciplinar, em termos como estes: *são raros os castigos impostos aos Abridados*<sup>493</sup>. Por se

<sup>492</sup> Não encontrou-se qualquer menção de que algum Abridado tivesse sido privado de alimentação.

<sup>493</sup> *Relatório do Juízo de Menores da Comarca da Capital, de 1951*. APESC.

ter dificuldade em expor publicamente esse particular da pedagogia Marista no Abrigo<sup>494</sup>, permite-se pensar que as avaliações sociais sobre como se proceder à disciplina dos Abridados, não era pacífico.

Imerso nisso, alguns Abridados tomavam atitudes que se opunham diretamente ao regime fechado e de contenção imposto, como a fuga física da instituição. Esse ato era encarado pelos Maristas como uma afronta à ordem, à disciplina e ao método, além do que eles tinham o compromisso frente ao Estado de ficar com os internos até os 18 anos.

A fuga era considerada como “transgressão” grave e nessa medida era repreendida. Mesmo isso sendo do conhecimento corrente entre os internos, inúmeros deles evadiam-se das instalações. Alguns eram recapturados. Outros não se teve em conta o paradeiro.

Fugas de que falo são aquelas que ocorriam durante o período “normal” de funcionamento, não nas férias. Nos prontuários, nas cartas da Direção do Abrigo para o Juiz, há vários registros das evasões e das recapturas, isso porque se notificava o Juiz da ocorrência de fuga e este tomava as providências para a recaptura. Uma vez recapturado, o interno era reencaminhado ao Abrigo. Apresento os modelos de “Comunicado de Fuga” e de “Comunicado de Recaptura”.

Senhor Juiz de Menores. Pelo presente levo ao conhecimento de V.Excia. que o menor XXX, evadiu-se do Abrigo de Menores em data Y do corrente... (Modelo de Comunicado de Fuga)

Senhor Juiz de Menores. Levo ao conhecimento de V.Excia. que o menor XXX foi recapturado em data W e acha-se no Abrigo (Modelo de Comunicado de Recaptura)<sup>495</sup>.

<sup>494</sup> Há no trabalho em três volumes de AZZI, a menção sobre a pedagogia dos Maristas em suas escolas, que seria marcada pela rigidez, mas que haveria diferenças, pois ele relata que numa escola Marista paga, na cidade de São Paulo (Externato Nossa Senhora do Carmo) um Irmão teria agredido um aluno, deixando-o com o olho roxo. O pai do rapaz teria criado a maior polêmica a respeito. Tal atitude do pai teve como resultado a diminuição do número de matrículas no Colégio. Isso indica que havia limites, nas escolas pagas, para o exercício da rígida disciplina Marista e ela podia ser, no caso específico, econômica (manutenção financeira da escola). No trabalho de Azzi escreveu no subitem *Uma Falha educativa*, que *No início de 1901, havia superlotação no pequeno espaço do Externato...um episódio desagradável provocou uma grave crise no estabelecimento...20 de setembro o irmão Lambert comete uma imprudência aplicando uma penitência aflitiva a um aluno...o irmão perdera a paciência e dera um tapa num garoto, deixando-o com o olho roxo...Apesar das explicações do Diretor ao pai...levou o caso às autoridades. A polícia teve de entrar em ação e não faltou celeuma nos jornais. Houve inquérito legal...A repercussão moral, porém, é que não se apagaria tão facilmente.* Cf.: AZZI. *Op. cit.* Vol.I (1897-1922). p.116-117. Parece que no Abrigo certas interpretações da Pedagogia de Champagnat não foram muito apreendidas por alguns Irmãos. Isso pelo menos infere-se do que falou o lingüista Martins, quando escreveu sobre os primórdios das orientações educativas dos Maristas. Disse ele, ao comentar que *La Salle e Champagnat se opuseram às prescrições do L'Ecole Paroissiale relacionadas não somente aos castigos físicos como também àqueles que humilhavam a criança.* Ver: MARTINS, Adelino da Costa. Da “ecole paroissiale” (1654) ao “Guide des ecoles” (1853). *Veritas*, n.136, v.34, dez., p.494-495, 1989.

<sup>495</sup> Na documentação essas informações estão presentes em alguns prontuários, sobretudo nas *fichas disciplinares*, e nos ofícios trocados entre Juiz de Menores e a Direção do Abrigo. P.ex: *Of. n.85 de*

Importa destacar que, como nos outros atos de resistência, que também compunham as estratégias de bem viver, a iniciativa dos Abrigados como sujeitos podiam passar por processos de mediação das conseqüências, de reflexão, de ponderação, de opção, de escolha daquilo que se faria ou não, ou seja, eles agiam como participantes e constituintes em alguma medida das circunstâncias pelas quais estavam vivendo, e desse modo construam o Abrigo enquanto experiência histórico-institucional.

O relato de Vilmar a respeito das fugas do Abrigo, apesar de ser emitido pelo adulto que ele é, e portanto carregado de significado ao presente, sugere que quando se vive a infância, o sujeito compõe e participa da construção em alguma medida da sua trajetória, “negociando” uma micropolítica com os feixes de possibilidades de certo modo “disponíveis” no social, além de também inventar caminhos alternativos<sup>496</sup>. Afirmou ele

Sempre quando fugia um daquela turma, todo mundo sabia...Sempre tinha comentário...Quando conseguiam pegar...A própria polícia ia atrás quando fugia. Iam na casa dos cara, buscar os guri. Iam avisar a família: ah seu filho fugiu...A mãe trazia...Eles iam lá buscar (na casa do guri)...Eram guri considerado rebelde que não aceitava aquele regime dali [...] Não pude fugir dessa regra (regime), se fugisse eu ia pra casa dos meus avós, voltava pra lá de novo; se fugisse e não fosse pra casa dos avós, eu tinha que ficar no mundo, aí eu ia virá o quê? Um guri desses que não tem família, não tem nada e fica mendigando?!

Ou seja, essa fala deixa evidente que o não tomar uma determinada atitude –fugir –, era tomar uma decisão dentro das circunstâncias em que se vivia – não querer se tornar mendigo –, indicando que diante das alternativas identificadas como possíveis, se optava por aquela considerada menos ruim, pois conforme disse Miguel, *se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*. Miguel contou ainda que

fui lá pra ficar até 18 anos mesmo. Eu ia fugir pra ir pra casa do tio? Chegava no tio, ainda levava uma camaçada de pau e mandava de volta!<sup>497</sup>

---

21/11/1963; n.87 de 27/11/1963; n.96 de 11/12/1963(ACEDOCAM).

<sup>496</sup> Certeau, partindo de uma reflexão bastante profunda, busca pensar as práticas de como que os *homens comuns* inventam seus campos de existência e representação com táticas, astúcias, apropriações, resistências, e artes de fazer, em que o institucionalizado, o prescrito, é limitado (não inexistente) naquilo que pretende impingir às pessoas. Diz ele: *Procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela, a não ser para alterá-los...maneiras de fazer formam a contrapartida do lado dos consumidores(ou dominados?)dos processos mudos que organizam a ordenação sócio política. Essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural...se trata de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou indivíduos presos nas redes de “vigilância”... (que) compõem uma antidisciplina*. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer.–9ªed., trad. Ephraim Ferreira Alves– Petrópolis: Vozes, 2003, p.41, 42.

<sup>497</sup> Cita-se alguns trechos de anotações nas *Fichas disciplinares* dos *Prontuário n.641, 737, 823: 08/8/1958-*

Isso reforça a potência das relações de poder, nas quais os internos estavam imersos, sendo que se opor, por vezes, era muito complicado; outras vezes poderia ser indesejado, indicando nesse caso o caráter positivo do que estar na instituição poderia representar. Miguel, novamente, expressou-se nesse sentido, ao falar que *fui lá pra ter escola, disse: ‘vou ficar aqui até o final’. Eu não tinha vontade de fugir porque eu tava sempre passeando*. Afirmou ainda ter sido desde pequeno entregue pela mãe – que conheceu depois de adulto – aos cuidados de dois tios, e que ficava circulando e morando de temporada em temporada na casa de um e do outro, não tendo sido agradável viver nessas condições também porque se sentia como um “estorvo” para eles, pois os mesmos não teriam a obrigação de lhe criar. Assim, o Abrigo lhe possibilitou um lugar para crescer, estudar, para se ter companheiros, para “passear”, inclusive.

Entretanto, Miguel bem sabia o vigor do castigo impingido àqueles que “fugiam”/“resistiam” e eram pegos:

Tinha uns cara que faziam bagunça pra fugir, depois ficava preso lá, dormindo torto, não vendo sol, debaixo da enfermaria...ficavam ali dentro, só ali, não tinha saída.

A orientação disciplinar foi um dos objetos que compuseram as proposições de transformação do Abrigo em Educandário, entre as quais se indicava a necessidade de se desenvolver *a educação religiosa, moral e cívica baseada no respeito pela opinião do outro e no cultivo de valores humanos*, e que para isso era necessária a *qualificação do pessoal técnico e dos auxiliares*<sup>498</sup>.

Arlindo Beckhauser reconheceu diferenças no trato institucional, adotada pelos monitores após o período dos Maristas. Isso porque ele permaneceu no já Educandário até

---

*Desapareceu da Secção Agrícola. Foi entregue pela tia ao Abrigo e fugiu no dia em que foi posto em liberdade (do quartinho); S/d- Voltou das férias em 16/1/1961. A saudade bateu e fugiu. A mãe entregou-o ao Abrigo e tornou a fugir; S/d- Fugiu para Biguaçu voltou dia 12/01/1962 sendo entregue ao Abrigo por sua tia.* Todos em ACEDOCAM.

<sup>498</sup> Cf. HINKELMANN, Ir. Pedro A. Educandário ou Abrigo? *Boletim da UCE*, n.20, nov-dez, p.29, 1969. Noutro documento em que a *Secretaria dos Serviços Sociais*, através da *Divisão de Promoção Social*, órgão vinculado à *Coordenação de Serviços Sociais* (pode-se perceber o viés burocratizante da estrutura que estava implementada) elaborou um “Estudo do Educandário” com cerca de 40 páginas, em que apontava uma série de questões identificadas problemáticas, entras as quais estas: *Setor Administrativo 4...falta de racionalização dos serviços e inexistência de visão administrativa...7.Não existência de coordenação e controle dos serviços...Setores Técnico e Educacional...3.Despreparo da equipe de educadores que não foram selecionados e treinados para o desempenho de suas funções. 4. Não acompanhamento da evolução das técnicas educativas faltando conhecimento das necessidades básicas e da política de bem estar do menor.* In. *Estudo do Educandário XXV de Novembro, dez-1971, p.01.* AUCE e APESC.

1974, como interno – os religiosos saíram em janeiro de 1973 –, e no início da década de 1980, retornou à instituição na condição de monitor<sup>499</sup>, tendo acompanhado o processo de transferência das instalações para o Centro Educacional Dom Jaime de Barros Câmara, na cidade de Palhoça, onde trabalhou até 1986.

Tu era instrutor, não tem necessidade do cara ficar de guarda, tem vigia, na entrada.. não tinha castigo, não pode bater, se o menor quiser, se não quiser fazer tu não pode obrigar...a horta ninguém trabalhava, era se quisesse trabalhar, como ninguém optava, a horta que só tinha mato.

Por ter passado pela experiência de viver nos dois lados da relação institucional, apesar de haverem diferenças entre o ser interno no tempo dos Maristas e no tempo do Estado, e entre a administração direta pelos religiosos e pelos funcionários da FUCABEM à época, Arlindo expressou algo que na visão dele esteve ausente tanto numa quanto na outra forma de ser das instituições, que ele tentou superar por considerá-la fator importantíssimo:

Eu tinha mais tranquilidade de trabalhar com os menores, porque já tinha manha de lidar com os adolescentes...Os colegas instrutor se embaraçavam, se os adolescentes respondesse de maneira assim brusca, aí ficavam injuriado, eu não, pra mim era mais tranqüilo...Nas minhas horas vagas, eu ia na Secretaria, gostava de saber...pegava a ficha e o que eu não descobria na ficha eu falava com Assistente Social, pra ir a fundo assim, pra conhecer mais o menor, as razões dele, cada um era diferente, cada um tinha um motivo de estar lá, e daí tu analisava e tentava compreender eles. Coisa que talvez aqui no Abrigo o cara não teve essa chance de pensar assim, porque eram muitos (internos e poucos Irmãos). Eu tinha esse tempo.

O uso da força física nem sempre “bastava” para conter determinados Abridados na época dos Maristas. Em diversas ocasiões, o interno acabou encaminhado à Penitenciária, após a determinação do Juiz de Menores e autorização do Secretário do Interior, Justiça e Saúde. Em outras poucas, internou-se o “problema” na Colônia Santana para “doentes mentais”<sup>500</sup>. Numa dessas ocasiões, a internação na Colônia foi rechaçada,

---

<sup>499</sup> Quando saiu do Abrigo, foi trabalhar numa empresa na cidade de Tubarão, vizinha à localidade de Armazém, onde morou antes de ser internado; depois foi trabalhar como auxiliar de topografia na instalação de fios de alta tensão da Eletrosul; nessa função, trabalhou na construção da Avenida Beira-Mar Norte, em Florianópolis, que inclusive tomou parte da área que era naquele período do Educandário 25 de Novembro; após ter passado em concurso na Fundação Hospitalar do Estado, ali foi servir; depois a FUCABEM e novamente a Fundação, onde se encontra hoje.

<sup>500</sup> Em alguns *Relatórios do Juízo de Menores* constaram indicações de transferências de Abridados para esses dois estabelecimentos. Abridados para a penitenciária: 1951(1);1959(1). Abridados para a Colônia Santana:1951(2);1962(1);1963(1). Ver: *Relatório do Juízo de Menores da Comarca da Capital* anos de 1951 (entregue 1952), 1959 (entregue 1960), 1962 (entregue 1963), 1963 (entregue 1964). Todos em APESC. Para Penitenciária ver p.ex.: *Of. n.103 de 16/2/1961 do Juiz de Menores ao Secretário do Interior e Justiça* em que se pede a autorização para o recolhimento à Colônia Agrícola da Penitenciária do Estado do menor Wellington (Abridado). Confirmação da autorização em: *Of. Gab/378.13 de 13/3/1961 da Secretaria do Interior e Justiça ao Juiz de Menores*. Ambos em APESC. Para a Colônia Santana ver p.ex.: *Prontuário n.651, Ficha disciplinar: 15/10/54-Recolhido à Colônia Santana//12/01/55-Volta ao Abrigo//18/2/55-*

provocando uma celeuma na qual ficou evidenciada que a indisciplina, a resistência, a oposição às regras em algumas ocasiões, eram traduzidas como insanidade, ou delinqüência, empurrando tais rapazes ainda mais à exclusão. Isso esteve expresso nas justificativas apresentadas para que fosse autorizada a internação de dois Abridados na Colônia Santana. A um deles se atribuiu motivos de *ordem moral*. Aos dois, a questão *disciplinar*<sup>501</sup>.

Em 1973, entretanto, o Juiz de Menores optou por outro procedimento: expulsar os indisciplinados considerados “graves”. Isso porque

Considerando que é normal que alguns dos menores educandos manifestem durante o período de internamento, certas características de rebeldia ou resistência as normas disciplinares do Educandário, porém é inaceitável que adotem atitudes de violência, desrespeito, desacato, reiteradamente e pratiquem, inclusive atos de delinqüência, como furtos, depredações e agressões físicas, comprometendo, assim, toda uma estrutura que deve primar pela disciplina.

[...] este Juízo tem sido cauteloso no julgamento de certas atitudes adotadas por menores educandos, relevando determinadas faltas, que não caracterizem uma tendência delinqüencial, mas não pode ficar indiferente ao comportamento de alguns que resistem a todas tentativas de chamamento à razão, insurgindo-se violentamente contra a disciplina, furtando, depredando, agredindo e atentando contra a moral e os bons costumes.

Considerando que tais menores apresentam características que os recomendam a um tratamento bem mais rigoroso, em institutos de reeducação, pois são, flagrantemente desajustados e de conduta anti-social...infelizmente a única obra existente no Estado para este tipo de tratamento (C.E.B.) tem capacidade mínima (12 menores), com as vagas todas preenchidas.

Considerando que o afastamento de tais menores, do Educandário XXV de Novembro, poderá ser, infelizmente, o início de um descaminho total e o ingresso por veredas bem mais sinuosas, no terreno da conduta anti-social, perdendo-se todo um trabalho de longos anos de assistência e um investimento vultoso, por parte do erário público, na tentativa de educá-lo e prepará-lo para o futuro[...] resolve, excepcionalmente aplicar aos menores XXX a pena de expulsão do Educandário XXV de Novembro, pela prática de atos anti-socais graves e por se mostrarem totalmente refratários as tentativas de recuperação.

[...] Em 22/11/73, Wladimir d'Ivanenko, Juiz de Menores.<sup>502</sup>

---

*Tentativa de fuga//06/03/55-Recolhido novamente à Colônia Santana, pois apresenta sintomas anormais.* Em ACEDOCAM.

<sup>501</sup> *Of. n.802 de 19/9/1951 do Juiz de Menores à Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde em que solicita autorização para encaminhamento dos menores Diógenes e Rômulo à Colônia Santana.* Resposta em *Ofício Gab/4071-43 de 30/11/1951 da Secretaria do Interior e Justiça ao Juiz de Menores informando autorização da internação dos Menores Diógenes e Rômulo à Colônia Santana.* Ambos em APESC.

<sup>502</sup> Cf. *Portaria n.934 de 20/11/1973, n.935 de 20/11/1973, n.936 de 22/11/1973 do Juizado de Menores da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina.* Essas portarias estavam junto aos *Prontuários n.1194, 1154 e 1302* no ACEDOCAM. No Acervo da Vara de Infância e Juventude de Florianópolis, foi encontrado num livro de documentos de 1973, a autorização de *desconto do pecúlio dos menores* que mencionava, *por danos causados* ao Educandário, parecendo ter acontecido um quebra-quebra por alguns internos. Entre os nomes, havia vários dos que depois foram expulsos.

Cabe mencionar que essa atitude foi tomada de uma vez, atingindo 10 internos num curto período de tempo (dois dias), indicando novos procedimentos de “gestão” institucional.

A positivação ao sistema que veio depois dos Maristas deve ser vista com cuidado para não se cair em maniqueísmos e em posturas acríticas. No jornal *O Estado*, no mês de outubro de 1976<sup>503</sup>, teve início uma série de reportagens e textos que davam conta de denunciar, a partir de relatos de Educandos, as condições de funcionamento do Educandário: *atualmente eles ensinam dando nos menores; passou a ser instalada uma cadeia, um dos menores fugiu ao saber da existência da prisão*<sup>504</sup>. No outro lado, havia respostas do Diretor do Estabelecimento, Juiz de Menores, contraditando tais denúncias, chamando-as de *invençione*<sup>505</sup>, *não existe nem poderia existir*<sup>506</sup>.

Apesar disso, o Diretor do Educandário (desde fevereiro de 1973 era pessoa leiga) teria feito afirmações que justificariam algumas medidas que estavam sendo adotadas, como a construção de uma sala *onde os menores com atitudes irregulares – lideranças negativas – seriam levados para que um psicólogo analisasse o seu comportamento e lhes mostrasse o quanto estavam errados*, isso porque

eles são provenientes de famílias cujos pais são bêbados e as mães prostitutas, se o Educandário não lhes mostrar o caminho e obrigá-los a trabalhar, nunca deixarão de ser marginais<sup>507</sup>.

E, apesar desse olhar que buscava estigmatizar e colocar os rapazes internados numa condição de inferioridade, incapacidade, Vadely, que foi desinternado em 1977<sup>508</sup>, expressou certa gratidão à sua trajetória institucional (1968-1977) e à sua irmã que o colocara ali, pois tal experiência teria lhe ajudado a estabelecer um caminho honesto na vida:

---

<sup>503</sup> Restrinjo-me, nesse assunto, a usar recortes de jornais, alguns dos quais sem data mencionada no corpo do texto, mas acrescentada em anotação ao seu lado por quem realizou o arquivamento. Todos estavam no arquivo dos Maristas (AUCE), na caixa correspondente ao *Abrigo de Menores/Educadário 25 de Novembro*, o que indica o significado da importância das denúncias, atribuído pelos religiosos depois de terem sido “tirados” da instituição cinco anos antes. Eles guardaram também outros recortes da década de 1980, quando o Educandário pegou fogo e foi transferido para Palhoça.

<sup>504</sup> Recorte de *O que está acontecendo dentro do Educandário?* “*O Estado*, 10/10/1976, p.16”. AUCE.

<sup>505</sup> Recorte de *Cubículos para os menores? ‘Tudo não passa de boatos’* “*Jornal de Santa Catarina*, 09/10/1976, p.16”. AUCE.

<sup>506</sup> Recorte de *Prisão ou Educandário? ‘Absolutamente inviável’, responde o juiz de menores*. “*O Estado*, 17/10/1976, p.15”. AUCE.

<sup>507</sup> Recorte de *Prisão de Menores no Educandário? O diretor não quer falar à imprensa*. “*O Estado*, 12/10/1976, p.16”. AUCE.

<sup>508</sup> CF. *Livro de Matrículas do Abrigo de Menores*. ACEDOCAM.

O cara trabalhava, estudava, tudo lá dentro, não tenho nada contra isso [...] se não fosse lá dentro do Abrigo, hoje eu não tava aqui, agora eu já tenho a minha família...não fico sentado, preso, como se fosse um vagabundo, ladrão, assim roubando, matando na rua, como a gente vê. Hoje eu devo obrigação pra minha irmã por parte de pai. De vez em quando eu vou lá, não levo muito, mas levo 3 quilos de carne, verdura, umas coisas pra ajudar, que ela também sofre de doença, vive numa cadeira de roda.

Como trabalhador que foi, servindo cafezinho, primeiro, depois, funcionário numa residência, servente de pedreiro, auxiliar de instalações de fios telefônicos, guarda-noturno, e por último, função que ocupa nos dias de hoje, Guarda concursado da Prefeitura de Florianópolis, apesar da condição modesta em que ele vive hoje junto com a sua mulher que trabalha em “casa de família”, sustentam com orgulho uma família que tem mais duas crianças, com casa própria, numa região periférica de São José. Além de tudo isso, ainda ajuda sua irmã enferma, manifestando sua solidariedade.

Antes de encerrar este capítulo, chamo a atenção para um outro valor, que de certo modo carrega a significação construída por parte dos Abrigados e que esteve expresso em alguns relatos de ex-Abrigados, dentro do qual consideram a instituição como um lugar em que viveram bons e maus anos, mas os viveram. E mais, por terem estado ali, compreendem-se como participantes daquilo que o Abrigo foi, pois através dos seus trabalhos, suor e esforços nas atividades indispensáveis à manutenção da instituição, construíam-na e reproduziam-na. Isso esteve manifesto, em alguma medida, no episódio criado a partir da denúncia do jornal *A Verdade* do dia 14/11/1956, com a manchete ***CARRASCOS! Roubalheira e fome no ABRIGO DE MENORES Meninos acorrentados em celas imundas, acabam tuberculosos*** (apresentado no 1º Capítulo, nas versões da imprensa e dos Maristas). A matéria sobretudo criticava as condições de alimentação dos Abrigados, aproximando-a de uma *comida de porcos*, e o quartinho disciplinar, questionando as condições sub-humanas a que as crianças encaminhadas para este estariam submetidas.

Ato contínuo à publicação do jornal, internos teriam se organizado, sem conhecimento dos Maristas, e dirigido-se à redação daquele com a finalidade de “tirar satisfação do Diretor do Jornal” sobre aspectos nos quais se sentiam atingidos como Abrigados que participavam do Abrigo como mantenedores, sobretudo da parte alimentar.

No relato dos depoentes, contemporâneos aos acontecimentos, isso ficou evidente. Moisés concentrou isso, ao relatar que:

Esse cara, Manuel de Menezes (dono do Jornal) quis falar dos Padre (Irmãos Maristas). Começou a falar só padre, depois começou a falar e colocar o pessoal do Abrigo. Enquanto só tava falando deles, ninguém ligou muito não, porque tu sabe que quando tem muito tempo na convivência o pessoal, não não gostavam deles, mas se falassem deles também...e depois começaram a falar do pessoal do Abrigo que era tudo raquítico, numa reportagem sai isso e sai aquilo, e daí fotografá um rapaz vomitando, aí-ó, tava comendo aquela comida porca. Ah, aí o pessoal não gostou e se reuniu a turma dos maiores, e com pedaço de pau e pedra no bolso, fomos à pé até a redação do Jornal que era na Conselheiro Mafra. Nós saímos meio escondido, se quisessem impedir tinham impedido porque lá não se dava um passo sem saber, ninguém desobedecia eles. Chegamos na frente do Jornal. Aí, ele chamou a polícia. A polícia chegou lá, parece que veio bombeiro também. E nós tudo perto, bem de frente da redação, chamando ele pra que viesse pra fora, dizendo que nós era raquítico e esse tipo de coisas. Aí parece que jogaram água no pessoal, aí o pessoal correu, e a polícia correu atrás da turma, eles tavam tudo de cacete, quem a polícia conseguiu alcançar bateu mesmo. (Os Padres) Eles sabiam que nós tinha ido, queriam que nós desse uma surra no Menezes, prova é que nós chegamos lá de volta, não aconteceu nada conosco, nada, continuamos nossa vidas, tudo, contando a história que tinha acontecido.

(Eu): A denúncia falava sobre esse quartinho, e vocês foram por causa disso também?

(Moisés): Não, por causa disso ninguém, até nós não queria que existisse aquilo lá, aquilo era uma condição que nós queria que acabasse, se ele fala só por causa daquilo, porque o pessoal lá não era tão ruim assim pra merecer ficar três, quatro dias dentro daquilo lá. Aquilo lá era ruim, é como se fosse uma prisão, uma cadeia, então era ruim.

Essa fala concentrou sentimentos significativos para essas pessoas com quem estabeleci conversas, entrevistando-os. Os mesmos passaram pelo Abrigo como internos e se auto-reconhecem como partes constituintes dessa instituição ambígua, tensa, contraditória e complexa. Identificam-se enquanto pertencentes a uma comunidade que compartilhou de caminhos em comum, com dificuldades, dramas e vivência, em parte semelhantes. Solidarizam-se com os companheiros que passaram por adversidades maiores, forjando uma condição afetiva e simbólica do se ser Abrigado, em que se identifica sentidos de dignidade, de amor próprio e como participantes de suas histórias. Respeitando os Irmãos Maristas, apesar da rigidez e por vezes de abusos cometidos, pela seriedade com que os conduziram na formação para uma vida adulta, também porque quando abandonados, eles que, para o bem e para o mal, os receberam. Ou seja, há um respeito pelo trabalho dos religiosos que trabalhavam exclusivamente nas atividades do Abrigo e junto aos internos. Vadely fala disso, ao dizer que: *hoje, se eu ver um padre daquele vivo e eu reconhecer ele, eu vou cumprimentar ele, porque eu sei que ele que me tratou nós bem ali.*

Em boa parte da documentação institucional, entretanto, os Abridados apareceram submergidos, quando lhes atribuídos caracteres positivos, à condição de “produtos” de uma instituição “bem administrada” por Maristas; e “produtos” de suas supostas origens quando se lhes atribuía caracteres negativos. Apareceram como citações alheias, como objetos de anotações censuradoras, classificadoras. Muito pouco como participantes e construtores da trajetória social desse lugar que recebia pessoas que não se abandonaram, enfrentaram as contingências que lhes foram aparecendo e foram se fazendo sujeitos, diferentes, mas com uma coisa em comum: todos foram e se fizeram Abridados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 08 de julho de 2004, eu estava em Florianópolis, faziam já cerca de quatro dias, onde permaneceria até início de setembro, a fim de encerrar a pesquisa documental e retornar para São Paulo, local onde confeccionaria este texto. Nesse dia, a cidade amanheceu com um ar indescritível de aflição, de temor, com interrogações pairando no ambiente, questionando sobre o que sucederia no centro da capital catarinense, ao longo das horas.

As lojas, ao início da tarde, cerraram as portas à meia altura. Em seu interior, vendedoras comentavam, faziam ilações, concordavam, outras discordavam daquilo que já acontecera nas ruas dias atrás. Em alguns pontos comerciais ou repartições públicas, os funcionários trabalharam o expediente da manhã e à tarde foram dispensados. O governador decretou ponto facultativo. Nos jornais televisivos, as notícias tentavam dissuadir certos segmentos da população de tomar determinadas iniciativas. A Ordem dos Advogados no Brasil movimentou o Judiciário sobre o assunto, alegando que este deveria se manifestar rapidamente pelos riscos iminentes à “ordem pública”. Um clima de guerra se instaurou nas falas, de modo a tentar evitar aquilo que se anunciava como a maior mobilização popular na cidade, reivindicando o passe livre no transporte público e a redução das tarifas, que dias atrás tinham sido aumentadas.

Os ônibus nesse dia iriam parar de circular às dezesseis horas. Em função disso, não fui ao Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara, em Palhoça, a fim de continuar minha pesquisa com os documentos lá guardados. Optei por acompanhar e participar do ato organizado por rapazes e moças, junto a outros milhares de jovens estudantes entre doze e vinte anos, que dias atrás tinham entrado em forte enfrentamento com as forças policiais, incendiando ônibus, danificado algumas lojas, na luta em favor da causa comum, que serviu de mote para a juventude se fazer notar como sujeitos participantes da história.

Ao meio da tarde, a aglomeração já com número razoável de pessoas, saiu em passeata pelas ruas centrais de Florianópolis. Entoando gritos que exigiam o “passe livre já”, ao longo do trajeto, para surpresa minha, vi Claudionor adulto, ex-Abrigado, que também me viu com surpresa. Fui falar com ele. *E aí, garotinho, até tu por aqui*, disse-me. Respondi-lhe que por estar na cidade, deveria participar daquilo que a afetava, e que a causa da moçada era justa. Nos despedimos, seguiu seu rumo, eu continuei com os demais

manifestantes. Soube meses depois, com alegria, que os estudantes haviam conquistado o passe livre.

Nem todas as formas de resistência, entretanto, são públicas ou se expressam em grandes manifestações. Tampouco a experiência social se restringe a atos de maior repercussão, apesar de sua importância e tampouco se limita a posturas de resistência.

Parte da complexidade relacionada à constituição social das experiências infantis, especialmente daquela envolvendo meninos que foram internados no Abrigo de Menores, foi por onde gravitou esse trabalho, tentando apontar para as formas silenciosas, mas significativas, da participação desses rapazes na construção de suas trajetórias e também do social.

Essa participação não se restringe à infância deles. Manifesta-se ao longo da vida, como a iniciativa comunitária de Vilmar, hoje presidente de uma associação de bairro na cidade de Palhoça, na qual se desenvolvem projetos de alfabetização de adultos, ensino de artesanato e preparo de pães para geração de renda; trabalhos junto com a Pastoral da Criança, para acompanhamento da saúde de crianças nos primeiros anos de vida e distribuição de suplemento alimentar para aquelas desnutridas.

Adilson, como filho, passou pela experiência da separação dos pais; depois da internação, na vida adulta separou-se de sua primeira esposa. Anos mais tarde, envolveu-se em trabalhos voluntários de mediação e arbitragem de situações em que casais de baixa renda desejavam se separar. Nesse contexto, conforme relatou, seu papel era o de

aproximar as pessoas através da comunicação...a gente conseguia restabelecer essa comunicação e juntar as partes, mesmo que não fossem viver junto, mas viver dentro de um ponto de convergência, porque tava envolvido filhos, quando envolve filhos, eu sei o quê é isso!

Depois da construção da Avenida Beira Mar Norte, a parte à beira mar do antigo território do Abrigo, ficou apartada deste. Ao longo do tempo, com a desativação do já Educandário na década de 1980, a região passou a sofrer paulatinamente empreendimentos privados e nestes últimos anos, a parte fronteira ao mar recebeu bares, sendo que apenas um pedaço de terreno ainda não passou por isso, muito em função da resistência de um grupo de pessoas, que mantém pequenos ranchos de pesca, justamente numa área em que a pescaria na época do Abrigo era praticada pelos internos.

Num desses ranchos, foi onde eu conheci Arlindo Beckhauser e gravei a sua entrevista. Ele participa da associação daqueles pescadores, que também têm outros ex-Abrigados. Nela lutam pelo direito de permanência no local, contra poderes “públicos”, empresas privadas e a lógica mercadológica do turismo, que pretende dar aos espaços com

“potencial turístico”, destinação para atender a essa função comercial, à revelia de outros interesses ou significados que espaços da cidade possam ter. Daquela região se tem uma visão privilegiada da baía de Florianópolis, da ponte Hercílio Luz e de parte das praias da ilha, isso porque tem uma entrada para o mar chamada de Ponta do Coral. Para Arlindo, aquele lugar faz parte da sua história de vida. Hoje, para chegar a essa ponta, tem que se passar por uma placa em que se diz “PROIBIDA ENTRADA – área concedida a empresa...” e no caminho os escombros do antigo Abrigo servem de aterro até o local.

A forma como acabou o Abrigo, destruído por um incêndio, no qual as causas não ficaram definitivamente esclarecidas, trouxe aos ex-Abrigados com quem conversei, certa tristeza por verem queimada, depois demolida uma referência “concreta” na paisagem da cidade desse passado, pois a experiência de ter sido Abrigado, nos aspectos bons e nos desagradáveis, foi-lhes marcante e a memória, a respeito disso, lhes foi e é importante.

Para compreender um pouco as experiências dessas pessoas, tive de fazer incursões no processo social, envolvendo a infância pobre, em que a criminalização de modos de se viver eram visíveis e tinha repercussão na vida das famílias e das crianças pobres. Isso deveu-se à complexidade inerente à construção e ao funcionamento do Abrigo de Menores, que destinava-se a meninos provenientes de situações de baixa renda. O Abrigo se fazia enquanto um projeto de instituição com finalidades de formar pessoas “ordeiras, disciplinadas, laboriosas, católicas, que aceitassem a divisão social hierarquicamente estabelecida”, na qual os pobres e trabalhadores ocupariam um papel de “auxiliares” na construção de um país que lhes negava, muita das vezes, o resultado do desenvolvimento. Aos pobres seria “valorosa” a abnegação e as dificuldades pelas quais passariam, em prol da “grande nação”. A satisfação aos trabalhadores viria pela “colaboração” com a construção da “pátria desenvolvida, rica”, não com colheita dos frutos desse desenvolvimento e dessa riqueza em suas vidas cotidianas.

E se me interessou perceber como um projeto que existia (e que também se refazia, se representava de diversas formas), foi vivido não enquanto projeto que aprisionou sujeitos na capacidade de se fazerem agentes de suas trajetórias, mas sim como uma experiência na qual se forjava o múltiplo, o diferente, na qual a alteridade se constituiu, à revelia dos projetos racionalizadores que lhes atingia.

Não cabe dizer que tais projetos não influenciaram ou condicionaram muitas coisas na vida dos ex-Abrigados. Uma delas foi a própria internação, que quase todos os entrevistados não desejavam ter passado, apesar de não negar as experiências positivas do Abrigo em suas trajetórias. Enfim, minha intenção foi a de dar visibilidade a muitas

histórias que não começaram e nem acabaram no Abrigo; de juntar os fios de uma trama complexa na relação entre vários sujeitos representados por Maristas, Governos, Juizes, internos, ex-Abrigados, de modo a explicitar tensões entre eles.

Encontrar com ex-internos que reclamam por direitos, que preservam a dignidade, e falam de suas experiências por vezes com gratidão, generosidade, respeito, mas também com mágoa, tristeza, indicou-me a força dessas pessoas ao enfrentar inúmeras situações difíceis, cada um ao seu modo e ao longo de suas trajetórias de vida.

Esta dissertação não tem um ponto final, mas sofre sim uma interrupção necessária em muitas discussões desenvolvidas ao longo do trabalho.

Muitas vezes os caminhos da vida nos levam, nos levam, nos levam...e quando nos damos conta, estamos fazendo parte de algo e este algo nos compoendo. Este trabalho é um significativo fragmento da minha experiência como pesquisador e, sobretudo, como homem, colocando-me questões que me fazem pensar o presente.

Assim, na década de 1960, o termo Abrigo tornou-se, para os adultos vinculados às práticas de intervenção e interferência sobre a infância, estigmatizante, pois “macularia” os meninos e meninas considerados abandonados e que estivessem submetidos às instituições assim denominadas, daí porque o Abrigo de Menores em Florianópolis passou a se chamar Educandário 25 de Novembro.

Depois, na década de 1980, o termo Educandário foi considerado inapropriado para designar tais instituições, sendo então retomado o termo Abrigo<sup>509</sup> para as instituições de “acolhimento” de crianças e adolescentes em caráter provisório, posto que a internação permanente era vista como exceção e ainda quando ocorresse deveria se tentar colocar tais pessoas em família substituta<sup>510</sup>.

Apesar de terem características diferentes daquelas que configuraram o Abrigo de Menores em Florianópolis no período estudado (1950-1972), os Abrigos de hoje ainda mantêm práticas que, em algum grau, se assemelham àquelas de tempos atrás. O *Serviço Social do Judiciário de Santa Catarina* em 1991, disse a respeito que

comumente os irmãos de mais tenra idade são separados(adoptados), restando ao maiores a alternativa de institucionalização(em Abrigo)por tempo indefinido. Os prejuízos emocionais são irreversíveis tanto para os que foram adotados, que sofrem com a separação, quanto para os que permaneceram no abrigo, situação que reforça neles o sentimento da rejeição.<sup>511</sup>

<sup>509</sup> Lei federal n.8.069 de 13/7/1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, cf. art.90, inc.IV.

<sup>510</sup> IDEM. Art. 101, § único.

<sup>511</sup> CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar. In.: SILVA, Enid Rocha Andrade da(coord.) *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Ipea, Conanda, 2004, p.310.

E, se a internação em Abrigo não é mais um dos principais recursos dirigido à infância considerada abandonada, ainda assim, ele existe e atende no Brasil um contingente de rapazes e moças em número de 24 mil<sup>512</sup>. Em Santa Catarina esse número é de 397 divididos por 23 instituições<sup>513</sup>.

Na história, as questões não são idênticas, mas em muito se assemelham.

---

<sup>512</sup> Esse número estatístico tomou levou em consideração as informações prestadas por instituições de abrigo registradas na Rede de Serviço de Ação Continuada da Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e se considera que ele seja inferior à realidade pois cerca 20 a 30% delas fazem parte dessa rede isso é o que se pode inferir dos dados apresentados por Silva e Mello. Cf.: SILVA, Enid Rocha Andrade da & MELLO, Simone Guerese de. Contextualizando o “Levantamento nacional dos Abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada. In.: SILVA, Idem. (coord.). *Idem*. p.29.

<sup>513</sup> SILVA, Enid Rocha Andrade da. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In.: SILVA, Idem. (coord.). *Idem*. p.47.

## FONTES

### a)orais

- a.1) Sr. Vilmar José Araújo. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 08/4/2003. Motorista de Táxi e proprietário do mesmo. Casado. Pai de 2 homens e de 2 mulheres. Evangélico recente. Nascido em 19/9/1947. Ingressou no Abrigo em 22/9/1955. Saiu em 06/5/1965.
- a.2) Sr. Valmir José Mendes. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 08/4/2003. Mestre de obra aposentado. Casado. Pai ? Católico. Nasc.27/8/1939. Ingres.26/01/1953. Saída ? (1958).
- a.3) Sr. Moisés Francisco Vieira. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 09/4/2003. Aposentado como vendedor em uma vidraçaria, mas continua trabalhando. Casado. Católico. Pai de seis pessoas, uma falecida. Nasc.21/01/1940. Ingres.14/3/1949. Saída ?1958.
- a.4) Sr. Walter da Luz. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 11/4/2003. Médico cardiologista. Casado. Pai de três pessoas.Nasc.16/11/1947. Ingres.26/12/1957. Saída 03/04/1964
- a.5) Sr. Adilson Martins. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 12/02/2004. Aposentado e Administrador de Empresas. Casado pela 2ªvez. Pai de 5 mulheres e de 1 homem. Católico, mas não ortodoxo, aberto a outras formas de espiritualismo, como linhas do esoterismo. Nasc.18/07/1940. Ingres.24/02/1950. Saída ?/01/1957.
- a.6) Sr. Claudionor Veridiano da Costa. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 17/02/2004 e 20/02/2004. Funcionário público, auxiliar administrativo da Fundação de Previdência e Assistência do Estado de Santa Catarina. Casado. Pai de três mulheres e de um homem. Católico não praticante. Nasc.02/8/1952. Ingres.21/9/1962. Saída 11/11/1970.
- a.7) Sr. Arlindo Nelson Thomassen. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 03/8/2004. Sem emprego por motivos de saúde, beneficiário da Previdência Social Federal; ex-motorista. Casado. Pai de um homem. Católico. Nasc.02/07/1947. Ingres.21/09/1955. Saída 15/01/1962.
- a.8) Sr. Alindo Beckhauser. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 14/8/2004. Funcionário de uma fundação hospitalar. Casado pela 2ª vez. Pai de três filhos.Nasc.24/9/1955. Ingres.06/8/1968. Saída 08/03/1974.
- a.9) Sr. Irineu dos Santos. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 17/8/2004. Aposentado como zelador de prédio. Casado. Pai de uma mulher e de um homem. Católico mas questionador das práticas atuais da Igreja. Nasc.21/12/1944. Ingres.25/03/1957. Saída 09/05/1960.
- a.10) Sr. Miguel Arcanjo. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 25/8/2004. Desempregado. Solteiro. Religião ? Nasc.29/9/1949. Ingres.22/01/1962. Saída.28/9/1967.
- a.11) Sr.Vadely Mendonça. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 27/8/2004. Funcionário público, guarda municipal. Casado. Pai de um homem e de uma mulher. Católico. Nasc.05/05/1957. Ingres.11/11/1968. Saída 14/01/1977.
- a.12) Sr. Carlos Alberto dos Santos. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 03/9/2004. Gráfico aposentado. Casado. Pai de dois homens e de uma mulher. Católico. Nasc.24/04/1952. Ingres.16/03/1962.

**b) Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina:**

- b.1) Relatório do Abrigo de Menores referente ao ano de 1951, de 1952, de 1960.
- b.2) Relatório do Juízo de Menores de 1952(exercício 1951), de 1956(exerc.1955), de 1957(exerc.1956), de 1958(exerc.1957), de 1959(exerc.1958), de 1960(exerc.1959), de 1961(exerc.1960), de 1963(exerc.1962), de 1964(exerc.1963), de 1965(exerc.1964), de 1966(exerc.1965), de 1967(exerc.1966).
- b.3) Ofícios do Juízo de Menores para Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde(1949,1950, 1951, 1952).
- b.4) Ofícios do Juízo de Menores para Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social(1953).
- b.5) Ofícios do Juízo de Menores para Secretaria do Interior e Justiça(1956 a 1965).
- b.6) Minutas da Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde para Juízo de Menores(1950 a 1952, 1960).
- b.7) Ofícios da Secretaria do Interior e Justiça para Juízo de Menores(1958, 1960).
- b.8) Minutas da Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde para Abrigo de Menores(1950, 1960).
- b.9) Minutas da Secretaria do Interior e Justiça para Abrigo de Menores e Juízo de Menores(1961, 1962, 1965).
- b.10) Ofícios do Abrigo de Menores para Secretaria do Interior e Justiça(1959 a 1965).
- b.11) Ofícios Diversos para Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social(1955 a 1960).
- b.12) Ofícios Diversos para Secretaria do Interior e Justiça(1964).
- b.13) Ofícios diversos para Palácio do Governo(1951, 1953, 1955, 1961, 1973).
- b.14) Discriminação Orçamentária do Abrigo de Menores exercício 1962.
- b.15) Mensagem à Assembléia Legislativa do Governo do Estado(1950, 1962, 1966, 1971).
- b.16) SANTA CATARINA. Decreto Estadual n.3.017 de 02/8/1944.
- b.17) SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, Coordenação de Serviços Sociais, Divisão de Promoção Social. *Estudo do Educandário XXV de Novembro*: dez,1971.

**c) Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina:**

- c.1) Jornais:
  - c.1.1) A Verdade: 1952, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59.
  - c.1.2) O Estado: 1940(jan. a abr.), 1956(nov. a dez.), 1960, 1961(jan. a set.), 1962(abr. a jun.), 1964(out. a dez.), 1965(mar. jul. a set.), 1969(mai. e jun.), 1970(set. e out.), 1972(mar. a abr., nov. e dez.), 1973(jan. a mar.).
  - c.1.3) A Gazeta: 1956(nov. e dez.), 1960(jan.a mar.), 1969(jun.).
  - c.1.4) Diário da Tarde: 1956(nov. e dez.), 1960(jan. a mar.).
  - c.1.5) O Tempo: 1956(jun. a out.).
  - c.1.6) Resistência: 1956(nov. e dez.), 1957(jan.).
  - c.1.7) Diário Catarinense: 2004(ago.)

c.2) Mensagem à Assembléia Legislativa do Governo do Estado(1948 e 1949, 1951 a 1965, 1967 a 1970, 1972 a 1975)

c.3) Outros impressos:

c.3.1) Abrigo de Menores: eis uma instituição modelar. Revista Catarinense dos Municípios, ano 1, n.4, jan., p.18-20, 1969.

c.3.2) PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Setembro de 1940. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1940.

c.3.3) ESTADO DE SANTA CATARINA. *Flagrantes Administrativos*(1935-1942). Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1942.

c.3.4) ABRIGO DE MENORES. *Discurso de inauguração do Abrigo de Menores do Dr. Hercílio Medeiros, Juiz de Menores*. Florianópolis: Imprensa oficial, 1940.

c.3.5) FUCABEM. Órgão vinculado à Secretaria da Saúde e Promoção Social. *Pesquisa sobre o menor carente*. Florianópolis: Fucabem, 1977.

c.3.6) MENEZES, Manoel de. *Retalhos d'alma*. 2ªed. [s.l]: Edeme, 1977.

c.3.7) ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório do Juízo de Menores da Comarca da Capital (exercício 1935). Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

c.4) Legislação:

c.4.1) SANTA CATARINA. Decreto n.78, de 22/8/1935. In. Diário Oficial do Estado, p.01-2, 23/8/1935.

c.4.2) SANTA CATARINA. Decreto n.894, de 26/02/1940.

c.4.3) SANTA CATARINA. Decreto n.664, de 30/7/1975.

c.4.5) SANTA CATARINA. Decreto n.8.026, de 12/6/1969. In. Diário Oficial do Estado, p.1, 17/6/1969.

c.4.6) SANTA CATARINA Decreto-lei n.865 de 16/10/1943. In. Diário Oficial do Estado, p.01, 18/10/1943.

**d) Acervo do Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara:**

d.1) Prontuários número 451 a 1390(após esse ano foram vistos alguns aleatórios)

d.2) Ofícios recebidos de diversos pelo Abrigo de Menores e enviados por este para diversos (1961,1963).

d.3) Livro de Ouro do Abrigo de Menores.

d.4) Livro de Matrícula do Abrigo de Menores.

d.5) Livro de Fotografias do Abrigo de Menores.

**e) Acervo da União Catarinense de Educação(transferido para Curitiba):**

e.1) Projecto de Contracto(n.1 e n.2), 1939.

e.2) Relação de Condições Mínimas para Novo convênio de Administração do Abrigo, pela União Catarinense de Educação ao Governo do Estado de Santa Catarina, 1958.

e.3) Relatórios das atividades no Educandário 25 de Novembro, exercício 1969 e 1970.

e.4) Plano de trabalho do Educandário 25 de Novembro, de 11/8/1969.

- e.5) Etat nominatif et Statistique: Institut des Frères Maristes des Écoles; da Província de Santa Catarina, Abrigo de Menores de Florianópolis, de 31/12/1959 e 31/12/1960.
- e.6) Consulta do Irmão Aloísio Kuhn, provincial, sobre a permanência no Educandário.
- e.7) Termos de Convênio e de Contratos celebrados entre o Estado de Santa Catarina e a União Catarinense de 1940, 1958, 1971.
- e.8) Estatísticas do Abrigo de Menores(1953 a 1958, 1960, 1963)
- e.9) Province du Brésil Méridional, Registre d'Etat Civil , Communauté de Florianópolis.
- e.10) UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO. *Sesquicentenário da Congregação dos Irmãos Maristas*: Brasil, sector de Santa Catarina. s.l.:1967.
- e.11) FRANCISCO, Irmão Artur. Abrigo de Menores. In. Histórico da Província Meridional. Porto Alegre:Tipografia Champagnat, 1950, p.549-554.
- e.12) Boletim da UCE(1965 a 1974).
- e.13) Recortes do Jornal O Estado de outubro de 1976.
- e.14) Ofícios do Interventor Federal em Santa Catarina de 1938, 1942, 1944.
- e.15) Ofícios Internos da Congregação dos Irmãos Maristas de 1970.
- e.16) SANTA CATARINA. Decreto n.715 de 03/03/1939.

**f) Acervo Pessoal do Sr. Nuno de Campos:**

- f.1) ESTADO DE SANTA CATARINA. *Relatório dos trabalhos do Juízo de Menores da Comarca da Capital durante o ano de 1936, apresentado ao Exmo. Snr. Secretário d'Estado dos Negócios do Interior e Justiça pelo Dr. Hercílio João da Silva Medeiros*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1937.
- f.2) JUIZO DE MENORES. *A proteção jurídica dos menores em Santa Catarina*: portarias mais importantes dispendo sôbre a organização e execução dos serviços do Juizo: despachos, sentenças e acordams proferidos em processos instaurados, pelo Juizo, por infração dos dispositivos legais relativos à vigilância sôbre menores. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938.
- f.3) SEMANA DA CRIANÇA EM SANTA CATARINA. *O conceito moderno da delinqüência juvenil e seu tratamento*. Conferência feita em a noite de 16 de outubro de 1943, pelo professor desembargador Urbano Müller Sales, no salão nobre da Faculdade de Direito. [s.l.]: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943.
- f.4) CAMPOS, Nuno de. Considerações sobre o problema do menor em Santa Catarina. Florianópolis: Mimeo, 1973.

**f) Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística seção Santa Catarina:**

- f.1) IBGE. Censo demográfico. Série Regional Vol.XXVII. Tomo I, Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Ibge/Serviço nacional de recenseamento, 1955.
- f.2) IBGE. Censo demográfico de 1960. VII Recenseamento geral do Brasil Série Regional Vol.I. Tomo XV 1ª Parte. Santa Catarina. s.l.: Ibge/Serviço nacional de recenseamento, 1960.
- f.3) IBGE. Censo demográfico Santa Catarina. VIII Recenseamento geral 1970 Série Regional Vol.I. Tomo XX. s.l.: Ibge, 1970.
- f.4) IBGE. Censo demográfico. Dados distritais Santa Catarina Vol.I. Tomo III, n.19. Recenseamento geral do Brasil 1980. Rio de Janeiro: Ibge, 1982.

**g) Biblioteca Setorial da Faculdade de Serviço Social da UFSC:**

g.1) KOENING, Sílvia Terezinha. O Serviço social desenvolvido em uma instituição de menores. Monografia (Conclusão de Curso de Serviço Social). Curso de Serviço Social de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1963.

g.2) HINKELMANN, Pedro Aurélio. Serviço social de casos, grupo e comunidade no Abrigo de Menores. Monografia (Conclusão de Curso de Serviço Social). Curso de Serviço Social de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1965.

g.3) SANDRINI, Marlene. Serviço Social instrumento de bem-estar do menor. Monografia(Conclusão do curso de Serviço Social). Curso de Serviço Social de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis,1970.

g.4) FONTES, Rosa Maria. Atuação do Serviço Social junto ao menor. Monografia (Conclusão do curso de Serviço Social). Curso de Serviço Social de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1971.

**h) Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC):**

h.1) PEDROSA, Alves. *Assistência a menores em Santa Catarina*. Florianópolis: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943.

h.2) LINS, Pedro Estellita Carneio. *Sobre a criação de Escolas Industriais, Profissionais ou Colônias Agrícolas e Colônias Correccionais para Orphãos, Menores Abandonados e Menores Delinquentes no Estado de Santa Catharina*. Collecção de opiniões desenvolvidas a guisa de memorial apresentada ao Exmo. Governador Hercílio Pedro da Luz. Florianópolis: Imprensa oficial, 1919.

**i) Avulsos:**

i.1) D'IVANENKO, Vladimir. Aspectos jurídicos da problemática do menor. In. SIMPÓSIO NACIONAL PARA O EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA DO MENOR-27 a 31 de maio de 1974. Porto Alegre: Estado do Rio Grande do Sul/Assembléia Legislativa/Juizado de Menores de Porto Alegre, 1974, p.35-46, 53-60.

i.2) VEREADOR DR. WALTER(JUCA)45.699. Para o bem da saúde da cidade, esse é do coração. Impresso, 2004.

i.4) Ata da 17ªSessão Solene, 3ªSessão Legislativa da 14ªLegislatura em 27/8/2001. Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, n.4.892, 27/8/2001. Acervo do Centro de Memória da Assembléia.

i.5) BRASIL. Decreto n. 17.943-A, de 12/10/1927.

i.6) BRASIL. Decreto-Lei n.2.848, de 7/12/1940.

i.7) BRASIL. Decreto-lei n.3.914, de 09/12/1941.

i.8) BRASIL. Decreto-Lei 6.026 de 24/12/1943.

i.9) BRASIL. Lei n.4.513, 01/12/1964.

i.10) BRASIL. Decreto n. 56.575, de 14/07/1965.

i.11) BRASIL. Lei n. 5.258 de 10/04/1967.

i.12) BRASIL. Lei n.5.439 de 22/05/1968.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha & MARTINEZ, Alessandra Frota. Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. In: RIZZINI, Irene (org.). *Olhares sobre a criança no Brasil - séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Edusu, Amais, 1997, p.19-37.
- ACKERMANN, Silvia Regina. *Um espaço e muitas vidas: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina na década de 1940*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis. 2002.
- ALTOÉ, Sônia. *De “menor” a presidiário: trajetória inevitável?* Rio de Janeiro: Usu, 1993.
- ALVES, Márcia. A folia proibida: imposição de disciplina e ordem na festa do Divino. *Esboços*, v.6, p.67-74, 1998.
- ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de, *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, 1989.
- AREND, Silvia. *Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ªed. Trad. Dora Flaksman. São Paulo: Ltc, 1981.
- AZEVEDO, Gislane Campos. *“De Sebastianas e Giovannis”*: o universo do menor nos processos dos Juizes de Órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917). Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 2002.
- AZZI, Riolando. *História da educação católica no Brasil: contribuição dos Irmãos Maristas*. Vol.1. Os primórdios da obra de Champagnat no Brasil (1897-1922). São Paulo: Simar, 1996.
- AZZI\_\_\_\_\_. *Idem*. Vol. 2. A consolidação da obra de Champagnat no Brasil (1922-1947). São Paulo: Simar, 1996.
- AZZI, Riolando. *Idem*. Vol. 3. A expansão da obra de Champagnat no Brasil (1947-1972). São Paulo: Simar, 1996.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In. IDEM. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura: obras escolhidas*. v.01, trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, p.222-232.
- BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. Trad., org. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BENZAQUÉN, Adriana S. Childhood, identity and human science in the enlightenment. *History workshop journal*, n.57, p.35-57, 2004.
- BERNAL, Elaine Marina Bueno. *Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Taq, 1979.
- BOTO, Carlota. O desencantamento da criança entre a renascença e o século das luzes. In. FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés(orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 11-60.

- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In.: ORTIZ, Renato (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água, 2003, p.144-169.
- BRITES, Olga. *Imagens da infância: São Paulo e Rio de Janeiro, 1930/1950*. Tese (Doutorado em História). PUC-SP, São Paulo, 1999.
- BRITES, \_\_\_\_\_. *Infância, trabalho e educação*. A Revista Sesinho (1947-1960). Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 1992.
- BRONCATO, Rita. *O nosso Abrigo de cada dia: representações dos ex-internos do Abrigo de Menores em Florianópolis*. Monografia (Conclusão de Curso em Ciências Sociais). UFSC, Florianópolis, 2003.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normalização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo. 1992.
- CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar. In.: SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Ipea, Conanda, 2004, p.303-323.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: Ed.Ufsc, 1990.
- CAVALLIERI, Alyrio. *O direito do menor*. Rio de Janeiro: Freitas bastos, 1978.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1.Artes de fazer.–9ªed., trad. Ephraim Ferreira Alves– Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In. IDEM. *Cultura e democracia*.–10ªed.–São Paulo: Cortez, 2003, p.03-13.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, n.47, v.24, jul., p.271-302, 2004.
- CORRÊA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas repúblicas: a revolução de 1930 e a política em Santa Catarina*. Florianópolis: Ufsc, Alesc, 1984.
- CORRÊA, Carlos Humberto. *Os Governadores de Santa Catarina de 1739 a 1982 e notas biográficas*. Florianópolis: Ed.Ufsc, 1983.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Educ, Fapesp, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial SP, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo, Brasília:Unesp, Flacaso, 2000.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. São Paulo: Paz e terra, 1986.
- DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade futura, 2001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quoridiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ªed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In.: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.510-553.

- FONSECA, Claudia. A história social no estudo da família: uma exclusão interdisciplinar. *BIB*, n.27, 1ºsem., p.55-73, 1989.
- FONSECA, Claudia. Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portoalegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.4, v.4, jun., p.88-103, 1987.
- FOUCUALT, Michel. *Microfísica do poder*. 16ªed. Trad., org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 25ªed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios*. São Paulo, Salvador: Hucitec, Ed.Ufba, 1996.
- FRANCISCO, Adilson José. *Apóstolos do progresso: a prática educativa salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1894-1919)*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMT, Cuiabá, 1998.
- GERBER, Diana. O saneamento em Florianópolis: projeto de modernização e estratégias de poder. *Esboços*, n.06, p.31-36, 1998.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ªed. 1ª.reimp. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GONDRA, José Gonçalves. Filhos da sombra: os “engeitados” como problema da “Hygiene” no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.125-142.
- GROSSMAN, Jonathan. Violência e silêncio: reescrevendo o futuro. *História oral*, n.3, jun., p.07-24, 2000.
- HALL, Stuart. *Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para a frente dos Estudos Culturais*. Trad. Helen Hughes e Yara Khoury. [s.l.]: Mimeo, 1996.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6ªed. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e terra, 2000.
- IMAMOTO, Marilda Villela & CARVLHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 8ªed. São Paulo, Lima-Peru: Cortez, Celats, 1991.
- IUSKOW, Cristina. *Brasileiridade e embelezamento: o canto orfeônico e a assepsia dos gestos corporais*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2001.
- KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. in. IDEM; FENELON, Déa Ribeiro; ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004, p.116-138.
- KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, n.22, jun., p.79-103, 2001.
- KUHLMANN JÚNIOR. Moysés. Infância, história e educação. In: IDEM. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 3ªed. Porto Alegre: Mediação, 2004, p.15-42.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. A proteção à infância e a “assistência científica”. In. IDEM. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 3ªed. Porto Alegre: Mediação, 2004, p.59-70
- KUHLMANN JÚNIOR, Moisés. A circulação das idéias sobre a educação das crianças, início do século XX. In: IDEM; FREITAS, Marcos Cezar de (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 459-503.

- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.15-33.
- LACERDA, Valci. *O menino do Abrigo de Menores: história chocante do nascimento, desenvolvimento e desaparecimento do maior educandário para criança do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed.Valci Lacerda, 1998.
- LEITE, Ligia Costa. *A razão dos invencíveis: meninos de rua: o rompimento da ordem*. Rio de Janeiro: Ufjf, 1998.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ªed. Campinas: Papirus, Unicamp, 1989.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana: Florianópolis, 1950-1970*. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In.: PRIORE, Mary Del. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p.129-145.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARIANO, Hêlvio Alexandre. *O cotidiano de crianças pobres e abandonadas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX e suas experiências com a tutela e o Abrigo*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 2001.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Unicamp, 1994.
- MARTINS, Adelino da Costa. Da “ecole paroissiale” (1654) ao “guide des ecoles” (1853). *Veritas*, n.136, v.34, p.489-501, 1989.
- MATOS, Olgaria. A narrativa: metáfora e liberdade. *História oral*, n.4, jun, p.09-24, 2001.
- MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 1998.
- MEDINA, Enrique. *As tumbas*. Trad. Glória Rodríguez do original “Las Tumbas”. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- MELLO, Mabel de Souza. *Abrigo de Menores-1940-1972: a educação Marista na sociedade catarinense*. Monografia (Conclusão de Curso em História). UFSC, Florianópolis, 1997.
- MIRANDA, Antônio Luiz. *A penitenciária de Florianópolis: de um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 1997.
- MIRANDA, Antônio Luiz; SELAU, Maurício da Silva. *Bairro da Juventude: 50 anos de história: a filantropia na poeira do carvão*. Criciúma, SC: Ed. Unesc, 2003.
- MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem da criança. In. FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, Usf-Ifan, 1997, p.97-136.
- MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino em Santa Catarina. 1930-1940*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis. 1979.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Crianças de rua: literatura, história e memória oral. *Projeto história*, n.22, jun., p.239-258.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del(org.). *História das crianças no Brasil*.-2ªed.- São Paulo: Contexto, 2000, p.259-288.

- MUCCILLO, Jorge. *O menor e o direito*. Doutrina, legislação, jurisprudência. Porto Alegre: Idrgs, 1961.
- NUNES, Eduardo Silveira Netto. O Abrigo de Menores do Estado (SC) através das Mensagens dos Governadores (1949-1975). In. SOUZA, Rogério Luiz & KLANOVICS, Jó (org.). *História: trabalho cultura e poder*. Florianópolis: Anpuh-SC, Proextensão-UFSC, 2004, p.250-254.
- OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 1990.
- PASSETI, Edson (coord.). *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Ed. Imaginário, 1999.
- PASSETI, Edson; IZIQUE, Maria Claudia; ARRUDA, Reinaldo; BORN, Tomiko; QUEIROZ, José J. (orgs.). *O Mundo do menor infrator*. São Paulo: Cortez, Autores associados, 1987.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2ªed. Florianópolis: Ed. Ufsc, 1998.
- PORTELLI, Alessandro (coord.). *República dos sciuscìa: a Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. Salesiana, 2004.
- PORTELLI, \_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, n.15, abr, p.13-33, 1997.
- \_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, n.14, fev., p.25-39, 1997.
- \_\_\_\_\_. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, v.1, n.2, dez, p.59-72, 1996.
- \_\_\_\_\_. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, n.10, dez, p.41-58, 1993.
- POYER, Viviani. *Penitenciária estadual da Pedra Grande: um estudo da instituição penal entre 1935-1945*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2000.
- RAGO, Margareth, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 3ªed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.
- RIZZINI, Irene. *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Usu, Amais, 1997.
- RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever. In.IDEM; PILOTTI, Francisco(orgs). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Usu, Amais, IIN, 1995, p.99-168.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação Escolar e higienização da infância. *Cadernos CEDES*, n.59, v.23, abr., p.39-56, 2003.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In. PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2000. p.210-230.
- SARLO, Beatriz. Um olhar político. In. IDEM. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997, p.53-63.
- SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed.Ufsc, 1997.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, São Paulo: Fgv, Paz e terra, 2000.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In.: IDEM. (coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Ipea, Conanda, 2004, p. 41-70.

SILVA, \_\_\_\_\_; MELLO, Simone Guerresi de. Contextualizando o “Levantamento nacional dos Abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada. In.: SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Ipea, Conanda, 2004, p.21-39.

SILVA, Roberto da. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ática, 1997.

SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. 3ªed. Trad. Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

SOUZA, Josinete Lopes de. *Da infância “desvalidada” à infância “delinqüente”*: Fortaleza (1956-1928). Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo, 1999.

SOUZA, Rogério Luiz de. Catolicismo e projeto de higienização em Santa Catarina (1945-1960). *Fronteiras*, n.06, p.41-78, 1998.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. *História Oral*, n.4, jun., p.85-101, 2001.

THOMSON, \_\_\_\_\_. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*, n.15, p.51-71, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade—vol.I—Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 1997.*

THOMPSON, \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA, Luciano Mendes de. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VOGEL, Arno. Do estado ao estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Usu, Amais, IIN, 1995, p.299-346.

WILLIAMS. Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.